



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI 2019-2023



Reitor	Jaime Giolo
Vice-Reitor	Antônio Inácio Andrioli
Chefe do Gabinete do Reitor	Stefani Daiana Kruetz
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura	Péricles Luiz Brustolin
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	Darlan Christiano Kroth
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	Edivandro Luiz Tecchio
Pró-Reitor de Extensão e Cultura	Émerson Neves da Silva
Pró-Reitor de Graduação	João Alfredo Braida
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Joviles Vítório Trevisol
Pró-Reitor de Planejamento	Charles Albino Schutz
Secretária Especial de Laboratórios	Cladis Juliana Lutinski
Secretário Especial de Obras	Rodrigo Emmer
Secretário Especial de Tecnologia e Informação	Claunir Pavan
Procurador-Chefe	Rosano Augusto Kammers
Diretor do Campus Cerro Largo	Ivann Carlos Lago
Diretora do Campus Chapecó	Lísia Regina Ferreira
Diretor do Campus Erechim	Anderson André Genro Alves Ribeiro
Diretora do Campus Laranjeiras do Sul	Janete Stoffel
Diretor do Campus Passo Fundo	Vanderlei de Oliveira Farias
Diretor do Campus Realeza	Antônio Marcos Myskiw

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul 2019-2023,
aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 5/CONSUNI/UFFS/2019

Sistematizado pela Pró-Reitoria de Planejamento da UFFS

COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DESTE DOCUMENTO

Luiz Víctor Pittella Siqueira – Diretor de Planejamento

Ana Maria Olivo – Chefe da Divisão de Avaliação e Estatística

REVISÃO

Marlei Maria Diedrich – Diretoria de Comunicação

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mariah Carraro Smaniotto – Chefe do Departamento de Divulgação e Comunicação Visual

Chapecó-SC, 2019

Sumário

1	APRESENTAÇÃO.....	12
2	PERFIL INSTITUCIONAL	17
	2.1 Breve histórico de implantação da UFFS.....	18
	2.2 Missão e estratégia de atuação	32
	2.2.1 Missão.....	32
	2.2.2 Estratégia de atuação.....	32
	2.3 Princípios, finalidades e objetivos institucionais	34
	2.3.1 Princípios.....	34
	2.3.2 Finalidades	35
	2.3.3 Objetivos	35
	2.4 Áreas de atuação acadêmica	36
3	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....	38
	3.1 Inserção regional.....	39
	3.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas, alinhados aos grandes desafios regionais	46
	3.2.1 Concepção de universidade e sua relação com a sociedade.....	53
	3.2.2 Concepção de educação.....	54
	3.2.3 Concepção de conhecimento.....	57

3.2.4	Concepção de ensino-aprendizagem	58
3.2.5	Concepção de avaliação	58
3.3	Política de Ensino de Graduação	59
3.3.1	Do ingresso nos cursos de Graduação	62
3.3.1.1	Do ingresso inicial.....	63
3.3.1.2	Ingresso inicial mediante processos especiais	65
3.3.1.3	Dos ingressos por transferências e retornos.....	66
3.4	Organização Curricular Institucional.....	66
3.5	Políticas da Pós-Graduação	70
3.6	Políticas de Pesquisa	75
3.7	Política de Extensão	84
3.7.1	Diretrizes e objetivos da Política de Extensão	85
3.8	Políticas de Cultura	89
3.8.1	Diretrizes, princípios e objetivos da Política de Cultura	89
3.8.2	Linhas e ações de Cultura.....	90
3.9	Conhecimento, currículo e interdisciplinaridade na perspectiva da Universidade Popular	92
4	POLÍTICAS DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	96
4.1	Programas de apoio pedagógico e financeiro	96
4.1.1	Acompanhamento pedagógico e psicossocial.....	97
4.1.2	A Análise Socioeconômica e os Auxílios Socioeconômicos	98
4.1.3	Núcleo de Acessibilidade.....	100
4.1.4	Apoio estudantil.....	103
4.1.5	Estrutura física.....	103
4.1.6	Ações afirmativas, inclusão e evasão	104
4.2	Acompanhamento dos egressos.....	108
4.3	Internacionalização.....	108
4.3.1	Política de Internacionalização.....	108
4.3.2	Plano de Internacionalização	110
4.3.3	Política Linguística.....	112

5	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS.....	118
5.1	Oferta de cursos de Graduação	119
5.2	Oferta de cursos de Pós-Graduação lato sensu e projeção de crescimento da oferta	122
5.3	Oferta de cursos de Pós-Graduação stricto sensu e projeção de crescimento da oferta	127
5.4	Consolidação e expansão	130
5.4.1	Projeto de Universidade a ser consolidado e expandido	130
5.4.2	A consolidação e expansão da Universidade no contexto atual.....	131
5.4.2.1	A expansão diante do cenário político brasileiro.....	132
5.4.2.2	Consolidação: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura	133
6	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	138
6.1	Estrutura organizacional	138
6.1.1	Organograma institucional e acadêmico	139
6.2	Instâncias de decisão	139
6.2.1	Órgãos deliberativos.....	140
6.2.1.1	Administração no Nível Superior.....	140
6.2.1.2	Administração no Nível Intermediário	141
6.2.1.3	Administração no Nível de Base	142
6.2.1.4	Setores de Apoio e Órgãos Suplementares.....	143
6.2.2	Órgãos consultivos	143
6.2.2.1	Conselho Estratégico Social (CES).....	143
6.2.2.2	Conselho Comunitário	143
6.2.2.3	Procuradoria Federal	143
6.2.3	Órgãos de Controle, Fiscalização, Supervisão e Avaliação.....	144
6.2.3.1	Conselho Curador	144
6.2.3.2	Auditoria Interna	144
6.2.4	Comitês e Comissões Permanentes	144
6.2.4.1	Comissão de Ética.....	144
6.2.4.2	Comissão Própria de Avaliação	145

6.2.4.3 Comissão Permanente de Pessoal Docente	146
6.2.4.4 Comissão Interna de Supervisão	146
6.2.4.5 Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos.....	147
6.2.4.6 Comitê de Gestão de Integridade	148
6.2.4.8 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	148
6.2.4.9 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.	149
7 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	150
7.1 Agricultura Familiar e Agroecologia	152
7.2 Gestão, cooperativismo, economia solidária e desenvolvimento social e da gestão em políticas públicas	156
7.3 Tecnologia, inovação e desenvolvimento social	159
7.4 Preservação da memória, do patrimônio cultural e dos direitos humanos	162
7.4.1 Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial	166
7.5 Desenvolvimento regional, urbano e políticas públicas.....	168
7.6 Saúde coletiva/Saúde pública.....	172
8 POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: Tecnologia da Informação, ambiental, compras e contratações e comunicação	176
8.1 Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE)	180
8.1.1 Etapas de construção da I COEPE.....	181
8.1.2 Etapas de Construção da II COEPE	183
8.2 Plano Plurianual (PPA).....	185
8.2.1 Etapas de construção do PPA 2016-2019	187
8.2.2 Objetivos e metas de gestão para o quinquênio 2019-2023	187
8.3 Planejamentos anuais	187
8.3.1 Etapas de construção do Planejamento Anual.....	189
8.3.2 Indicadores de desempenho institucional	191
8.4 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).....	195
8.5 Política de Gestão Ambiental	196
8.6 Políticas de compras e contratações	200

8.6.1 Diretrizes de compras e contratações.....	206
8.6.2 Estrutura organizacional para compras e licitações na UFFS	207
8.6.3 Dados históricos de compras e contratações da UFFS	208
8.7 Políticas de comunicação	209
8.8 Parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições (para ações de Ensino, Pesquisa e Extensão)	212
9 POLÍTICAS DE PESSOAL.....	215
9.1 Corpo docente	215
9.1.1 Composição e perfil dos docentes	216
9.1.2 Plano de carreira.....	217
9.1.3 Critérios de seleção e contratação.....	217
9.1.4 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos profes- sores do Quadro	218
9.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	218
9.2.1 Composição e perfil dos servidores técnico-administrativos (STAEs).....	218
9.2.2 Plano de carreira dos STAEs	219
9.2.3 Critérios de seleção e contratação dos STAEs	219
9.2.4 Dimensionamento dos STAEs nas unidades	220
9.3 Servidores terceirizados.....	221
10 INFRAESTRUTURA.....	222
10.1 Campus Cerro Largo.....	229
10.2 Campus Chapecó	230
10.3 Campus Erechim	230
10.4 Campus Laranjeiras do Sul.....	231
10.5 Campus Passo Fundo	232
10.6 Campus Realeza	232
10.7 Sistemas de Bibliotecas	233
10.7.1 Estrutura e acervo disponível nas bibliotecas.....	233
10.7.2 Serviços oferecidos pelas bibliotecas da UFFS.....	235
10.7.3 Política de Desenvolvimento de Coleções da UFFS	237

10.7.4 Projeto de Acervo Acadêmico.....	239
10.8 Infraestrutura de laboratórios.....	239
10.8.1 Diretrizes apontadas pela II COEPE relacionadas aos laboratórios.	242
10.9 Infraestrutura de áreas experimentais.....	243
10.10 Infraestrutura do Hospital Veterinário	244
10.11 Laboratórios de Informática.....	251
10.11.1 Relação computador/estudante	252
10.11.2 Recursos tecnológicos e de audiovisual	252
10.12 Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI	253
11 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	256
11.1 Sustentabilidade financeira.....	256
11.2 Ações de transparência e divulgação das informações da IES	259
12 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	261
13 REFERÊNCIAS.....	265
14 ANEXOS.....	269
Anexo I – Objetivos e metas de gestão 2019 a 2023.....	269
Objetivo 1 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação.....	269
Objetivo 2 – Desenvolvimento da Pós-Graduação stricto sensu.....	274
Objetivo 3 – Desenvolvimento da Pós-Graduação lato sensu	276
Objetivo 4 – Desenvolvimento da Pesquisa Científica, da Tecnologia e da Inovação.....	276
Objetivo 5 – Fortalecimento da Produção Científica e Tecnológica Institucionais.....	278
Objetivo 6 – Desenvolvimento da Extensão	279
Objetivo 7 – Desenvolvimento da Cultura	283
Objetivo 8 – Permanência do estudante de Graduação.....	285
Objetivo 9 – Desenvolvimento da Internacionalização	288
Objetivo 10 – Gestão Universitária para apoio ao Ensino, à Pesquisa, Extensão e Cultura.....	289

Objetivo 11 – Manutenção e adequação da Infraestrutura.....	295
Objetivo 12 - Implantação, Expansão e Reestruturação da Infraestrutura	300
Objetivo 13 – Fortalecimento da divulgação da UFFS	302
ANEXO II – Projeções do Campus Realeza não convertidas em objeti- vos e metas	304
ANEXO II – Instrumento de autoavaliação institucional.....	306
ANEXO III – Instrumento de autoavaliação dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação.....	308
ANEXO IV – Instrumento de autoavaliação dos CCRs	314

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACCs – Atividades Curriculares Complementares

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BSC – Balanced Scorecard

CAP – Comitê Assessor de Pesquisa

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCRs – Componentes Curriculares

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CEUA – Comitê de Ética no Uso de Animais

CIBio – Comissão Interna de Biossegurança

CNE – Conselho Nacional de Educação

COEPE – Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica

CONSUNI – Conselho Universitário

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar do Curso

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

IES – Instituição Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

LDB – Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MI – Ministério da Integração Nacional

NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico

NEABI – Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas

ONGs – Organizações Não Governamentais

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PET – Programa de Educação Tutorial

PIB – Produto Interno Bruto

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEs – Portadores de Necessidades Especiais

PPA – Plano Plurianual

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PR – Paraná

PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SESU – Secretaria de Educação Superior

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UnaM – Universidad Nacional de Misiones

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), estruturado em eixos temáticos, compreendendo o período 2019-2023. A estrutura do documento foi adaptada conforme o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (que revogou o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006). De acordo com o Art. 21 do Decreto 9.235/2017, o Plano de Desenvolvimento Institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
- II - projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;
- III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de *Campus* fora de sede e de polos de educação a distância;
- IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e *Campus* para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;
- V - oferta de cursos e programas de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*, quando for o caso;
- VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de

professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;
2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e
3. Espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificadas:

sua abrangência geográfica;

relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;

descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e

previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Conforme o Decreto 9.235/2017, foram incluídas as seguintes informações que a legislação anterior não exigia:

1. Apresentação da oferta de cursos e programas de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*;
2. Planejamento de cursos presenciais e à distância;
3. Ações de transparência e divulgação das informações da IES;
4. Eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições;
5. No item relacionado à Biblioteca, deverá ser incluído o projeto de acervo acadêmico em meio digital, com uso de método que garanta a integridade e autenticidade de todas as

informações contidas nos documentos originais, além da previsão de acervo físico, virtual ou ambos para as bibliotecas.

6. O PDI contemplará as formas previstas para o atendimento ao descrito nos art. 16 e art. 17, no tocante às políticas ou aos programas de extensão, de iniciação científica, tecnológica e de docência institucionalizados, conforme a organização acadêmica pleiteada pela instituição.

O PDI consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior (IES) e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Nele estão compreendidas a filosofia de trabalho, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver. Sua abrangência vai além das prerrogativas legais, pois ele se constitui num compromisso da instituição com o Ministério da Educação e com a comunidade universitária. Deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, das metas e ações da Universidade, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Ainda, apresentar, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI) (INEP/SINAES, 2009).

Ressalta-se a importância de o PDI refletir a prática e os resultados da avaliação institucional, seja na avaliação externa como na autoavaliação (INEP/SINAES, 2009). A construção do PDI da UFFS representa um esforço coletivo de sistematização da trajetória da Instituição no cenário nacional da educação superior brasileira, em especial na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e entornos. Neste documento se revelam não somente informações quantitativas consolidadas, mas, sobretudo, as particularidades do percurso administrativo e pedagógico, histórico e político que caracterizam a natureza da UFFS desde a sua criação.

Precisamente, o processo de elaboração da versão preliminar do PDI 2019-2023 da UFFS teve início no ano de 2016, seguindo várias etapas. Na primeira etapa, a partir da versão anterior, foram feitas as primeiras alterações de ordem textual, conforme solicitado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) no Parecer nº 14/2013. A construção do documento buscou subsídios nos documentos oficiais, atentando-se às questões legais que norteiam os principais eixos que formam a estrutura do documento, e nos documentos internos da Instituição, produzidos pela sua comunidade universitária. Assim, nessa etapa, foram consultados e aglutinados:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Plano Nacional de Educação (PNE);

- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017);
- Planos e projetos da UFFS: Plano Plurianual (PPA) 2016-2019; Projetos pedagógicos de cursos (PPCs);
- Relatório de Gestão da UFFS 2016 e 2017;
- Relatório de Autoavaliação Institucional 2016 e 2017, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Estatuto da UFFS;
- Documento da II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE).

Na segunda etapa, realizou-se, nos diversos setores da UFFS, o levantamento de informações administrativas, orçamentárias, físicas e pedagógicas relacionados às atividades fins (acadêmicas) e atividades-meio (administrativas) da Universidade. Isso permitiu a construção de uma minuta ou versão preliminar do documento (etapa 3), que retornou aos setores para envio de recomendações, sugestões e correções no documento, sistematizadas por uma equipe de trabalho na Diretoria de Planejamento (etapa 4).

Com base no Relatório Final da II COEPE, o PDI foi sistematizado pela DPLAN/PROPLAN e disponibilizado para as direções dos *campi* a fim de promover os debates com os representantes de cada *Campus* e a comunidade universitária (etapa 5). Após a fase de discussões nos *campi*, as informações acolhidas foram sistematizadas, pela DPLAN/PROPLAN (etapa 6), visando à elaboração da versão a ser encaminhada ao CONSUNI, que define a versão final da redação dos eixos temáticos que compõem o PDI (etapa 7).

Dado o papel estratégico e a importância da Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) para a UFFS, **no PDI estão contempladas as proposições resultantes dos seus debates, sistematizadas em ações e objetivos a serem implementados nos próximos anos.**

A COEPE foi realizada pela primeira vez entre junho a setembro de 2010, alguns meses após o início das atividades letivas da UFFS. Tratou-se de uma iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da Pró-Reitoria de Graduação, da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e dos então cinco *campi* da UFFS (Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza), cujos propósitos fundamentais foram a definição das políticas norteadoras do Ensino, da Pesquisa e Extensão, além do aprofundamento

da interlocução com a comunidade regional, visando eleger as agendas prioritárias da Instituição.

Nessa perspectiva, a realização da II COEPE fortaleceu os princípios norteadores que deram origem à UFFS, garantindo a participação social, a democracia e a cultura da avaliação e do planejamento. A reedição consolidou a própria conferência, enquanto uma dimensão estruturante da vida institucional e um espaço de discussão sobre os grandes temas, as agendas e ações que devem orientar o futuro da UFFS.

O PDI é um documento de construção coletiva, que acolhe uma multiplicidade de ideias e concepções, e pode ser considerado um documento norteador do planejamento estratégico da Instituição. Por essa razão, espera-se que cada vez mais a comunidade universitária se envolva no processo de construção desse importante documento que refletirá o futuro da UFFS para os próximos cinco anos.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, regulamentada pela legislação federal, pelo seu Estatuto, pelo Regimento Geral e por normas complementares específicas. Situa-se na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que, segundo o Ministério da Integração Nacional, constitui-se de 396 municípios, com aproximadamente 3.800.000 habitantes.

O perfil institucional da UFFS, bem como sua missão, seus objetivos e sua área de atuação acadêmica, encontra forte aderência aos movimentos sociais da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e entornos, de cuja organização a Universidade é, em grande medida, resultado. Nessa região, historicamente desassistida pelo Poder Público no tocante ao acesso à educação superior, a UFFS legitimou-se como instituição pública por meio da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, com sede e foro no município de Chapecó, estado de Santa Catarina (SC) e com *campi* nos municípios de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), e nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza, no Estado do Paraná (PR).

A UFFS possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em toda sua estrutura *multicampi*, nos termos da legislação vigente e em conformidade com os princípios, as finalidades e os objetivos institucionais, devendo tornar públicas suas atividades.

Para caracterizar seu perfil, é importante enfatizar, inicialmente, algumas concepções que fundamentam a constituição da UFFS: fronteira, região e popular. Por estar instalada na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e entornos, convém partir do

entendimento do que é fronteira, que vai além de barreiras físicas. Fronteira pode ser compreendida como lugar do encontro de diversidades entre pessoas que lutam por razões diferentes entre si: índios, grandes proprietários de terra, camponeses etc. (MARTINS, 1997).

Apesar de ser entendida como espaços limítrofes, a barreira caracteriza-se, além de seu território, também pela sua existência estrutural, devido à qual o capitalismo pode trazer evolução, mas também separar e diferenciar os seus diversos atores sociais (COURLET, 1996). Com isso, uma fronteira pode representar o reconhecimento de distâncias sociais e culturais e pela sensação de pertencimento a um lugar identitário referido a lutas políticas comuns (CHAUMEIL, 1984).

E, para definir região, transpor os conceitos das barreiras territoriais é fundamental. O conceito de região pode ser considerado um recurso que permite compreender as distintas partes da realidade geográfica, referidas aos âmbitos subnacionais, em que tem lugar a existência humana (PALÁCIOS, 1983). Região também pode ser vista como uma construção social que atende a interesses políticos precisos, ou seja, uma representação da construção social do espaço de uma sociedade (LIMONAD, 2004).

Nesse contexto, se faz necessário definir os significados de educação popular propostos pela UFFS. O conceito de educação popular defendida por Freire busca mudar a realidade opressora, de forma a permitir a emancipação dos diversos sujeitos individuais e coletivos, atuando como elementos de transformação, que, através do diálogo participativo, procura recuperar a oralidade e a história individuais, pois *“já não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas os homens se libertam em comunhão”* (FREIRE, 1987, p. 130). Com base nos pressupostos mencionados, a UFFS tem procurado ser uma instituição capaz de participar do processo de transformação da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e entornos, transpondo as barreiras fronteiriças, reconhecendo as distâncias sociais e culturais, as lutas políticas da sociedade civil organizada, por meio da promoção da educação popular, gratuita e de qualidade. Seu perfil desenha-se, portanto, como universidade *multicampi*, interestadual, pública, democrática, popular e socialmente comprometida com a realidade sócio-histórica, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção.

2.1 Breve histórico de implantação da UFFS

O objetivo de criar uma universidade federal na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e entornos foi pauta nos meios de comunicação, nas instituições de ensino e nas mais diversas esferas sociais e políticas durante anos. O ano de 2005 foi o período em que entidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), lideranças

municipais e grupos de municípios, igrejas e movimentos sociais se organizaram em torno da criação do Movimento Pró-Universidade Federal, com a proposta de criar universidades distintas nos três estados do Sul. Como a proposta não obteve adesão dos órgãos oficiais, em 26 de maio 2006 iniciou-se, por meio de um Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 356/GR/2006 da Universidade Federal de Santa Catarina, a elaboração de um projeto único de universidade multicampista, abrangendo os três estados do Sul, compreendendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná.

O processo de criação da UFFS veio ao encontro do cenário político que buscava a democratização e expansão da educação superior no Brasil para o período de 2003 a 2014. Dentre as ações do governo estava a interiorização da educação superior, que visava fomentar o desenvolvimento regional integrado e reverter o processo de litoralização da força de trabalho qualificada (MEC 2012-2014).

Diante disso, a interiorização da oferta de educação superior se tornava essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional, além de proporcionar uma expansão de vagas públicas. Assim, a criação de novos campi foi pautada na participação das universidades no desenvolvimento regional, na integração com a comunidade local, no desenvolvimento da formação profissional e em pesquisas regionais. Além da convergência entre os interesses governamentais e a sociedade organizada, o perfil institucional da UFFS, bem como sua missão, seus objetivos e sua área de atuação acadêmica encontraram forte aderência nas reivindicações dos movimentos sociais da região.

O cenário apresentava-se propício para que os esforços do Movimento Pró-Universidade obtivessem resultado. Isso porque, a partir de 2005, com objetivo de ampliar o acesso à educação superior no país, muitas ações foram realizadas, entre elas o redimensionamento do FIES e a criação do PROUNI. Em 2006 foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e, em 2007, o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI).

Em 2007 várias ações foram desencadeadas para que a UFFS se tornasse realidade: realização de audiência pública; designação da Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e da Comissão de Projetos da Universidade; participação de integrantes do Movimento Pró-Universidade; técnicos do MEC, representantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) deram início à criação das condições objetivas que permitiram o sinal positivo para a criação da universidade na região, resultando no início da tramitação do Projeto de Lei 2.199/2007, com vistas a instituir a Universidade.

Em 2008, a Comissão designada para implantar a Universidade organizou inúmeras atividades (oficinas e seminários) que culminaram na definição dos cursos a serem ofertados inicialmente. No mesmo ano, o Projeto de Lei de Criação da Universidade foi assinado pela Presidência da República e enviado ao Congresso Nacional. No ano seguinte, em 2009, a UFSC foi designada como tutora da UFFS, contribuindo para a definição dos locais provisórios para o funcionamento da Instituição, para a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e também para a decisão sobre as formas de ingresso, que teve como base a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No dia 15 de setembro do mesmo ano, por meio da Lei nº 12.029/2009, foi oficializada a criação da UFFS.

Para definir a localização dos campi foram levados em conta alguns critérios específicos para cada cidade: município caracterizado como polo regional ou com infraestrutura de transporte, comunicação, educação básica e serviços públicos de forma adequada; cidades que se localizassem nos diferentes estados e que representassem centralidade no contexto geográfico, facilitando o acesso de estudantes; cidades mais distantes das Universidades Federais já existentes na Região Sul; municípios que ofereceriam contrapartidas previstas no projeto, dentre outros. A partir desses critérios foram definidos, inicialmente, cinco campi: Chapecó, em Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul e Realeza, no Paraná.

Conforme consta no projeto de constituição da Universidade, as diretrizes que orientaram a seleção dos cursos fundamentaram-se em um conjunto de critérios, destacando-se:

A natureza e finalidade da universidade, entendida no sentido pleno e de acordo com o disposto na LDB 9394/96, voltada para o desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, nas diferentes áreas do conhecimento;

Os compromissos com as políticas e serviços públicos que a sociedade espera ver atendidos pelo poder público, tais como: educação, saúde, saneamento e justiça, dentre outros;

A vocação específica, voltada para a dimensão da cidadania, o estímulo à mobilidade social e ao fortalecimento da classe média, como vetor do equilíbrio social;

A promoção do desenvolvimento regional em suas diversas dimensões:

- construção do pensamento e visão estratégica para orientação do potencial endógeno e formulação de políticas de desenvolvimento;
- a dinamização da economia, fortalecendo as cadeias produtivas existentes, com estímulo às emergentes e potenciais;
- a inovação tecnológica, visando à integração competitiva no âmbito do Mercosul e da economia globalizada;

- o desenvolvimento de atividades econômicas alternativas relacionadas ao associativismo, cooperativismo e à economia solidária, favorecidas pelo capital social acumulado no processo de formação histórica da Mesorregião; e
- a sustentabilidade em sentido amplo, com ênfase no manejo adequado dos recursos naturais.

A estratégia de inserção do projeto da UFFS, visando oferecer cursos que, em razão da complexidade, não são desenvolvidos pela estrutura de ensino superior existente na Mesorregião.

Na definição dos cursos de Graduação, a Comissão de Implantação da UFFS priorizou a área das Ciências Agrárias e para licenciaturas, tendo em vista a importância da agroecologia para a região, a necessidade de tratamento dos dejetos, os problemas ambientais gerados pelas agroindústrias, as perspectivas da agricultura familiar e camponesa e a sua centralidade no projeto de desenvolvimento regional proposto pela Instituição. Já o foco nas licenciaturas se justifica pela integração às políticas do governo federal de valorizar as carreiras do magistério. Nessa referência, em maio de 2009, foram construídas as primeiras versões dos projetos pedagógicos dos cursos. Foram definidos os cursos a serem ofertados, orientados pelos seguintes critérios:

- atender às exigências da Universidade em sentido pleno, de acordo com os parâmetros da LDB;
- formar recursos humanos para o atendimento de serviços públicos;
- qualificar os indivíduos para a cidadania;
- estimular a mobilidade social e o fortalecimento da classe média;
- promover o desenvolvimento regional, articulado com as perspectivas de uma maior integração no âmbito do Mercosul e da economia globalizada;
- incentivar a inovação científica e tecnológica em face da crescente demanda de novos conhecimentos;
- incrementar as cadeias produtivas, associadas à agropecuária e agroindústria;
- suprir demandas de áreas não contempladas pela estrutura de educação superior existentes na Mesorregião;
- comprometer-se com o desenvolvimento sustentável em suas diferentes dimensões, com ênfase nos recursos naturais e de meio ambiente;
- capacitar profissionais aptos a desenvolver atividades econômicas alternativas nas áreas de economia solidária, cooperativismo e outras.

A partir disso, foram realizadas diversas ações para o estabelecimento da UFFS: posse, em 2009, do primeiro Reitor pro tempore, professor Dilvo Ristoff; lançamento de editais para a realização de concurso público para servidores docentes e técnico-administrativos; publicação do edital de tomada de preço para construção dos primeiros pavilhões da Universidade; liberação de recursos para a aquisição de livros; anúncio dos primeiros cargos de direção; elaboração e entrega, ao MEC, do plano de compra

de móveis e equipamentos; e, por fim, a abertura das inscrições para o Processo Seletivo de ingresso na UFFS.

No primeiro semestre de 2010, servidores docentes e técnico-administrativos iniciaram suas atividades, período em que ocorreu a nomeação do Vice-Reitor *pro tempore*, dos diretores e coordenadores (acadêmico e administrativo) dos *campi*, dos pró-reitores, além da aquisição dos veículos institucionais e da divulgação dos alunos selecionados para ingresso na UFFS. Em 29 de março do mesmo ano iniciaram as atividades letivas na Instituição nos cinco *campi* originalmente previstos, compreendendo os primeiros 2.160 alunos selecionados através da sua classificação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2009.

Em julho de 2010, foi realizada a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) com objetivo de mobilizar a comunidade acadêmica, nos seus diferentes *campi* e áreas de conhecimento, para a definição das políticas norteadoras do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e para aprofundar a interlocução com a comunidade regional, visando eleger as agendas prioritárias da UFFS nos campos da Pesquisa e da Extensão e as suas articulações com o Ensino. Utilizando uma metodologia inovadora e participativa, a I COEPE envolveu cerca de 4000 participantes em 11 fóruns temáticos cujas proposições foram traduzidas em ações prioritárias para as três áreas acadêmicas. Todo o trabalho realizado na I COEPE foi sistematizado em um documento, aprovado por delegados dos cinco *campi* na Conferência Final.

Ainda em 2010, foi aberto o segundo processo seletivo para ingresso na Instituição e foi realizada a primeira Reunião de Planejamento e Avaliação envolvendo a equipe diretiva, objetivando a organização e avaliação sobre as principais políticas e ações desencadeadas no processo de implantação da Universidade. No decorrer do mesmo ano, teve início um processo de debate, nos colegiados de cursos, sobre a necessidade de ajustes e adequações nos Projetos Pedagógicos dos cursos (PPCs), que haviam sido elaborados pela Comissão de Implantação e que, na época, não contava com profissionais de todas as áreas.

Em alguns casos mais específicos, como dos cursos de “Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial”, oferecidos nos *campi* Cerro Largo e Laranjeiras do Sul, foram identificadas dificuldades de ordem jurídica e de reconhecimento profissional dos egressos, o que levou a alterações mais significativas, inclusive no nome dos cursos. Assim, como resultado da reformulação, o *Campus* Cerro Largo passou a ofertar o curso de Administração, e o *Campus* Laranjeiras do Sul passou a ofertar Ciências Econômicas.

No *Campus* Realeza foi ofertado o curso de Ciências Naturais – Licenciatura, com o objetivo de formar professores qualificados para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental, na área de Ciências Naturais. O PPC foi concebido pela Comissão de

Implantação da UFFS e sua organização curricular e pedagógica foi complementada pelos docentes que atuaram na fase inicial do curso, em 2010. Esses trabalhos envolveram docentes e coordenações dos dois *campi* em que o curso passou a ser ofertado, que culminaram na formatação de uma versão inicial do PPC. No ano de 2012, o curso passou por um processo de reestruturação, a partir do qual a formação de professores para atuar na área de Ciências Naturais, no Ensino Fundamental, foi incorporada às propostas curriculares das Licenciaturas em Física, Química e Ciências Biológicas.

Em 13 de maio de 2010, foi instituído o Conselho Estratégico Social (CES) por meio da Portaria nº 172/GR/UFFS/2010. O CES, de maneira particular, tem exercido papel fundamental nesse alinhamento entre comunidade universitária e regional. A sua ação visa garantir o princípio participativo da Universidade, constituída a partir de três frentes de ação conduzidas concomitantemente: política, administrativa e acadêmica. Em 28 de fevereiro de 2011 foi realizada, em Chapecó-SC, a sua primeira sessão ordinária, quando foram acordadas algumas ações:

- a) Apresentação de planos de ação com base nas demandas estabelecidas pela I COEPE, em 2010, que reuniu cerca de 4.000 pessoas em sua elaboração;
- b) Apresentação do Plano de ações para 2011 com a elaboração das peças gerenciais e administrativas: Plano de Desenvolvimento Institucional, Processo de Avaliação Institucional, Planejamento Estratégico e Plano de Ação;
- c) Reafirmação do compromisso com a permanente atenção às contribuições da comunidade acadêmica através do Conselho Estratégico Social;
- d) Realização de uma audiência pública, no dia 16/12/2011, em Laranjeiras do Sul-PR.

Em fevereiro de 2011, tomou posse o primeiro conselheiro do Conselho Universitário (CONSUNI), que é o órgão máximo da UFFS, com função normativa, deliberativa e recursal, responsável pela formulação da política geral da Instituição nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. Tem sua composição e competências definidas pelo Estatuto da UFFS, é regulado pelo Regimento Geral da UFFS e disciplinado por seu Regimento Interno, com última versão aprovada pela Resolução nº 10/2016-CONSUNI, de 14/04/2016.

No dia 1º de março de 2011, foi realizada a primeira Sessão Ordinária do CONSUNI, que teve como pauta a apresentação do resumo das prioridades da UFFS para 2011. Essa apresentação consistia num breve relato das ações das pró-reitorias e da Secretaria Especial de Obras ocorridas no ano de 2010, com as perspectivas para o ano em curso, conforme já relatado na reunião do Conselho Estratégico Social no dia 28 de fevereiro.

O Conselho Curador (CONCUR), órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira da UFFS, é ligado à Câmara de Administração, Planejamento e Gestão de Pessoas do Conselho Universitário. Teve sua primeira sessão em 02 de dezembro de 2011. Sua composição e suas atribuições estão estabelecidas no Estatuto da UFFS, e seu funcionamento é disciplinado pelo Regimento Interno, com última versão aprovada pela Resolução nº 11/2015 – CONSUNI, em 16 de abril de 2015. Também em 2011 foram instituídos os conselhos de cada campus, que são órgãos consultivos e deliberativos, cuja composição e competências encontram-se estabelecidas no Estatuto da UFFS, e suas normas de funcionamento são estabelecidas em Regimento Interno próprio.

Em fevereiro de 2011, o professor Jaime Giolo assume como Reitor pro tempore. Nesse mesmo ano, na UFFS foram lançados os primeiros editais de Pesquisa e de Extensão, com recursos próprios, que promoveram o desenvolvimento de projetos pelos docentes e deram início aos programas de Iniciação Científica e Iniciação às Atividades de Extensão. Nesse ano, a Instituição obteve as primeiras bolsas do CNPq e da FAPERGS, para a Pesquisa, e do PROEXT, para a Extensão. Entre o início de 2011 e o final de 2012 foram criados 60 grupos de pesquisa e 14 Programas de Extensão. O Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) recebeu as primeiras bolsas do CNPq em 2011, logo após a criação do Programa no âmbito da UFFS.

Ainda em 2011, a UFFS iniciou as atividades na área da Pós-Graduação, com a oferta de cursos lato sensu, em nível de Especialização, ofertando 07 (sete) cursos durante o ano. Além disso, foram ofertados os cursos de Licenciatura em História, no Campus Erechim, com o objetivo de promover ações de registro, difusão e valorização da memória regional, entendida enquanto elemento constituinte da identidade local. Esse curso buscou preparar profissionais com visão humanista e cidadã, para atuação nos campos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, com o intuito de proporcionar formação ampla do ser humano, capaz de instrumentalizar para o mundo do trabalho.

Em 2012, além da oferta de novos cursos de especialização, iniciou-se a oferta dos programas stricto sensu com o Mestrado em Estudos Linguísticos e foi aprovado o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação. A UFFS também assinou convênio internacional para a cooperação acadêmica, científica e cultural com a Universidade de Mondragon, na Espanha, e recebeu os primeiros professores visitantes seniores.

Ainda em 2012, a UFFS passa a participar do Plano de Expansão da Educação em Saúde, instituído pela Portaria MEC nº 109, de 05 de junho de 2012, e se torna a única universidade federal do Sul do Brasil a ser contemplada com dois cursos de Medicina, um na cidade de Chapecó-SC e outro em Passo Fundo-RS. Essa conquista representou um encontro bem-sucedido e bem-intencionado das aspirações engajadas da sociedade com as políticas ousadas e oportunas do Governo Federal, mediatizadas pela UFFS.

O Campus Passo Fundo resultou da participação da UFFS nesse Plano de Expansão da Educação em Saúde e do anseio da comunidade regional das cidades do norte do Rio Grande do Sul de ter uma Instituição Federal de Ensino Superior. As atividades em Passo Fundo iniciaram em agosto de 2013, com o curso de Medicina, que contou com 40 alunos na primeira turma. A proposta pedagógica da Graduação em Medicina teve como pressupostos básicos o direito universal à saúde, a atenção integral, equitativa e de qualidade, contribuindo no fortalecimento da participação e autonomia dos sujeitos na produção da sua própria saúde individual e coletiva. Incorporou, ainda, os dispositivos da Constituição Federal Brasileira de 1988, da atual LDB (Lei nº 9.394/96) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do profissional médico (Resolução CNE/CES 04 de 07 de novembro de 2001).

Entre os compromissos assumidos pela UFFS, em prol da superação das desigualdades sociais e regionais, está o acesso e a permanência na Educação Superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade. Por isso, a partir de um seminário realizado com os movimentos sociais, instituições de educação da região e parceiros atuaram na viabilização e execução do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, no Campus Erechim, e Ciências Sociais e Humanas, no Campus Laranjeiras do Sul. Respeitando a especificidade do Edital PRONACAMPO/2012, o Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, do Campus Erechim, deveria atender as especificidades da formação de docentes para atuar em escolas do campo, com ingresso prioritário para professores em efetivo exercício nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio das redes de ensino. Também em 2012, a UFFS define modelo de ingresso por cotas (Lei 12.711/2012), passando a reservar vagas aos cotistas oriundos do Ensino Médio da rede pública de ensino de cada Estado em que a Universidade está instalada.

Em 2013, sob a organização do CES, foram realizadas audiências públicas nos campi da UFFS, com o objetivo de debater o papel da Universidade nas regiões de abrangência, a forma de desenvolvimento desejada nessas comunidades, assim como discutir sobre quais cursos interessavam ao processo de expansão da Universidade, entre outras pautas.

Em julho de 2013, foi instituído o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, com funcionamento no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação. Em setembro, o curso de Pedagogia é o primeiro a ser avaliado, recebendo o conceito máximo (5).

Devido às suas características, oriundas de movimentos sociais, em outubro de 2013, a UFFS foi uma das entidades homenageadas por sua participação no Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), do Incra, durante o Seminário Estadual Pronea 15 anos: Reforma Agrária com Conhecimento.

Comprometida com as questões relacionadas à sustentabilidade, em novembro de 2013, a UFFS lança a campanha “Mais Sustentabilidade”, que faz parte do Plano de Gestão da Logística Sustentável da UFFS, visando à conscientização da comunidade acadêmica quanto à necessidade de realização de ações sustentáveis e manutenção do bom estado das áreas de preservação nos campi definitivos, em atenção à legislação vigente.

Em dezembro de 2013, a UFFS adere ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) para o ingresso nos cursos de Graduação a partir de 2014.

Em março de 2014, foi inaugurado o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) Fronteira Sul, instituído pela Portaria nº 106/GR/UFFS/2014, com atendimento nas áreas jurídicas, psicológicas, assistência social e promoção de mecanismos de educação em Direitos Humanos, visando promover a dignidade do ser humano e a efetivação da cidadania. O Centro de Referência consolidou-se como interlocutor de muitas situações de violação ou ameaça de violação dos direitos. A atuação, significativamente preventiva, decorreu de uma vocação para a educação, formal e não formal, seguindo os pressupostos do Plano Nacional dos Direitos Humanos, em parceria com inúmeras instituições educacionais e movimentos sociais, preparando lideranças para atuar como multiplicadores da discussão sobre os Direitos Humanos. Entre as ações desenvolvidas estão as de formação em Direitos Humanos e de parcerias com comunidades em situação de risco ou dificuldade de garantir seus direitos constitucionais indispensáveis a sua dignidade.

Em maio de 2014, o CONSUNI definiu a realização da primeira consulta à comunidade universitária para a escolha de Reitor, Vice-Reitor e diretores dos campi da UFFS. Em junho, a UFFS, através do Campus Passo Fundo, assumiu a responsabilidade de gerenciar 26 residências médicas oferecidas em dois hospitais de Passo Fundo: São Vicente e Hospital da Cidade. Também nesse mesmo período, passou a integrar o Pacto Nacional do Ensino Médio (PNEM) nos três estados do Sul.

O Conselho Estratégico Social (CES) realiza em Chapecó, em julho de 2014, a 1ª Sessão Extraordinária Ampliada, com a participação de 1.500 pessoas, integrantes das microrregiões do Sul do Brasil. E, em setembro, entra em funcionamento o primeiro Restaurante Universitário, no Campus Chapecó, assim como a estação da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) do Sistema de Navegação Global por Satélite (GNSS), em parceria com o IBGE, Incra e INPE, no Campus Cerro Largo.

Também em setembro de 2014, realizou-se em Chapecó o Encontro Universidade e Movimentos Sociais: reflexões sobre os limites e as possibilidades dessa relação com

participação de representantes da gestão da UFFS, representantes de todos os campi e representantes dos movimentos sociais convidados: Via Campesina, Movimento das Mulheres Camponesas e Fetraf/Sul.

Devido aos grandes esforços de instituir-se como universidade pública, popular, gratuita e de qualidade, em novembro de 2014, a UFFS conquistou Prêmio Guia do Estudante – Destaque de 2014 na categoria inclusão.

Em 2015, realiza a solenidade de implantação do primeiro Doutorado Interinstitucional em Educação Científica e Tecnológica, com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em maio, realizou-se o ato de lançamento e a instalação da 1ª Conferência das Licenciaturas. Outro acontecimento importante em 2015 foi a primeira consulta prévia à comunidade para a escolha de dirigentes. As comunidades acadêmica e regional votaram nos candidatos a Reitor, Vice-Reitor e diretores de campus. O processo ratificou a candidatura da gestão pro tempore da Instituição. O ano de 2015 também foi marcado pela iniciação da construção do Bloco A do Campus Passo Fundo e a realização da seleção de alunos via SISU para o curso de Medicina, que registrou 8 mil inscrições para 40 vagas ofertadas pela primeira vez no Campus Chapecó.

Em julho, a UFFS inaugurou três novos restaurantes universitários (RUs), nos campi Realeza-PR, Cerro Largo-RS e Erechim-RS, e deu início à posse das novas equipes diretivas, que foram escolhidas pela comunidade universitária em consulta prévia.

Em agosto de 2015, iniciaram-se as atividades do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS. O Programa foi o primeiro *Stricto Sensu* ofertado no Campus Cerro Largo e o primeiro da região oferecido por uma instituição pública federal.

Em 31 de agosto de 2015, o Reitor Jaime Giolo foi oficialmente empossado em Brasília, no Gabinete do então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. Dias depois, foi realizada uma cerimônia simbólica de posse, além da diplomação dos dirigentes da Instituição, homenagem à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, ainda, concessão de título *Honoris Causa* a Dilvo Ristoff, primeiro Reitor pro tempore da Universidade.

Novembro de 2015 foi marcado pela premiação Emerald/Capes 2015 de Pesquisa nas áreas de Ciência da Informação e Administração e Gestão, na categoria Menção Honrosa, do projeto “Economia Solidária: por uma nova gramática de resistência social e política” do Mestrado em Educação do Campus Cerro Largo e a entrega de diplomas da primeira turma de formandos da Universidade, para os concluintes do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

Ao final do mesmo ano, a UFFS implantou seu Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Laboratórios, para promover um manejo seguro dos resíduos, atendendo à legislação sanitária vigente. Também foram aprovados três novos programas de

Mestrado: Ambiente e Tecnologias Sustentáveis, ofertado no Campus Cerro Largo; Ciência e Tecnologia de Alimentos, no Campus Laranjeiras do Sul; e História, no Campus Chapecó. Também foram implantadas Residências Multiprofissionais em área profissional da saúde na cidade de Marau-RS, com os programas em Enfermagem, Psicologia e Farmácia.

Todo o esforço e a dedicação no projeto de implantação e consolidação da UFFS contribuíram para a Instituição figurar em 2015 entre as 40 melhores universidades do País, de acordo com Indicadores de Qualidade da Educação Superior medidos no ano anterior. A UFFS recebeu a nota 4, superando centros de educação já tradicionais no cenário educacional brasileiro.

Em mais um passo histórico em sua trajetória, a UFFS assinou, em 2016, um convênio tripartite entre a Instituição, o Hospital Regional do Oeste e a Unochapecó. O objeto do acordo foi o oferecimento de sete Residências Médicas em Chapecó. A partir dessa assinatura, a UFFS passou a gerenciar, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e da Comissão de Residência Médica (Coreme), os programas de Residências Médicas que funcionavam no HRO, custeando, através do Ministério da Educação, as bolsas de estudos dos residentes. Também foi inaugurado o quinto RU, no Campus Laranjeiras do Sul, e lançado no Campus Erechim o Doutorado Interinstitucional na área de Arquitetura, em parceria com a UFRJ.

Em abril de 2016, foi realizada a assinatura dos termos de transferência patrimonial das terras onde foram instalados os campi Erechim e Cerro Largo. Até então as escrituras das terras estavam em nome da UFSC, que desempenhou o papel de universidade tutora da UFFS. No mesmo ano, a Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis do Conselho Universitário aprovou a Resolução Nº 3/2016, definindo diretrizes curriculares para a formulação e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Agronomia, considerando sua linha de formação em Agroecologia, explicitando o compromisso da UFFS com a agricultura familiar e o caráter interdisciplinar nos conteúdos oferecidos. Também foi publicada a Resolução Nº 4/2016, que aprovou o Regulamento Geral do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI). O Núcleo foi um passo importante dado pela Universidade para estimular práticas e atitudes que permitam perceber e superar os problemas relacionados ao preconceito.

Em sequência, o CONSUNI aprovou a Resolução Nº 11/2016, que dispõe sobre o uso de nome social no âmbito da Universidade, embasada no Programa Nacional de Direitos Humanos, de 2010, no Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais, de 2009, e na legislação vigente na ocasião.

Também em 2016, a Universidade realizou o II Encontro do Programa NósOutros, no Campus Chapecó. O evento teve como objetivo desenvolver políticas de aproximação entre Brasil e Argentina e a formalização de um acordo de cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com a Universidad Nacional de Misiones (UnaM).

Outro importante evento sediado pela UFFS em 2016 foi o IV Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens, com o lançamento do movimento social internacional, Movimiento dos Afectados por Represas Latino Americano (MAR), que aconteceu no Campus Chapecó.

Nesse mesmo ano, houve a realização do I Seminário Integrador de Extensão, problematizando as experiências desenvolvidas no âmbito da UFFS, sistematizando-as e realizando uma avaliação desse processo na Instituição. Também foi realizada a entrega do diploma de número mil, um fato que representa um marco na trajetória de funcionamento da Universidade.

Em continuidade ao processo de expansão, foi adquirido o Centro de Processamento de Dados (CPD), a partir de um investimento de cerca de R\$ 7 milhões. O equipamento de alta tecnologia possibilitou o desempenho de uma série de atividades necessárias, com grande eficiência. Outro importante acontecimento em 2016 foi a realização da primeira defesa de TCC de uma estudante surda na Instituição. Foi a aluna do curso de Administração do Campus Chapecó, Suzana Bock.

No mês de janeiro de 2017, O Centro de Referência em Direitos Humanos/UFFS incorporou ações de igualdade racial, passando a ser denominado Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial (CRDHIR) Marcelino Chiarello/UFFS, assumindo a responsabilidade de implementar várias ações específicas de igualdade racial nas regiões de abrangência dos seis campi da Universidade. Nesse mesmo ano, também ocorreu a formalização da doação de terras onde está localizado o Campus Passo Fundo, da União para a UFFS.

Em 2017, assim como na avaliação anterior, a Instituição manteve o conceito de excelência no Índice Geral de Cursos (IGC) e subiu 7 posições em avaliação de qualidade da Educação Superior, ocupando a 33ª posição no ranking nacional. Em mais um processo de fomento da educação e da produção de conhecimento, a UFFS realizou, em março de 2017, a primeira reunião do Conselho Editorial da Editora UFFS, o que marcou formalmente o início de funcionamento da Editora, estimulando a cultura da publicização dos resultados da Pesquisa, do Ensino e da Extensão. Também foi inaugurado no Campus Passo Fundo o novo ambulatório de Ensino, em parceria com o Hospital São Vicente de Paulo (HSVP).

Durante o mês de março de 2017, foi realizada a II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), abrangendo todos os campi e a Unidade Reitoria. A Conferência

organizou debates em torno de eixos que sistematizaram os grandes temas a partir dos quais a UFFS e a comunidade regional elegeram suas ações prioritárias:

1. Agricultura familiar e Agroecologia;
2. Consolidação e expansão;
3. Direitos Humanos e Cidadania;
4. Educação Básica;
5. Educação popular e democrática;
6. Inclusão e Ações Afirmativas;
7. Integração acadêmica, currículo e interdisciplinaridade;
8. Meio Ambiente e sustentabilidade;
9. Mobilidade acadêmica e internacionalização;
10. Saúde pública;
11. Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social.

Também no mês de março, o CONSUNI aprovou o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em “Saúde, Bem-Estar e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul”, concluindo mais uma etapa para a implementação do primeiro Mestrado do Campus Realeza, que passou a ser o 12º programa de Pós-Graduação da Instituição.

O ano de 2017 trouxe importantes destaques para a UFFS, pois teve 28 cursos de Graduação estrelados pelo Guia do Estudante, publicação da Editora Abril, e obtenção de conceitos máximos entre os sete cursos de Graduação avaliados no Enade em 2016 e divulgados em 2017, com quatro deles alcançando conceito 4 e três cursos com conceito máximo, que é 5, entre eles o curso de Medicina Veterinária, que obteve o melhor desempenho entre os cursos do país.

A partir dos resultados divulgados pelo Inep/Mec, a UFFS foi considerada no conceito médio da Graduação a terceira instituição mais bem-conceituada do Brasil. Entre as instituições federais avaliadas, apareceu na segunda posição nos estados do Paraná e de Santa Catarina; no Rio Grande do Sul, foi a quarta instituição melhor conceituada. Entre as 98 instituições públicas federais de todo país, apareceu na 24ª posição.

Também em 2017, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) do Campus Chapecó foi conceituado com nota 4 pela Comissão de Área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao final do ano de 2017, foi escolhida a primeira mulher a ocupar o cargo de presidência do Conselho Estratégico Social da UFFS, Justina Cima. Um momento importante para a Universidade na construção do diálogo com movimentos sociais e a comunidade.

Em fevereiro de 2018, a Instituição deu mais um passo importante para sua história e seu papel na formação de indígenas. Foi outorgado grau aos primeiros acadêmicos indígenas da UFFS, que receberam título de licenciados em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura. Os alunos faziam parte da turma “Paulo Freire” do Campus Laranjeiras do Sul, que iniciou o curso em janeiro de 2014, sendo composta por indígenas, acampados e assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e por membros de diferentes comunidades rurais do estado do Paraná e Santa Catarina.

Também em 2018 houve a inauguração do Bloco A, sede definitiva do Campus Passo Fundo, e o Bloco B do Campus Erechim. Os novos prédios foram investimentos importantes para a estrutura e o funcionamento da Universidade, possibilitando a expansão das salas de aula, laboratórios, bibliotecas, entre outros.

A UFFS, em 2018, também foi apontada como destaque em cultura empreendedora no Índice das Universidades Empreendedoras 2017, organizado pela Confederação Brasileira das Empresas Júniores (Brasil Júnior). Houve a participação de 10 mil alunos das 27 Unidades Federativas do país e a coleta de informações e dados de mais de 50 instituições de ensino superior. Foram considerados vários indicadores, como infraestrutura, internacionalização, capital financeiro, cultura empreendedora, inovação e extensão.

Em um processo de modernização, a UFFS implantou, em fevereiro de 2018, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O SEI integra o projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), uma iniciativa coordenada pelo Ministério do Planejamento, que congrega diversos órgãos e entidades públicas visando construir uma infraestrutura para a integração dos documentos e processos dos órgãos do Governo Federal. A implantação foi realizada visando facilitar o acesso de servidores e cidadãos às informações institucionais, além de propiciar celeridade, segurança, economicidade e um melhor funcionamento das atividades da Administração Pública.

Com objetivo de estimular a comunidade acadêmica da UFFS a divulgar, em linguagem acessível e criativa, os trabalhos de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação desenvolvidos na Instituição, foi lançada, em maio de 2018, a primeira edição do concurso INSP! Interprete sua Pesquisa. O concurso foi uma proposta de democratização do acesso ao conhecimento científico desenvolvido dentro da UFFS. Também em maio foi lançado o portal de dados abertos da UFFS, criado para facilitar o entendimento e a reutilização das informações sobre a Universidade pelos cidadãos, sendo mais um demonstrativo do compromisso da Universidade em aprimorar a cultura de transparência pública.

O ano de 2018 também foi de parcerias muito importantes para a UFFS. A instituição internacional Pão para o Mundo sinalizou positivamente para a concessão de apoio na manutenção do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas em Laranjeiras do Sul, a ser realizada através da Assessorar, organização que receberá os recursos e os repassará, em forma de bolsas, aos estudantes da UFFS. Em junho, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre a UFFS e a Prefeitura de Cândói-PR. A partir do acordo, viabilizou-se a oferta de uma turma do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas em Cândói. Essa parceria, em conjunto com todas as outras ações realizadas pela Universidade desde o início de sua implantação, demonstram a consolidação de um projeto de universidade popular, acessível e focada no oferecimento de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

2.2 Missão e estratégia de atuação

2.2.1 Missão

A UFFS, universidade pública, popular, gratuita e democrática, de acordo com seu histórico e contexto de implantação, é uma instituição multicampi, interestadual e interiorana. De acordo com o Estatuto, aprovado pela Resolução nº 31/2015-CONSUNI, de 13/10/2015, a UFFS tem como Missão:

12. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social;
13. Desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, buscando a interação e a integração das cidades e dos estados que compõem a Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno;
14. Promover o desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso.

2.2.2 Estratégia de atuação

O modelo de planejamento estratégico tem sido o mais adotado para se pensar e alcançar um futuro desejado tanto em instituições públicas, como em instituições privadas. A elaboração de um planejamento estratégico segue um “receituário” de como se chegar à formulação de uma estratégia, difundido nas bibliografias que versam sobre o tema: Porter (2005), Mintzeberg (1991 e 2005), Ansoff (1977), Chiavenato

(2003), entre outras. O propósito de seguir as etapas amplamente difundidas (Missão, Visão, Valores, Análise Ambiental, Análise SWOT e Fatores Críticos de Sucesso) em um planejamento estratégico visa possibilitar que se alcance a melhor estratégia possível para a Instituição.

Em sua origem, a estratégia foi definida como a arte e a ciência do líder em conduzir um grupo de pessoas por um caminho. Traduzindo para o universo da administração pública, pode-se dizer que, após definir o local onde se pretende chegar (objetivos, metas e desafios a serem superados) e o melhor caminho/trajeto (Políticas, Diretrizes, valores, etc.), é importante pensar em como de fato chegar lá (estratégia). No caso da UFFS, o que se pretende é oferecer Ensino, Pesquisa e Extensão (objetivos e propósitos) com qualidade e que possa fomentar o desenvolvimento regional (políticas e diretrizes), mas a forma de como fazer isso (estratégia) é sendo **pública, popular e gratuita**.

Desde o início, a Universidade foi pensada como uma estrutura *multicampi*, para que essa pudesse melhor atingir seus objetivos. Para o estabelecimento dos *campi* foram considerados diversos fatores, entre os quais: a presença da agricultura familiar e camponesa e de movimentos sociais populares; a distância das universidades federais da região sul; a carência de instituições federais de ensino; a localização; o maior número de estudantes no Ensino Médio; o menor IDH, a infraestrutura mínima para as atividades e a centralidade da Mesorregião.

Criada com uma estratégia de ser uma instituição **pública, popular e gratuita**, a UFFS, desde o seu primeiro processo seletivo, favoreceu o ingresso dos alunos oriundos da escola pública. O fator escola pública, com índices de 10%, 20% ou 30% aplicados à nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), contemplava cada ano do Ensino Médio cursado nessa rede escolar.

Com a nova lei da reserva de vagas nas Instituições Federais de Educação (Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC nº 18/2012) implantada integralmente em 2013 e que contempla todos os cursos de Graduação, em todos os turnos de oferta, a UFFS está promovendo mais uma revolução no Brasil. Ao desenvolver uma política de ingresso que respeita e atende à atual situação das escolas de Ensino Médio público nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, a UFFS materializa sua **estratégia de atuação**, garantindo a reserva de aproximadamente 90% das vagas na Graduação para estudantes que cursaram o Ensino Médio exclusivamente em escola pública.

Com a aplicação da nova política de ingresso por meio do ENEM, a maioria dos alunos da Graduação é proveniente de escolas públicas de diferentes locais do Brasil. Isso reafirma **a estratégia** da UFFS em garantir o acesso à educação superior pública,

popular e gratuita, bem como de excelente qualidade para todos, além de antecipar a conquista de objetivos fundamentais para o país, para a população e para a estrutura escolar, fazendo justiça à trajetória escolar dos estudantes brasileiros, ao perfil econômico das famílias e à caracterização étnica da população.

Ao caminhar cada dia mais em direção à igualdade e com o comprometimento em oferecer a oportunidade de cursar uma Graduação de qualidade e totalmente gratuita, a UFFS, em consonância com sua estratégia, oferece bolsas e auxílios socioeconômicos para que os alunos se dediquem ao máximo aos estudos e permaneçam na Universidade até o fim do curso. As bolsas são voltadas para as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, o que incentiva o desenvolvimento de diversos projetos. Já os auxílios socioeconômicos favorecem a permanência do acadêmico na UFFS.

Ao traçar a estratégia da atuação da UFFS, **pública, popular e gratuita**, se buscou imaginar a Universidade no futuro, como se gostaria que ela fosse. Ao desenvolver Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, buscou-se, ao longo dos anos de existência, definir políticas, normas, instruções normativas, projetos pedagógicos e processos seletivos que proporcionassem o efetivo alcance da UFFS pública, popular e gratuita.

2.3 Princípios, finalidades e objetivos institucionais

2.3.1 Princípios

Segundo o Estatuto da UFFS, aprovado pela Resolução nº 31/2015-CONSUNI, na organização e no desenvolvimento de suas atividades, laica e apartidária, ancorada na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no seu processo histórico de constituição, a UFFS assume os seguintes princípios:

- I - gratuidade do ensino;
- II - educação como bem público;
- III - equidade de condições de acesso e permanência dos diferentes sujeitos sociais na Educação Superior;
- IV - compromisso com a inclusão e a justiça social e combate às desigualdades sociais e regionais;
- V - defesa da dignidade e dos direitos humanos e combate aos preconceitos de qualquer natureza;
- VI - respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e apreço à tolerância no acolhimento de posicionamentos e posturas acadêmicas divergentes;
- VII - vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais e valorização da experiência extraescolar;

- VIII - universalidade do conhecimento, amparada na interdisciplinaridade e no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IX - indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- X - integração entre formação geral, de área e específica nos currículos;
- XI - diálogo permanente com a comunidade regional da abrangência da Instituição;
- XII - desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico regional e nacional, de forma sustentável;
- XIII - gestão democrática e ética no trato da coisa pública;
- XIV - legalidade, impessoalidade, moralidade, imparcialidade, publicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

2.3.2 Finalidades

No Art. VII do Estatuto estão estabelecidas as finalidades da UFFS:

- I - o ensino, a partir da democratização do acesso e da permanência na Instituição, visando à formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico reflexivo;
- II - a pesquisa e investigação científica em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural, política e ambiental;
- III - a Extensão Universitária, aberta à participação da população, visando à produção conjunta de avanços, conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica.

2.3.3 Objetivos

A UFFS tem os seguintes objetivos institucionais:

- I - oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, em nível superior;
- II - assegurar o acesso e a permanência no Ensino Superior, especialmente aos sujeitos sociais oriundos da população mais excluída do campo e da cidade;
- III - promover a compreensão do homem e do meio em que vive através da democratização do patrimônio histórico e cultural da humanidade;
- IV - promover o acesso à Ciência, Tecnologia e Cultura, às suas formas de produção e aplicação e à sua contextualização e problematização histórica;
- V - integrar as atividades de Ensino de Graduação com as de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação;
- VI - desenvolver programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, articulados com as demandas regionais e nacionais;
- VII - formar profissionais em diferentes áreas de conhecimento aptos a se inserirem nos setores profissionais no âmbito regional e nacional;

- VIII - oportunizar a formação continuada dos egressos desta e de outras instituições por meio de Programas e Projetos de Ensino e Extensão e de Programas de Pós-Graduação;
- IX- acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades vinculadas ao desenvolvimento do projeto institucional;
- X - promover e assegurar o caráter *multicampi* da Instituição através da gestão democrática e colegiada e da aplicação equitativa dos recursos humanos, materiais e orçamentários;
- XI - promover a excelência administrativa por meio de políticas e programas de capacitações voltados para os servidores docentes e técnico-administrativos em educação;
- XII - fomentar iniciativas de práticas sustentáveis de produção e de consumo no âmbito da formação acadêmica, do planejamento e da funcionalidade institucional;
- XIII - trabalhar em regime de cooperação com universidades e instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais, com os poderes públicos constituídos e com as instituições e organizações da sociedade civil constituída;
- XIV - promover a excelência na prestação dos serviços públicos, por meio de aprimoramento, capacitação, valorização e melhoria da qualidade de vida no trabalho dos trabalhadores que atuam na Universidade;
- XV - promover intercâmbio prioritário com os países do Mercosul;
- XVI - cultivar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação internacional e intercâmbio científico, artístico e tecnológico;
- XVII - promover a igualdade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância, preconceito, discriminação e violência;
- XVIII - promover a constituição de uma universidade pública e popular, comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.

2.4 Áreas de atuação acadêmica

A definição das áreas de atuação acadêmica é orientada pela missão, pelos objetivos gerais da UFFS e pelo Projeto Político Pedagógico (PPI), que colocam claramente a prioridade de investir tanto na formação de atores que promovam a mudança social, como na produção de conhecimentos que atendam às necessidades da região e, ao mesmo tempo, projetem a Universidade no cenário acadêmico e científico mundial. A integração orgânica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão é condição indispensável para que haja uma convergência entre as atividades de formação e as de produção de conhecimento, na concretização desses objetivos. Dessa forma, é indispensável garantir a equidade das três áreas-fins da Universidade, que devem estar presentes tanto na gestão dos recursos como na delimitação das áreas de inserção.

A delimitação das áreas de inserção, bem como do perfil dos cursos e de seus egressos, é sempre feita a partir de leitura sistemática das demandas regionais, da conjuntura nacional e mundial, assim como do diálogo com os diversos setores da Instituição e da sociedade, que se concretiza, sobretudo, nas atividades de Extensão,

mas que também deve estar presente nas instâncias democráticas de gestão da Universidade. Procura-se assegurar a oferta de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, assim como de atividades de Pesquisa e de Extensão que estejam em sintonia com as necessidades, os anseios e as possibilidades da região.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico, social e cultural pode ser impulsionado, contribuindo para a permanência dos jovens, com qualidade de vida e alternativas profissionais na sua região. Por outro lado, busca-se apoiar e fomentar atividades de pesquisa que tragam soluções para os problemas locais como também coloquem a UFFS como protagonista na apresentação de soluções inovadoras para os grandes problemas que afetam a humanidade, sobretudo no que se refere às questões ambientais e à superação da injustiça social. Nesse sentido, a qualidade do ensino é primordial para que os estudantes e os egressos se tornem sujeitos ativos na construção dessas soluções.

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

A Universidade Federal da Fronteira Sul está localizada na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, um território que engloba partes dos três estados do Sul do Brasil e que é marcado pelas longas distâncias dos chamados centros dinâmicos da economia regional, as capitais dos estados, e pela forte presença da agricultura familiar. Ao longo da história, foi marcada pela quase ausência do Estado, em especial no que se refere à adoção de políticas públicas para infraestrutura, saúde e educação. Além disso, a ocupação do território exigiu grandes esforços dos colonos, seja pelas dificuldades impostas pelas condições ambientais, seja pelos intensos conflitos pela posse da terra.

Em função dessas características, o desenvolvimento da Mesorregião exigiu/determinou um forte protagonismo de sua população, que precisou se organizar para a construção de moradias, escolas, igrejas, estradas e a “abertura” de áreas para o cultivo e, também, para garantir a posse da terra. Desse modo, a economia e a cultura regional são marcadas pelo associativismo e organização coletiva, em entidades formais e informais, como associações e cooperativas e em movimentos sociais.

A criação da UFFS é resultado deste protagonismo característico da Mesorregião, uma vez que sua origem tem relação com a luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras da região para que seus filhos e filhas pudessem acessar educação superior sem precisar migrar para as capitais. Desse modo, a UFFS surge comprometida com o desenvolvimento regional, contribuindo para a compreensão e valorização das

potencialidades regionais e para a construção de soluções socialmente referenciadas para os problemas existentes.

Esse compromisso fundacional da Universidade, que a vincula de forma umbilical ao contexto socioeconômico e cultural da Mesorregião, constituindo-se em marca que a torna única no contexto histórico e político da Educação Superior brasileira, estão expressos nos dez princípios institucionais que estabelecem os pressupostos filosóficos, políticos e acadêmicos norteadores do seu Projeto Pedagógico Institucional, que são:

1. respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento simultâneo do ensino, da pesquisa e da extensão;
2. integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição;
3. atendimento à Política Nacional de Formação de Professores para a educação básica, em especial as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade adequada;
4. educação superior de qualidade e comprometida com a formação de cidadãos conscientes e compromissados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País;
5. democracia e autonomia, que respeitem a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
6. combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade;
7. confiança na agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento regional;
8. valorização de sistemas alternativos de produção, com vistas à superação da matriz produtiva hegemônica, que é excludente;
9. busca permanente por uma universidade pública, democrática e popular;
10. comprometimento com o avanço da arte, da ciência, da cultura e da justiça como forma de alcançar a melhoria da qualidade de vida para todos.

3.1 Inserção regional

A UFFS tem como região de abrangência a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, constituída pelas regiões Sudoeste do Paraná (42 municípios), Oeste de Santa Catarina (131 municípios) e Norte do Rio Grande do Sul (223 municípios), além do Território do Cantuquiriguaçu (21 municípios), no estado do Paraná, totalizando 417 municípios, com área total estimada de 139 mil quilômetros quadrados e população de aproximadamente quatro milhões de habitantes. Essa Mesorregião tem a agropecuária e a agroindústria como base de sua estrutura produtiva e um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%) e mesmo das demais regiões dos três estados, concentrando parcela significativa da população na

zona rural. Em relação à região Sul, a Mesorregião representa um quarto do território e da população. No entanto, o Produto Interno Bruto (PIB) da Mesorregião representa pouco mais de um décimo e o PIB per capita (US\$ 3.285) é 40% menor que o da média da região Sul (US\$ 5.320) (MESOMERCOSUL, 2013).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR, 2010), do Ministério da Integração Nacional (MI), classifica as microrregiões brasileiras como de “alta renda”, “baixa renda”, “dinâmicas” e “estagnadas”. A maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul são classificadas como estagnadas. Os indicadores demonstram que a Mesorregião, em relação à Região Sul e ao Brasil, vem empobrecendo.

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada a partir do encontro dos imigrantes europeus com os povos originais e remanescentes de quilombolas. O processo de colonização (ocupação das terras pelos colonos europeus) trouxe consigo novos valores, formas de organização da produção e da vida comunitária, que implicaram a quase exclusão das populações nativas e negra e em profundas mudanças ambientais. Ainda hoje a forte presença de imigrantes europeus, com remanescentes de indígenas e mestiços, é uma característica marcante da região. A religiosidade e o importante papel da igreja na organização popular, com a igreja acumulando, além de sua função eminentemente religiosa, também um papel político de destaque, é outro elemento característico da região (DAMO, 2006).

A agricultura familiar e camponesa foi um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da região, modelo de produção agrícola que prosperou durante, pelo menos, três décadas. A partir da década de 70, as novas condições de produção colocadas pelo processo de modernização da agricultura contribuíram para a crise desse sistema, dentre elas a incorporação dos avanços da engenharia genética e de insumos de origem industrial que elevaram os padrões de produtividade, inviabilizando o modelo de produção da agricultura familiar tradicional da região (POLI, 2006).

O processo de modernização do campo, conhecido como Revolução Verde, trouxe à região um padrão tecnológico danoso ao ambiente e dependente da indústria, impondo máquinas, sementes selecionadas e tratadas, uso intenso de adubos e defensivos agrícolas industrializados. Nesse processo, coube à Agricultura Familiar e Camponesa o suprimento de matéria-prima para indústria, que visa à geração de oferta de alimentos e produtos para exportação, o que ocasionou a transferência de renda para o setor urbano, e a conseqüente evasão dos camponeses para a cidade (POLI, 2006).

A parcela das famílias que permaneceu no campo precisou adaptar-se aos novos modelos de produção agrícola, especialmente voltado à produção de grãos

para exportação ou carne e leite para as grandes agroindústrias. Os excluídos desse processo migram, tardiamente, para as periferias das cidades, onde, em geral, devido à falta de formação profissional para o mundo do trabalho urbano, acabam sobrevivendo através de atividades informais e do subemprego, em geral com baixos salários e conseqüente precárias condições de vida.

Por outro lado, mesmo para aqueles que permanecem no meio rural, apesar do crescente processo de “modernização” e tecnificação das atividades agrícolas, têm crescentemente aumentado seus níveis de endividamento e diminuído as margens de lucro e de rentabilidade vinculados às atividades de sua propriedade. Isso porque as novas tecnologias e equipamentos, necessários aos “novos tempos” da agricultura (mesmo aquela de tipo familiar), possuem alto custo, tanto de aquisição quanto de manutenção, o que não é acompanhado pelo proporcional aumento da rentabilidade vinculada aos produtos vendidos pelos agricultores. Somado a isso, tem-se ainda o frequente insucesso de técnicas de produção “importadas” de outros países e regiões, que, sem as adequações necessárias à realidade ambiental, econômica e cultural da região, acabam por se mostrar ineficientes, comprometendo ainda mais as chances de sobrevivência dos agricultores familiares e de seu modo de vida (POLI, 2006).

Como conseqüência, o intenso êxodo rural compromete a sobrevivência da agricultura familiar, não apenas como alternativa produtiva, mas também como forma de organização das sociedades e do modo de viver dos indivíduos e populações a ela vinculados. Nesse sentido, surgem os mais diversos problemas sociais, como a falta de filhos dispostos a assumirem a direção de propriedades rurais, o que cria um vazio no processo de sucessão, comprometendo a própria existência das pequenas unidades produtivas como característica da agricultura regional. Tanto o conjunto das causas desses processos como os seus potenciais efeitos ainda carecem de estudos sistemáticos, para os quais a UFFS surge como instituição que pode oferecer grande e valorosa contribuição.

O setor urbano industrial da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno possui uma profunda interdependência com a agropecuária, a exemplo das empresas agroindustriais. Além do setor agroindustrial, há uma forte presença de micro e pequenas empresas industriais e comerciais, também com intensa relação entre a cidade e o campo. De fato, apesar de, em média, os municípios dessa região apresentarem uma distribuição populacional de cerca de 45% associada ao meio rural, mesmo o meio urbano, em grande medida, sobrevive em função de atividades que dependem da agricultura. É o caso, por exemplo, do comércio nos pequenos municípios, que dependem quase exclusivamente dos recursos financeiros que giram em torno dessa atividade. Por isso, em anos que a agricultura padece, seja por problemas econômicos ou por fatores climáticos, todo o conjunto da economia do município é

atingido, refletindo-se em demissões no comércio das cidades (meio urbano), baixa na arrecadação do município, diminuição dos recursos disponíveis para obras e serviços por parte das prefeituras, e assim por diante (MESOMERCOSUL, 2013).

Cabe destacar, ainda, a importante rede de serviços que se constituiu para viabilizar e dinamizar os processos econômicos, sociais e culturais da região. Seguindo a dinâmica da concentração populacional em centros regionais, este setor desenvolveu uma significativa inserção na vida e na dinâmica da população, suprindo as demandas de saúde, ensino, informação, tecnologia e cultura, entre outros.

Do ponto de vista político, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de organização de diferentes sujeitos sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Cooperativo, ONGs, Associações de Municípios e Conselhos, movimentos vinculados à Igreja, especialmente oriundos das Pastorais da Terra e da Juventude, que constituem um grande patrimônio social e que serve de modelo para outras regiões do País.

Contudo, a região ainda preserva algumas características, relacionadas à tradição e à cultura política, que remontam a práticas tradicionais no que diz respeito ao entendimento e, principalmente, ao uso e apropriação das estruturas públicas de governo. Clientelismo, personalismo, patrimonialismo e deficit democrático ainda constituem realidades presentes em muitos dos municípios da região, estando associados, com frequência, à ausência e/ou insucessos de políticas que poderiam combater as dificuldades acima apontadas.

Os pequenos municípios dessa Mesorregião são caracterizados pelo empobrecimento social de uma parcela da população, concentrada especialmente nas cidades-polo. Isso se reflete nas condições de moradia, deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação, crescimento do desemprego, da pobreza, da violência etc. Esse conjunto de elementos, associado à dificuldade de geração de trabalho e renda para a população, acaba gerando êxodo rural e emigração regional.

Geograficamente distante dos centros de decisão política dos Estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. Os investimentos em desenvolvimento na região seguiram a lógica da geração de empregos através da implantação de grandes empreendimentos econômicos privados, dando margem à aceleração de processos concentradores de riqueza e renda.

Destacam-se, ainda, a baixa qualificação profissional, os baixos salários, as poucas oportunidades de opção profissional, a falta de oportunidades de educação

superior, especialmente pela distância que havia das Universidades Federais, bem como a falta de condições financeiras da maioria dos jovens de pagar sua formação superior, quando ela é ofertada por instituições de natureza comunitária e/ou privada. Esses pequenos municípios carecem de uma instituição com capacidade de produzir conhecimento e tecnologia para articular políticas públicas no sentido de gerar um processo e desenvolvimento capaz de apontar soluções para este conjunto de problemas mediante a compreensão sistemática de seus fatores determinantes.

A ausência ou os baixos índices de investimentos estatais na Mesorregião, até 2010, são particularmente ilustrativos no que se refere à educação. No passado, para garantir educação aos filhos, os imigrantes tiveram que criar em alguns municípios as chamadas “escolas da comunidade”, já que somente a partir da segunda metade do século XX percebe-se uma presença mais forte do Estado na área da educação. Em termos de educação superior pública, a ausência da ação do Estado na Mesorregião só começou a ser revertida com as políticas de expansão da Educação Superior Pública, implantadas nos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2002.

Ao se fazer uma breve retrospectiva da Educação Superior no Brasil, observa-se que as universidades surgiram somente no século XX pela ação do Estado. Antes disso (até 1968), quando se iniciou a grande Reforma Universitária (Lei nº5.540 de novembro de 1968), existiam as universidades públicas financiadas pelo Estado e as universidades privadas de caráter confessional. Havia duas modalidades: ou a universidade era gratuita ou era paga, mas as instituições eram consideradas sem fins lucrativos (CALDERÓN, 2000). O elitismo educacional se dava pelos cursos ou áreas do conhecimento ofertados, pela qualidade dos cursos e pela ausência da pesquisa.

Com a Reforma Universitária, feita no período da ditadura militar (de 1964 a 1985), foi implantada uma política de modernização e reestruturação do sistema universitário, com importantes medidas, tais como: a abolição da cátedra; a criação do departamento como unidade de ensino e pesquisa; a organização do currículo em duas etapas, a básica e a de formação profissionalizante; a adoção do sistema de crédito e da semestralidade e com a institucionalização da pesquisa etc. (SAMPAIO, 1998). Os empresários da área da educação passaram a criar estabelecimentos isolados de pequeno porte e poucas foram as universidades mercantis criadas entre 1968 e finais dos anos 80, as quais proliferaram somente no início da década de 1990, a partir de mudanças na legislação, implantadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Esses estabelecimentos se transformaram em federação de escolas ou escolas integradas, e muitas delas adotaram o *status* de universidade. As universidades consideradas mercantis surgiram de forma marcante a partir do final da década de 1980. O acirramento da competição no mercado de ensino universitário, na primeira metade da década de

1990, revelou a profissionalização e a agressividade das propagandas utilizadas pelas universidades mercantis para conquistar o consumidor (CALDERÓN, 2000).

De 1990 a 2002 houve uma retração das vagas na rede federal e a absorção dessa demanda ficou por conta das instituições privadas (MARTINS, 2009). Esse período ficou caracterizado com um forte elitismo educacional, com grande foco na privatização, surgindo também as universidades comunitárias como alternativa de ensino superior. Em 2004, o governo instituiu o PROUNI, visando à democratização do acesso e à permanência dos alunos no ensino superior (CARVALHO 2006). Embora o foco do PROUNI estivesse voltado à educação superior privada, constituiu um forte elemento de acesso ao ensino superior para estudantes das camadas populares.

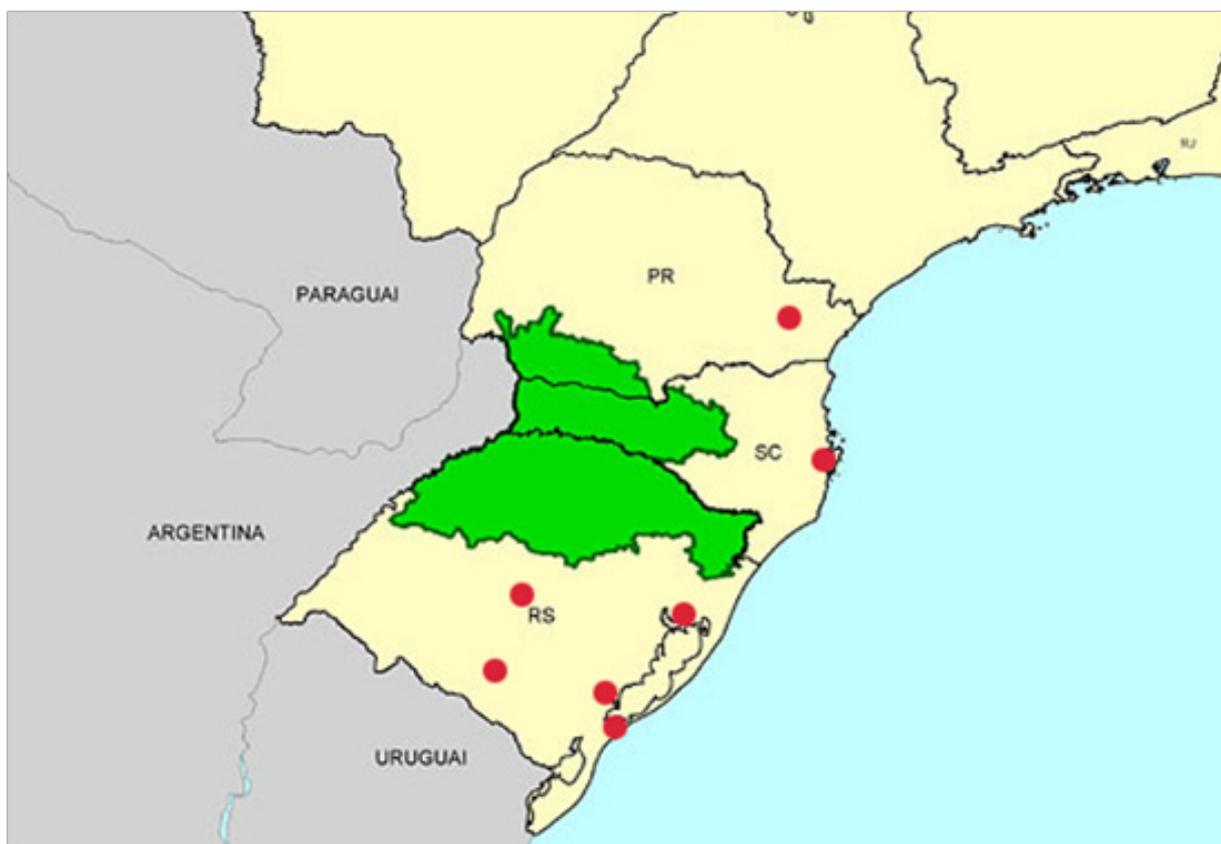
Com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, o governo federal passou a dotar as universidades públicas federais de recursos financeiros necessários à ampliação do acesso, aumento da qualidade dos cursos, melhoramento e aproveitamento das estruturas físicas e revisão da sua arquitetura acadêmica (MARTINS, 2009). Antes da implantação da UFFS, em Santa Catarina havia a presença da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que abrigou o Centro Educacional do Oeste (CEO), nos municípios de Chapecó, Palmitos e Pinhalzinho, que buscou fixar na região profissionais da área de alimentos e zootecnia, forte vocação do Oeste do Estado, bem como colaborar na questão da saúde, com o curso de enfermagem, área ainda de frágil assistência na região (UDESC, 2016).

Em 2006 foi instalado em Chapecó o primeiro *Campus* do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) na região Oeste. Também foram abertos outros *campi* em São Miguel do Oeste, Caçador, São Carlos e São Lourenço, todos na região Oeste, ofertando inicialmente curso técnicos, de qualificação e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (IFSC, 2016). Na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, pertencente ao Rio Grande do Sul, a situação de ausência ou baixos investimentos na educação superior era quase idêntica à Santa Catarina. Obteve sinais de melhoria com a implantação do *Campus* Erechim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), no ano de 2006, quando, através de ato do Ministério da Educação, foi implantada a Escola Técnica Federal do Alto Uruguai. Em Erechim, inicialmente, houve a oferta de cursos técnicos (IFRS, 2016).

Na porção paranaense da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a educação superior pública começou a se instalar, ainda nos anos 1990, com a criação do *Campus* Pato Branco, do então Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), em 1993, na cidade de Pato Branco. Depois, em 1998, foi instalado um *Campus* da Universidade do Oeste Paranaense (UNIOESTE), em Francisco Beltrão. Em outubro de 2005, já dentro do programa de expansão da rede federal de universidades, o CEFET-PR foi transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que,

nesta época, já contava com um segundo *Campus* na região, na cidade Dois Vizinhos. Em novembro de 2006, foi criado o terceiro *Campus* da UTFPR na região Sudoeste do Paraná, na cidade de Francisco Beltrão. Entretanto, de maneira geral, os movimentos sociais da região continuavam a reivindicar a criação de uma universidade pública que dialogasse mais fortemente com as demandas regionais, uma vez que os *campi* já existentes tinham sua atuação orientada por diretrizes definidas nas matrizes das instituições, que ficavam em centros urbanos distantes da realidade local.

Figura 1: IFES Macrorregião Sul



Fonte: BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2007).

Assim, embora, no final dos anos 1990 e, principalmente, na primeira década dos anos 2000, a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul tenha experimentado um crescimento na oferta da educação superior pública, até a criação da UFFS, em 2009, ainda era evidente a falta de uma ação mais objetiva do Estado na área da educação superior. As estruturas públicas criadas não produziram uma mudança significativa no modelo elitista da educação superior regional, pois a oferta de vagas e cursos era insuficiente para atender, satisfatoriamente, à demanda regional, especialmente da população economicamente mais carente e que não podia acessar as instituições pagas. A exclusão tem, portanto, um claro recorte socioeconômico, visto que impede justamente o acesso ao ensino superior da população com menor poder aquisitivo. Esse processo, além de excludente, é socialmente injusto, na medida em que

contribui para extrair renda da população mais pobre, criando um ciclo vicioso e autorreprodutivo, que intensifica cada vez mais a exclusão da qual é resultado e causa ao mesmo tempo. Assim como no passado os imigrantes tiveram que bancar a “educação básica”, hoje justamente a população de baixa renda é novamente obrigada a pagar para garantir aos filhos um curso superior.

Se, por um lado, foram alcançados avanços em termos de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e camponesa, por outro, as políticas públicas de educação superior com capacidade de inovação científica e tecnológica, indispensáveis para a inserção econômica qualificada, apesar da criação dos Institutos Federais e das Universidades, processo iniciado a partir de 2008, ainda estavam muito distantes. Essa realidade contribuiu com o deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades-polo de cada microrregião e, principalmente, da Mesorregião para outras regiões, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vinha minando as forças produtivas locais e dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno, além de intensificar a concentração de renda e de terras também no meio rural, já que o êxodo acaba por inviabilizar as pequenas propriedades, as quais acabam sendo vendidas para poucos compradores.

Diante desse cenário, a oferta de ensino superior público e gratuito, especialmente à população mais carente, articulada com um forte investimento em Pesquisa e Extensão que atendesse à Mesorregião, com diversos *campi*, era condição essencial ao desenvolvimento regional. Foi nesse contexto que em 15 de setembro de 2009 (Lei Nº 12.029) se inseriu a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, uma universidade considerada estratégica para a promoção do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida de sua população, não somente pela ampliação da oferta do ensino superior, mas, principalmente, pelo desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão a ele associadas, em uma instituição integrada à realidade local.

3.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas, alinhados aos grandes desafios regionais

O compromisso com a democratização do conhecimento expresso nos princípios institucionais exige a busca pela excelência na realização das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), o que requer a definição de princípios éticos e epistemológicos que traduzam a concepção de excelência acadêmica almejada. Esses princípios foram definidos na I Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE), realizada pela UFFS, em 2010, e orientam as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS¹. São eles:

1 “Os princípios da UFFS, definidos na I COEPE, continuam servindo de base para a construção da Universidade nos dias de

I- Humanismo: O princípio diz respeito ao reconhecimento da humanidade que se faz presente em cada ser humano. Pressupõe uma abertura para a alteridade. Trata-se de um princípio indispensável a uma educação que queira fazer jus ao seu conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador, como forma de relação que estabelece com o objeto investigado. Traduz-se na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros.

II- Pluralidade: O princípio diz respeito à natureza da própria Universidade que, em seu conceito, abarca a pluralidade, ao reconhecer a universalidade numa tripla dimensão:

- a) o universal enquanto encontro da humanidade consigo mesma, isto é, com a multiplicidade de saberes produzidos ao longo da história por diferentes grupos humanos;
- b) o universal enquanto multiplicidade de interpretações feitas historicamente acerca da origem e do sentido de seus saberes;
- c) o universal enquanto orientação ético-política de construção da história na qual possam coexistir distintas formas de organização e de significação da existência, uma história como “progresso do todo” contraposta ao “progresso no todo”.

III- Justiça cognitiva: O princípio diz respeito à democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora. O acesso e a apropriação social de tais saberes são condições essenciais para o desenvolvimento do humano e para a justiça social. A Universidade pode contribuir decisivamente para a justiça cognitiva, na medida em que proporciona aos jovens e aos grupos sociais excluídos o acesso aos saberes sistematizados, historicamente produzidos e socialmente legitimados, possibilitando o redimensionamento do conhecimento.

IV- Autonomia intelectual: O princípio diz respeito a uma condição ética e cognitiva no exercício do pensamento. Trata-se de preparar o indivíduo para embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica. Significa superar o mero cultivo da especulação inspirada em modelos ideais, que deixa os indivíduos incapazes de orientar-se no mundo, assim como o esforço de diferenciação individual visando afirmar-se diante da lógica competitiva que se impõe como realidade autonomizada, sem sujeito. O desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de Ensino na Graduação e na Pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na Pesquisa e na Extensão, é primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual. A produção de autonomia do pensamento decorre necessariamente do cultivo permanente da interrogação e da problematização.

V- Cooperação: O princípio diz respeito à forma de relação que os seres humanos estabelecem entre si para regular as suas relações com a natureza, e encontra no trabalho a referência para humanizar a realidade natural e social. Trata-se de um princípio que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional que o embasa, que busca conferir sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão através da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas. A cooperação implica o agir solidário, tanto na produção, quanto na apropriação e distribuição dos resultados nas distintas atividades humanas.

VI- Sustentabilidade: O princípio da sustentabilidade diz respeito a um conjunto amplo de princípios, valores, conhecimentos e práticas individuais e coletivas que procuram repensar/superar o atual modelo de desenvolvimento e promover dinâmicas que primem por justiça social e por relações mais solidárias e responsáveis entre o ser humano e a natureza. Implica construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o ser humano à condição de consumidor. A sustentabilidade tem uma dimensão ética latente: ela implica um equilíbrio dinâmico entre as necessidades humanas e a capacidade da natureza de satisfazê-las. A sustentabilidade ecológica, nesse sentido, implica sustentabilidade social, econômica, espacial e cultural.

VII- Transformação social: O princípio diz respeito à orientação social do fazer acadêmico no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Trata-se de um princípio que aposta na contextualização e na interpretação histórica e crítica como perspectiva de qualificar a intervenção social. Requer o reconhecimento da pertinência das demandas sociais a partir de sua contextualização histórica, objetivando conferir-lhes uma orientação emancipatória. O princípio se traduz numa postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas.

VIII- Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão: O princípio diz respeito, sobretudo, à articulação dialética entre a teoria e a prática para construir um fazer acadêmico socialmente relevante. Contrapõe-se à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão.

IX- Interdisciplinaridade: O princípio diz respeito ao processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas, e uma intervenção mais qualificada na realidade.

A II Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE), realizada no período de novembro de 2016 a março de 2018, que teve como tema central *“O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na perspectiva de uma Universidade Popular”*, reforçou o compromisso com os princípios estabelecidos na I COEPE. Na primeira etapa foram realizadas atividades de avaliação da primeira edição, de forma a *“revisitar os propósitos institucionais, colocá-los em diálogo com os grandes desafios históricos, regionais e da universidade contemporânea e com a experiência institucional desenvolvida ao longo de seus anos iniciais de implantação”* (Relatório II COEPE, p. 13). Também foram promovidas discussões sobre novas perspectivas para o conjunto das áreas acadêmicas (Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura), com foco na consolidação de um projeto de *“Universidade Popular”*.

Ao refletir sobre a Universidade Pública brasileira, no ano em que a UFFS foi criada (2009), Alex Fiuza de Mello, Naomar de Almeida Filho e Renato Janine Ribeiro apontavam para três grandes dimensões desafiadoras: a) atingir o padrão de qualidade compatível com as exigências do mundo contemporâneo e com o estado de evolução e dinamização do conhecimento

em todos os seus domínios de manifestação, incorporando os avanços pedagógicos compatíveis; b) aproximar-se da universalidade do acesso, se não para todos os cidadãos que têm direito à educação plena, mas a todos e todas que demonstrem vocação, aptidão e motivação para formar-se nos níveis superiores de educação; c) desenvolver, com o comprometimento orgânico de suas estruturas acadêmicas, programas sociais relevantes, capazes de contribuir para a solução de problemas nacionais inadiáveis, superando distintas modalidades de exclusão ou carência socialmente estrutural: sanitária, educacional, produtiva, etc.² (Relatório da II COEPE, p. 13).

Desde a sua concepção, a UFFS procura estar alinhada aos grandes desafios regionais,

com o propósito de contribuir para a solução de problemas locais, regionais, nacionais e internacionais, considerando, especialmente, que estamos situados em uma região de fronteira.

[...]

É reconhecido que a UFFS, ao longo de seus anos iniciais de implantação, tem dado passos importantes na direção da superação dos desafios acima elencados. Com relação à universalidade de acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, suas políticas incorporam fatores socioeconômicos (escola pública e renda) e adotam reserva de vagas através de cotas (étnico-raciais e pessoas com deficiência) em níveis correspondentes aos indicativos sociais, além disso, também se ocupam com a definição de áreas de conhecimento prioritárias, procurando conferir-lhe enfoques socialmente relevantes e adotar uma estrutura curricular que abarca diferentes domínios formativos. A Universidade também promoveu ações de acompanhamento estudantil voltadas para a permanência dos estudantes. Contudo, há ainda muito que se discutir acerca das “exigências” do mundo contemporâneo, da “evolução e dinamização” do conhecimento em todos os seus domínios, dos “avanços” pedagógicos e da construção de programas socialmente “relevantes”, com o propósito de contribuir para a solução de problemas locais, regionais, nacionais e internacionais, considerando, especialmente, que estamos situados em uma região de fronteira. (Relatório da II COEPE, p. 13).

Embora a UFFS, nestes primeiros anos, tenha investido fortemente na qualificação do ensino superior que oferta, associado ao desenvolvimento de atividades de Pesquisa e Extensão e, assim, contribuir para o desenvolvimento regional, os debates da II COEPE indicam que ainda é necessário avançar no sentido de que o conhecimento produzido tenha relevância social:

.....
² FIUZA DE MELLO, Alex; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma Universidade socialmente relevante. *Atos de Pesquisa em Educação*. PPGE/ME FURB. v. 4, no 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

O que a sociedade local e regional espera da Universidade Pública? Observa-se que alguns temas já estão, de longa data, entre as grandes pautas da Universidade Pública: a erradicação da pobreza, a intolerância, as violências, o analfabetismo, a fome, as doenças e a degradação ambiental, sobretudo mediante uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar. Essas pautas não são responsabilidade apenas da Universidade Pública, mas também um conjunto de Instituições e Órgãos governamentais e não governamentais, espalhados pelo território nacional, cada qual, com suas demandas, estratégias e ações. Tal perspectiva reforça a necessidade de a universidade, enquanto instituição social dotada de especificidades, identifique seu papel e articule as suas ações com as demais instituições, organizações e movimentos sociais (Relatório da II COEPE, p. 14).

No intuito de fortalecer ainda mais o diálogo sobre os grandes desafios regionais apresentados anteriormente, a UFFS procura alinhar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão às áreas prioritárias demandadas pela Meso-região. Nos doze fóruns temáticos realizados na II COEPE, foram debatidas diversas questões relacionadas ao desenvolvimento e fortalecimento regional, conforme apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Fóruns temáticos da II COEPE

Tema	Discussões e dificuldades apontadas	Categorias das propostas
1. Agricultura familiar e Agroecologia	Continuidade/sucessão da agricultura familiar, com destaque para a importância de sua aproximação com o modelo agroecológico e análise de seus embates com o modelo convencional de produção.	a) A concepção de agricultura familiar; b) a agricultura familiar e o mundo rural na sociedade capitalista contemporânea; c) o modelo agroecológico; d) os embates políticos da agricultura familiar; e) a natureza da assistência técnica requerida; f) a sucessão na agricultura familiar; g) a necessidade de (re)educação.
2. Meio ambiente e sustentabilidade	Problemática do uso indiscriminado dos agrotóxicos no contexto atual, tendo por base a avaliação de seus impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana, evidenciados por inúmeras pesquisas realizadas pela comunidade científica, incluindo pesquisadores da UFFS. Reforça-se o compromisso da UFFS com a produção de alternativas vinculadas à superação do uso dos agrotóxicos, incluindo os ambientes da própria universidade.	a) Recursos naturais e importância da água para a manutenção da biodiversidade; b) uso/degradação do meio ambiente; c) saúde única: humana, animal e ambiental; d) políticas públicas e sustentabilidade ambiental.
3. Gestão, cooperativismo, economia solidária e políticas públicas	Ênfase às experiências de economia solidária e de cooperativismo alternativo em diferentes áreas de atuação e apontaram dificuldades relacionadas à consolidação destas experiências. Reflexão sobre o papel da Universidade na qualificação e no fortalecimento das iniciativas econômicas alternativas, vinculadas aos processos de autogestão e de promoção de políticas públicas voltadas para a construção de uma sociedade mais igualitária.	a) Concepções; b) economia solidária e cooperativismo; c) gestão: cooperativas e agricultura familiar; d) políticas públicas; e) gestão pública em torno dessas categorias, com proposição de um conjunto expressivo de encaminhamentos.

Tema	Discussões e dificuldades apontadas	Categorias das propostas
4. Desenvolvimento regional, urbano e políticas públicas	Problematização da concepção de desenvolvimento prevalecente em nossa cultura e lançamento de novos desafios para a Universidade, voltados, especialmente, para o fortalecimento do diálogo com a comunidade e a produção de conhecimento sobre a região de abrangência da UFFS.	a) concepção; b) desenvolvimento regional e urbano com participação popular; c) desenvolvimento regional e urbano e governança; d) a produção do conhecimento sobre a região e o local como pauta prioritária para a pesquisa; e) a universidade e a sociedade juntas para o desenvolvimento regional e urbano; f) os modelos alternativos ao desenvolvimento regional e urbano.
5. Saúde Pública/Saúde Coletiva	Forte preocupação com o momento político atual, caracterizado pela minimização do Estado e seus impactos sobre a saúde, envolvendo a austeridade financeira (fixação de tetos para gastos na área da saúde – Ementa Constitucional 95/2016), o desmonte do SUS mediante processos de privatização, terceirização e abertura para o capital estrangeiro explorar a assistência à saúde, as campanhas midiáticas focadas no enfraquecimento dos princípios doutrinários do sistema (universalização, integralidade e equidade) e a criação de planos populares de saúde em substituição ao dever do Estado e a concepção de saúde como direito de todos (as). Reflexão sobre o papel da universidade na formação de profissionais da saúde, tecnicamente qualificados e politicamente comprometidos com a saúde pública, e sobre as dificuldades e desafios relacionados à inserção dos egressos no contexto da fronteira Sul.	a) concepção de saúde pública x saúde coletiva; b) educação e formação de profissionais de saúde; c) redes de atenção à saúde: articulação entre a formação acadêmica, gestão e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e comunidade; d) promoção de saúde com foco nos determinantes e condicionantes sociais; e) conjuntura política e econômica: defesa do SUS e mobilização social; f) alimentos, agrotóxicos e saúde.
6. Tecnologia, inovação e desenvolvimento social	Problematização das visões triunfalista e apocalíptica de tecnologia, segundo as quais a tecnologia se configura como solução para todos os problemas da sociedade, ou todos os problemas da sociedade advêm da afirmação da tecnologia, respectivamente; identificação de diferentes posicionamentos acerca da relação entre a tecnologia/inovação e o desenvolvimento, ora enfatizando os condicionantes para a afirmação da tecnologia/inovação, ora questionando o sentido humano e social desta produção; avaliação da celebração de parcerias entre universidade e outras instituições sociais, sob diferentes perspectivas, com destaque à preservação da dimensão pública da universidade.	a) Relações entre tecnologia, inovação e desenvolvimento social; b) o papel da UFFS na geração da tecnologia, da inovação e do desenvolvimento social.
7. Educação	Fortes preocupações com relação ao momento político atual, marcado por reformas educacionais retrógradas e pelo congelamento dos gastos na educação, que impactam também a formação de professores e os cursos de Licenciatura. Importância da educação como instrumento de democratização da cultura e da sociedade, com ênfase nas especificidades da educação popular e da educação do campo. Análise da inserção da UFFS no contexto regional, no âmbito da formação inicial e continuada e destaque para a importância dos momentos de diálogo e de escuta na UNIVERSIDADE.	a) Educação popular e democrática; b) educação do campo; c) educação básica e formação inicial e continuada de professores; d) educação e saúde.
8. Conhecimento, currículo e interdisciplinaridade na perspectiva da universidade popular	Análise crítica da instituição “universidade” e de seu processo de expansão no contexto da sociedade e da educação brasileira; uma avaliação dos impactos da globalização econômica sobre os processos formativos; uma reflexão sobre a implantação e consolidação do projeto institucional de construção de uma universidade popular; o reconhecimento da necessidade de fortalecer os espaços públicos de debate.	a) a constituição da universidade moderna e seus desdobramentos; b) a política de expansão de vagas no ensino superior brasileiro; c) universidade pública e popular: currículo, conhecimento e interdisciplinaridade; d) desafios emergentes na implementação do projeto institucional da UFFS; e) a reafirmação do compromisso com o projeto institucional.

Tema	Discussões e dificuldades apontadas	Categorias das propostas
<p>9. Ações afirmativas, inclusão e evasão</p>	<p>Reconhecimento da importância da interiorização da Universidade, das políticas de inclusão, de acesso e permanência e dos compromissos institucionais associados à construção de uma universidade pública e popular. Apontamento para as resistências contrapostas a essas políticas e para a existência de práticas de discriminações no interior da UFFS, vinculadas às representações hierarquizadas de classe, raça e gênero, lançando desafios para qualificação dessas políticas, envolvendo, entre outros, a ampliação da representatividade da diversidade nos espaços da Universidade. Problemas de ensino e aprendizagem de grupos sociais de baixa renda e com escolarização precária, com destaque aos estudantes indígenas, reafirmando-se a necessidade de retomar o debate sobre a moradia estudantil, considerada essencial para a consolidação de uma universidade popular.</p>	<p>a) inclusão: abordando pessoas com deficiência; b) acesso: a inserção de públicos historicamente excluídos do ensino superior; c) ações afirmativas: a importância desses mecanismos para garantir a efetivação de direitos; d) permanência: moradia estudantil, retenção e interfaces cidade-campo-universidade; e) evasão.</p>
<p>10. Mobilidade acadêmica e internacionalização</p>	<p>Indagação sobre o sentido da internacionalização na perspectiva de uma universidade popular, sobre os objetivos e as prioridades da UFFS em relação ao processo de internacionalização, sobre os países e instituições parceiros prioritários, entre outros. Os desafios convergem para o desenvolvimento da internacionalização como compartilhamento de conhecimentos e técnicas, abertura à diversidade cultural e fortalecimento de ações conjuntas, sintonizadas com os objetivos institucionais, visando cultivar a paz, a solidariedade e a cooperação entre instituições, nações, povos e culturas.</p>	<p>a) concepção; b) política de internacionalização da UFFS; c) política de linguística; d) Programa de Mobilidade Acadêmica.</p>
<p>11. Direitos humanos e cidadania</p>	<p>Atuação da UFFS no contexto regional através de iniciativas de Pesquisa e Extensão, além das atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial focadas no atendimento dos casos de violação, desenvolvidas em parceria com diferentes agentes públicos e privados que atuam na área no âmbito regional. Evidencia-se a existência de um grande número de violações dos direitos humanos, havendo, portanto, necessidade de ampliar e qualificar as ações estendendo-as ao conjunto dos <i>campi</i>, além de fortalecer os vínculos com o Estado e com a comunidade regional.</p>	<p>a) intervenções acadêmicas, que englobam a atuação em Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, planejamento e gestão dos processos constitutivos da produção de saber universitário; b) intervenções administrativas, tratando da organização da universidade com setores especificamente voltados ao tratamento dos casos de violação de direitos e da organização do papel da Universidade frente à sociedade nesses processos; c) relacionamento com o Estado, apontando áreas de iniciativa prioritária para o relacionamento da UFFS com os governos em âmbito municipal, estadual e federal; d) abertura para gestão comunitária, pautada na necessidade de que a gestão da UFFS seja permeável às pautas, demandas e contribuições administrativas dos grupos organizados da sociedade civil, inclusive em espaços administrativos deliberativos.</p>

Tema	Discussões e dificuldades apontadas	Categorias das propostas
12. Expansão e consolidação da universidade	Viabilidade financeira e administrativa para expansão da Universidade face à promulgação da Emenda Constitucional vinculada à EC 95/2016, que limita recursos e investimentos na educação e saúde. Destaca-se a necessidade de fortalecer a mobilização permanente da comunidade regional em favor da consolidação e expansão da UFFS e a necessidade de fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos <i>campi</i> da UFFS ao longo dos últimos anos como possibilidades de expansão interna, em diálogo com o plano de expansão construído pelos <i>campi</i> em 2013/14.	a) projeto de universidade a ser consolidado e expandido, enfatizando as diferentes concepções que integraram os debates; b) consolidação e a expansão da Universidade no contexto atual, abrangendo as particularidades dos <i>campi</i> e a indicação de desafios para o Ensino, a Pesquisa, Extensão e Cultura.

Fonte: Documento Final da II COEPE, 2018.

Essas doze áreas temáticas integraram cada um dos capítulos do documento final da II COEPE e reforçam “o comprometimento dos atores envolvidos com a consolidação do projeto institucional de construção de uma universidade pública e popular”. Também “revela a existência de uma maior proximidade com as áreas acadêmicas e uma reflexão mais aguda e qualificada em torno das dificuldades e desafios associados à implementação e consolidação da universidade no ensino, pesquisa, extensão e cultura” (Documento final da II COEPE, 2018).

3.2.1 Concepção de universidade e sua relação com a sociedade

As universidades são uma criação histórico-social e, portanto, são instituições constituídas e constituintes da sociedade. Nesse contexto, cabe à universidade pensar não apenas os problemas e as grandes questões de sua época, mas também refletir, crítica e profundamente, sobre si mesma, sobre seu papel, sobre sua responsabilidade e sobre os resultados do conhecimento que produz e dissemina acerca daquelas grandes questões. Assim, a UFFS entende que a universidade deve assumir uma postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometida com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas, pela ampliação e socialização do conhecimento e pela consolidação da ciência.

A relação entre universidade e sociedade será marcada pelo diálogo investigativo e crítico, de superação da hegemonia acadêmica e do determinismo econômico e político, como perspectiva de construção de um projeto acadêmico socialmente referendado. Nesse sentido, o diálogo com as instituições sociais inclui, entre outras, as instituições de ensino superior, situadas no contexto regional, de modo especial as da esfera pública, como possibilidade de promover a plenitude das ações acadêmicas no contexto em que se situa.

A necessidade de comprometimento social da universidade precisa ser entendida como postura institucional, o que não significa, de modo algum, o abandono da autonomia, seja em termos da prerrogativa de estabelecer suas próprias prioridades e dinâmicas de funcionamento, seja no sentido de manter a postura crítica e de objetividade em relação ao conhecimento que produz. Isso significa que a universidade, embora comprometida com a transformação da sociedade da qual faz parte, não se limitará a ser mero agente executor das demandas socialmente identificadas e delimitadas. Antes, cabe à universidade o papel de compreender, interpretar, analisar e produzir conhecimento científico sobre tais demandas e problemas, inclusive como condição para delimitar não apenas as possibilidades de intervenção junto a eles, mas a própria condição e *status* dos mesmos enquanto problemas.

Se a universidade não deve colocar-se acima da sociedade à qual pertence e à qual deve sua própria existência, tampouco pode abrir mão de sua essência enquanto instituição produtora e disseminadora de conhecimento científico em nome das necessidades imediatas de resolução dos problemas sociais ou, ainda pior, das demandas do mercado. Se o total isolamento da sociedade é prejudicial à necessária perspectiva de função social da universidade, a submissão dela às simples e diretas demandas sociais e de mercado podem comprometer sua própria condição de existência. Por isso, a UFFS assume o compromisso de permanente diálogo e interação com a sociedade, nas mais diversas práticas acadêmicas, sem deixar de manter sua autonomia enquanto instituição à qual cabe o papel de pensar não apenas sobre a solução dos problemas da sociedade, mas sobre a própria forma como a sociedade delimita e compreende tais problemas, produzindo sobre eles não apenas alternativas de solução, mas conhecimento científico.

3.2.2 Concepção de educação

A UFFS pretende oferecer uma educação que faça jus ao conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador. Traduz-se pela capacidade de se indignar e de se posicionar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida e de crença, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros. Uma educação, enfim, entendida como processo socializante e democratizante do conhecimento, agente impulsionador do desenvolvimento humano e social e, portanto, direito de todo ser humano.

Na II COEPE, no Fórum Temático voltado para a Educação foram realizados debates em torno dos seguintes tópicos: 1. Educação popular e democrática; 2. Educação do

campo; 3. Educação básica e formação inicial e continuada de professores; 4. Educação e saúde. Nesses fóruns foram debatidas as concepções de educação defendidas pela universidade e que devem direcionar as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. O Quadro 2 apresenta a síntese das discussões sobre esse fórum temático.

Quadro 2 – Síntese das discussões do fórum temático: Educação

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Educação Popular e Democrática	<p>1.1 Fortalecer os espaços democráticos, através dos debates entre Universidade e movimentos sociais e organizações populares.</p> <p>1.2 Qualificar as mediações entre o saber popular e o saber científico, orientadas em favor de um conhecimento socialmente relevante no âmbito da pesquisa, da extensão e cultura.</p> <p>1.3 Reconhecer o caráter popular da UFFS, seu público-alvo, na organização curricular (no ensino, pesquisa e extensão) envolvendo turnos de oferta, carga horária semanal, na organização didático-pedagógica dos cursos.</p> <p>1.4 Fomentar o debate pedagógico em favor de uma educação popular.</p> <p>1.5 Qualificar os processos de gestão, mediante reconhecimento das propostas do Conselho Comunitário e encaminhamento e deliberação no Conselho de Campus.</p> <p>1.6 Desenvolver programas, projetos e/ou trabalhos de extensão na perspectiva da educação popular.</p>
2. Educação do Campo	<p>2.1 Conceber a Educação do Campo para além do curso específico.</p> <p>2.2 Fortalecer e ampliar as experiências formativas (cursos de Graduação e Pós-Graduação) em regime de alternância, envolvendo a itinerância, de forma que parte da formação seja desenvolvida no contexto das comunidades.</p> <p>2.3 Ampliar as possibilidades de o trabalhador realizar sua formação com êxito na universidade, mediante oferta das atividades em turno noturno e/ou em alternância.</p> <p>2.4 Repensar o trabalho desenvolvido nas escolas do campo, pois os pais preferem que os filhos estudem nas escolas das cidades (A região Sudoeste do Paraná é a que mais possui escolas do campo e muitas delas estão sendo fechadas).</p> <p>2.5 Criar curso voltado para a formação de agricultores, com ênfase em agricultura familiar agroecológica, em formato de alternância e itinerante.</p> <p>2.6 Garantir e ampliar a participação das organizações do campo na definição e gestão dos cursos de Educação do Campo.</p> <p>2.7 Elaborar programa de formação continuada para professores da Educação do Campo.</p> <p>2.8 Organizar projetos de Extensão envolvendo os agricultores familiares e/ou casas rurais, contemplando temáticas como agroecologia, agricultura orgânica, sementes crioulas, entre outros.</p> <p>2.9 Produzir conhecimentos a serviço da vida, mediante pesquisa ação inserida na realidade das populações do campo.</p> <p>2.10 Garantir o caráter público das pesquisas, com devolutiva para as comunidades e sujeitos pesquisados.</p> <p>2.11 Receber e discutir as demandas do Conselho Comunitário no âmbito do Conselho de <i>Campus</i> e do CONSUNI.</p> <p>2.12 Continuar o Programa Escola da Terra.</p> <p>2.13 Produzir material didático voltado para a Educação do Campo.</p> <p>2.14 Organizar observatório de monitoramento das condições educacionais dos sujeitos do campo.</p> <p>2.15 Criar banco de sementes crioulas na UFFS.</p> <p>2.16 Realizar festival de arte e cultura camponesa.</p> <p>2.17 Criar feiras comunitárias que incentivem a alimentação saudável.</p>

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
3. Educação Básica e formação inicial e continuada de professores	3.1 Melhorar a comunicação da UFFS com a sociedade, promovendo maior aproximação entre a comunidade e a universidade, desmistificando a ideia de que a instituição só seria acessível para as elites (tanto financeiras ou de cunho meritocrático).
	3.2 Fortalecer a participação da comunidade regional na definição, organização e avaliação dos projetos de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.
	3.3 Avaliar as demandas por formação inicial de docentes nos contextos regionais, buscando contemplar áreas de formação deficitárias (com destaque para Artes, Ensino Religioso), com possibilidade de oferta em regime diferenciado para docentes que já atuam na Educação Básica.
	3.4 Retomar e avaliar as demandas de formação inicial de professores em áreas já apontadas na I COEPE, pois vários municípios (menores) ainda não possuem professores formados em todas as áreas (exemplo, Ciências Naturais, Artes, etc.).
	3.5 Mapear temáticas de formação continuada, em diálogo com as escolas e sistemas de ensino (incluindo a esfera municipal, voltada para Educação Infantil e Séries Iniciais), envolvendo educação especial, processos de gestão, políticas públicas, processos de ensino-aprendizagem, entre outros.
	3.6 Promover encontros de relato de experiências vinculadas à docência na Educação Básica.
	3.7 Fortalecer e ampliar o PIBID ou transformá-lo em política de formação inicial no currículo de formação de professores.
	3.8 Ampliar Pós-Graduação em Educação, implantar Doutorado em Educação e discutir formas de ampliar a participação dos professores da Educação Básica nos respectivos programas.
	3.9 Desenvolver política de formação continuada mediante processos formativos articulados com a formação inicial e as redes de ensino da educação básica, aprofundando o diálogo a partir da realidade escolar.
	3.10 Revisar os currículos de formação inicial, de forma a contemplar a qualificação dos estudantes na área epistemológica de sua formação, nas práticas e dinâmicas pedagógicas, e no conhecimento do contexto escolar.
	3.11 Ampliar e qualificar o tempo-espço de estágio curricular supervisionado, para que se fortaleça o vínculo com a escola, a exemplo do PIBID.
	3.12 Discutir e propor um currículo regionalizado para a Educação Básica, tendo como norte a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
	3.13 Atuar no fomento de grupos de estudo e formação, reunindo docentes da Educação Básica e da Universidade, a exemplo do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM).
	3.14 Produzir um portal dedicado aos recursos educacionais digitais e experiências (exitosas) em gestão educacional, que possam englobar um repositório integrado e robusto de objetos digitais de aprendizagem, coleções estruturadas de produções científicas e pesquisas selecionados mediante curadoria específica para temas de interesse prioritário dentro da plataforma, e Biblioteca dedicada aos usuários (municípios, escolas e professores) qualificada/definida pela UFFS, por meio de um Guia de Tecnologia.
	3.15 Criar parâmetros e indicadores para auxiliar a gestão municipal para avaliar e monitorar programas correlatos à esfera municipal, estadual e nacional no âmbito da Educação Básica.
	3.16 Promover a oferta de curso de Extensão para professores, conselheiros municipais de Educação e/ou técnicos das secretarias municipais de Educação, com o intuito de qualificar a participação de professores e Conselheiros Municipais de Educação na atribuição de avaliar, definir e fiscalizar as políticas públicas educacionais e, assim, garantir a universalização dos direitos básicos capazes de promover o exercício da cidadania.
	3.17 Criar estratégias para fortalecer o vínculo entre docente e Instituição (escola, UFFS, entre outras), sabendo que o enfrentamento coletivo das questões permite maior resolutividade (saúde do professor).
	3.18 Intensificar ações que ampliem a perspectiva da relação teoria e prática entre a Universidade e a Educação Básica, a fim de ampliar a compreensão e a participação dos professores da Educação Básica como cofomadores dos licenciandos.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
4. Educação e Saúde	4.1 Fortalecer as relações entre universidade e comunidade.
	4.2 Inserir programa de saúde na escola no currículo das residências médicas.
	4.3 Fortalecer os direitos sociais, considerados patrimônio público.
	4.4 Ampliar a oferta de cursos de Graduação na área da saúde.
	4.5 Oferecer curso de Pós-Graduação na área da saúde para formação de professores.
	4.6 Realizar diagnósticos e promover a saúde do professor.
	4.7 Criar componente pedagógico que integre a formação voltada para a saúde como um todo no âmbito curricular
	4.8 Fortalecer a autonomia para a pesquisa e seu reconhecimento curricular no âmbito dos cursos.

3.2.3 Concepção de conhecimento

O conhecimento decorre do cultivo permanente da interrogação e da problematização, da autonomia intelectual. Nesse sentido, precisa ser compreendido como resultado e como fomentador de uma postura investigativa diante do mundo, voltada à análise sistematizada, teórica e metodologicamente orientada acerca dos mais diversos fenômenos. “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1996, p. 26).

O processo de construção do conhecimento por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas e, por conseguinte, uma intervenção mais qualificada na realidade. No contexto da universidade, a concepção prática do conhecimento trata de preparar o indivíduo para o desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de Ensino, na Graduação e Pós-Graduação, articuladas entre si e amparadas na Pesquisa e na Extensão, de forma a poder transformar as realidades nas quais está inserido.

Nesse contexto, o conhecimento é compreendido como:

- a) construto sócio-histórico, constituinte do humano, cuja apropriação torna possível o desenvolvimento de cada indivíduo singular e a transformação dos processos sociais por meio da sua ação qualificada;
- b) práxis social (cultura e trabalho), entendida como parte integrante das práticas sociais mais amplas, em que determinados aspectos ou dimensões da realidade são recortados e convertidos em objetos de análise e de (re)significação, cujo resultado retroage sobre essa mesma cultura e a dinamiza;
- c) conjunto das experiências e dimensões culturais, em sua amplitude e diversidade, sem hierarquias predefinidas;

- d) processo de produção coletiva que se efetiva através da prática do ensino e da aprendizagem, compreendida como transmissão/apropriação ativa do conhecimento, através da contextualização e da problematização histórica e epistemológica, em que ciência, ética e estética se congregam para constituir o trabalho como valor ontológico;
- e) diálogo permanente entre o conhecimento sistematizado pelas áreas do conhecimento, seus respectivos campos disciplinares e o conhecimento popular.

3.2.4 Concepção de ensino-aprendizagem

A concepção de ensino-aprendizagem pressupõe a articulação do saber acadêmico com o saber popular, para mobilizar a construção do conhecimento científico, o desenvolvimento de habilidades e o compromisso social. Não se trata de assumir o conhecimento popular, dito de “senso comum” como possuindo qualquer status acadêmico-científico, mas de reconhecê-lo como elemento organizador da vida cotidiana e, portanto, ponto de partida das investigações científicas. É preciso dialogar com os saberes socialmente constituídos e legitimados, para estabelecer com eles uma relação de aprendizado pautada pelos critérios científicos de produção e validação do conhecimento.

Assim, é preciso buscar constantemente o desenvolvimento de uma postura dialógica, mobilizadora da investigação nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, processo primordial para a autonomia intelectual. Com isso, consolidar a organização e o desenvolvimento das atividades acadêmicas com base na participação coletiva, na crítica dialógica e na ação solidária.

3.2.5 Concepção de avaliação

Em vez de uma avaliação enquanto medição, quantificação, classificação e punição, adota-se o paradigma de avaliação processual e diagnóstica, pois o que importa é que professor e aluno possam acompanhar, avaliando, as atividades em realização, diagnosticando permanentemente o desenvolvimento do acadêmico e tomando as medidas necessárias à correção da atividade no próprio processo, se assim necessário.

A avaliação é entendida como reflexão sobre as práticas individuais e sociais com vistas a uma nova ação e tem por função a modificação de comportamentos tendo em vista as modificações da realidade circundante a partir da adequação das ações de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É o processo, portanto, que precisa ser avaliado enquanto tal, não apenas os sujeitos que participam dele. Por isso, o foco central da avaliação deve ser a melhoria dos processos de

construção e socialização do conhecimento desde uma perspectiva futura, ou seja, de continuidade, e não pautado apenas na punição ou recompensa dos sujeitos a partir de desempenhos relativos às ações e estratégias passadas.

Enquanto diagnóstica e mediadora, a avaliação constitui-se num contributo fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo na busca do saber científico, tornando-se instrumento que tem por objetivo diagnosticar o estágio de desenvolvimento do aluno e subsidiar a ação do professor no sentido de sanar as dificuldades apresentadas, garantindo, assim, a organização, (re)elaboração, sistematização e construção das estruturas mentais necessárias ao conhecimento.

Nesse contexto, o sistema avaliativo da UFFS tem por objetivo assegurar a qualidade da aprendizagem do estudante e fundamenta-se nos princípios da avaliação diagnóstica, processual, contínua, cumulativa e formativa.

A avaliação diagnóstica tem como princípio o processo dialético e dialógico de investigação e construção da aprendizagem. Por meio desse processo avaliativo, o docente busca saber como o estudante está se desenvolvendo, faz diagnóstico para tomada de decisões e redimensiona a prática pedagógica.

A avaliação processual considera a verificação do andamento do processo ensino-aprendizagem, frente aos objetivos aos quais se destina o componente curricular, para compreender como o discente aprende e como o docente está ensinando. Assim, na definição pedagógica de diferentes instrumentos avaliativos, o docente busca acompanhar a construção do conhecimento na perspectiva quantitativa e qualitativa.

A avaliação contínua e cumulativa é o processo sistemático de avaliação em dimensões qualitativas e quantitativas com resultados pontuais que possibilitam a reflexão crítica na busca de alternativas para a garantia e qualidade da aprendizagem.

A avaliação formativa requer o ato reflexivo frente aos saberes necessários ao perfil discente, conforme objetivos do PPC. É a autoavaliação do processo de ensino-aprendizagem para tomada de decisões à efetiva construção do conhecimento.

3.3 Política de Ensino de Graduação

A UFFS nasceu como parte de um programa do governo federal de expansão da rede federal de instituições de educação superior que visava, além da ampliação da oferta de vagas, a interiorização do ensino superior público no país. Entretanto, a UFFS não é, unicamente, resultado de um projeto governamental, pois é o resultado de um intenso e articulado movimento popular de diversas entidades das regiões Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Norte do Rio Grande do Sul, que buscavam ampliar oportunidades de profissionalização, desenvolvimento tecnológico e científico

consolidado, garantindo a toda sociedade meios de acesso à educação superior. O compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada é, portanto, um imperativo para a Universidade e, por isso, o Ensino de Graduação está organizado, conforme registrado no Regulamento da Graduação, com base nos seguintes princípios:

1. Democratização do acesso e da produção do conhecimento;
2. Formação humana integral;
3. Integração entre formação acadêmica e profissional;
4. Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
5. Interdisciplinaridade;
6. Fomentar a presença de atividades de extensão e pesquisa nos currículos da graduação;
7. Autonomia intelectual;
8. Cooperação;
9. Sustentabilidade;
10. Transformação social.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) para a primeira década do século XXI, Lei nº 10.172/2001, o Brasil buscaria, no ensino superior, atingir a meta de atender, pelo menos, 30% dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos, até o final de 2010. Assim, a criação da UFFS integra esse esforço do Estado brasileiro de ampliar a oferta de educação superior aos seus jovens, conduzido pelo MEC com a perspectiva de que essa ampliação também se configurasse em um movimento de interiorização, de expansão da oferta de educação superior pública e, em especial, de ampliação de oportunidades a grupos sociais historicamente excluídos do ensino universitário.

Nesse sentido, a Graduação da UFFS deve, nos processos de consolidação e de expansão futura, estrategicamente, buscar o equilíbrio interno entre as áreas de formação em uma organização curricular multi e interdisciplinar, sem deixar de dialogar com as demandas do processo de desenvolvimento sustentável de sua região de abrangência, para que, assim, se fortaleça e se consolide como polo de referência acadêmica, comprometido com o desenvolvimento humano e social. Para tanto, é indispensável uma postura de autocritica de permanente autoavaliação por parte da Instituição, bem como o estabelecimento de uma forte rede de canais de interação permanente com a comunidade regional, em especial mediante atividades de extensão.

Tal movimento, mais do que refletir limites e necessidade de alteração das políticas e programas existentes, consolida o caráter autocrítico da UFFS, que deve ser característica marcante de todo o seu fazer acadêmico. Além de refletir sobre o mundo à sua volta, a universidade deve também ser capaz e estar disposta a pensar de forma crítica e responsável sobre si mesma e sobre seu papel diante desse mundo.

Nesse contexto, a Graduação da UFFS, de acordo com seu Regulamento da Graduação, busca atingir os seguintes objetivos:

- Promover o acesso à ciência, à tecnologia e à cultura, às suas formas de produção e à sua contextualização e problematização histórica;
- Desenvolver projetos pedagógicos de cursos articulados com as demandas regionais e nacionais;
- Promover a integração curricular entre os domínios Comum, Conexo e Específico na organização e desenvolvimento dos PPCs;
- Promover o respeito à diversidade no espaço da Universidade e a reflexão sobre as diferenças econômicas, sociais e culturais no âmbito da organização curricular;
- Fortalecer a integração entre a formação acadêmica e profissional ao longo do curso e, de modo especial, na organização, desenvolvimento e análise das atividades de estágio curricular;
- Promover a integração das atividades de ensino de graduação com as de pesquisa, extensão e pós-graduação;
- Fomentar a criação de práticas pedagógicas interdisciplinares através da promoção da cooperação entre cursos, *campi* e outras instituições educacionais, culturais e sociais;
- Formar profissionais qualificados teórica e praticamente, capazes de refletir criticamente sobre o mundo do trabalho e suas relações sociais e culturais, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa.

A concretização desses objetivos exige uma relação orgânica entre as atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão e, por isso, entre outras estratégias, a Universidade prevê que os componentes que integram as matrizes curriculares dos cursos de Graduação podem ser desenvolvidos mediante atividades de Extensão e de Pesquisa, além das atividades em aulas e estágios, normalmente utilizadas.

A Política de Ensino de Graduação da UFFS prevê que o projeto pedagógico de cada curso esteja em permanente avaliação, com vistas à atualização e qualificação, seja para atender questões regionais emergentes ou determinações estabelecidas pelo Estado brasileiro mediante as diretrizes curriculares nacionais, emitidas pelo Conselho Nacional de Educação, que estabelecem parâmetros para o Ensino Superior. Além disso, o currículo dos cursos de Graduação deve privilegiar a flexibilização, de modo a ampliar o protagonismo do estudante na definição do seu percurso e perfil formativo, bem como para atender às demandas locais e regionais de aprofundamento de estudos e pesquisas, claro, sem perder de vista sua articulação com a realidade global. Nesse sentido, adquire ainda maior importância a postura de permanente discussão e autocrítica da Instituição, fomentadora de instâncias e movimentos coletivos de debate sobre os resultados das ações realizadas e sobre a necessidade e as possibilidades de sua reformulação e qualificação.

As políticas e diretrizes do Ensino de Graduação da UFFS, amparadas na Legislação Nacional, fundamentam-se, principalmente, na interdisciplinaridade e na formação do sujeito na sua integralidade, tendo como principais indicadores a articulação entre as áreas do conhecimento, a qualidade das relações interpessoais e a socialização do conhecimento. As políticas de ensino, nessa perspectiva, em sintonia com as políticas de Pesquisa e Extensão institucionais, atuam permanentemente em prol da expansão de vagas, da oferta de novos cursos e na adequada utilização da infraestrutura existente no âmbito da Instituição, com vistas a oferecer elementos que concretizem a relação das atividades de ensino com as necessidades da sua região de abrangência.

De outro modo, a organização didático-pedagógica objetiva contribuir com o Ensino nas seguintes dimensões: nos trabalhos técnico-pedagógicos; na organização curricular dos cursos; na articulação entre a formação teórica e prática do docente; na promoção do ensino de qualidade que viabilize a formação integral do educando como cidadão consciente, atuante e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar de forma plena seu papel social, político e econômico na sociedade.

3.3.1 Do ingresso nos cursos de Graduação

O acesso à Graduação da UFFS se dá mediante o ingresso inicial, na primeira fase do curso, do ingresso por transferência interna e externa e do retorno de aluno abandono e de portadores de diploma em curso superior. O ingresso inicial refere-se às vagas de cada curso autorizadas pelo CONSUNI, enquanto os demais ingressos ocorrem mediante a oferta de vagas ociosas resultante da não ocupação no ingresso inicial e da evasão de estudantes antes da conclusão do curso.

A política de ingresso inicial traduz o compromisso da Instituição com a democratização do acesso à educação superior e valorização da escola pública. Assim, desde seu primeiro processo seletivo para ingresso nos cursos de Graduação, a UFFS adotou a nota obtida pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de classificação e seleção de candidatos. Desse modo, os candidatos não precisam realizar uma prova adicional de vestibular que se constitui em uma barreira, em especial aos estudantes oriundos de famílias com baixa renda, que tinham dificuldades de realizar cursinhos preparatórios para vestibular, bem como de se deslocar até as cidades onde eram realizadas as provas.

Antes da aprovação da Lei das Cotas (Lei nº 12.711/2012), o processo seletivo da UFFS utilizava um fator escola pública, o qual consistia na utilização de uma bonificação na nota do candidato, correspondente a 10% (dez por cento) para cada ano do Ensino Médio cursado com aprovação em escola pública. A bonificação máxima, portanto, era de 30% (trinta por cento) para os candidatos que cursaram os 03(três) anos

do Ensino Médio em escola pública. Esse sistema foi utilizado no período de 2010 a 2012, quando o percentual médio de estudantes matriculados na UFFS que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas chegou a 94,8% (noventa e quatro vírgula oito por cento), pouco superior ao percentual de matrículas no Ensino Médio em escolas públicas da região Sul. Entretanto, o percentual médio de estudantes negros e indígenas na UFFS ainda era menor do que o percentual médios desses grupos na região Sul, demonstrando que o fator escola pública precisava ser complementado por políticas afirmativas para determinados grupos sociais.

Com a aprovação do marco legal relativo à adoção, pelo Estado brasileiro, de políticas afirmativas para ingresso inicial na educação superior pública, especialmente a Lei nº 12.711/2012, o Decreto nº 7.824/2012 e a Portaria Normativa MEC nº 18/2012, a UFFS reformulou o modelo de ingresso como descrito a seguir.

3.3.1.1 Do ingresso inicial

A legislação exige a reserva de, no mínimo, 50% das vagas nos cursos de Graduação para candidatos oriundos do Ensino Médio público, permitindo às instituições o estabelecimento de uma porcentagem superior. A UFFS decidiu, então, mediante a Resolução nº 6/2012/CONSUNI-CGRAD, que a reserva de vagas para estudantes que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas seria igual ao percentual de estudantes do Ensino Médio matriculados em escolas públicas na Unidade da Federação do local de oferta do curso, de acordo com o último Censo Escolar/INEP/MEC disponível por ocasião do processo seletivo, aplicado sobre o total de vagas, após terem sido descontadas as vagas reservadas às ações afirmativas próprias da Instituição.

No processo seletivo para ingresso em 2017, por exemplo, com base nos dados do Censo Escolar 2016, observou-se que o percentual de matrículas no Ensino Médio em escolas públicas era de 87%, 89% e 86%, respectivamente nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Antes de aplicar esses percentuais sobre o número de vagas, em cada curso ofertado no processo seletivo, no entanto, são descontadas as vagas reservadas para políticas afirmativas próprias da UFFS, que são duas:

- a) reserva de vagas para Ensino Médio parcialmente público, com 01 (uma) vaga por curso em cada turma de ingresso;
- b) reserva de vagas para indígenas, com 01 (uma) vaga por curso em cada turma de ingresso;

A legislação estabelece, ainda, que 50% das vagas reservadas a candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escola **pública sejam destinadas a alunos oriundos de famílias com renda bruta per capita** igual ou inferior a um salário-mínimo

e meio. Finalmente, sobre cada parcela das vagas reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas são aplicados os percentuais para reserva de vagas aos candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e aos portadores de deficiências, levando em consideração o percentual da população destes grupos, registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, no último censo disponível, em cada estado da Federação. Assim, de acordo com o Censo 2010, os percentuais de pretos, pardos e indígenas nos estados de abrangência da UFFS são os seguintes: PR, 29%; SC, 16%; e RS, 17%. Já o percentual de pessoas com deficiência são, respectivamente, 21,86%, 23,84% e 21,31%.

Desse modo, considerando a política nacional de reserva de vagas e as políticas afirmativas próprias da UFFS, as vagas dos cursos de Graduação são disponibilizadas nas seguintes modalidades:

1. A0 (Ampla concorrência) - Vagas destinadas a todos(as) os(as) candidatos(as), independente da procedência escolar, renda familiar, raça/cor e/ou deficiência.
2. L1 - Vagas reservadas a candidatos(as) com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei Nº 12.711/2012).
3. L2 - Vagas reservadas a candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei Nº 12.711/2012).
4. L5 - Vagas reservadas a candidatos(as) que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei Nº 12.711/2012).
5. L6 - Vagas reservadas a candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei Nº 12.711/2012).
6. L9 - Vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei Nº 12.711/2012).
7. L10 - Vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência autodeclarados (as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei Nº 12.711/2012).
8. L13 - Vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei Nº 12.711/2012).
9. L14 - Vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência autodeclarados (as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei Nº 12.711/2012).
10. Ação afirmativa própria 01 - Vagas reservadas a candidatos(as) que tenham cursado parcialmente o ensino médio em escola pública (pelo menos um ano com aprovação) ou em escolas de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento da instituição seja proveniente

do poder público, em pelo menos 50%. Não se enquadram nesta modalidade candidatos(as) que tenham cursado o ensino médio integralmente em escola pública.

11. Ação afirmativa própria 02 - Vagas reservadas a candidatos(as) indígenas, condição que deve ser comprovada mediante apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) ou declaração atestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Desde o processo seletivo pra ingresso inicial no ano 2014, a seleção de candidatos é realizada mediante o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), do Ministério da Educação, que utiliza, unicamente, a nota do ENEM como critério de classificação e seleção de candidatos. De maneira geral, as vagas para ingresso inicial em todos os cursos de Graduação da UFFS são ofertadas no SiSU, excetuando-se o caso de vagas em turmas especiais ou cursos ofertados para públicos específicos e o caso de vagas suplementares ofertadas em programas especiais, que são ofertadas em processos seletivos especiais.

3.3.1.2 Ingresso inicial mediante processos especiais

Atualmente a UFFS conta com dois programas especiais de ingresso aos cursos de Graduação, baseados na oferta de vagas suplementares nos cursos para os quais a Universidade tem autonomia para criar vagas adicionais. No caso desses programas, as vagas são ofertadas em processos seletivos específicos, conforme descrito a seguir.

- Programa de acesso à educação superior da UFFS para estudantes haitianos (PROHAITI). O programa foi instituído pela Resolução nº 32/2013 - CONSUNI e objetiva contribuir na integração dos imigrantes haitianos na sociedade local e nacional, por meio do ingresso nos cursos de Graduação. São ofertadas duas vagas suplementares em cada curso. O processo seletivo é realizado mediante a aplicação de uma prova específica, com fins classificatório e eliminatório dos candidatos.
- Programa de acesso e permanência dos povos indígenas (PIN). O programa foi instituído por meio da Resolução nº 33/2013 – CONSUNI e objetiva ampliar o acesso à educação superior (graduação e pós-graduação) a estudantes que pertençam a povos indígenas. Além de uma vaga reservada para indígenas, em todos os cursos, o PIN oferta duas vagas suplementares por curso, mediante processo seletivo baseado na aplicação de uma prova temática aos candidatos.

Além desses programas descritos, a UFFS oferta vagas em turmas especiais de alguns de seus cursos, mediante o estabelecimento de convênios com outras instituições, cujas vagas são ofertadas em processos seletivos específicos, com base na aplicação de provas. Nesse formato, já foi ofertada uma turma especial de História, no *Campus Erechim*, em convênio com o Instituto ITERRA e o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Nesse mesmo Programa, também estão sendo ofertadas

duas turmas especiais de Agronomia, no *Campus* Erechim, em convênio com o Instituto Educar de Pontão-RS e o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária – INCRA/ PRONERA (Convênio nº 793553/2013 – SICONV).

Atualmente, encontram-se em elaboração as propostas de oferta de uma terceira turma especial de Agronomia e uma segunda turma de História, ambos no *Campus* Erechim. Além delas, há uma proposta de oferta de uma turma especial de Ciências Econômicas no *Campus* Laranjeiras do Sul.

Finalmente, também são feitos processos seletivos para cursos regulares ofertados para públicos específicos, como são os casos dos cursos Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, ofertado no *Campus* Erechim, e Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, no *Campus* Laranjeiras do Sul.

3.3.1.3 Dos ingressos por transferências e retornos

Visando ampliar as possibilidades de acesso à educação superior pública, a UFFS realiza, semestralmente, processo seletivo para ocupar vagas desocupadas em seus cursos de Graduação. Essas vagas são ofertadas em quatro modalidades:

1. transferência interna, para estudante que estão matriculados em um dado curso de Graduação na UFFS e queira mudar para outro curso da própria Universidade;
2. transferência externa, para estudante matriculado em curso de Graduação de outra instituição de educação superior e queira transferir-se para um curso ofertado na UFFS;
3. retorno de aluno abandono, para estudante que evadiu de um curso de Graduação da UFFS e queira retornar ao mesmo curso ou outro ofertado na Universidade;
4. retorno de portador de diploma, para diplomados em cursos de Graduação que queiram fazer um outro superior.

Desse modo, semestralmente, os Colegiados dos Cursos de Graduação fazem levantamento das vagas ociosas e definem quantas vagas serão ofertadas nas modalidades descritas anteriormente. A oferta é realizada num processo seletivo único, e os critérios de seleção e classificação são definidos pelos Colegiados dos Cursos em que há oferta de vagas.

3.4 Organização Curricular Institucional

Etimologicamente, currículo é um vocábulo de origem latina que significa corrida, o caminho e o que se faz, o que acontece durante o percurso. Nesse contexto, é elucidativa a reflexão de Sacristán (1999, p. 205) a esse respeito, quando sintetiza a história do termo curriculum, afirmando que o currículo “é o ‘texto’ educativo que contém os ‘textos’ culturais da reprodução”. O autor ainda afirma que:

[...] o protótipo de currículo da modernidade pedagógica tem suas raízes na concepção de paidéia ateniense que era elitista, porque a formação era para a classe dominante. Depois incorporou o legado do humanismo renascentista, igualmente minoritário, destruído mais tarde pela orientação realista, própria do desenvolvimento da ciência moderna, iniciada nos séculos XVII e XVIII. (...) Com os ideais da Revolução Francesa e, mais tarde, com os movimentos revolucionários dos séculos XIX e XX, há uma incorporação das dimensões moral e democrática, segundo as quais a educação redime os homens, cultiva-os para o sucesso de uma nova sociedade e forma-os como cidadãos; por isso, deve estar à disposição de todos e tornar-se universal [...].

Note-se que a ideia ou a conceituação de currículo vai se modificando de acordo com as mudanças que ocorrem no âmbito da sociedade com seus padrões éticos, estéticos, de trabalho e produção. O que sinaliza para a não neutralidade do currículo e demanda julgamentos e tomada de decisão de quem o elabora acerca de que características assumirá o percurso formativo desejado. Logo, o currículo não se reduz a conteúdos prontos a serem repassados aos estudantes. É, antes, uma construção e uma seleção de conhecimentos, valores, instrumentos da cultura produzidos em contextos e práticas sociais e culturais que, arranjados sob determinada lógica ou visão de mundo, constituem o caminho (curriculum) a ser trilhado por quem o protagoniza.

O currículo representa, pois, uma seleção da cultura, uma escolha feita em um universo amplo de possibilidades, no qual se considera a cultura como espaço de produção de significados e subjetividades ou identidades sociais (SILVA, 1999). O currículo é, então, prática social, prática de significação que se vai tecendo numa direção e por uma diversidade de fios que são os sujeitos e suas vivências, suas práticas sociais, suas significações a dialogar com o percurso oferecido, como um recorte do universo de possibilidades e que é, em última instância, a opção política do espaço formativo expressando-se no diálogo com o diverso, com o inverso e consigo mesmo, em meio a conflitos de relações de produção, trabalho e poder, que vão tecendo identidades sociais.

De acordo com Sacristán (2000), a proposição de um currículo como percurso formativo no âmbito da educação formal requer que se reflita sobre: que objetivo se pretende atingir; o que ensinar; por que ensinar; para quem são os objetivos; quem possui o melhor acesso às formas legítimas de conhecimento; quais processos incidem e modificam as decisões até que se chegue à prática; como se transmite a cultura escolar; como os conteúdos podem ser inter-relacionados; que recursos materiais e ou metodológicos estão disponíveis; como organizar os grupos de trabalho, o tempo e o espaço; como avaliar ou como saber o sucesso ou não e suas consequências; como organizar a prática pedagógica de modo coerente com o percurso formativo proposto.

Assim, no contexto de uma universidade que tem como premissas fundamentais de suas políticas a inclusão, a pluralidade, a formação humanística, o compromisso com a superação da matriz produtiva hegemônica, a formação de professores para a Educação Básica, a articulação entre Ensino-Pesquisa-Extensão, já encontramos um conjunto de elementos que sinalizam que, em que pese as dificuldades e contradições, esta Universidade pretende-se a serviço de uma sociedade inclusiva e calçada em modelos de organização das relações de trabalho e produção, para além das que são hoje dominantes. Coloca-se, assim, no grande universo de possibilidades, um primeiro recorte para o currículo dos cursos de Graduação da UFFS.

Pensar um currículo inclusivo e comprometido com a superação da matriz produtiva hegemônica, por exemplo, implica:

- a) Reconhecer que a lógica de organização social vigente, embora calcada em argumentos opostos, promove exclusão de toda ordem;
- b) Reconhecer que se é contra essa lógica que queremos organizar o currículo para a formação superior, então esse percurso a ser proposto aos estudantes deve observar a diversidade cultural, cognitiva e a complexa teia de relações que envolvem a constituição do humano.
- c) propor e desenvolver um percurso (currículo) de vivências (cognitivas, procedimentais, atitudinais) que corroborem o desenvolvimento de um perfil profissional capaz de compreender criticamente as relações nas quais se insere e mais: capaz de propor e intervir nesta direção por meio de sua atuação profissional que é também política.

Neste contexto, a UFFS compreende o currículo como:

- a) produto e processo do tempo histórico em sua complexidade, envolvendo seus conflitos e contradições;
- b) definição de conhecimentos, sua contextualização conceitual e pedagógica considerada fundamental para constituir o percurso de formação do estudante, recolhidos em meio a um repertório amplo de possibilidades que integram o universo da experiência humana, em que se consideram a cultura e as relações sociais como espaço de produção de significados, subjetividades e/ou identidades sociais;
- c) percurso voltado para a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva;
- d) artefato simbólico de gênese social, em que o percurso formativo associado ao desenvolvimento curricular está em movimento e em diálogo permanente com os

processos sociais, seus padrões éticos, estéticos, cognitivos, de trabalho e produção, efetivando-se através da interação entre as áreas que integram a estrutura do currículo, no respeito à diversidade cultural linguística e cognitiva, nas relações de ensino e aprendizagem, entre teoria e prática e com a comunidade regional, e entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que se desenvolvem no tempo-espaço de um currículo orientado criticamente;

- e) compromisso com a inclusão na definição, na organização e no desenvolvimento do currículo, na dimensão ética, estética e epistemológica, que concebe o ser humano como capaz de aprender, de ser e de conviver em diferentes situações de ensino e aprendizagem;
- f) maneira de, em conformidade com os princípios institucionais, adotar uma estrutura curricular dos cursos organizada na forma de domínios formativos (Comum, Conexo e Específico), integrados entre si na organização de seus projetos formativos, em consonância com as orientações das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Graduação;
- g) percurso vinculado a um projeto formativo dotado de flexibilidade curricular, entendida como oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo em consonância com suas trajetórias pessoais e os processos de inserção social, cultural e profissional, a ser incorporado na estrutura curricular dos projetos pedagógicos dos cursos.

Os currículos dos cursos de Graduação da UFFS são materializados em um projeto pedagógico do curso, no qual são descritos, entre outros aspectos, os referenciais teóricos (ético-políticos, filosóficos, epistemológicos, metodológicos e legais), os objetivos, o perfil do egresso, o processo pedagógico, de gestão e avaliação e a matriz curricular do curso. A matriz curricular constitui-se de um conjunto de componentes curriculares, organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, caracterizados como descrito a seguir.

O Domínio Comum engloba um conjunto de componentes curriculares organizados nos seguintes eixos de formação:

1. contextualização acadêmica, que tem por objetivo desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional
2. formação crítico social, que tem por objetivo desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e

à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

Considerando que, dependendo da área de formação do curso, parte dos objetivos descritos pode ser alcançada mediante componentes curriculares de outros domínios, os cursos de Graduação da UFFS não precisam adotar todos os componentes curriculares do Domínio Comum. No entanto, o Domínio Comum em cada curso deve ter entre 420 horas e 660 horas de atividades, destinando, no mínimo, 40% desta carga horária para cada um dos eixos de formação.

O Domínio Conexo é constituído pelos conteúdos pertencentes a áreas do conhecimento que são objeto de estudo em mais de um curso, seja para formação científica e/ou profissional. Desse modo, tais conteúdos são abordados em componentes curriculares compartilhados entre esses cursos, possibilitando a aproximação e interação entre os docentes e estudantes envolvidos no seu desenvolvimento, representando, portanto, instrumento privilegiado para o diálogo interdisciplinar.

Finalmente, o Domínio Específico é integrado pelo conjunto de componentes curriculares que abordam conteúdos/conhecimentos próprios ou específicos de um determinado curso. De maneira geral, esses conteúdos se referem à formação profissional.

3.5 Políticas da Pós-Graduação

A Pós-Graduação na UFFS começou a ser estruturada a partir de um conjunto de estudos e debates sobre as desigualdades, as assimetrias e as necessidades da região de abrangência da UFFS (Mesorregião Grande Fronteira Sul). As discussões foram explicitando os principais compromissos que a Instituição deveria assumir, cabendo destaque à formação de quadros altamente qualificados para algumas áreas estratégicas ao desenvolvimento regional/nacional, como agricultura familiar e agroecologia, educação básica e formação de professores, meio ambiente e energias renováveis e saúde pública.

A primeira iniciativa fundamental nessa direção foi realizada entre junho e setembro de 2010, poucos meses após o início do processo de implantação da Universidade. A **I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos**, como ficou conhecida, envolveu cerca de 4 (quatro) mil pessoas dos três estados que integram a região de abrangência.

O documento final da COEPE (UFFS, 2011) definiu as políticas norteadoras da Pós-Graduação, assim como os programas e os cursos a serem implantados. As discussões realizadas impulsionaram uma série de políticas e ações de caráter estratégico,

cabendo destaque para a elaboração e a aprovação das principais normativas institucionais que regulamentam a pós-graduação: (i) Política de Pós-Graduação (Resolução nº 7/2013-CONSUNI/CPPG); (ii) Regulamento da Pós-Graduação (Resolução nº 2/2012-CONSUNI/CPPG); (iii) Participação de servidores da UFFS em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* mantidos por outras Instituições de Ensino Superior (Resolução nº 2/2013-CONSUNI/CPPG); (iv) Regulamento de afastamento para capacitação docente em nível de pós-graduação (Resolução Conjunta nº 1/2014-CONSUNI/CGRAD/CPPG); (v) Processo de criação, acompanhamento e avaliação dos Grupos de Trabalho da Pós-Graduação da UFFS (Resolução nº 3/2014-CONSUNI/CPPG); (vi) Institucionalização da Residência Médica e da Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFFS (Resolução nº 10/2014-CONSUNI/CPPG); (vii) Programas de Residência Médica e Regimento da COREME (Resolução nº 12/2014-CONSUNI/CPPG) e (viii) Plano de Consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* (Res. nº 10/2018-CONSUNI/CPPGEC).

A Resolução 7 da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UFFS (CPPG/CONSUNI) aprovou em 2013 a Política de Pós-Graduação, estabelecendo os objetivos que devem nortear a Pós-Graduação institucional:

- I. Promover a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e a articulação entre a Graduação e a Pós-graduação;
- II. Favorecer a cooperação e a inserção dos Pesquisadores da UFFS no âmbito nacional e internacional, bem como sua participação em redes de Pesquisa;
- III. Proporcionar ambiência acadêmica que favoreça a construção de conhecimento emancipatório, promova a formação humana e capacite para o mundo do trabalho;
- IV. Capacitar pessoas a propor e a promover mudanças na forma de produção e de consumo, por meio da produção, difusão e socialização de conhecimentos e práticas nas diferentes áreas;
- V. Desenvolver estudos e pesquisas, básicas e aplicadas, para atender às demandas da sociedade contemporânea;
- VI. Formar pós-graduados com autonomia intelectual e capazes de conviver com a pluralidade de ideias e de culturas.

O diagnóstico da Pós-Graduação regional auxiliou na definição dos cursos e programas a serem implantados. Em outubro de 2010, foram instituídos os primeiros grupos de trabalho (GT) responsáveis pela elaboração das propostas a serem submetidas à Capes. Entre 2011 e 2018 foram aprovados 15 (quinze) programas – 14 (quatorze) institucionais e 1 (um) em rede – e 2 (dois) programas de Doutorado Interinstitucional (Dinter em Educação Científica e Tecnologia – Convênio UFSC e UFFS, e Dinter em Arquitetura – Convênio UFRJ e UFFS).

Quadro 3 – Programas de Pós-Graduação da UFFS aprovados pela CAPES entre 2011 e 2018

PROGRAMAS	CAMPUS	ANO DE APROVAÇÃO	INÍCIO
Mestrado em Estudos Linguísticos	Chapecó	2011	2012

Mestrado em Educação	Chapecó	2012	2013
Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	Laranjeiras do Sul	2013	2013
Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental	Erechim	2013	2013
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Erechim	2014	2015
Mestrado Profissional em Educação	Erechim	2014	2015
Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT)	Chapecó	2010	2015
Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas	Cerro Largo	2015	2015
Mestrado em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis	Cerro Largo	2015	2016
Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Laranjeiras do Sul	2015	2016
Mestrado em História	Chapecó	2015	2016
Mestrado em Saúde Animal	Realeza	2016	2017
Mestrado em Geografia	Chapecó	2018	2019
Mestrado em Filosofia	Chapecó	2018	2019
Mestrado em Ensino de Ciências	Cerro Largo	2018	2019

FONTE: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2018.

Em 2017, os programas de Pós-Graduação (PPGs) da UFFS foram submetidos – a maioria pela primeira vez – à avaliação quadrienal realizada pela CAPES (período 2013-2017). A avaliação indicou os avanços e apontou as lacunas que precisam ser enfrentadas nos próximos anos pela Instituição e por cada um dos PPGs. A publicação dos resultados motivou a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG) a realizar várias reuniões e seminários a partir de outubro de 2017, envolvendo todos os PPGs e os *campi* da UFFS. Os seminários resultaram na elaboração de um Plano de Consolidação da Pós-Graduação *Stricto sensu* da UFFS (Quadriênio 2017-2020), tendo sido aprovado pela Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura em julho de 2018 (Res. nº 10/2018-CONSUNI/CPPGEC). O Plano de Consolidação estabeleceu um conjunto de ações estratégicas para o quadriênio avaliativo 2017-2020.

Com o propósito de estabelecer um conjunto de ações estratégicas, o Plano está estruturado em 11 eixos, 22 objetivos e 77 ações, com o devido detalhamento dos responsáveis e do cronograma. Os objetivos do Plano, descritos no Quadro 4, orientam as principais ações institucionais para a consolidação da Pós-Graduação nos próximos anos.

Quadro 4 - Eixos e objetivos do Plano de Consolidação da Pós-Graduação da UFFS

EIXOS	OBJETIVOS
1- PROPOSTA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO (PPGs)	1.1- Qualificar a proposta dos Programas em funcionamento.
2- ORGANICIDADE E FOMENTO AOS GRUPOS DE PESQUISA	2.1- Fortalecer a ambiência de pesquisa nos PPGs e na Instituição.
	2.2- Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e a divulgação de resultados.
3- APOIO E FOMENTO ÀS ATIVIDADES DOS PPGs	3.1- Fortalecer o PROAP Institucional e o PROAP CAPES.

EIXOS	OBJETIVOS
4- PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS DOCENTES E DISCENTES DOS PPGs	4.1- Aumentar e qualificar a produção intelectual dos docentes e dos discentes de forma contínua e distribuída entre os docentes e as Linhas de Pesquisa dos PPGs.
5- CORPO DOCENTE DOS PPGs	5.1- Promover a qualificação docente, através de uma política de afastamento para realização de pós-doutorados.
	5.2- Definir claramente a política de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos docentes dos PPGs.
	5.3- Promover a compreensão da sistemática de avaliação da PG brasileira pela CAPES (ficha de avaliação, critérios, métricas, Plataforma Sucupira).
	5.4- Introduzir a autoavaliação dos PPGs como política institucional.
	5.5- Instituir um comitê assessor da pós-graduação.
	5.6- Ampliar o número de Bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQs) do CNPq.
6. INSERÇÃO SOCIAL	6.1- Ampliar a visibilidade dos PPGs em âmbito regional e nacional.
	6.2- Conceber e planejar a extensão como uma dimensão estratégica da inserção social dos PPGs.
	6.3- Exercer liderança nos espaços institucionais da área do PPG.
	6.4- Definir uma política institucional de acompanhamento de egressos dos PPGs.
7. INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PPGs	7.1- Ampliar e aprimorar as ações de internacionalização dos PPGs.
8. PLATAFORMA SUCUPIRA	8.1- Potencializar a Plataforma Sucupira (PS) como a principal ferramenta de gestão da informação acadêmica dos PPGs.
9. CRIAÇÃO DE NOVOS PPGs E DE CURSOS DE DOUTORADO	9.1- Criar Grupos de Trabalho (GTs) para a elaboração de novos projetos de mestrado e doutorado.
10. NORMATIZAÇÕES E FLUXOS	10.1- Normatizar as novas demandas dos PPGs e dar agilidade e eficiência aos fluxos, evitando a pluralidade de interpretações e encaminhamentos e o retrabalho.
11. OUTROS	11.1- Ampliar os espaços de diálogo e debate sobre a pesquisa e a pós-graduação.
	11.2- Promover a ética e a integridade acadêmica na pós-graduação.
	11.3- Aprimorar a redação científica e a consulta às bases de dados.

FONTE: Anexo da Res. nº 10/2018-CONSUNI/PPGEC).

Além da modalidade *stricto sensu*, a UFFS tem ofertado inúmeros cursos de Pós-Graduação *lato sensu*. Em 2018, a Instituição oferece à comunidade 52 programas de Residências Médicas (153 bolsas) e 01 de Residência Multiprofissional (06 bolsas). No período entre 2010 e 2018 foram ofertados 30 cursos de Especialização. Encontram-se em andamento, atualmente, 06 cursos e 03 em processo de aprovação junto à Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (CPPGEC).

A exitosa trajetória da até o momento coloca alguns importantes desafios. Tendo isso presente, algumas políticas institucionais revestem-se de particular importância para os próximos anos:

- Expandir a Pós-Graduação, considerando as áreas prioritárias da Instituição e as demandas oriundas da região de abrangência da UFFS, tanto na modalidade *lato sensu* (especialização e residências médicas e multiprofissionais), quanto o *stricto sensu*, particularmente os cursos de Doutorado;
- Apoiar a criação de programas de Pós-Graduação em áreas estratégicas e inovadoras;

- Consolidar os programas de Pós-Graduação (PPG) existentes, tendo como meta a elevação da nota na avaliação quadrienal realizada pela CAPES;
- Estimular e orientar os PPGs de nota 4 a submeterem propostas de doutorado ao CTC/CAPES;
- Introduzir uma sistemática de autoavaliação dos PPGs de acordo com os documentos de Área da CAPES e as políticas institucionais da UFFS;
- Consolidar o Fórum de Coordenadores dos PPGs, tornando-o, cada vez mais, um espaço de formação de gestores da Pós-Graduação e formulação de políticas e ações estratégicas;
- Instituir uma instância de assessoria estratégica junto à PROPEPG com o propósito de acompanhar, avaliar e propor melhorias, composta por membros internos e externos à UFFS com experiência em Pós-Graduação e liderança acadêmica;
- Implementar políticas de capacitação docente em nível de Pós-Doutorado, primando o envio de docentes dos PPGs para os melhores centros de formação e pesquisa no Brasil e no exterior;
- Fortalecer e ampliar os acordos de cooperação nacional e internacional com instituições brasileiras e do exterior visando ao intercâmbio de discentes e docentes e à colaboração científica e tecnológica;
- Fomentar a formação em língua estrangeira, sobretudo para os discentes e docentes dos PPGs;
- Monitorar a produção científica e tecnológica dos discentes e docentes dos PPGs semestralmente, considerando as exigências estabelecidas pelos documentos de área da CAPES;
- Fomentar a publicação da produção acadêmica dos PPGs em periódicos nacionais e internacionais qualificados (estratos superiores A1, A2, B1 e B2) e livros, de acordo com as orientações dos documentos de área (qualis livro);
- Ampliar a participação de professores visitantes, pós-doutorandos e jovens pesquisadores nos PPGs;
- Fortalecer o Programa de Formação de Pesquisa e Pós-Graduação enquanto um espaço de formação continuada dos STAs, docentes e discentes dos PPGs;
- Elaborar e desenvolver projetos de pesquisa integrados, envolvendo docentes e discentes das linhas de Pesquisa dos PPGs, preferencialmente solicitando fomento de agências externas (CNPq, CAPES, FINEP, Fundação Araucária, FAPESC, FAPERGS, etc.).

3.6 Políticas de Pesquisa

No Brasil, a pesquisa é uma atividade recente. A área começou a ganhar espaço na agenda de discussões da sociedade brasileira a partir dos anos 30 do século passado, no contexto da industrialização nacional, da urbanização e do fortalecimento da presença do Estado como agente indutor do desenvolvimento do país. Foi nesse contexto que o tema foi incorporado como uma das dimensões estruturantes da nascente universidade brasileira. A Universidade de São Paulo, instituída em 1934, foi a primeira instituição de ensino superior a firmar a pesquisa como atividade-fim e, nessa condição, como dimensão indissociável do Ensino e da Extensão.

Décadas depois, o governo brasileiro criou dois órgãos que se revelaram fundamentais para a estruturação da ciência e da Pós-Graduação. Em 17 de abril de 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa que, em 1971, passou a denominar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No mesmo ano, em 11 de julho, por meio do Decreto 29.741, foi instituída a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (hoje CAPES), instituição responsável pela estruturação do sistema nacional de pós-graduação. Em 1963, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) criou o FUNTEC e, quatro anos depois, em 1967, foi criada a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Em 1971, a FINEP instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/FINEP). Em 1985, é instituído o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), incorporando a FINEP, o CNPq e seus institutos de pesquisa.

A criação do Ministério de Ciência e Tecnologia ensejou a realização da I Conferência de Ciência e Tecnologia. Realizado em 1985, o evento teve como propósito principal discutir os caminhos da pesquisa científica em uma sociedade democrática. A comunidade científica brasileira, a despeito do crescimento do sistema de ciência e tecnologia durante o regime militar, reclamava participação na definição das políticas nacionais para o setor.

A II Conferência de Ciência e Tecnologia foi realizada em 2001, com o propósito de fazer um balanço dos resultados obtidos na década de 1990, e alertou que o desenvolvimento científico e tecnológico gerou um impacto insignificante em termos econômicos e sociais. A partir dessas análises, foram elaboradas políticas e diretrizes orientadoras para o incentivo à colaboração entre os setores público e privado, em um esforço para consolidar um sistema de ciência e tecnologia que apoiasse o desenvolvimento da inovação tecnológica, visando melhorar a competitividade do setor produtivo em termos internacionais.

A III Conferência, realizada em 2005, incluiu o tema da inovação em sua pauta. Procurou analisar as políticas já implantadas, seus objetivos e resultados. Temas

como desenvolvimento sustentável e inclusão social também foram incorporados. A ampla participação de diversos setores propiciou o debate em torno da distribuição das riquezas e dos benefícios proporcionados pelo avanço científico e tecnológico, problematizando o próprio conceito de desenvolvimento. A partir de um amplo diagnóstico da situação nacional, foram apontadas as quatro prioridades estratégicas, contempladas posteriormente no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (2007-2010)³: 1) Expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; 2) Promoção da expansão tecnológica nas empresas; 3) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; 4) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

Em 2010 foi realizada a IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. No último ano da execução do plano nacional, a IV Conferência, realizada em todas as regiões do país, mostrou que o tema da capacitação em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social teve poucos avanços. Defendeu-se um desenvolvimento científico e tecnológico inovador, calcado em uma política de redução das desigualdades regionais e sociais, de exploração sustentável das riquezas do território nacional e do fortalecimento da indústria, agregando valor à produção e à exportação, reforçando o protagonismo internacional em ciência e tecnologia.⁴ Tais objetivos reafirmam as prioridades estratégicas definidas na terceira conferência, reiterando, assim, a preocupação em “construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que respeite a natureza e os seres humanos. Um modelo que, necessariamente, deverá apoiar-se na ciência, na tecnologia e na educação de qualidade para todos os brasileiros.”⁵ Essa preocupação foi traduzida no relatório final da Conferência (Livro Azul/MCT/2010), que passou a incluir em seu título a expressão “para o desenvolvimento sustentável”.

As políticas de pesquisa da UFFS começaram a ser discutidas e elaboradas a partir de fevereiro de 2010, após o ato de criação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG) e da realização da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão. A COEPE definiu as diretrizes gerais para a pesquisa institucional, estabelecendo como objetivo central o desenvolvimento do conhecimento científico e da inovação tecnológica enquanto partes de um projeto institucional que priorize a formação humana, a inclusão social, os direitos humanos, a melhoria da qualidade da Educação Básica, a defesa do meio ambiente e da produção e do consumo sustentáveis, a geração de tecnologias limpas, entre outros temas.

O Documento Final da I COEPE (UFFS, 2011) definiu as políticas norteadoras da pesquisa e as ações prioritárias a serem implementadas. As discussões realizadas

3 BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano de ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional – Investir e inovar para crescer.** Brasília: MCT, 2010.

4 - BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável – Brasília: MCT/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

5 - DAVIDOVICH, Luís. Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. – Brasília: MCT/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. (Epígrafe)

impulsionaram uma série de políticas e ações estratégicas, cabendo destaque para a elaboração e a aprovação das principais normativas institucionais que regulamentam a pesquisa: (i) **Política de Pesquisa** (Resolução nº 6/2013-CONSUNI/CPPG); (ii) **Regulamento da Pesquisa** (Resolução nº 1/2013-CONSUNI/CPPG, alterada pela Resolução 15/2017-CONSUNI-CPPGEC); (iii) **Regulamento de Apoio Institucional à Participação Docente em Eventos Científicos** (Resolução nº 4/2012-CONSUNI/CPPG); (iv) **Programa de Auxílio Financeiro para a Participação de Estudantes em Eventos Academicamente Relevantes** (Resolução nº 14/CONSUNI/UFS/2016) (v) **Regulamento das atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes da UFFS** (Resolução nº 5/2013-CONSUNI/CPPG); (vi) **Projeto de criação da Editora UFFS** (Resolução nº 4/2013-CONSUNI/CPPG); (vii) **Política de Periódicos Científicos da Universidade Federal da Fronteira Sul** (Resolução nº 5/2014-CONSUNI/CONSUNI/CPPG); (viii) **Regulamento do Portal de Periódicos da Universidade Federal da Fronteira Sul** (Resolução nº 6/2014-CONSUNI/CPPG); (ix) **Política de Inovação da Universidade Federal da Fronteira Sul** (Resolução nº 9/2014-CONSUNI/CPPG); (x) **Programa de Auxílio Financeiro para a participação de estudantes em eventos academicamente relevantes** (Resolução nº 14/2016-CONSUNI); (xi) **Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS** (Resolução nº 3/2015-CONSUNI/CPPG); (xii) **Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais** (Resolução nº 17/2017-CONSUNI/CPPGEC) e (xiii) **Regimento da Comissão Interna de Biossegurança da UFFS** (Resolução nº 11/2017-CONSUNI/CPPGEC).

A Resolução 6 da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UFFS (CPPG/CONSUNI) aprovou, em 2013, a Política de Pesquisa, estabelecendo os objetivos que devem nortear a pesquisa institucional:

- I. Consolidar a cultura investigativa na Instituição, por meio do incentivo e do apoio institucional ao engajamento de servidores e estudantes de Graduação e Pós-Graduação da UFFS em projetos de pesquisa;
- II. Estimular a pesquisa voltada ao desenvolvimento tecnológico e à inovação nas diferentes áreas de conhecimento presentes na Universidade;
- III. Fortalecer a pesquisa como uma atividade coletiva e interdisciplinar, fomentando a interlocução, o debate e a cooperação entre os pesquisadores dos diferentes *campi* e também de outras instituições;
- IV. Reforçar o papel da pesquisa como dimensão formativa, essencial à qualificação permanente da Graduação, da Pós-Graduação e da Extensão;
- V. Fortalecer os grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa e sua relação com outras instituições e centros de investigação e serviços, nacionais e estrangeiros;
- VI. Estimular a ciência básica e aplicada, assim como a pesquisa interdisciplinar, envolvendo esforços conjuntos entre diferentes áreas de conhecimento na Universidade;
- VII. Consolidar a UFFS como centro de excelência na produção e difusão do conhecimento;

- VIII. Ampliar e qualificar a presença da UFFS na sua região de abrangência, promovendo a excelência acadêmica nas áreas de conhecimento de sua atuação;
- IX. Incentivar a apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais de relevância, assim como a publicação dos resultados em periódicos reconhecidos pela comunidade científica;
- X. Definir e implementar sistemática de acompanhamento e critérios de avaliação da pesquisa institucional, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social;
- XI. Acolher ideias originadas da sociedade, em especial por intermédio de inventores/pesquisadores independentes, micro e pequenos empresários, organizações sociais e pequenos produtores agrícolas, visando, em parceria, o desenvolvimento de pesquisas voltadas a novas soluções tecnológicas em produtos, serviços e processos;
- XII. Estimular a proteção da propriedade intelectual, com vistas ao atendimento da legislação vigente;
- XIII. Subsidiar a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades oriundas dos processos de desenvolvimento.

A Política de Pesquisa da UFFS estabeleceu os principais programas (e seus respectivos objetivos) que devem nortear a pesquisa institucional.

Quadro 5 - Programas e objetivos que devem nortear a pesquisa institucional

PROGRAMAS	OBJETIVOS
1- PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (PRO-ICT)	1.1- Iniciar os estudantes na prática da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, na condição de instrumentos de produção do conhecimento e de formação intelectual e para a cidadania, promovendo o desenvolvimento do pensamento investigativo, crítico e inovador.
	1.2- Estimular os pesquisadores a engajar estudantes no processo de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, no âmbito das linhas e dos grupos de pesquisa institucionalizados.
	1.3- Possibilitar aos estudantes a aprendizagem de métodos e de técnicas de pesquisa, bem como de atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e aos processos de inovação.
	1.4- Contribuir para a formação de recursos humanos para que participem de forma criativa e empreendedora na sua comunidade e se dediquem ao fortalecimento da capacidade inovadora em diferentes arranjos produtivos.
	1.5- Possibilitar aos estudantes a prática da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.
	1.6- Contribuir para a criação de ambiência de pesquisa, inovação e proteção da propriedade intelectual na UFFS.
2- PROGRAMA DE APOIO AOS GRUPOS DE PESQUISA (PRO-AGP)	2.1- Articular as iniciativas relacionadas ao fortalecimento da produção científica e tecnológica, que se concretiza no desenvolvimento de projetos de pesquisa que envolvem o trabalho coletivo e a colaboração entre pesquisadores, organizados em grupos, núcleos e/ou laboratórios de Pesquisa, de acordo com as normas e diretrizes constantes do Regulamento da Pesquisa.
	2.2- Certificar, acompanhar e avaliar os grupos, núcleos e laboratórios de Pesquisa.
	2.3- Lançar editais de fomento destinados a apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa no âmbito dos grupos de pesquisa.
	2.3- Realizar seminários dos grupos de pesquisa.
	2.4- Estabelecer convênio, acordo e/ou protocolo de cooperação com outras instituições e agências nacionais ou internacionais de pesquisa.

PROGRAMAS	OBJETIVOS
3- PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS (PRO-APEC)	3.1- Implementar e aperfeiçoar as políticas de apoio à participação de docentes e discentes da UFFS em eventos científicos, devidamente aprovadas pelas Resoluções pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UFFS.
	3.2- Implementar o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/CAPEIS) e o PROAP Institucional.
4- PROGRAMA DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO (PRO-INTER)	4.1- Divulgar o Programa Ciência Sem Fronteiras na UFFS a fim de ampliar a participação dos estudantes e docentes.
	4.2- Estimular a internacionalização da pesquisa via parcerias com universidades e centros de pesquisa, visando à ampliação da inserção científica internacional.
	4.3- Incorporar a dimensão internacional nos programas de Pós-Graduação e grupos de pesquisa.
	4.4- Participar em redes e programas de pesquisa e desenvolvimento internacionais.
	4.5- Fomentar a mobilidade internacional dos pesquisadores, bem como a recepção de pesquisadores estrangeiros.
	4.6- Estimular pesquisas sobre temas internacionais e globais.
5- PROGRAMA DE APOIO À PUBLICAÇÃO (PRO-EDITAR)	5.1- Elaborar e implementar a política de periódicos científicos da UFFS, que estabelece as diretrizes, os objetivos e os procedimentos para a criação, a organização, a gestão e o apoio aos periódicos científicos institucionais, entendidos estes como espaços/meios de publicação regular, de conteúdos acadêmicos reconhecidos, ligados a uma ou a mais áreas de conhecimento e vinculados a cursos de Graduação, de Pós-Graduação e/ou a grupos de pesquisa.
	5.2- Criar e implantar a Editora e o Portal de Periódicos Eletrônicos da UFFS.
	5.3- Fomentar a criação e a consolidação de periódicos institucionais, essenciais à qualificação do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.
	5.4- Promover a excelência acadêmica, a socialização do saber produzido e o intercâmbio acadêmico e científico com outras revistas nacionais e internacionais.
	5.5- Qualificar permanentemente os periódicos institucionais, inserindo-os no contexto da produção científica nacional e internacional, alinhando-os aos padrões de qualidade de suas respectivas áreas.
	5.6- Dar visibilidade aos periódicos institucionais, inserindo a UFFS como instituição produtora de conhecimento científico de qualidade, com repercussão nos indicadores que demonstram a capacidade de pesquisa nas várias áreas do conhecimento.
	5.7- Estimular a produção científica e sua publicação em periódicos qualificados, nas diferentes áreas de conhecimento.

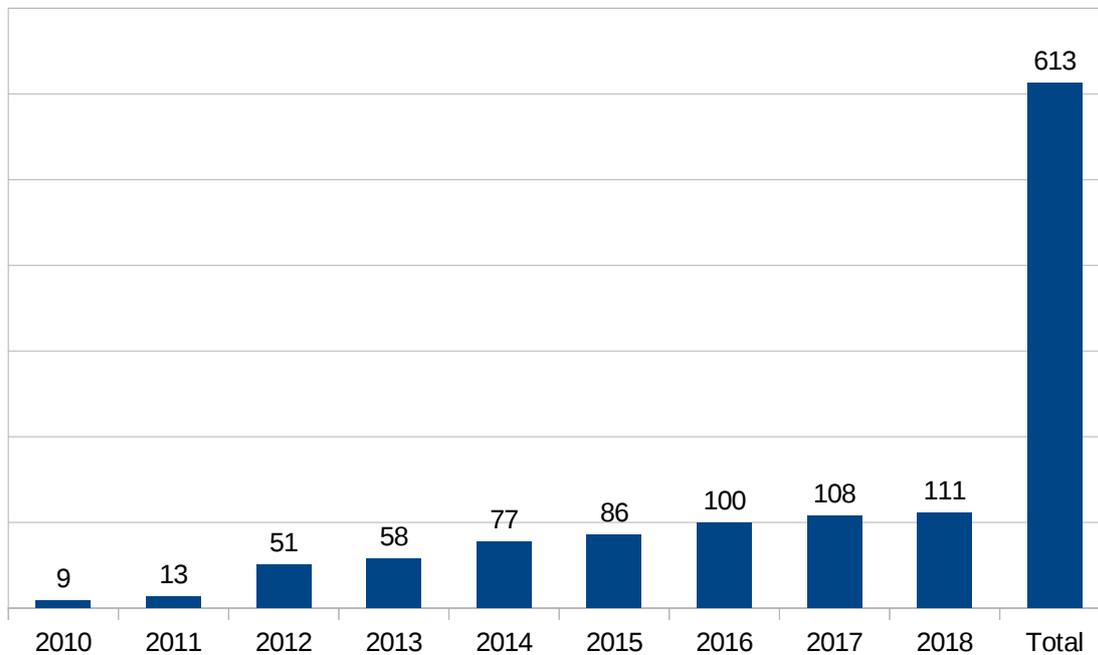
PROGRAMAS	OBJETIVOS
6- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO (PRO-INOVAR)	6.1- Elaborar e implementar a política de inovação da UFFS.
	6.2- Promover a integração da Universidade com os diversos atores sociais e arranjos produtivos locais, para o fortalecimento de sua capacidade inovadora, com vistas ao desenvolvimento sustentável e solidário.
	6.3- Promover a cultura e a prática da inovação na comunidade acadêmica, disseminando seu caráter estratégico e os aspectos legais que requerem a proteção da propriedade intelectual estratégica e inovadora.
	6.4- Apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas críticas para o país, com ênfase na inovação.
	6.5- Reforçar os ambientes de inovação da Universidade e institucionalizar a gestão da inovação nos termos da legislação vigente, com vistas a zelar pelas políticas e práticas de inovação, proteção e gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia decorrentes dos projetos de pesquisa da Universidade.
	6.6- Desenvolver alternativas de incentivos em paridade com os incentivos à publicação científica, quando da ocorrência de pesquisas que resultem em conhecimentos potencializadores de inovação, portanto, sujeitos à proteção intelectual e objetos de possível transferência de tecnologia.
	6.7- Posicionar a UFFS como um vetor do desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade em que está inserida;
	6.8- Incentivar o compartilhamento das tecnologias e inovações produzidas na UFFS, no intuito de garantir o acesso livre para a comunidade.
7- PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRO-FORMAR)	7.1- Oportunizar à comunidade acadêmica, especialmente aos docentes envolvidos em projetos e em grupos de pesquisa, estudantes da iniciação científica e alunos da pós-graduação <i>stricto sensu</i> , um conjunto de atividades acadêmicas (conferências, palestras, cursos, oficinas, treinamentos, etc.) voltadas à formação em Pesquisa e Pós-Graduação.
	7.2- Promover conferências, seminários, palestras, oficinas e treinamentos destinados à formação permanente de pesquisadores.
	7.3- Fortalecer e qualificar os grupos de pesquisa.
	7.4- Fomentar o debate crítico e aprofundado sobre os temas estruturantes da pesquisa na atualidade.
	7.5- Promover a perspectiva interdisciplinar nos processos de produção do conhecimento na Universidade.
	7.6- Estimular práticas pedagógicas interdisciplinares e a produção do conhecimento no sentido de aprofundar a articulação entre o ensino de Graduação e de Pós-Graduação.

Fonte: Res. 6/2013-CPPG/CONSUNI.

O conjunto das peças institucionais que definem as políticas e os regulamentos da pesquisa reforça o entendimento de que a pesquisa é uma atividade coletiva de produção de conhecimento que se efetiva por meio de um conjunto de ações organizadas sistematicamente para responder a um ou mais problemas científicos, tecnológicos e da vida cotidiana. O conhecimento produzido deve ser, nesse sentido, convertido em objeto de discussão e de avaliação da comunidade científica. A dinâmica das atividades de pesquisa exige um esforço permanente de formação de novos pesquisadores, que pressupõe uma forte integração entre a pesquisa e o ensino, tanto da graduação como da pós-graduação. Além disso, o cumprimento dos objetivos gerais da pesquisa pressupõe também uma forte integração com a extensão, conforme destaca o Documento Final da II COEPE.

Os programas destacados materializam de diferentes formas, cabendo destacar, em primeiro lugar, a organização dos grupos de pesquisa.

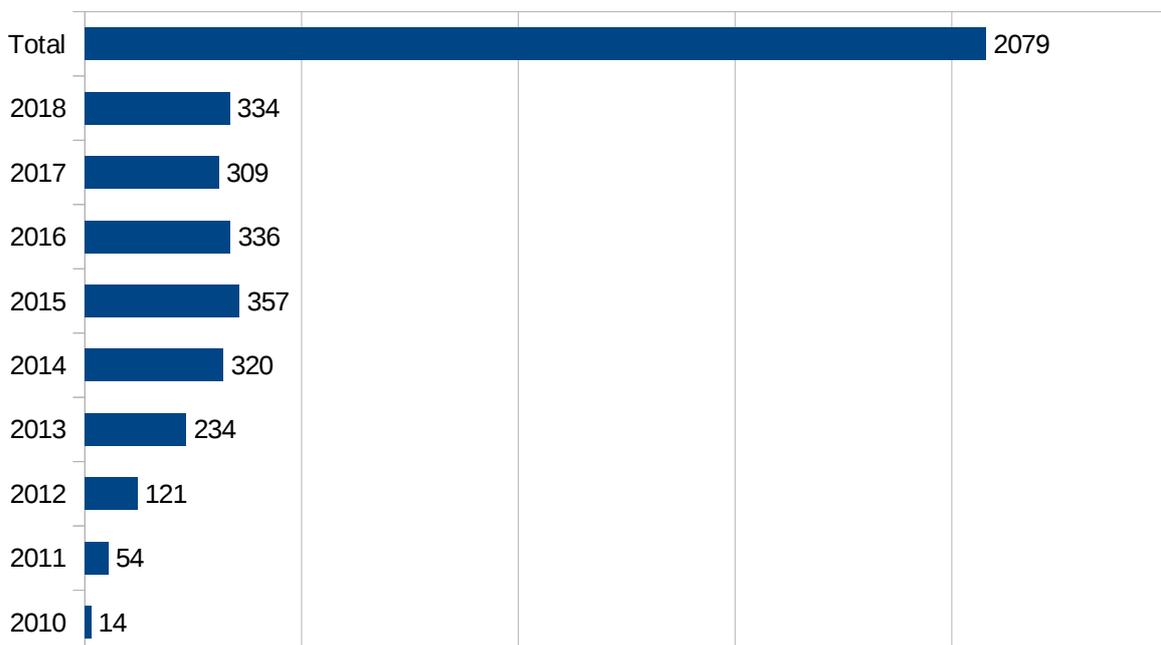
Figura 2: Evolução dos Grupos de Pesquisa da UFFS (2010-2018)



Fonte: DDG/PROPEPG, 2018.

Ao longo dos anos houve um progressivo crescimento do número de docentes da UFFS envolvidos em projetos de pesquisa.

Figura 3: Participação dos docentes na UFFS em projetos de pesquisa



Fonte: DDG/PROPEPG, 2018.

O número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica provenientes de agências externas também cresceu ao longo dos anos, cabendo destaque para o fato que a UFFS recebe, atualmente, bolsas das três Fundações de Amparo à Pesquisa da Região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e também do CNPq.

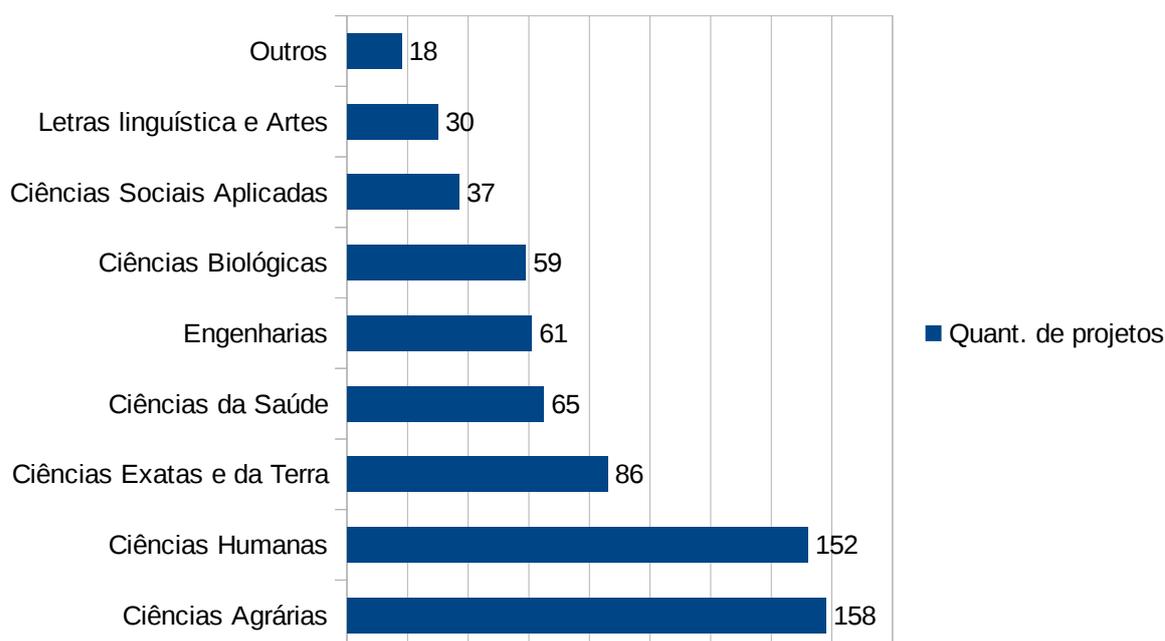
Tabela 1– Evolução do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica

Ano	TOTAL BOLSAS	PIBIC-UFFS	PIBITI-UFFS	Agroecologia-UFFS	PIBIC - Fapesc	PIBIC -CNPq	PIBIC-AF-CNPq	PIBITI-CNPq	PIBIC-EM-CNPq	PROBIC-FAPERGS	PROBITI-FAPERGS
2011-2012	30	23	-	-	-	-	-	-	-	7	-
2012-2013	206	180	-	-	-	11	-	-	-	15	-
2013-2014	149	117	-	-	-	14	-	-	-	18	-
2014-2015	166	130	-	-	-	14	-	5	-	17	-
2015-2016	233	125	10	-	-	14	-	5	-	38	23
2016-2017	168	33	9	-	26	17	2	4	10	42	25
2017-2018	178	24	6	16	26	17	2	4	10	32	12

Fonte: DDG/PROPEPG, 2018.

Além do incremento do número de pesquisadores e de projetos institucionalizados, destaca-se que as pesquisas têm sido realizadas em todas as nove grandes áreas do conhecimento do CNPq. A Figura 4 apresenta a distribuição dos projetos de pesquisa institucionalizados em 2017, de acordo com as grandes áreas de conhecimento, e demonstra que houve um grande número de pesquisas sendo realizadas especialmente na área de Ciências Agrárias e Ciências Humanas.

Figura 4: Projetos de Pesquisa por grande área de conhecimento (2017)



Fonte: DDG/PROPEPG, 2018.

A trajetória da pesquisa da UFFS até o momento coloca alguns importantes desafios. Tendo isso presente, algumas políticas institucionais e ações orçamentárias revestem-se de particular importância para os próximos anos:

- Criar e manter condições estruturais, materiais e humanas para a qualificação da produção científica e tecnológica na UFFS;
- Fortalecer ações de gestão da pesquisa nos *campi*, através da estrutura, do apoio e estímulo aos coordenadores das Coordenações Ajuntas de Pesquisa e Pós-Graduação (CAPPGs);
- Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas temáticas prioritárias para a UFFS, definidas na I e na II COEPE;
- Fortalecer os programas de apoio aos pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da UFFS (Editais de Pesquisa);
- Consolidar o programa à Iniciação Científica e Tecnológica através do apoio institucional e da cooperação com agências externas;
- Viabilizar a obtenção de recurso externo para Pesquisa e Inovação, por intermédio de Fundações de Apoio, com pagamento da taxa de administração das fundações;
- Estimular a modalidade de Iniciação Científica e Tecnológica voluntária, por meio de editais específicos para a participação nos projetos, criação de programas de formação para os estudantes, e do apoio a participação em eventos científicos;
- Incentivar o trabalho cooperativo dos pesquisadores, tanto no que se refere à pesquisa básica como à pesquisa aplicada, o que se viabilizará por meio do apoio à produção dos grupos de pesquisa;
- Estimular reuniões dos grupos de pesquisa da UFFS, bem como apoiar as reuniões entre os grupos de pesquisa e de outras instituições;
- Consolidar e expandir as funcionalidades do sistema de gestão dos projetos de pesquisa na UFFS (Sistema Prisma);
- Assegurar a divulgação dos conhecimentos produzidos na pesquisa no âmbito nacional e internacional, através da participação em eventos e publicação dos resultados em periódicos e livros;
- Envolver os Bolsistas de Produtividade em Pesquisa em atividades formativas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Desburocratizar a gestão de projetos através do Sistema Prisma;
- Flexibilizar a distribuição do fomento interno dos editais de pesquisa por meio de uso de Termo de outorga, entre outras possibilidades previstas no “Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação”, regulamentado em 2018;

- Divulgar os resultados dos projetos de pesquisa da UFFS na comunidade científica interna (intra e intercampus) e comunidade regional, por meio da realização de eventos locais e itinerantes;
- Potencializar a formação de pesquisadores por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições de ensino e de pesquisa, nacionais e estrangeiras;
- Consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS), para viabilizar a realização de parcerias e desenvolvimento de projetos na área de Inovação;
- Instituir modalidade de projeto de pesquisa “Projeto Internacional” para contemplar/registrar os projetos desenvolvidos no âmbito de cooperações internacionais;
- Incentivar a internacionalização da pesquisa através de: colaborações científicas com instituições no exterior; publicação de artigos e livros em línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol, prioritariamente); estimular que as capacitações docentes, em nível de pós-doutorado sejam realizadas no exterior; apoiar as coorientações de estudantes de pós-graduação nas instituições internacionais;
- Inserir-se em projetos, grupos e redes de pesquisa de âmbito nacional e internacional, em parceria com instituições brasileiras e estrangeiras.

3.7 Política de Extensão

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Durante as discussões na I Conferência sobre Ensino, Pesquisa e Extensão (COE-PE) entendeu-se que a Política de Extensão da UFFS deveria seguir as diretrizes e orientações do Plano Nacional de Extensão e do Sistema de Dados e Informações da Extensão definidas nacionalmente pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Com isso se almejava uma Política Nacional de Extensão que obtivesse uma qualificação maior das suas atividades, retirando-a do papel secundário a que estava colocada no mundo acadêmico, em que a pesquisa e o ensino tinham papel preponderante.

Nos moldes em que a UFFS foi criada, socialmente comprometida com as grandes questões da Mesorregião Fronteira do Mercosul e seus entornos, a Extensão sempre fez parte dos eixos fundamentais da Instituição. A UFFS tem na Extensão o principal canal de diálogo e interação com as comunidades de seu entorno, junto das quais procura compreender os principais problemas e construir alternativas para resolvê-los. Desse modo, a Extensão promove o desenvolvimento de programas e projetos comprometidos

com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a formação do profissional cidadão.

3.7.1 Diretrizes e objetivos da Política de Extensão

A Política de Extensão da UFFS está definida na Resolução nº 4/2017 – CONSUNI/ CPPGEC e é concebida:

I - A partir das diretrizes e dos princípios institucionais e acadêmicos da Política Nacional de Extensão, constituindo-se num elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa. A Extensão coloca-se na perspectiva de colaborar, por meio de ações voltadas à cidadania e à inclusão social, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

II - Visa garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional.

III - Objetiva ainda o desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a formação do profissional cidadão.

O Plano Nacional de Extensão define diretrizes para a Extensão Universitária que devem estar presentes em todas as ações de Extensão, sendo expressas da seguinte maneira:

I - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: Procura reafirmar a extensão como processo acadêmico-pedagógico, em que toda ação de extensão estará vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional e de sua formação cidadã, (FORPROEX 2001\2002, 2006). A Extensão Universitária também deve desenvolver a partir da flexibilização da formação discente, como reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, por intermédio da atribuição de créditos acadêmicos;

II - Compromisso com a transformação social: Objetiva estabelecer uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, visando uma atuação transformadora, direcionada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Entende-se que uma das principais funções da Universidade é a de contribuir, a partir da formulação de políticas públicas participativas e emancipadoras, para a solução dos problemas sociais da população;

III - Interação dialógica: Possibilitar aos servidores da UFFS a interação com a realidade social da região por meio do diálogo com os diferentes atores sociais. A Extensão Universitária desenvolverá suas atividades visando uma ação de mão dupla, de troca de saberes acadêmicos e populares, em que a Universidade contribui com seus conhecimentos à comunidade e também aprende com o saber dessas comunidades, ao respeitar a diversidade cultural;

IV - Interdisciplinaridade: A interdisciplinaridade deve caracterizar-se pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.

A Política de Extensão da UFFS orienta-se pelos seguintes princípios:

I - Humanismo: O princípio diz respeito ao reconhecimento da humanidade que se faz presente em cada ser humano. Pressupõe uma abertura para a alteridade. Trata-se de um princípio indispensável a uma educação que queira fazer jus ao seu conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador, como forma de relação que estabelece com o objeto investigado. Traduz-se na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros;

II - Pluralidade: O princípio diz respeito à natureza da própria Universidade que, em seu conceito, abarca a pluralidade, ao reconhecer a universalidade numa tripla dimensão: a) o universal enquanto encontro da humanidade consigo mesma, isto é, com a multiplicidade de saberes produzidos ao longo da história por diferentes grupos humanos; b) o universal enquanto multiplicidade de interpretações feitas historicamente acerca da origem e do sentido de seus saberes; c) o universal enquanto orientação ético-política de construção da história na qual possam conviver distintas formas de organização e de significação da existência, uma história como “progresso do todo” contraposta ao “progresso no todo” (ADORNO, 1995).

II - Justiça cognitiva: O princípio diz respeito à democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora. O acesso e a apropriação social de tais saberes são condições essenciais para o desenvolvimento do humano e para a justiça social. A Universidade pode contribuir decisivamente para a justiça cognitiva, na medida em que proporciona aos jovens e aos grupos sociais excluídos o acesso aos saberes sistematizados, historicamente produzidos e socialmente legitimados, possibilitando o redimensionamento do conhecimento;

IV - Autonomia intelectual: O princípio diz respeito a uma condição ética e cognitiva no exercício do pensamento. Trata-se de preparar o indivíduo para embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica, (ADORNO, 1995). Significa superar o mero cultivo da especulação inspirada em modelos ideais, que deixa os indivíduos incapazes de orientar-se no mundo, assim como o esforço de diferenciação individual visando afirmar-se diante da lógica competitiva que se impõe como realidade autonomizada, sem sujeito. O desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de Ensino na Graduação e na Pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na Pesquisa e na Extensão, é primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual. A produção de autonomia do pensamento decorre necessariamente do cultivo permanente da interrogação e da problematização;

V - Cooperação: O princípio diz respeito à forma de relação que os seres humanos estabelecem entre si para regular suas relações com a natureza, e encontra no trabalho a referência para humanizar a realidade natural e social. Trata-se de um princípio que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional que o embasa, que busca conferir sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão através da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas. A cooperação implica o agir

solidário, tanto na produção, quanto na apropriação e distribuição dos resultados nas distintas atividades humanas;

VI - Sustentabilidade: O princípio da sustentabilidade diz respeito a um conjunto amplo de princípios, valores, conhecimentos e práticas individuais e coletivas que procuram repensar/superar o atual modelo de desenvolvimento e promover dinâmicas que primem por justiça social e por relações mais solidárias e responsáveis entre o ser humano e a natureza. Implica construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o ser humano à condição de consumidor. A sustentabilidade tem uma dimensão ética latente: ela implica um equilíbrio dinâmico entre as necessidades humanas e a capacidade da natureza de satisfazê-las. A sustentabilidade ecológica, nesse sentido, implica sustentabilidade social, econômica, espacial e cultural (SACHS, 1986);

VII - Transformação social: O princípio diz respeito à orientação social do fazer acadêmico no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Trata-se de um princípio que aposta na contextualização e na interpretação histórica e crítica como perspectiva de qualificar a intervenção social. Requer o reconhecimento da pertinência das demandas sociais a partir de sua contextualização histórica, objetivando conferir-lhes uma orientação emancipatória. O princípio se traduz numa postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas;

VIII - Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão: O princípio diz respeito, sobretudo, à articulação dialética entre a teoria e a prática para construir um fazer acadêmico socialmente relevante. Contrapõe-se à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão;

IX - Interdisciplinaridade: O princípio diz respeito ao processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas, e uma intervenção mais qualificada na realidade;

X - Caráter público: O princípio diz respeito à necessidade de que a instituição universitária atue em benefício da maioria da população, principalmente daqueles que foram historicamente mantidos à margem dos benefícios resultantes do saber. A universidade como um todo, e a extensão em particular, constituem-se como bens públicos e é preciso garantir aos cidadãos o mais amplo acesso possível a eles. Daí decorre que as atividades de extensão devem ser prioritariamente gratuitas evitando vieses mercantis nas relações universidade-sociedade e abrangendo diversas esferas da sociedade.

As ações têm como objetivo geral garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre universidade e sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional.

Objetivos específicos das ações da Extensão:

- I - Desenvolver Programas e Projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- II - Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica;
- III - Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade;
- IV - Proporcionar ambiência acadêmica, que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã;
- V - Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
- VI - Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações.

Com base nas orientações do FORPROEX, todas as atividades extensionistas são classificadas em uma área temática principal (I – Comunicação; II – Cultura; III - Direitos Humanos e Justiça; IV – Educação; V - Meio Ambiente; VI – Saúde; VII - Tecnologia e Produção; VIII – Trabalho) e, opcionalmente, em área temática secundária, quando as ações estão relacionadas a mais de uma área.

As ações da Extensão também estão agrupadas em 53 linhas, classificadas de acordo com o Plano Nacional de Extensão, sendo que para cada linha é apresentada uma descrição que auxilia nas ações a serem executadas (FORPROEX, 2001/2002).

Quanto à caracterização das ações/atividades, elas são classificadas em programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço, de acordo com as definições do FORPROEX (2001/2002).

No que diz respeito à proposição de ações extensionistas envolvendo a UFFS, conforme Resolução nº 4/2017 – CONSUNI/CPPGEC, elas podem ser elaboradas a partir de:

- I - Proposição interna: proposição institucional da Universidade; proposta de docentes, acadêmicos e técnicos da UFFS, sendo que a coordenação do projeto deverá estar a cargo ou responsabilidade de um servidor e que, preferencialmente, estejam mencionadas\previstas nos PPCs dos cursos de Graduação;
- II - Proposição externa: proposta de ação de uma entidade não-governamental; demanda concreta da comunidade ou de representantes da comunidade; demanda de órgãos governamentais para contribuir com o desenvolvimento das políticas públicas. Parágrafo único. Os programas e projetos de Extensão da UFFS serão desenvolvidos a partir de aprovação em editais internos e externos, projetos de demanda espontânea e por meio de convênios e contratos.

3.8 Políticas de Cultura

A Resolução nº 2/2016–CONSUNI/CPGEC aprovou a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul, que antes estava unificada à Política de Extensão e Cultura. A UFFS busca, através da formulação de uma Política de Cultura, produzir, valorizar e divulgar a produção cultural da UFFS, da comunidade regional e as expressões universais, entendendo esse processo como fundamental para a vida acadêmica. A Cultura desenvolvida pela UFFS apresenta um caráter educativo e emancipatório, integrado com a produção do conhecimento.

Segundo essa Resolução, assim é concebida a Política de Cultura da UFFS:

1. A partir das diretrizes e dos princípios do Plano Nacional de Cultura (PNC) e dos debates realizados com a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Política de Cultura pretende se constituir em um elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa.
2. A Cultura é parte integrante de todo o processo educacional e da vida acadêmica, visando integrar a Extensão Universitária ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável.

3.8.1 Diretrizes, princípios e objetivos da Política de Cultura

Diante disso, as diretrizes para a formulação de uma política universitária de Cultura devem adaptar e ampliar as sugestões do PNC:

1. FOMENTAR A CULTURA de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória.
2. PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE CULTURAL de forma criteriosa, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais em todos os territórios, ambientes e contextos populacionais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos.
3. AMPLIAR E PERMITIR O ACESSO compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes.
4. PRESERVAR O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.
5. DIFUNDIR OS BENS, CONTEÚDOS E VALORES oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais e nacionais em todo o território brasileiro e no mundo, assim como, promover o intercâmbio e a interação desses com seus equivalentes estrangeiros, observando os marcos da diversidade cultural para a exportação de bens, conteúdos, produtos e serviços culturais.

Com base nessas diretrizes são formulados os princípios da cultura da UFFS, orientados pelas bases definidas na I COEPE e na II COEPE, para as políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da UFFS: Humanismo; Pluralidade; Justiça cognitiva; Autonomia intelectual; Cooperação; Sustentabilidade; Transformação social; Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e Interdisciplinaridade.

Alicerçado nesses princípios, os objetivos da Política de Cultura da UFFS definidos na Resolução nº 2/2016–CONSUNI/ CPPGEC são:

1. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções (PNC, 2010, p. 3). Em uma região de ampla diversidade cultural, englobando povos indígenas, caboclos, colonizadores e demais grupos e etnias que compõe esta região de fronteira, torna-se necessário discutir criticamente as prioridades da UFFS;
2. Fortalecer “o acesso à arte e à cultura; estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos; estimular a sustentabilidade socioambiental (PNC, 2010, p. 3). Partindo da relação indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é importante perceber os processos criativos que compõe o que entendemos por Cultura como fornecedor de elementos importantes para o processo educacional. Extensão e Cultura, assim como Pesquisa, não devem apenas complementar o processo educacional, mas estar em seus princípios formuladores (COEPE, 2011, p. 40).
3. Viabilizar a “criação de infraestrutura universitária apropriada para manifestações artísticas culturais diversas” (COEPE, 2011, p. 65);
4. “Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores” (PNC, 2010, p. 3) e fornecer atividades de capacitação para comunidade acadêmica e em geral objetivando a promoção de gestão em projetos culturais;
5. Estruturar programas permanentes de arte e cultura; priorizar apoio a projetos contínuos e que atendam a diversidade da região, principalmente os grupos sociais que historicamente não tiveram acesso às expressões externas de arte e cultura, sejam elas de artes cênicas, música, atividades audiovisuais, dança ou outras.

3.8.2 Linhas e ações de Cultura

Para fomentar uma diversidade de atividades na Universidade, foi desenvolvida esta linha temática do FORPROEX, agrupando-a de acordo com as linguagens consagradas de Arte e Cultura:

6. Artes Cênicas: Promoção Teatral e Circense; Literatura;
7. Artes Plásticas: Promoção Cultural e Artística na Área de Artes Plásticas e Artes Gráficas;
8. Música: Promoção Cultural na Área de Música; Rádio Universitária;
9. Audiovisual: Promoção Cultural e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo;

10. Patrimônio Cultural Material e Imaterial: Cultura – Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Cultura e identidade: saber e fazer, os conhecimentos tradicionais, a cultura alimentar;
11. Transformação social e sustentabilidade: Folclore, Artesanato e Tradições Culturais; Capacitação de Gestores de Políticas Públicas; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na Área Cultural.

As ações de Cultura serão classificadas em programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço, de acordo com as definições do FORPROEX (2001/2002):

1. **Programa:** conjunto articulado de projetos e outras ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços), preferencialmente, integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino. Tem caráter orgânico institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;
2. **Projeto:** ação processual e contínua de caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Quando vinculado a um programa de Extensão, o projeto faz parte de uma nucleação de ações e quando não é vinculado, o projeto é considerado isolado;
3. **Curso:** ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas e critérios de avaliação definidos (FORPROEX, 2001/2002);
4. **Evento:** ação que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, mantido ou reconhecido pela universidade (FORPROEX 2001/2002);
5. **Prestação de Serviço:** é o trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público etc.), visando contribuir, prioritariamente, na formação acadêmica e profissional e na qualificação do corpo docente da universidade.

A principal ação de apoio cultural na Universidade é o Programa Bolsa Cultura, que tem por objetivos: incentivar ações na área da cultura para atender as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); oferecer auxílio financeiro a estudantes de Graduação; incentivar sua participação no processo de criação artístico-cultural; proporcionar o envolvimento de estudantes de Graduação em projetos que articulem docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade acadêmica em atividades artístico-culturais; fortalecer e consolidar o DIVERSA/UFGS; e estimular a participação da comunidade acadêmica em festivais promovidos pela UFGS.

3.9 Conhecimento, currículo e interdisciplinaridade na perspectiva da Universidade Popular

O conhecimento, o currículo e a interdisciplinaridade na perspectiva da universidade popular foi um dos fóruns temáticos na II COEPE, em que as discussões foram relacionadas em cinco temas:

1. a constituição da universidade moderna e seus desdobramentos;
2. a política de expansão de vagas no ensino superior brasileiro;
3. universidade pública e popular: currículo, conhecimento e interdisciplinaridade;
4. desafios emergentes na implementação do projeto institucional da UFFS;
5. a reafirmação do compromisso com o projeto institucional.

A respeito da constituição da universidade moderna e seus desdobramentos, no Brasil ela tem pouco mais de 100 (cem) anos e se inspirou nos modelos clássicos, nos quais se observam os seguintes aspectos:

- a) o foco na produção da alta cultura;
- b) a valorização da meritocracia acadêmica, amparada em processos altamente seletivos;
- c) uma ênfase nas epistemologias específicas das ciências;
- d) uma concepção de currículo focada no campo disciplinar e caracterizada pela especialização crescente;
- e) uma definição dos objetos de pesquisa vinculada às demandas internas do campo do conhecimento;
- f) uma baixa valorização das atividades de Extensão;
- g) uma ênfase à autonomia acadêmica na caracterização da relação estabelecida entre universidade e sociedade.

Mais recentemente, em meio a uma terceira onda de globalização e sob a égide do mercado, encontramos-nos diante de uma determinação mercantil mais ofensiva, que aprofunda a racionalidade técnico-científica, mediante a afirmação de uma cultura pragmática e pela exigência de uma produtividade acadêmica crescente, que substituem a legitimação religiosa e política de outrora e reforçam o caráter utilitário e funcional da formação, fortemente relacionada com a profissionalização (II COEPE, 2018, p. 107).

Essa trajetória das universidades, ao mesmo tempo em que buscam manter alguns padrões clássicos, por outro lado são persuadidas a atenderem as demandas

de mercado. Com isso, construir uma universidade popular, aberta ao diálogo com os movimentos sociais, com um caráter público e popular como a UFFS, é no mínimo é um grande desafio. Também a respeito da política de expansão de vagas no ensino superior brasileiro, percebe-se que apesar de ter aumentado o número de matrículas nas universidades brasileiras nas últimas décadas, esse processo “não foi acompanhado de uma política incisiva de incentivo à permanência do aluno e de uma problematização da tendência mercantil conferida à universidade neste movimento expansionista” (II COEPE, 2018, p. 108).

Sobre o tema Universidade pública e popular: currículo, conhecimento e interdisciplinaridade percebe-se que “A construção de uma universidade popular requer um diálogo crítico com a tradição da instituição universidade em geral e da universidade pública em particular, para conferir-lhe um caráter público mais efetivo” o que “pressupõe uma democratização do acesso e da produção do conhecimento” (II COEPE, 2018, p. 109). No que se refere aos desafios emergentes na implementação do projeto institucional da UFFS, na II COEPE foram apontados desafios vinculados ao processo de implantação da universidade, dentre eles: limitações legais e institucionais; política de ingresso; estrutura curricular proposta pela UFFS – os domínios formativos; a influência dos conselhos profissionais na definição do currículo: a linha ou ênfase de formação dos cursos; os espaços públicos de debate: a relação entre universidade e sociedade e a flexibilidade curricular.

Sobre a reafirmação do compromisso com o projeto institucional, ressalta-se a importância da construção de uma universidade popular e democrática, identificado com sua origem histórica vinculado à luta coletiva dos movimentos sociais organizados e expresso no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Também é importante reconhecer “a importância dos processos de autoavaliação e de planejamento, envolvendo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e PPI, e no âmbito dos cursos, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC)” (II COEPE, 2018, p. 113). O Quadro 6 apresenta a síntese das discussões sobre esse fórum temático ocorrido na II COEPE.

Quadro 6 - Síntese das discussões do fórum temático: Conhecimento, Currículo e Interdisciplinaridade na Perspectiva da Universidade Popular

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Sobre o projeto institucional	<p>1.1 Atuar no aperfeiçoamento e na qualificação do PPI, através de processos democráticos;</p> <p>1.2 Problematizar a concepção meritocrática vinculada à concepção tradicional de universidade, fortemente arraigada no contexto da educação superior brasileira, e promover uma formação baseada em uma concepção democrática e popular;</p> <p>1.3 Fortalecer a compreensão da Universidade como espaço qualificado de diálogo com os movimentos sociais e de construção de conhecimentos socialmente relevantes;</p> <p>1.4 Reconhecer e promover a universidade como espaço-tempo de formação política e cultural, para além do profissional, o que envolve também a discussão, problematização e participação na construção de um projeto de Nação;</p> <p>1.5 Promover o posicionamento observacional sobre os rumos assumidos pela Universidade, em diálogo permanente com os princípios institucionais e com a comunidade regional e acadêmica;</p> <p>1.6 Construir estratégias de comunicação para a compreensão do projeto de universidade popular no âmbito regional, buscando superar o caráter depreciativo do popular;</p> <p>1.7 Explicitar as concepções teórico-epistemológicas de uma educação popular e democrática;</p>
2. Estratégias para o fortalecimento do projeto institucional	<p>2.1 Ampliar os diálogos entre o conhecimento científico e popular, mediante o exercício teórico-conceitual e a reflexão crítica sobre a Educação Popular no contexto do Ensino Superior Brasileiro;</p> <p>2.2 Ampliar o protagonismo dos sujeitos que fazem o dia a dia da universidade, em especial o movimento estudantil;</p> <p>2.3 Ampliar o debate e promover a autocrítica institucional sobre políticas de permanência, incluindo a moradia estudantil;</p> <p>2.4 Fortalecer os espaços de debate público no âmbito da universidade;</p> <p>2.5 Buscar alternativas para viabilizar o acesso aos bens culturais regionais;</p> <p>2.6 Buscar novas alternativas teóricas para fortalecer o diálogo entre universidade e movimentos sociais, e avançar na perspectiva interdisciplinar, a exemplo da teoria do signo, segundo a qual a todo conhecimento é mediatizado pela linguagem, pelo signo;</p> <p>2.7 Promover a valorização da extensão e cultura, constantemente apequenadas diante da pesquisa e do ensino na Universidade, como estratégia de fortalecimento do projeto de universidade popular;</p> <p>2.8 Aprofundar o debate sobre a formação do professor do ensino superior, considerando que o currículo, a experiência formativa e as expectativas de parte significativa dos integrantes do quadro docente estão associadas a outro modelo de universidade;</p> <p>2.9 Organizar mais fóruns para discutir a concepção e o significado de uma universidade popular;</p>

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
3. Currículo, Conhecimento e Interdisciplinaridade	3.1 Avançar na compreensão do currículo enquanto composição que abarca diferentes epistemologias;
	3.2 Abrir linhas de diálogos dentro da universidade para realizar o debate sobre seu currículo, pois a estrutura curricular criada e materializada ainda não tornou a UFFS realmente inovadora e transformadora.
	3.3 Avançar na organização do currículo dos cursos em torno de eixos integradores, em favor do fortalecimento da prática da interdisciplinaridade e da produção de um conhecimento mais rico e complexo da realidade;
	3.4 Buscar mecanismos para redimensionar a concepção curricular para além da formação voltada para a atuação profissional;
	3.5 Avançar na flexibilização curricular, tornando os estudantes mais protagonistas e responsáveis pela construção do seu próprio percurso curricular;
	3.6 Promover a valorização do conhecimento popular;
	3.7 Avançar na diversificação e flexibilização das estratégias de ensino, buscando contemplar os 20% semipresenciais facultados legalmente;
	3.8 Avançar na discussão sobre a incorporação das atividades de pesquisa, extensão e cultura como atividades curriculares que integram o PPC, já previsto no Plano Nacional de Educação, que destina 10% da carga horária para Extensão;
	3.9 Fortalecer o diálogo interdisciplinar no âmbito da pós-graduação, nos processos de produção do conhecimento através da pesquisa;
	3.10 Fomentar a mediação entre os saberes (popular e acadêmico), buscando superar a dicotomia que parece estar posta em muitos momentos.

Fonte: II COEPE, 2018.

4 POLÍTICAS DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) caracteriza-se por um conjunto de serviços, programas, projetos e ações articuladas com as demais políticas institucionais e acadêmicas que visam ao fortalecimento das condições de permanência, êxito nas atividades acadêmicas e inclusão social dos estudantes da Instituição, de forma a atender a comunidade universitária *multicampi*, em consonância ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Decreto n. 7.234/2010).

4.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro

A UFFS desenvolve ações nas áreas de assistência estudantil e vivência universitária, atendendo a população discente nas distintas etapas de sua formação, com o objetivo de estimular a integração acadêmica e social dos estudantes e auxiliar na sua permanência e formação. Para colaborar pedagógica e financeiramente com os acadêmicos são realizadas diversas ações, sendo também disponibilizadas bolsas e auxílios socioeconômicos, a partir de diversos programas de apoio, conforme descrição a seguir.

Os programas de apoio pedagógico e financeiro estão organizados em âmbito da Política de Assistência Estudantil da UFFS, que é composta por um conjunto de programas que envolvem pagamentos de auxílios, bolsas acadêmicas, ações e serviços acadêmicos das diferentes áreas da assistência estudantil previstas no PNAES (Decreto

7.234/2010), os quais são executadas pelas equipes lotadas nos Setores de Assuntos Estudantis (SAE) dos *campi* e gerenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) e demais pró-reitorias fins.

4.1.1 Acompanhamento pedagógico e psicossocial

O acompanhamento pedagógico e psicossocial consiste no suporte aos estudantes de Graduação que apresentam dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a permanência com vistas à redução dos índices de retenção e evasão.

Esse apoio é organizado e operacionalizado pelas equipes multiprofissionais dos Setores de Assuntos Estudantis nos *campi*, ligadas à Coordenação Acadêmica, por meio da realização de atendimentos individuais e/ou coletivos intervindo nas diversas questões que interferem no processo de ensino e aprendizagem. O apoio pedagógico é constituído pelos seguintes serviços:

- I. Programa de Monitorias, vinculado à PROGRAD, é um programa efetivado através de projetos de Ensino, que tem por finalidade promover a aproximação com a prática docente no Ensino Superior e contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem nos cursos de Graduação, envolvendo docentes e discentes, na condição de orientadores e monitores, respectivamente;
- II. Planos de Acompanhamento: vinculados à PROAE, os quais consistem em intervenções realizadas pelo Setor de Assuntos Estudantis (SAE) dos *campi*, com apoio de profissionais docentes e/ou técnicos administrativos de outros setores da Instituição, no intuito de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes;
- III. Projetos de inclusão digital: vinculados à PROGRAD e/ou PROAE, que consistem em ações de capacitação de estudantes para a utilização de meios digitais, disponibilização de laboratórios de Informática em funcionamento nos *campi* da UFFS e serviço de empréstimo de *notebook*, realizado nas bibliotecas dos *campi*;
- IV. Ações psicopedagógicas: desenvolvidas entre a PROAE, PROGRAD e outras pró-reitorias afins, bem como as coordenações acadêmicas visando à redução dos índices de retenção e evasão e melhorando o desempenho acadêmico discente;
- V. Intervenção psicossocial e pedagógica: visa desenvolver ações de acolhimento, atendimento, encaminhamento e orientação aos estudantes, contribuindo para permanência e êxito acadêmico.

Cabe destacar também ações ligadas à área da promoção de saúde do estudante, através de projetos de promoção à saúde e atendimentos individualizados e coletivos realizados pelos profissionais técnicos nos SAES. Também são realizadas ações

na área do esporte, como o incentivo às atividades físicas e a realização dos Jogos Universitários da UFFS (JUUFFS).

A implementação dessas ações considera o levantamento estatístico dos dados dos históricos dos discentes, a identificação dos estudantes com mais dificuldades e necessidades especiais e acompanhamento psicopedagógico do discente com vistas à solução dessas dificuldades. A autoavaliação estudantil foi implementada com o objetivo de sensibilizar o discente com relação a sua responsabilidade com sua formação e identificar demandas psicopedagógicas e sociais.

4.1.2 A Análise Socioeconômica e os Auxílios Socioeconômicos

Com o trabalho realizado a partir da análise socioeconômica, é possível gerar um Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS), mantendo um banco de dados dos estudantes para serem atendidos em programas, projetos, benefícios e serviços que dependam de análise socioeconômica, conforme regulação em Resolução específica.

O apoio socioeconômico é realizado por meio de auxílio financeiro concedido aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e contempla basicamente recursos do orçamento do PNAES e FNDE. As modalidades de auxílio são descritas a seguir:

Auxílio-alimentação: consiste no incentivo financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado à complementação de despesa com alimentação, seja nos restaurantes universitários e/ou cantinas dos *campi* da UFFS, seja na aquisição de alimentos. Além do auxílio-alimentação, o Programa de Alimentação e Nutrição (PAN) contempla o subsídio-alimentação, que é o pagamento, pela Universidade, de parte do valor da refeição ofertada nos RUs aos estudantes regularmente matriculados na Instituição.

Auxílio-moradia: consiste no incentivo financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a auxiliar o estudante na cobertura de despesas com locação e gastos relacionados à moradia.

Auxílio-transporte: consiste incentivo financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado à complementação de despesa com deslocamento do estudante do local de moradia ou trabalho até a sede dos *campi* da UFFS para realização das suas atividades acadêmicas.

Auxílio-estudantil: consiste no incentivo financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a contribuir no custeio de materiais didáticos e outras despesas gerais necessárias para desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Auxílio-creche: consiste no incentivo financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado ao estudante que tenha filho em idade pré-escolar (zero a cinco anos, onze meses e vinte e nove dias) para despesas com creche ou outras relacionadas aos cuidados com a guarda e a manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas.

Auxílio-emergencial: consiste no incentivo financeiro, pago em pecúnia, com desembolso de até três parcelas, destinada a fortalecer as condições de frequência, permanência e êxito nas atividades acadêmicas no período letivo, aos estudantes que apresentem dificuldades socioeconômicas, de caráter emergencial e eventual, as quais agravam a situação de vulnerabilidade e colocam em risco a sua permanência na universidade.

Auxílio-ingresso: consiste no incentivo financeiro, pago em pecúnia, com desembolso de parcela única, destinado a fortalecer as condições de permanência nos momentos iniciais da vida universitária, para estudantes ingressantes provindos de localidades diversas às das municípios-sede dos *campi* da UFFS que estejam matriculados e que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Auxílio-permanência a Povos Indígenas e/ou Quilombolas (APPINQ): consiste no incentivo financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal, destinado à complementação de despesas para manutenção na universidade de estudantes indígenas e/ou quilombolas regularmente matriculados em cursos de Graduação da UFFS.

Viagens de estudo, apresentação de trabalhos e participação em eventos: o estudante receberá o auxílio financeiro para custear suas despesas mediante comprovação de vinculação direta da atividade com a área de formação do curso. Esse auxílio é desenvolvido através de incentivo financeiro para subsidiar o pagamento de transporte, alimentação, hospedagem e/ou pagamento de inscrição em eventos.

Bolsa Cultura: tem como objetivo incentivar ações na área da cultura. É oferecido auxílio financeiro a estudantes de Graduação, incentivando a participação no processo de criação artístico-cultural, bem como proporcionando o envolvimento dos estudantes, dos servidores docentes e técnico-administrativos e comunidade regional em atividades artístico-culturais da UFFS. Cada projeto conta com um docente coordenador, até quatro estudantes bolsistas, estudantes voluntários, servidores técnico-administrativos e integrantes da comunidade regional que tenham interesse em participar do projeto. Existem ações na área de música, teatro, cinema, literatura, comunicação, práticas ambientais, folclore regional, entre outros. A seleção de bolsistas é realizada anualmente através de edital específico, com a submissão de projeto cultural pelo

coordenador docente, indicação de até cinco estudantes bolsistas e demais participantes voluntários.

Programa Bolsa Permanência: é uma ação do Governo Federal, instituído pela Portaria n. 389/2013, que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de Graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente para estudantes indígenas e quilombolas. A ação é realizada por meio da concessão de auxílio financeiro diretamente ao estudante por meio de um cartão de benefício.

A implementação dessas ações considera o levantamento estatístico dos dados dos históricos dos discentes e o acompanhamento do desempenho acadêmicos dos estudantes assistidos.

O controle social das ações de apoio financeiro é realizado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil (CAAPAE) da UFFS que é composta por estudantes, servidores técnicos e docentes.

4.1.3 Núcleo de Acessibilidade

Nos princípios norteadores do Projeto Pedagógico Institucional, a UFFS se propõe a ser uma universidade pública e popular, democrática, autônoma, que respeita a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços para a participação de diferentes sujeitos sociais, que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais, garantindo condições de acesso e permanência no ensino superior. Para alcançar tal proposição, além de democratizar o acesso à educação superior a um público historicamente excluído, é necessário superar as fragilidades e vulnerabilidades a que este público está/esteve submetido, de forma a garantir sua permanência e a aprendizagem na educação superior.

Esse contexto levou a UFFS a delinear sua Política de Acessibilidade, que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na Instituição dos estudantes e servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa política busca assegurar as condições necessárias para a participação e a autonomia desses sujeitos em todos os ambientes acadêmicos por meio da eliminação de barreiras físicas, atitudinais, de comunicação e de informação.

As reflexões em torno desta política se iniciaram no ano de 2011, quando a UFFS recebeu os primeiros estudantes com deficiência, sendo duas estudantes surdas e uma cega. Naquele ano foi instituída uma comissão com a responsabilidade de implementar o Núcleo de Acessibilidade da UFFS e ofertar os primeiros cursos de capacitação de servidores para melhor atender à pessoa com deficiência. Desde o início, a equipe

responsável para pensar e elaborar esta política teve como horizonte propor e instituir programas e projetos que pudessem, ao longo do tempo, consolidar-se e construir uma universidade acessível, tanto nos recursos materiais quanto nos recursos humanos. Nesse sentido, cada ação é elaborada visando fortalecer a presença e a identidade desses estudantes e servidores.

O Núcleo de Acessibilidade da UFFS foi instituído pela Resolução nº 003/2012 – CONSUNI/CGRAD. É um órgão executivo da Administração Superior, diretamente subordinado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e tem por finalidade atender, conforme expresso em legislação vigente, aos discentes, servidores docentes e técnico-administrativos em educação com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na UFFS. Seu objetivo é promover ações que visem eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional.

O que se apresentou foram os primeiros passos para a solidificação de estratégias junto à comunidade acadêmica para a sensibilização de questões que compreendem o respeito e o reconhecimento das diferenças. No entanto, compreendia-se a importância de uma política interna que promovesse a inclusão e que evitasse a tomada de decisões paliativas que acabavam não resolvendo os problemas. Com isso, em 2015, foi estabelecida a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS está descrita na Resolução nº 04/2015 – CONSUNI/CGRAD. Essa política visa o respeito à diferença e a ampliação de oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores.

As ações para a permanência do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ingressante na UFFS, são as seguintes:

- I. apoio acadêmico;
- II. oferta de monitoria e/ou estágio para atuar no Núcleo ou Setor de Acessibilidade;
- III. promoção da educação inclusiva nos diferentes âmbitos da vida universitária, por meio de cursos de formação visando uma Educação para a diversidade;
- IV. celebração de convênios e parcerias com órgãos privados e públicos (federais, estaduais, municipais e associações) para auxiliar a permanência desses estudantes na Universidade;
- V. apoio econômico Institucional, por todo o período de permanência, em face das demandas de situação de vulnerabilidade social apresentada pelos estudantes, compreendendo: a) a utilização de bolsas e auxílios acadêmicos oriundos de modelos já existentes na Instituição - Pesquisa, Extensão, Ensino, entre outras; b) para os estudantes da Graduação, utilizar-se-á da política adotada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE);

- VI. para a permanência nos cursos de Pós-Graduação, utilizar-se-á dos programas e das bolsas já existentes, considerando o desempenho acadêmico.

A partir de 2015, dentre as ações que são desenvolvidas na Instituição para a promoção da acessibilidade, destacam-se: contato com os estudantes matriculados e familiares para saber sobre as necessidades individuais; empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes e servidores com deficiência visual; disponibilização de material adaptado; celebração de convênios e parcerias com associações, secretarias de educação municipais e estaduais, órgãos governamentais e não governamentais; disponibilização de tradutor/intérprete de LIBRAS nos cursos de Graduação com estudantes surdos e nos eventos institucionais; capacitação dos servidores para melhor atender a comunidade com deficiência; concessão de bolsa-monitoria para estudantes auxiliarem colegas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, dentre outras. Além disso, algumas melhorias também são vislumbradas pela Instituição: ampliação da estrutura física e de recursos humanos do Núcleo e Setores de Acessibilidade; implementação da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; a aquisição de equipamentos com tecnologia assistida; participação institucional nos debates locais, regionais e nacionais sobre a temática.

O estímulo à permanência ocorre também com o Núcleo de Acessibilidade, sendo o atendimento aos discentes portadores de necessidades especiais um dos compromissos institucionais da UFFS, que tem como diretriz pautar o seu desenvolvimento em consonância com a Política Nacional de Acessibilidade, principalmente no que se refere a Lei da Acessibilidade nº 10098/94, entre outras. As ações visam facilitar o acesso das pessoas com necessidades ao ambiente acadêmico, para o desenvolvimento de suas atividades em condições adequadas, com o suporte de tecnologias assistivas que favoreçam a autonomia pessoal. Com isso, objetiva-se contribuir para o exercício pleno da cidadania e para uma vida digna, produtiva e independente.

Na II COEPE ganhou “destaque o fato de que a acessibilidade para pessoas com deficiência não se resume apenas na configuração da infraestrutura física, devendo perpassar também pela atuação no fazer pedagógico, tais como adequação tanto de materiais como de procedimentos metodológicos, o reconhecimento das realidades subjacentes aos sujeitos ingressantes na UFFS ou, ainda, os trabalhos dos tradutores de Libras, dentre outros exemplos” (II COEPE, 2018, p. 118).

4.1.4 Apoio estudantil

A UFFS apoia a organização estudantil dentro das formas legais do Estado de Direito e Democrático. A sua forma de organização e manutenção deverá ser estipulada em estatuto próprio e de tal modo a não ferir o PPI da UFFS, o PPC que representa e qualquer outra resolução legal da Instituição, inclusive no âmbito dos cursos. Será assegurada a representatividade nos colegiados a presença de um representante discente com o intuito de contribuir com o bom andamento das atividades do curso e representar os anseios de seus pares. A opção do movimento estudantil, respeitada pela UFFS, foi de estruturar diretórios autônomos em cada *campus*.

4.1.5 Estrutura física

Restaurante Universitário (RU)

O RU contribui como um estímulo à permanência dos discentes na UFFS à medida que disponibiliza refeições básicas, de boa qualidade nutricional e higiênico-sanitária, por um valor acessível, à comunidade universitária, permitindo aos comensais permanecer em tempo integral na Universidade e desempenhar suas atividades acadêmicas de modo satisfatório. Além disso, é um espaço de integração social, que desempenha também ações na área de educação alimentar e nutricional, sendo um importante espaço de promoção de saúde.

A UFFS possuía, em seu projeto inicial, projeção para ter restaurantes universitários em seus cinco (5) primeiros *campi*: Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Realeza e Laranjeiras do Sul. Os cinco RUs possuem a mesma estrutura física, que envolveu um investimento médio de R\$ 5.000.000,00 cada, e obedecem a mesma política de alimentação, definida pela Instituição.

Os RUs da UFFS trabalham com a oferta de dez preparações diárias, sendo três tipos de salada (uma folhosa, uma crua e uma cozida), cinco pratos quentes (arroz branco, integral, leguminosa, acompanhamento e prato principal – carne), suco e sobremesa (sendo fruta no mínimo três vezes por semana), além de opção vegetariana para o público que optar por não comer carne. Possuem nutricionista no quadro técnico das empresas contratadas, e a fiscalização é feita por nutricionistas do quadro da UFFS, que conta com uma por *campi*. Além de incentivar a aquisição de produtos da agricultura familiar pelas empresas prestadoras de serviço, como forma de servir um alimento de qualidade, apoiar o desenvolvimento local/regional e viabilizar a execução das políticas públicas governamentais de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no contexto da Universidade.

Sua estrutura física segue os padrões estabelecidos pela vigilância sanitária, sendo referenciado como modelo por outras instituições de ensino. Possui ainda a preocupação de ser um RU sustentável, utilizando energia e luminosidade solar, além de reaproveitar a água da chuva para banheiros do refeitório e externos. É acessível ao público com necessidades especiais, tendo refeitório construído no piso térreo e disponibilizando catracas, mesas, bebedouros e banheiros para cadeirantes, além de piso tátil para cegos. Por fim, trabalha com educação alimentar e nutricional juntamente a oferta de alimentos, fazendo com que este espaço seja também um local de aprendizado e integração social.

Moradia estudantil

Há um projeto de construção de moradia estudantil. Discussões desta temática foram realizadas pela Comissão para Elaboração das Políticas da Moradia Estudantil. Em síntese, essa iniciativa tem como objetivo atender discentes oriundos do Sistema Público de Ensino e/ou em estado de comprovada carência socioeconômica que o impeça de custear despesas com moradia. Os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica não contemplados pelas vagas da moradia estudantil, a priori, poderão acessar os editais de auxílio-moradia.

Ginásio poliesportivo

Há um projeto de construção de ginásios poliesportivos que ainda não foi concretizado em virtude das limitações orçamentárias de capital. Os ginásios são espaços que permitem a realização de atividades esportivas contribuindo para saúde física e mental dos estudantes e servidores. Tais atividades estão previstas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

4.1.6 Ações afirmativas, inclusão e evasão

Na II COEPE ficou registrado que “a temática ‘Ações afirmativas, inclusão e evasão’ tem se configurado como uma das mais caras no âmbito da UFFS, na medida que, demonstra a preocupação de a instituição buscar atender tanto os princípios que permearam sua criação quanto os reforçados nas discussões da primeira COEPE” (II COEPE, 2018, p. 117). Com isso, na II COEPE essa temática foi sistematizada em quatro grandes tópicos: a) inclusão: abordando pessoas com deficiência; b) acesso: com a inserção de públicos historicamente excluídos do ensino superior; c) ações afirmativas: que demonstram a importância desses tipos de mecanismos para garantir a efetivação de direitos; e d) Permanência que perpassa fatores como moradia estudantil, retenção, as interfaces cidade-campo-universidade; e) evasão.

A UFFS, ao longo da sua trajetória já vem trabalhando a inclusão sob a perspectiva diversas perspectivas, dentre elas a inclusão de camadas historicamente excluídas do Ensino Superior, estudantes de escolas públicas, hipossuficientes, pretos, pardos, indígenas, haitianos e pessoas com deficiência. Ressalta-se ainda que a Universidade tem ainda alguns desafios “que visem solucionar problemas relativos às necessidades de públicos diversos como o de indígenas, pardos, pretos, imigrantes, LGBTQ, trabalhadores e demais” (II COEPE, 2018, p. 117).

Com relação aos aspectos de permanência e evasão, ainda se configura com um dos grandes desafios da UFFS. Por isso há grandes esforços por parte da universidade para dar conta de manter os auxílios socioeconômicos, considerados fundamentais, incluindo a importância dos Restaurantes Universitários e do atendimento pelas equipes dos Setores de Atendimento aos Estudantes. Também na II COEPE foi abordada a importância de se discutir a viabilidade da moradia estudantil ou de ações alternativas que possam atender essa demanda. O Quadro 7 apresenta a síntese das discussões desse fórum temático abordado na II COEPE.

Quadro 7 - Síntese das discussões do fórum temático: Ações Afirmativas, Inclusão e Evasão

Tópicos Agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Inclusão	<p>1.2 Consolidar, integrar e ampliar as políticas de inclusão já existentes.</p> <p>1.3 Promoção de formação continuada e permanente para servidores docentes e técnicos, sobre educação inclusiva e ações afirmativas para atuação na área de acessibilidade, tanto material quanto pedagógica.</p> <p>1.4 Aumentar o efetivo de servidores que atuam nos setores de acessibilidade, observando os profissionais previstos conforme política de acessibilidade.</p> <p>1.5 Assegurar espaços e profissionais que possam dar suporte aos estudantes com deficiência para que estes permaneçam na UFFS.</p> <p>1.6 Manter permanentemente política de melhorias na infraestrutura física e material para assegurar a acessibilidade.</p> <p>1.7 Destinar esforços para oferta de serviços especializados para o devido atendimento das pessoas com deficiência conforme suas características.</p> <p>1.8 Incentivar práticas de solidariedade entre os estudantes.</p> <p>1.9 Propor diálogos nos componentes curriculares articulados com as questões étnico-raciais.</p>
2. Acesso	<p>2.1 Fortalecer a função social da UFFS, no sentido de atender às necessidades da classe trabalhadora e de populações vulneráveis através de políticas de aproximação com esses estudantes.</p> <p>2.2 Garantir maior autonomia da UFFS para que suas decisões institucionais não fiquem atreladas somente ao disposto pelo MEC.</p> <p>2.3 Manter as políticas de acesso para estudantes de escolas públicas e demais cotas.</p> <p>2.4 Constituir espaços de debate com todos os atores envolvidos na comunidade acadêmica para proposição e avaliação de ações coletivas e estratégicas embasadas em dados estatísticos e relatos de experiências.</p> <p>2.5 Subsidiar os colegiados com relatórios qualificados para acompanhamento e avaliação das políticas de acesso e permanência no âmbito do curso.</p> <p>2.6 Manter programas de apoio pedagógico e inclusão para estudantes indígenas, haitianos e demais públicos que demandam atenção diferenciada.</p> <p>2.7 Manutenção e fortalecimento dos programas que realizem processos seletivos especiais como Programa de Acesso Indígena (PIN) e PROHAITI.</p> <p>2.8 Estimular debates e discussões sobre as questões LGBTQ nos <i>campi</i>.</p> <p>2.8 Realização contínua de ações com a comunidade regional, incluindo as terras indígenas, para a divulgação da UFFS e suas políticas de acesso e permanência.</p>
3. Ações Afirmativas	<p>3.1 Qualificar os trabalhos das comissões de avaliação das autodeclarações de pretos, pardos e indígenas.</p> <p>3.2 Promover ações de integração entre os estudantes para estimular a compreensão sobre a diversidade da sociedade brasileira.</p> <p>3.3 Criar política institucional de apoio e acompanhamento dos alunos ingressantes por cotas.</p> <p>3.4 Fortalecer os NEABI priorizando a produção de conhecimento pelos acadêmicos.</p> <p>3.5 Realizar eventos de formação para a comunidade acadêmica e comunidade regional para continuar ampliar e o debate sobre as políticas de ações afirmativas e permanência de estudantes na UFFS.</p> <p>3.6 Reafirmação da necessidade de criação do <i>Campus</i> indígena da UFFS.</p> <p>3.7 Buscar referências em outras instituições que possuem uma trajetória maior no campo das ações afirmativas para qualificar o debate na UFFS.</p>

Tópicos Agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
4. Perma-nência e Evasão	4.1 Instituir política institucional de diagnóstico periódico dos índices e motivos da evasão nos <i>campi</i> e implementação de ações voltadas para assegurar a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, como a criação de um sistema institucional que possibilite acompanhamento/mobilidade acadêmica dos estudantes.
	4.2 Realizar ações de intervenção pedagógica em situações identificadas como geradoras de evasão, tais como altos índices de retenção em determinadas turmas, além de realizar ações de capacitação dos docentes, abordando temáticas como metodologia de ensino, avaliação, prática pedagógica no ensino superior e perfil do estudante da UFFS.
	4.3 Fortalecer o acompanhamento e apoio pedagógico aos estudantes com dificuldades de desempenho acadêmico, principalmente nas primeiras fases de ingresso.
	4.4 Firmar convênios com o poder público, com outras instituições, empresas e entidades sociais visando integrar os estudantes da UFFS à comunidade local, principalmente aqueles oriundos de outras regiões.
	4.5 Manter e ampliar as bolsas e os auxílios socioeconômicos;
	4.6 Criar política institucional que implemente núcleo de acompanhamento dos estudantes, principalmente para promoção de ações de acolhimento e orientação dos ingressantes no que se refere à moradia, transporte, auxílios, RU, entre outros.
	4.7 Constituir espaços de lazer e esportes para confraternização entre a comunidade acadêmica.
	4.8 Articular com os poderes públicos melhores condições do transporte público para os estudantes da UFFS.
	4.9 Fomentar a articulação entre os setores da UFFS para que possam somar esforços para estimular a permanência dos estudantes.
	4.10 Estabelecer flexibilização curricular levando em consideração as características dos trabalhadores que estudam na UFFS.
	4.11 Incentivar as políticas de capacitação dos servidores técnico-administrativos e dos docentes para avançar na qualificação dos serviços prestados à comunidade acadêmica.
	4.12 Retomar o debate de ações em busca da implementação da moradia estudantil no âmbito da UFFS, inclusive por meio de repúblicas de estudantes autogestionadas ou outras alternativas que contemplem a questão.
	4.13 Ofertar outros cursos em regimes de alternância.
	4.14 Implementar programas de cuidados de crianças para fomentar a permanência das estudantes que são mães.
	4.15 Promover o acompanhamento pedagógico os acadêmicos indígenas por meio da criação de tutorias indígenas.
	4.16 Garantir a disponibilização de horários dos professores para atendimento aos estudantes.
	4.17 Fortalecimento e ampliação das equipes dos Setores de Assuntos Estudantis (SAEs) em todos os <i>campi</i> .
	4.18 Fortalecer as políticas de assistência estudantil destinadas a aumentar a participação dos estudantes no cotidiano acadêmico.

Fonte: II COEPE, 2018 e sugestões dos *campi* da UFFS.

4.2 Acompanhamento dos egressos

A UFFS é uma instituição nova e em fase de implantação. Nesse contexto, as políticas definidas para estabelecer processos e procedimentos para o acompanhamento dos egressos dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão estão em construção.

Todavia, a Universidade reconhece a necessidade da construção de políticas, instrumentos e procedimentos para traçar o perfil do egresso em comparação com os objetivos e propósitos dos cursos ofertados para integralizar a sua formação ética e profissional.

Nesse sentido, a UFFS pretende elaborar um cadastro para acompanhamento dos concluintes, destacando aspectos referentes aos cursos que oferece, a partir das expectativas sociais, institucionais e dos cursos, contribuindo para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos.

4.3 Internacionalização

Como concepção de internacionalização, a UFFS entende esse processo como desenvolvimento, pela comunidade acadêmica, de experiências internacionais que proporcionem o compartilhamento de conhecimentos e técnicas, a abertura à diversidade cultural e o desenvolvimento de ações conjuntas convergentes com os objetivos institucionais, visando cultivar a paz, a solidariedade e a cooperação entre instituições, nações, povos e culturas.

4.3.1 Política de Internacionalização

A Política de Internacionalização da UFFS tem como finalidade definir as prioridades e as diretrizes para orientar a elaboração de um plano institucional, com vistas ao cumprimento dos princípios e dos objetivos expressos no artigo 8º de seu estatuto, nomeadamente:

- promover a compreensão do homem e do meio em que vive através da democratização do patrimônio histórico e cultural da humanidade (inciso III);
- promover o acesso à Ciência, Tecnologia e Cultura, às suas formas de produção e aplicação e à sua contextualização e problematização histórica (inciso IV);
- promover intercâmbio prioritário com os países do Mercosul (inciso VI);
- cultivar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação internacional e intercâmbio científico, artístico e tecnológico (inciso XVI);

promover a igualdade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância, preconceito, discriminação e violência (inciso XVII).

Para atingir os objetivos propostos, a UFFS concentra seus esforços de internacionalização em torno de dois focos (não mutuamente excludentes):

1. Fronteira e América Latina – este foco se centra no fortalecimento da cooperação, da solidariedade e da aproximação cultural com os países latino-americanos e, sobretudo, com os vizinhos argentinos, buscando construir uma perspectiva latino-americana de análise da realidade que proporcione soluções efetivas para os problemas regionais. A esse respeito, a colaboração com os países do Mercosul busca criar uma rede de iniciativas sustentáveis, inovadoras e de baixo custo, que contribuam para a promoção do bem-estar e da justiça social nos países envolvidos, considerando as populações e as culturas locais.

2. Ciência e tecnologias nas áreas prioritárias – este foco inclui os projetos de cooperação que busquem ampliar e compartilhar conhecimentos e práticas nas áreas temáticas que foram definidas como prioritárias na constituição da UFFS e nas Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão: ambiente e sustentabilidade, agricultura familiar e agroecologia, desenvolvimento rural, saneamento e urbanização, cooperativismo e economia solidária, interculturalidade e direitos humanos, políticas públicas, educação básica e formação de professores, educação popular, educação do campo e saúde coletiva.

Os esforços de internacionalização da UFFS serão norteados pelas seguintes diretrizes:

- Consideração dos interesses e prioridades institucionais, de acordo com os focos definidos nesta política, tanto no estabelecimento de acordos de cooperação, como na filiação a redes internacionais;
- Desenvolvimento de projetos conjuntos que deem sustentação aos acordos estabelecidos, preferencialmente integrando Pesquisa, Ensino, Extensão e Cultura;
- Atenção à manutenção de respeito mútuo, reciprocidade e solidariedade no desenvolvimento dos projetos de cooperação;
- Envolvimento dos colegiados dos cursos nas ações de internacionalização, buscando, sempre que possível, a integração entre Graduação e Pós-Graduação;
- Diversificação das ações, para que a internacionalização não se reduza a projetos individuais de mobilidade, priorizando o desenvolvimento de planos de trabalho integrados em programas de pesquisa, ensino e extensão, tanto na Graduação como na Pós-Graduação;
- Convergência das políticas linguística e de internacionalização e articulação das ações de implementação dessas políticas;
- Participação em redes que envolvam diversas instituições nacionais e internacionais, ampliando o escopo e o impacto das ações desenvolvidas;

- Criação de mecanismos que garantam a continuidade e sustentabilidade das parcerias estabelecidas;
- Definição de indicadores para avaliação da relevância científica, social e cultural das ações realizadas;
- Estabelecimento de mecanismos de avaliação, acompanhamento e aperfeiçoamento dos projetos desenvolvidos.

4.3.2 Plano de Internacionalização

O Plano de Internacionalização tem por objetivo promover o intercâmbio e o estabelecimento de parcerias com organizações e instituições estrangeiras, nas áreas-fim da Universidade, integrando as ações no âmbito da Pesquisa, do Ensino, da Extensão e da Cultura, tanto no nível da Graduação como da Pós-Graduação. Tem-se como objetivos específicos:

1. Criar condições institucionais para dar suporte à implementação das ações de internacionalização.
2. Melhorar o nível de proficiência em línguas estrangeiras da comunidade acadêmica, como previsto no Eixo 2 da Política Linguística.
3. Ampliar a cooperação técnica com instituições internacionais.
4. Apoiar e participar da construção de uma rede com as IES fronteiriças da região sul e dos países vizinhos.
5. Facilitar os processos de dupla titulação, validação de disciplinas e revalidação de diplomas.
6. Instituir sistemáticas de acompanhamento e avaliação das ações propostas.

Quadro 8 - Plano de Ações 2019-2023

Objetivos específicos	Ações Prioritárias para 2019-2023
1 Assegurar condições institucionais para dar suporte à implementação das ações de internacionalização	1.1 Ampliação do efetivo e formação de servidores da AAI. 1.1.1 Contratação de dois novos servidores; 1.1.2 Participação dos servidores em cursos de capacitação em: línguas estrangeiras; políticas educacionais do Mercosul; sistemas de ensino superior nacional e internacionais; agências e órgãos de financiamento multilaterais; boas práticas de internacionalização; 1.1.3 Participação em eventos de internacionalização (FAUBAI, Webinars Erasmus, etc); 1.1.4 Realização de visitas técnicas às IES que desenvolvam boas práticas de internacionalização.
	1.2. Aperfeiçoamento da comunicação e da articulação com todos os <i>campi</i> da UFFS. 1.2.1 Nomeação de agentes de internacionalização em todos os <i>campi</i> . 1.2.2 Conscientização dos PPGs para a indicação de pessoas ou comissões que provoquem a discussão e elaboração de projetos internacionais.
	1.3 Ajuste do sistema acadêmico para a emissão de documentos em inglês. 1.3.1 Articulação com a PROGRAD, PROPEPG e SETI visando à emissão automática de históricos escolares, cópias de diplomas e matrizes curriculares em inglês.

Objetivos específicos	Ações Prioritárias para 2019-2023
<p>2. Melhorar o nível de proficiência em línguas estrangeiras da comunidade acadêmica como previsto no Eixo 2 da Política Linguística</p>	<p>2.1 Manutenção do credenciamento no ISF. 2.2 Criação e implementação do programa PROLIN e apoio à criação de núcleos ou centros de línguas em cada <i>campus</i> 2.2.1 Implementação das ações previstas no Eixo 2 da Política Linguística da UFFS; 2.2.2 Lançamento de um edital anual para contratação de bolsistas para o ensino de línguas no âmbito do ProLin; 2.2.3 Estímulo à mobilidade acadêmica, para países de língua hispânica, de estudantes dos cursos de licenciatura em Letras-Espanhol; 2.2.4 Oferta de vagas, para realização de práticas, nos cursos de línguas, para estudantes estrangeiros de cursos que incluam o ensino de sua língua materna como língua estrangeira; 2.2.5 Apoio à criação de centros ou núcleos de línguas em todos os <i>campi</i>; 2.2.6 Estabelecimento de acordos de cooperação técnica com entidades sem fins lucrativos que proporcionem o aumento do número de vagas para bolsistas, para atuarem como professores nos cursos de língua estrangeira.</p>
<p>3. Ampliar a cooperação técnica com instituições internacionais</p>	<p>3.1 Melhoria da visibilidade internacional da UFFS. 3.1.1 Tradução para inglês e espanhol e atualização permanente da página da AAI; 3.1.2 Participação em eventos internacionais; 3.1.3 Produção de materiais de divulgação para distribuição em feiras, eventos e embaixadas; 3.1.4 Filiação a redes internacionais.</p> <p>3.2 Envolvimento dos PPGs e dos colegiados de cursos de Graduação na definição de países, instituições e projetos prioritários para o estabelecimento de parcerias.</p> <p>3.3 Estabelecimento de acordos e parcerias internacionais. 3.3.1 Apoio aos docentes e grupos de pesquisa na elaboração de projetos internacionais que assegurem o estabelecimento e a continuidade de parcerias, nas áreas de Pesquisa, Ensino, Extensão e Cultura, com o apoio dos PPGs, grupos de pesquisa e/ou colegiados de cursos de Graduação. 3.3.2 Criação do programa PRATIC (Práticas Internacionais de Cooperação), em parceria com a PROEC e a PROGRAD, proporcionando a mobilidade estudantil <i>in</i> e <i>out</i> para a realização de estágios e práticas inseridas em projetos de Extensão; 3.3.3 Apoio a iniciativas de “internacionalização em casa”, como possibilidade de intercâmbio, sobretudo na Graduação.</p> <p>3.4 Ampliação da cooperação com IES e organizações sociais de países do hemisfério sul. 3.4.1 Envio de materiais de divulgação para as embaixadas dos países envolvidos nos programas PEC-G e PEC-PG; 3.4.2 Divulgação das vagas nos programas de Pós-Graduação para estudantes dos países-parceiros do PEC-PG; 3.4.3 Participação nos programas de acolhimento a imigrantes em situação de vulnerabilidade; 3.4.4 Estabelecimento de parcerias em projetos voltados ao desenvolvimento das regiões envolvidas.</p>
<p>4. Apoiar e participar da construção de uma rede com as IES fronteiriças da região sul e dos países vizinhos</p>	<p>4.1 Institucionalização e implementação do programa NÓSOTROS 4.1.1 Fortalecimento da cooperação com as IES brasileiras localizadas na faixa de fronteira da Região Sul; 4.1.2 Estabelecimento / fortalecimento de acordos para o desenvolvimento de projetos conjuntos com as IES dos países vizinhos, sobretudo as que ficam mais perto da fronteira.</p>
<p>5. Facilitar os processos de dupla titulação, validação de disciplinas e revalidação de diplomas</p>	<p>5.1. Colaboração com a PROGRAD e a PROPEPG no apoio aos colegiados para estudo, flexibilização e realização de ajustes que facilitem a compatibilização dos currículos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação com os de IES estrangeiras.</p>
<p>6. Instituir sistemáticas de acompanhamento e avaliação das ações propostas</p>	<p>6.1. Definição de indicadores e aplicação de metodologias para o acompanhamento das ações</p>

4.3.3 Política Linguística

Para que as ações propostas pela Política de Internacionalização possam ser implementadas, é importante que ações relativas ao ensino e à aprendizagem de línguas sejam desenvolvidas. Nesse sentido, foi aprovada a Resolução Nº 11/CONSUNI/UFFS/2018, que trata da Política Linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). As diretrizes dessa Política são:

- Defesa da diversidade linguística e cultural da Fronteira Sul, com a valorização do português, do espanhol e de todos os idiomas e culturas da região, incluindo as línguas indígenas (Guarani, Kaingang...), Libras e os dialetos regionais, visando a convivência pacífica e solidária entre os povos, em ambos os lados da fronteira;
- Valorização do patrimônio linguístico e da cultura dos países de língua portuguesa;
- Democratização do acesso à aprendizagem de línguas, tanto da comunidade interna da UFFS quanto da comunidade regional;
- Colaboração com as escolas públicas de Educação Básica com vistas à melhoria do ensino de línguas;
- Promoção da proficiência linguística dos membros da comunidade acadêmica, visando a inserção e a projeção da UFFS no contexto científico internacional;
- Integração das várias instâncias da UFFS envolvidas com o ensino de línguas e com a internacionalização.

De acordo com as diretrizes definidas, o planejamento das ações relativas ao ensino de línguas e de culturas, tanto estrangeiras como brasileiras, se dará em torno de dois eixos prioritários de atuação:

- Recuperação e valorização da diversidade linguística regional;
- Criação de condições para ampliação do intercâmbio de conhecimentos com instituições estrangeiras.

Eixo 1: Recuperação e valorização da diversidade linguística regional

Visa promover o conhecimento das línguas e das culturas regionais, contribuindo para a valorização das raízes culturais, o acolhimento e a integração da população imigrante.

Quadro 9 – Objetivos específicos e ações prioritárias

Objetivo específico	Ações prioritárias
1. Promover o conhecimento sobre línguas e culturas regionais	1.1 Incentivo a projetos de pesquisa que tenham por objeto as línguas e as culturas existentes na região em que os <i>campi</i> da UFFS se localizem.

Objetivo específico	Ações prioritárias
2. Valorizar as línguas de circulação na UFFS	2.1 Promoção de cursos, oficinas, rodas de conversa etc. em línguas indígenas da região, Libras e nas línguas de imigração. 2.2 Oferta de componentes curriculares sobre diversidade linguística e interculturalidade. 2.3 Criação de espaços para apresentação de trabalhos acadêmicos pelos indígenas e imigrantes em suas línguas maternas ou adicionais.
3. Promover o ambiente plurilinguístico e multicultural em cada <i>campus</i>	3.1 Organização de debates e espaços de formação dos docentes da UFFS para elaboração de estratégias de ensino direcionadas aos estudantes cuja língua materna não é o português.
4. Oferecer o ensino do português como língua estrangeira/adicional	4.1 Promoção de atividades de divulgação e valorização das culturas de povos e países representados na comunidade acadêmica, incluindo a oferta, no restaurante universitário, de refeições com comidas típicas desses povos e países em dias específicos. 4.2 Oferta de componentes curriculares PLE/PLA nos cursos de Letras. 4.3 Oferta de cursos livres de PLE/PLA para a comunidade.

Eixo 2: Criação de condições para ampliação do intercâmbio de conhecimentos com instituições estrangeiras

Visa ampliar o domínio de línguas estrangeiras como parte da política de internacionalização do Ensino, de Pesquisa e Extensão, e como meio de acolhimento e integração dos estudantes estrangeiros intercambistas.

Quadro 10 - Objetivos específicos e ações prioritárias

Objetivos específicos	Ações prioritárias
1. Incentivar o aprendizado do espanhol e do português como língua estrangeira com vistas à integração e à promoção da cultura de paz na região da fronteira	1.1 Oferta de componentes curriculares PLE/PLA nos cursos de Letras. 1.2 Ampliação dos espaços de formação e práticas de ensino dos estudantes dos cursos de Língua Espanhola.
2. Incentivar o estudo de idiomas e de culturas estrangeiras na comunidade acadêmica, garantindo o acesso ao conhecimento produzido e publicado em outras línguas, sobretudo em inglês	2.1 Oferta de cursos de línguas estrangeiras para a comunidade interna e regional. 2.2 Criação de incentivos à melhoria da proficiência em línguas estrangeiras de docentes e técnicos administrativos. 2.3 Promoção de discussões com a comunidade acadêmica para definição de um plano visando a introdução gradual da exigência de domínio de Línguas Estrangeiras no currículo dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação: Validação de cursos de idiomas como atividade curricular complementar (ACC). Oferta de línguas estrangeiras como componentes curriculares nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação. Oferecimento de disciplinas, seminários e/ou minicursos em línguas estrangeiras, sobretudo na Pós-Graduação. Inclusão gradual da exigência de proficiência em língua estrangeira nos programas de Pós-Graduação. 2.4 Utilização dos níveis de proficiência como critérios para a pontuação em editais de mobilidade acadêmica.
3. Apoiar as iniciativas de todos os setores da comunidade acadêmica no desenvolvimento de atividades que promovam o ensino e a divulgação de línguas e de culturas estrangeiras	3.1 Organização de seminários com apresentação de trabalhos em língua estrangeira por candidatos a mobilidade no exterior, com a participação de egressos dos programas de mobilidade. 3.2 Promoção de diálogos bilíngues envolvendo estudantes brasileiros e estrangeiros da UFFS.
4. Oportunizar à comunidade acadêmica certificação de reconhecimento internacional de proficiência em língua estrangeira	4.1 Oferta de testes de proficiência, de reconhecimento internacional, em diversas línguas estrangeiras e em língua portuguesa (CelpeBras).

Objetivos específicos	Ações prioritárias
5. Promover a visibilidade da UFFS no exterior por meio da divulgação de suas atividades em inglês e espanhol	5.1 Apoio aos pesquisadores na revisão das traduções de artigos científicos em línguas estrangeiras, especialmente o Inglês visando à publicação e divulgação internacional. 5.2 Criação e manutenção de páginas em língua estrangeira (pelo menos inglês e espanhol) no site da universidade, sobretudo as páginas dos cursos de Pós-Graduação.
6. Ampliar o conhecimento sobre o ensino de línguas estrangeiras	6.1 Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino de línguas estrangeiras.
7. Apoiar a formação de professores de línguas estrangeiras que atuam na Educação Básica	7.1 Oferta de cursos e oficinas de formação continuada para promover a proficiência em línguas estrangeiras dos professores que atuam na Educação Básica. 7.2 Implementação de projetos de extensão com os professores das redes públicas visando o desenvolvimento de ações pedagógicas envolvendo os alunos no aprendizado de línguas estrangeiras.

As Tabelas 2 a 6 apresentam as ações de internacionalização já implementadas.

Tabela 2 - Programa Idioma sem Fronteiras – Aplicação TOEFL ITP

Campus	2013		2014		2015		2016		2017		2018***	
	V*	I**	V*	I**	V*	I**	V*	I**	V*	I**	V*	I**
Cerro Largo	-	-	1700	213	220	163	200	163	30	30	30	30
Chapecó	320	219	1638	677	810	744	540	506	134	94	168	164
Erechim	-	-	820	284	240	236	320	273	60	50	40	40
Laranjeiras do Sul	-	-	900	135	120	68	200	91	30	23	20	20
Passo Fundo	-	-	150	65	100	97	160	156	60	59	130	124
Realeza	-	-	900	174	240	182	200	103	75	30	30	28
Total	320	219	6108	1548	1730	1490	1620	1292	389	286	418	406

V* - Vagas I** - Inscritos *** a oferta de 2018 não está encerrada, portanto os números poderão ser superiores.

Fonte: Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AAI)/UFFS.

Tabela 3 - Prova de proficiência em espanhol – CELU

Campus	2017		2018	
	Pré-inscrito	Inscrito	Pré-inscrito	Inscrito
Chapecó	28	13	30	18

* O candidato passa de pré inscrito após o pagamento da taxa de inscrição.

Fonte: Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AAI)/UFFS.

Em 2019, o CELU será levado para os campi Realeza e Cerro Largo, onde há Letras Espanhol.

Tabela 4 - Programa Idiomas sem Fronteiras – Cursos de idiomas (só ofertado no **Campus** Chapecó)

Campus	2015		2016		2017		2018***	
	V*	I**	V*	I**	V*	I**	V*	I**
Inglês	130	106	180	283	275	151	375	246
Espanhol	-	-	-	-	25	24	100	96
Português como língua estrangeira	-	-	-	-	25	3	100	14

Total	130	106	180	283	325	178	575	356
--------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

V* - Vagas I** - Inscritos *** a oferta de 2018 não está encerrada, portanto os números poderão ser superiores.

Tabela 5 - Centro de Línguas da UFFS – Espanhol

Campus	2017		2018***	
	V*	I**	V*	I**
Cerro Largo	140	184	40	43
Chapecó	30	232	90	295
Realeza	20	40	100	155
Total	190	426	230	493

V* - Vagas I** - Inscritos ***

Tabela 6 - Centro de Línguas da UFFS - PLE

Campus	2017		2018***	
	V*	I**	V*	I**
Chapecó	30	38	150	61
Total	30	38	150	61

V* - Vagas I** - Inscritos ***

Em 2019 pretende-se levar o curso de PLE para os demais campi.

Em 2018, Cerro Largo ofertou também 20 vagas para um curso de inglês iniciante pelo Centro de Línguas, para o qual houve 40 inscritos.

Devido à importância da mobilidade acadêmica e das experiências de internacionalização para a formação dos estudantes, esses processos estão sendo ampliados. Na II COEPE houve um fórum temático dedicado exclusivamente à Mobilidade Acadêmica e Internacionalização. Os debates realizados foram sistematizados em torno das seguintes categorias: 1. Concepção; 2. A política de internacionalização da UFFS; 3. A política de linguística; 4. O Programa de Mobilidade Acadêmica.

O Quadro 11 apresenta a síntese das discussões desse fórum temático abordado na II COEPE.

Quadro 11 - Síntese das discussões do fórum temático: Mobilidade Acadêmica e Internacionalização

Tópicos Agregadores	Questionamentos/problemas apresentados	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
<p>1. A Política de Internacionalização da UFFS</p>	<p>O que é internacionalização na perspectiva de uma universidade popular? Ela pode ser confundida com a capacitação de mão de obra para multinacionais? Ou pode ser confundida com a abertura e fortalecimento dos mercados globais? Ou, ainda, com desenvolvimento da região/país/mundo? Ou, alternativamente, com a promoção da cooperação com simetria, da solidariedade, da paz, da tolerância, da multiculturalidade? Quais os objetivos e as prioridades da UFFS em relação ao processo de internacionalização? No que queremos e podemos ser excelentes? O que temos a contribuir para o mundo? Que países e instituições seriam nossos parceiros prioritários? A que redes poderíamos nos vincular? a) o foco atual do Governo Federal em realizar parcerias com países desenvolvidos, o que dificultará a operacionalização das relações sul-sul; b) embora a Pós-Graduação e a Pesquisa sejam considerados os carros-chefes da internacionalização e a CAPES apenas financie a internacionalização da Pós-Graduação, não podemos ficar reduzidos a esse nível nem a apenas uma área-fim. A internacionalização pode alavancar a integração entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura; c) o Brasil envia muitos estudantes para o exterior e recebe poucos; d) as verbas para internacionalização, sobretudo para mobilidade são muito restritas; e, e) falta de divulgação dos programas de mobilidade acadêmica.</p>	<p>1.1 Buscar outras formas de apoio, recorrer a parcerias com países do hemisfério norte para realização de projetos em conjunto nos países em desenvolvimento (trilaterais ou multilaterais), respeitando os eixos prioritários definidos na política de internacionalização.</p> <p>1.2 Estabelecer parcerias com universidades vinculadas a redes, que prioriza a promoção social e que converge com os objetivos da UFFS e inclui as ações de Extensão.</p> <p>1.3 Investir em pesquisa vinculada a projetos de extensão, para que o conhecimento produzido possa ser aplicado e para que as intervenções realizadas sejam avaliadas e possam resultar em produção de novos conhecimentos.</p> <p>1.4 Fomentar a vinda de professores estrangeiros que podem, além de trabalhar na Pós-Graduação, dar seminários também para a Graduação.</p> <p>1.5 Promover ações de <i>internationalization at home</i>, utilizando diferentes possibilidades tecnológicas para comunicação e videoconferências (iniciativas dentro de cada curso ou interdisciplinares, por meio de projetos de Extensão ou Pesquisa).</p> <p>1.6 Discutir com os estudantes o programa de acolhimento cujo primeiro esboço foi proposto pela Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI).</p> <p>1.7 Discutir com os colegiados de curso as possibilidades de aproveitamento das atividades, indicando pessoas em cada curso que fiquem responsáveis por esse estudo.</p> <p>1.8 Fomentar a imagem da região e da UFFS no exterior para motivar a vinda de alunos/professores;</p> <p>1.9 Desenvolver projetos na UFFS que provoquem a vinda de alunos e professores estrangeiros.</p> <p>1.10 Abrir vagas suplementares nos cursos de Pós-Graduação para alunos estrangeiros.</p> <p>1.11 Iniciar o processo pela elaboração de projetos conjuntos entre professores de diferentes universidades nacionais e estrangeiras;</p> <p>1.12 Produzir publicações conjuntamente com instituições internacionais.</p> <p>1.13 Participar da organização de eventos internacionais;</p> <p>1.14 Associar os PPGs a redes internacionais nas áreas de pesquisa dos programas.</p> <p>1.15 Desenvolver projetos e outras atividades conjuntas por videoconferência (<i>internationalization at home</i>).</p>

Tópicos Agregadores	Questionamentos/problemas apresentados	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
2. A Política de Linguística	<p>a) grande evasão nos cursos de línguas e provas de proficiência;</p> <p>b) falta definir os critérios de aceitação de alunos estrangeiros, tanto regulares como intercambistas, sobretudo no que se refere ao nível de português;</p> <p>c) a proficiência em línguas estrangeiras está sendo cobrada na pós-graduação e em breve não teremos estudantes aptos a frequentarem os cursos de Pós-Graduação;</p> <p>d) dificuldade em implementar cursos e oficinas por falta de recursos financeiros e humanos.</p>	<p>2.1 Fazer uma pesquisa para identificar as causas da grande evasão nos cursos de línguas e provas de proficiência desse problema e tomar medidas para minimizá-lo.</p> <p>2.2 Definir a priorização dos exames oficiais e o nível de proficiência para ingresso de todos os estrangeiros.</p> <p>2.3 Definir as exigências sobre proficiência que serão adotadas em todos os cursos.</p> <p>2.4 Implementar o ensino de línguas estrangeiras na Graduação evitando que nossos estudantes sejam impedidos de acessar a pós-graduação por falta de proficiência em outra língua.</p>
3. O Programa de Mobilidade Acadêmica	<p>O programa Ciência sem Fronteiras do governo federal, por exemplo, colocou o Brasil em um bom patamar na procura por parte de alunos estrangeiros na Graduação e Pós-Graduação brasileira, assim como dos alunos brasileiros para universidades do exterior. Porém, com a austeridade fiscal aplicada nos últimos dois anos, essa política foi restringida e gravemente prejudicada afetando todas as universidades brasileiras.</p>	<p>3.1 Melhorar a comunicação e estendê-la aos professores que estão pouco esclarecidos sobre esses programas.</p> <p>3.2 Definir prioridades de internacionalização de cada curso.</p> <p>3.3 Estudar a possibilidade de recebimento de taxas de valores abaixo do mercado – criar soluções administrativas para viabilizar esses pagamentos.</p> <p>3.4 Estabelecer parcerias com ONGS, empresas e consulados estrangeiros visando a colaboração para o pagamento dos professores dos cursos de línguas.</p>

Fonte: Documento II COEPE, 2018.

5 DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS

As atividades letivas dos cursos de Graduação da UFFS tiveram início em 29 de março de 2010, portanto, somente 195 dias após a aprovação da lei de criação, em 15 de setembro de 2009. No primeiro processo seletivo para ingresso inicial foram ofertadas 2.160 vagas, em 33 cursos com 42 turmas, uma vez que nove cursos tinham duas turmas de ingresso. Naquele dia 29 de março, 1.650 estudantes, distribuídos em 31 turmas/cursos, entraram, pela primeira vez, nas salas de aula da UFFS.

Ao longo dos últimos nove anos, no entanto, foi necessário fazer alguns ajustes no rol de cursos ofertados, com a extinção de alguns cursos e turmas, alteração na proposta de formação e/ou alteração de nomenclatura. Assim, os cursos de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, ofertados nos *campi* Cerro Largo e Laranjeiras do Sul, foram convertidos para Administração em Cerro Largo e Ciências Econômicas em Laranjeiras do Sul; os cursos de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, ofertados nos *campi* Cerro Largo, Chapecó e Erechim, transformaram-se em Engenharia Ambiental e Sanitária; os cursos de Ciências: Biologia, Física e Química, ofertados nos *campi* Cerro Largo e Realeza, foram desmembrados em Ciências Biológicas, de Física e de Química; o curso Educação do Campo foi renomeado para Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias. No *Campus* Realeza, no desmembramento do Curso de Ciências: Biologia, Física e Química, foi criado o curso de Ciências Naturais que, depois, foi extinto. Além disso, em 2014, a Universidade deixou de ofertar, no *Campus* Chapecó, as turmas matutinas de Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História,

Além dessas mudanças, a Universidade criou cursos a partir de dois movimentos. O primeiro movimento é o de reorganização do quadro docente e aproveitamento da infraestrutura já instalada, que possibilitou a criação dos seguintes cursos: Matemática, em 2013, no *Campus* Chapecó; Pedagogia, em 2018, e Ciências Biológicas, em 2019, no *Campus* Laranjeiras do Sul.

O segundo movimento de ampliação de oferta de curso se deu a partir do aproveitamento de políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, para incentivo de criação de cursos em determinadas áreas, mediante a disponibilização de recursos humanos (novas vagas docentes e de servidores técnico-administrativos) e financeiros para custeio e investimento. Nesse movimento, a Universidade, em 2013, a partir da aprovação de propostas submetidas ao edital do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), criou os cursos Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, no *Campus* Erechim, e Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, no *Campus* Laranjeiras do Sul. Ainda em 2013, foi criado o curso de Medicina, no *Campus* Passo Fundo, dentro do programa Mais Médicos, programa que possibilitou, ainda, a criação do curso de Medicina, ofertado no *Campus* Chapecó a partir de 2016.

5.1 Oferta de cursos de Graduação

Atualmente, a UFFS oferta 44 cursos com 48 turmas (os cursos de Administração, Ciências da Computação e Pedagogia, no *Campus* Chapecó, e Medicina, no *Campus* Passo Fundo, são ofertados em duas turmas anuais) e 2.182 vagas anuais. Nas tabelas 7 e 8, são apresentadas algumas informações sobre os 44 cursos, incluindo os conceitos obtidos nos processos de avaliação do Ministério da Educação e número de candidatos que se inscreveram em cada curso nos processos seletivos para ingresso em 2018.

Importante destacar que a UFFS nasce com a perspectiva de produzir significativa mudança no cenário educacional na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e entorno, não só na educação superior, mas, também, na Educação Básica, mediante a formação de professores. Desse modo, desde seu início, a maioria das vagas ofertadas eram cursos de licenciaturas, em diversas áreas do conhecimento. Ao longo desses primeiros anos, essa característica foi reforçada, com a criação de cursos de licenciaturas em novas áreas de formação. Atualmente, como se verifica nas tabelas 7 e 8, a UFFS oferta 25 cursos de licenciaturas (56,8% dos cursos), com um total de 1.150 vagas (52,7 % das vagas).

Em relação à projeção de expansão de cursos de Graduação, a UFFS iniciou, em 2014, a elaboração de um projeto de expansão institucional, com a realização de seminário organizado pelo Conselho Estratégico Social e debates envolvendo toda a

comunidade universitária. Desse processo, ainda em construção, resultará um Plano de Expansão Institucional, com a indicação dos cursos prioritários no processo de expansão futura.

Tabela 7 - Relação dos cursos ofertados pela UFFS (turno de oferta, conceitos obtidos nas avaliações do Ministério da Educação, vagas ofertadas e total de candidatos inscritos referentes ao ingresso no ano de 2018)

Campus	Curso	Turno	CC	CPC	ENADE	Vagas ofertadas	Total de Inscrições	Relação candidato/vaga
Chapecó	Administração – Bacharelado	Matutino	4	4	5	50	599	11,98
		Noturno				50 ^{1/}	537	10,74
	Agronomia – Bacharelado	Integral	3	4	4	50	372	7,44
	Ciência da Computação – Bacharelado	Vespertino	4	4	4	50	281	5,62
		Noturno				50 ^{1/}	307	6,14
	Ciências Sociais – Licenciatura	Noturno	4	5	4	50	203	4,06
	Enfermagem – Bacharelado	Integral	5	4	4	40	833	20,83
	Engenharia Ambiental e Sanitária – Bacharelado	Integral	4	-	4	50	303	6,06
	Filosofia – Licenciatura	Noturno	4	3	4	50	202	4,04
	Geografia – Licenciatura	Noturno	4	4	3	50	192	3,84
	História – Licenciatura	Noturno	4	3	4	50	260	5,20
	Letras – Português e Espanhol – Licenciatura	Noturno	4	4	5	50	189	3,78
	Matemática – Licenciatura	Noturno	4	-	5	50	204	4,08
	Medicina – Bacharelado	Integral	NA	NA	NA	40 ^{1/}	6.107	152,68
Pedagogia – Licenciatura	Matutino	5	4	4	50	267	5,34	
	Noturno				50 ^{1/}	344	6,88	
Laranjeiras do Sul	Agronomia – Bacharelado	Integral	4	3	3	50	480	9,60
	Ciências Econômicas – Bacharelado	Integral	4	3	3	50	270	5,40
	Ciências Biológicas – Licenciatura	Noturno	NA	NA	NA	40	- ^{2/}	-
	Engenharia de Alimentos – Bacharelado	Integral	4	-	4	50	274	5,48
	Engenharia de Aquicultura – Bacharelado	Integral	3	-	2	50	189	3,78
	Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura	Integral	5	-	-	50	148	2,96
	Pedagogia – Licenciatura	Noturno	NA	NA	NA	50	275	5,50
Realeza	Ciências biológicas – Licenciatura	Noturno	4	-	3	40	272	6,80
	Física – Licenciatura	Noturno	4	4	4	30	118	3,93
	Letras – Português e Espanhol – Licenciatura	Noturno	5	-	5	30	171	5,70
	Medicina Veterinária – Bacharelado	Integral	4	4	5	50	1.197	23,94
	Nutrição – Bacharelado	Integral	5	4	4	40	549	13,73
	Química – Licenciatura	Noturno	4	-	3	30	119	3,97

Campus	Curso	Turno	CC	CPC	ENADE	Vagas ofertadas	Total de Inscrições	Relação candidato/vaga
Cerro Largo	Administração – Bacharelado	Integral	4	4	4	50	282	5,70
	Agronomia – Bacharelado	Integral	4	4	4	50	408	8,16
	Ciências biológicas – Licenciatura	Integral	4	4	3	60	230	3,83
	Engenharia Ambiental e Sanitária – Bacharelado	Integral	4	-	4	50	255	5,10
	Física – Licenciatura	Noturno	4	4	3	30	87	2,90
	Letras – Português e Espanhol – Licenciatura	Noturno	4	-	3	30	150	5,00
	Química – Licenciatura	Noturno	4	5	3	30	100	3,33
Erechim	Agronomia – Bacharelado	Integral	4	4	5	50	457	9,14
	Arquitetura e Urbanismo – Bacharelado	Integral	4	-	4	50	847	16,94
	Ciências Sociais – Licenciatura	Noturno	4	4	3	50	270	5,40
	Engenharia Ambiental e Sanitária – Bacharelado	Integral	3	-	3	50	264	5,28
	Filosofia – Licenciatura	Noturno	4	4	2	50	179	3,58
	Geografia – Licenciatura	Noturno	4	-	4	50	165	3,30
	História – Licenciatura	Noturno	4	4	3	50	205	4,10
	Pedagogia – Licenciatura	Noturno	4	4	4	50	308	6,16
Passo Fundo	Medicina - Bacharelado	Integral	NA	NA	NA	31	2.372	76,52
						31 ^{1/}	3.441	111,00
Total						2.102	25.191	12,223/

1/ Turmas com ingresso no segundo semestre.

2/ Primeira oferta será no processo seletivo para ingresso em 2019.

3/ Desconsidera as 40 vagas do curso de Ciências Biológicas, não ofertadas em 2018.

CC = Conceito do Curso (nota obtida na avaliação por comissão externa no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento); CPC = Conceito Preliminar do Curso, calculado a partir da nota Enade (55%), avaliação do corpo Docente do Curso (dados do Censo da Ed. Superior, 30%) e o Questionário do Estudante (15%); ENADE, nota obtida pelos estudantes concluintes na prova do ENADE.

NA = Curso não avaliado;

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação/UFS, 2018.

Tabela 8 - Relação dos cursos ofertados mediante processo seletivo especial

Campus	Curso	Turno	CC	CPC	ENADE	Vagas ofertadas	Total de Inscrições	Relação candidato/vaga
Erechim	Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura	Integral	4	NA	NA	40	60	1,50
Laranjeiras do Sul	Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais – Licenciatura	Integral	4	NA	NA	60 ^{1/}	106	1,80
Total						100	166	1,66

1/ A partir de 2019 serão ofertadas 40 vagas anuais.

CC = Conceito do Curso (nota obtida na avaliação por comissão externa no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento); CPC = Conceito Preliminar do Curso, calculado a partir da nota Enade (55%), avaliação do corpo Docente do Curso (dados do Censo da Ed. Superior, 30%) e o Questionário do Estudante (15%); ENADE, nota obtida pelos estudantes concluintes na prova do ENADE.

NA = Curso não Avaliado;

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação/UFS, 2018.

5.2 Oferta de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e projeção de crescimento da oferta

Os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* duram, em média, 18 meses e são ofertados de acordo com a demanda. Entre 2010 e 2018 a UFFS ofertou 32 cursos de Especialização, tendo formado até o momento 523 estudantes.

Tabela 9 - Cursos e concluintes em cursos de Especialização (2010-2018)

Número	Ano/ Semestre	Cursos	Campus de oferta	Vagas Ofertadas	Nº Con- cluintes
1	2011/1	Especialização em Educação Integral	Chapecó-SC	50	36
2	2011/2	Especialização em História Regional	Chapecó-SC	35	24
3	2011/2	Especialização em Saúde Coletiva	Chapecó-SC	30	26
4	2011/2	Especialização em Literaturas do Cone Sul	Chapecó-SC	35	9
5	2011/2	Especialização em História da Ciência	Erechim-RS	30	18
6	2011/2	Especialização em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica	Cerro Largo-RS	35	18
7	2011/2	Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar	Cerro Largo-RS	30	13
8	2012/1	Especialização em Educação de Tempo Integral	Laranjeiras do Sul-PR	50	22
9	2012/1	Especialização em Processos Pedagógicos na Educação Básica	Erechim-RS	35	25
10	2012/1	Especialização em Orientação Educacional	Cerro Largo-RS	35	32
11	2012/2	Especialização em Educação Integral	Erechim-RS	50	45
12	2013/1	Especialização em Ensino de Língua e Literatura	Realeza-PR	40	17
13	2013/1	Especialização em Teorias Linguísticas Contemporâneas	Erechim-RS	30	14
14	2013/1	Especialização em Epistemologia e Metafísica	Erechim-RS	35	17
15	2013/1	Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	Cerro Largo-RS	25	14
16	2013/1	Especialização em Produção de Leite Agroecológico	Laranjeiras do Sul-PR	50	44
17	2013/2	Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional	Realeza-PR	40	14
18	2014/1	Especialização em Linguagem e Ensino	Cerro Largo-RS	35	13
19	2015/2	Especialização em Orientação Educacional	Cerro Largo-RS	35	21
20	2015/2	Especialização em Educação do Campo com Ênfase em Estudos da Realidade Brasileira	Chapecó-SC	50	32
21	2016/1	Especialização em Educação do Campo	Laranjeiras do Sul-PR	50	17
22	2016/2	Especialização em Gestão Escolar	Erechim-RS	50	31
23	2016/2	Especialização em Gestão Escolar da Educação Básica	Chapecó-SC	50	21
24	2016/2	Especialização em Direitos Humanos	Realeza-PR	30	-
25	2017/1	Especialização em Educação em Ciências Naturais e Sociedade	Realeza-PR	30	-
26	2017/1	Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios	Laranjeiras do Sul-PR	40	-
27	2018/1	Especialização em Realidade Brasileira	Laranjeiras do Sul-PR	50	-
28	2018/1	Especialização em Ensino de Língua e Literatura	Realeza-PR	30	-
29	2018/1	Especialização em Orientação Educacional	Cerro Largo-RS	35	-
30	2018/2	Especialização em Direitos Humanos	Realeza-PR	40	-

Número	Ano/ Semestre	Cursos	Campus de oferta	Vagas Ofertadas	Nº Con- cluintes
31	2019/1	Especialização em Saúde Coletiva	Chapecó-SC	40	-
32	2019/1	Especialização em Tendências Contemporâneas para o Ensino de Literatura	Cerro Largo-RS	35	-
Total					523

Fonte: DPG/PROPEPG, 2019.

A modalidade *lato sensu* cumpre um papel importante na medida em que oferece para a comunidade uma formação especializada, com conexão direta com o mundo do trabalho e com o desempenho profissional. Os processos seletivos desses cursos têm atraídos um número significativo de candidatos, cabendo destaque para o baixo percentual de evasão. De acordo com os dados referentes ao ano de 2018, o índice médio de evasão por curso é de 0,8%.

Tabela 10 – Cursos, matrículas e evasão em cursos de especialização em 2018

Cursos de Especialização	Campus de oferta	Vagas Ofertadas	Matriculados	Matrículas Ati- vas em 2018	Evasão
Direitos Humanos 1ª edição	RE	-	-	33	0
Direitos Humanos 2ª edição	RE	40	40	40	2
Ensino de Língua e Literatura 2ª edição	RE	30	19	19	0
Orientação Educacional	CL	35	29	29	0
Realidade Brasileira	LS	50	45	45	0
Gestão Escolar da Educação Básica	CH	-	-	24	0
Especialização em Educação em Ciências Naturais e Sociedade	RE	-	-	18	0
Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios	LS	-	-	40	0
TOTAL		155	133	248	2

Fonte: DPG/PROPEPG, 2019.

Tendo em vista as características e as dinâmicas de desenvolvimento da região de abrangência da UFFS, a modalidade *lato sensu* continuará a ter um importante papel. Há um claro potencial de desenvolvimento dessa modalidade em todos os *campi*.

A Tabela 11 indica os principais cursos de Especialização que podem ser criados no período entre 2019-2023.

Tabela 11 - Projeção de novos cursos de Especialização

Curso	Campus de oferta	Vagas 2019	Vagas 2020	Vagas 2021	Vagas 2022	Vagas 2023
Especialização em Saúde Coletiva	Chapecó	40	-	-	-	-
Especialização em Tendências Contemporâneas para o Ensino de Literatura	Cerro Largo	35	-	-	-	-
Processos e Produtos Criativos e suas Interfaces	Erechim	30	-	-	-	-
Educação do Campo	Erechim	45	-	-	-	-

Curso	Campus de oferta	Vagas 2019	Vagas 2020	Vagas 2021	Vagas 2022	Vagas 2023
Realidade Brasileira	Chapecó	-	40	-	-	-
Realidade Brasileira	Laranjeiras do Sul	-	-	40	-	-
Agricultura Familiar e Sustentabilidade	Chapecó	-	-	40	-	-
Administração	Chapecó		40	-	-	40
Ciência da Computação Chapecó			30	-	-	30
Engenharia Ambiental	Chapecó		35	-	-	35
Boas Práticas de Manejo de Peixes na Agricultura Familiar	Laranjeiras do Sul		35	-	-	-
Direitos Humanos	Realeza	-	40	-	-	-
Cultura e Política	Laranjeiras do Sul	-	40	-	-	-
Cultura e Política Brasileira	Chapecó	-	40	-	-	-
Desenvolvimento de Aplicativos para Web	Chapecó	-	30	-	-	30
Economia Solidária e Desenvolvimento Regional	Cerro Largo	-	40	-	40	-
Educação e Ensino de Gênero/Diversidade	Laranjeiras do Sul	-	40	-	-	-
Enfermagem Oncológica	Chapecó	-	25	-	-	-
Ensino de Ciências	Realeza	-	40	-	-	-
Espanhol	Chapecó	-	40	-	-	-
Espanhol	Cerro Largo	-	40	-	-	-
Estudos do Texto	Laranjeiras do Sul			40		
Extensão Rural em Agroecologia	Laranjeiras do Sul			40		
Filosofia	Chapecó			40		
Gestão Agroindustrial	Cerro Largo		40			
Gestão Ambiental Urbana	Erechim		40			
Gestão da Tecnologia da Informação	Chapecó	30				30
Gestão de Cooperativas	Laranjeiras do Sul		40		40	
Gestão e Implementação de Projetos Agroindustriais	Cerro Largo	40		40		
Linguagens	Cerro Largo		30			
Literaturas	Cerro Largo		30			
Métodos Modernos de Análise Química	Laranjeiras do Sul			30		
Olericultura Agroecológica	Chapecó		40			
Políticas Públicas e Governabilidade	Erechim		40		40	
Políticas Públicas: ênfase em Educação	Realeza		40			
Processos Pedagógicos em Educação Básica	Erechim	40			40	
Produção vegetal sustentável	Laranjeiras do Sul				40	
Segurança Alimentar e Nutricional	Realeza		35			35

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação/UFS, 2018.

A modalidade *lato sensu* agrega também os Programas de Residências Médicas (PRM) e de Residências Multiprofissionais em Saúde (PRMS).

A Residência Médica é uma modalidade de ensino de Pós-Graduação *lato sensu* que visa aprofundar e especializar a formação adquirida durante a Graduação. Trata-se de formação em nível de Especialização que habilita os residentes a atuarem em

áreas médicas de forma mais específica. A UFFS possui 58 PRMs nos *campi* Chapecó e Passo Fundo, ofertados em cooperação com importantes hospitais (campos de prática) da região: Hospital São Vicente de Paulo, Hospital da Cidade, Hospital de Caridade e Hospital Regional do Oeste.

Tabela 12 - Programas de Residências Médicas da UFFS

Nº	Programa	Campus	Nº de Vagas
1	Residência Médica em Clínica Médica – Hospital Regional do Oeste	Chapecó-SC	4
2	Residência Médica em Cirurgia Geral – Hospital Regional do Oeste	Chapecó-SC	4
3	Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia – Hospital Regional do Oeste	Chapecó-SC	3
4	Residência Médica em Anestesiologia – Hospital Regional do Oeste	Chapecó-SC	3
5	Residência Médica em Obstetrícia e Ginecologia – Hospital Regional do Oeste	Chapecó-SC	2
6	Residência Médica em Pediatria – Hospital Regional do Oeste	Chapecó-SC	3
7	Residência Médica em Cirurgia Geral R3 – Hospital Regional do Oeste	Chapecó-SC	1
8	Residência Médica Pré-Requisito em Área Cirúrgica Básica – Hospital Regional do Oeste	Chapecó-SC	1
9	Residência Médica em Cardiologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	4
10	Residência Médica em Cardiologia – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	4
11	Residência Médica em Clínica Médica – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	10
12	Residência Médica em Clínica Médica – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	9
13	Residência Médica em Cirurgia Geral – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	8
14	Residência Médica em Cirurgia Geral – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	8
15	Residência Médica em Obstetrícia e Ginecologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	5
16	Residência Médica em Obstetrícia e Ginecologia – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	4
17	Residência Médica em Pediatria – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	7
18	Residência Médica em Pediatria – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	4
19	Residência Médica em Clínica Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	3
20	Residência Médica em Clínica Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	1
21	Residência Médica em Cirurgia Vascular – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	3
22	Residência Médica em Cirurgia Vascular – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	2
23	Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	6
24	Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	4
25	Residência Médica em Neurocirurgia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	1
26	Residência Médica em Neurocirurgia – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	1
27	Residência Médica em Psiquiatria – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	2
28	Residência Médica em Cancerologia Clínica – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	2
29	Residência Médica em Gastroenterologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	3
30	Residência Médica em Gastroenterologia – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	1
31	Residência Médica em Oftalmologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	3
32	Residência Médica em Medicina da Família e Comunidade – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	3
33	Residência Médica em Medicina Intensiva – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
34	Residência Médica em Medicina Intensiva – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	1
35	Residência Médica em Neonatologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	3

Nº	Programa	Campus	Nº de Vagas
36	Residência Médica em Neonatologia – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	1
37	Residência Médica em Cirurgia da Mão - Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	1
38	Residência Médica em Medicina Intensiva Pediátrica – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
39	Residência Médica em Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	1
40	Residência Médica em Ecocardiografia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
41	Residência Médica em Cancerologia Clínica – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
42	Residência Médica em Geriatria – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
43	Residência Médica em Hematologia e Hemoterapia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	1
44	Residência Médica em Medicina de Urgência – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
45	Residência Médica em Nefrologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	1
46	Residência Médica em Neurologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
47	Residência Médica em Patologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	1
48	Residência Médica em Radioterapia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	1
49	Residência Médica em Cancerologia Pediátrica – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	1
50	Residência Médica em Otorrinolaringologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
51	Residência Médica em Clínica Médica – Hospital de Caridade de Carazinho	Passo Fundo-RS	3
52	Residência Médica em Alergia e Imunologia Pediátrica – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	2
53	Residência Médica em Dermatologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
54	Residência Médica em Cirurgia da Mão – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
55	Residência Médica Pré-Requisito em Área Cirúrgica Básica – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	1
56	Residência Médica Pré-Requisito em Área Cirúrgica Básica – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	8
57	Residência Médica em Anestesiologia – Hospital da Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo-RS	1
58	Residência Médica em Anestesiologia – Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo-RS	2
Total			168*

*Vagas de 2019.

Fonte: DPG/PROPEPG, 2019.

Em 2018, nos *campi* Chapecó e Passo Fundo, a UFFS ofertou 186 novas vagas, totalizando 337 matrículas ativas.

Tabela 13 – Programas de Residências Médicas em 2018

Campus	Vagas ofertadas	Matriculados	Desistentes	Matrículas Ativas em 2018	Recursos Investidos (Bolsas)
Chapecó	22	22	4	43	R\$ 13.677.236,89
Passo Fundo	164	120	5	294	R\$ 13.677.236,89
TOTAL	186	142	9	337	R\$ 13.677.236,89

Fonte: DPG/DDG/PROPEPG, 2019.

A Residência Multiprofissional em Saúde é uma modalidade de ensino de Pós-Graduação *lato sensu* destinada às profissões que se relacionam com o trabalho na área de saúde, sob a forma de especialização em área profissional caracterizada por educação em serviço, desenvolvida em regime de dedicação exclusiva e realizada

sob supervisão docente-assistencial. Até o momento a UFFS oferta PRMS apenas no *Campus* Passo Fundo, conforme Tabela 14.

Tabela 14 - Programas de Residências Multiprofissionais em Saúde

Nº	Programa	Campus	Nº de Vagas
1	Programa de Residência Multiprofissional	Passo Fundo	6

Fonte: DPG/ DDG/PROPEPG, 2019

Em 2018, a UFFS ofertou 6 vagas, totalizando 13 matrículas ativas.

Tabela 15 - Residências multiprofissionais em saúde em 2018

Campus	Vagas ofertadas	Matriculados	Desistentes	Matrículas Ativas em 2018	Recursos Investidos (Bolsas)
Passo Fundo	6	6	0	13	R\$ 2.359.625,43

Fonte: DPG/ DDG/PROPEPG, 2019.

A expansão dos Programas e das vagas de Residências Médicas e Residências Multiprofissionais em Saúde depende, em primeiro lugar, das políticas nacionais e da disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Além disso, a expansão depende da avaliação e autorização da Comissão Nacional de Residências Médicas (CNRM) e da Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde (CNRMS).

5.3 Oferta de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e projeção de crescimento da oferta

A Pós-Graduação *stricto sensu* assumiu prioridade institucional desde o início do processo de implantação da UFFS. A partir da I COEPE foram criados os primeiros GTs com o propósito de organizar os docentes em torno de linhas de pesquisa e estimular produção docente. No período entre 2010 e 2018 foram aprovados junto à CAPES quinze programas.

Tabela 16 - Programas de Pós-Graduação da UFFS aprovados pela CAPES entre 2011 a 2018

PROGRAMAS	SIGLA	CAMPUS	ANO DE APROVAÇÃO	INÍCIO	NOTA
Mestrado em Estudos Linguísticos	PPGEL	Chapecó	2011	2012	4
Mestrado em Educação	PPGE	Chapecó	2012	2013	3
Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	PPGADR	Laranjeiras do Sul	2013	2013	3
Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental	PPGCTA	Erechim	2013	2013	3
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas	PPGICH	Erechim	2014	2015	3
Mestrado Profissional em Educação	PPGPE	Erechim	2014	2015	3
Mestrado Profissional em Matemática	PROFMAT	Chapecó	2010	2015 (UFFS)	5
Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas	PPGDPP	Cerro Largo	2015	2015	3

PROGRAMAS	SIGLA	CAMPUS	ANO DE APROVAÇÃO	INÍCIO	NOTA
Mestrado em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis	PPGATS	Cerro Largo	2015	2016	3
Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	PPGCTAL	Laranjeiras do Sul	2015	2016	3
Mestrado em História	PPGH	Chapecó	2015	2016	3
Mestrado em Saúde Animal	PPGSB-PAS	Realeza	2016	2017	3
Mestrado em Ensino de Ciências	PPGEC	Cerro Largo	2018	2019	3
Mestrado em Filosofia	PPGFIL	Chapecó	2018	2019	3
Mestrado em Geografia	PPGGEO	Chapecó	2018	2019	3

Fonte: PROPEPG, 2018.

Além dos mestrados cabe destacar também a aprovação de dois programas de Doutorado na modalidade DINTER, conforme Tabela 17.

Tabela 17 - Programas de Doutorado Interinstitucionais – DINTER, aprovados pela Capes (2011-2017)

PROGRAMAS	IES	CAMPUS	ANO DE APROVAÇÃO	INÍCIO
Doutorado Interinstitucional em Educação Científica e Tecnológica	UFSC-UFFS	Chapecó	2015	2015
Doutorado Interinstitucional em Arquitetura e Urbanismo	UFRJ-UFFS	Erechim	2015	2015

Fonte: PROPEPG, 2018.

Os PPGs da UFFS nasceram por meio da criação dos GTs. Em 2018, 13 GTs estavam devidamente constituídos e em plena atividade. Sete deles submeteram suas propostas (APCNs) à avaliação da CAPES, sendo aprovados os PPGs em **Ensino de Ciências, Filosofia e Geografia**. A proposta do PPG em Recursos Naturais não foi recomendada, razão pela qual se decidiu formalizar um pedido de reconsideração, que se encontra em análise no CTC-ES/CAPES.

A oferta dos programas de Pós-Graduação se dá de forma regular, com ingresso anual, exceto o Programa PPG-SBPAS, cujo ingresso é semestral. A seleção se dá via processo seletivo, por meio de editais específicos. Em 2018, foram ofertadas 244 vagas e ocorreram 212 ingressos, com um total de 468 matrículas ativas. Cabe destacar a baixa evasão, sendo inexistente na maioria dos programas.

Tabela 18 – Matrículas e evasão nos PPGs da UFFS em 2018

Programa	Campus	Vagas Ofertadas	Matriculados	Matrículas Ativas	Evasão	
					Desistências	Cancelamentos
Mestrado Profissional em Matemática	Chapecó	20	17	47	2	11*
Mestrado em Estudo Linguísticos	Chapecó	20	17	38	-	-
Mestrado em Educação	Chapecó	20	20	48	-	2
Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural	Laranjeiras do Sul	20	18	44	2	1
Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental	Erechim	20	19	36	-	-
Mestrado Profissional em Educação	Erechim	20	20	42	-	-

Programa	Campus	Vagas Ofertadas	Matriculados	Matrículas Ativas	Evasão	
					Desistências	Cancelamentos
Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas	Cerro Largo	15	15	29	-	-
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas	Erechim	20	20	47	-	-
Mestrado em História	Chapecó	15	15	35	-	1
Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Laranjeiras do Sul	20	13	34	-	-
Mestrado em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis	Cerro Largo	15	15	33	-	-
Mestrado em Saúde, Bem-Estar e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul	Realeza	24	23	35	-	-
TOTAL		244	212	468	4	15

*O número de cancelamentos de matrícula do PROFMAT se deve ao fato deste Programa realizar o Exame Nacional de Qualificação por meio de prova aplicada pela Sociedade Brasileira de Matemática. Os mestrados que não obtiverem nota de aprovação são desligados.

Fonte: DPG/PROPEPG, 2019.

A Pós-Graduação *stricto sensu* teve uma significativa expansão nesta primeira década da UFFS, sobretudo no nível de Mestrado. O principal desafio para os próximos anos será a criação dos doutorados. De acordo com as políticas institucionais para a Pós-Graduação e, particularmente, com o que prevê o Plano de Consolidação da Pós-Graduação da UFFS (Resolução Nº 10/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2018), serão implantados nos próximos anos (2019-2023) 09 mestrados e 08 doutorados. Cabe destacar que a presente projeção decorre do conjunto das atividades desenvolvidas pelos GTs da Pós-Graduação da UFFS. A criação dependerá da recomendação da CAPES, de acordo com o Calendário Anual da agência e dos critérios de avaliação estabelecidos pelas Áreas de Avaliação.

Tabela 19 - Projeção de novos cursos de Mestrado a serem implantados no período 2019-2023

CURSO	VAGAS 2019	VAGAS 2020	VAGAS 2021	VAGAS 2022	VAGAS 2023
Programa de Pós-Graduação em Administração	-	-	20	20	20
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem	-	-	20	20	20
Programa de Pós-Graduação em Ciências Biomédicas	-	20	20	20	20
Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais	20	20	20	20	20
Programa de Pós-Graduação em Sistemas Familiares de Produção Agrícola	-	20	20	20	20
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação	-	-	20	20	20
Programa de Pós-Graduação em Educação	-	-	20	20	20
Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Saúde e Sustentabilidade na Fronteira Sul	-	-	20	20	20
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos	-	-	-	20	20

Fonte: DPG/PROPEPG, 2019.

A criação dos cursos de Doutorado, similar ao que ocorre com os mestrados, depende de um conjunto amplo de condições e variáveis institucionais e no âmbito

da CAPES. De acordo com as atuais normativas da CAPES, apenas os PPGs com nota 4 (quatro), podem submeter propostas de criação de doutorados. As notas são definidas a cada 4 (quatro) anos, após o término da Avaliação Quadrienal da CAPES. O atual quadriênio encerra-se em dezembro de 2020, com publicação das notas em 2021. Exceto o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, que possui nota 4, os demais programas da UFFS, de acordo com a atual normativa da CAPES, terão que aguardar 2021 para submeter projetos de Doutorado. Tendo isso presente, a Tabela 20 apresenta a projeção dos 8 (oito) cursos de Doutorado da UFFS para o próximo quinquênio.

Tabela 20 - Projeção de cursos de Doutorado a serem implementados no período 2019-2023

CURSO	CAMPUS DE OFERTA	VAGAS 2019	VAGAS 2020	VAGAS 2021	VAGAS 2022	VAGAS 2023
Doutorado em Estudos Linguísticos	Chapecó	-	15	15	15	15
Doutorado em Educação	Chapecó	-	-	-	15	15
Doutorado em História	Chapecó	-	-	-	15	15
Doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental	Erechim	-	-	-	15	15
Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	Laranjeiras do Sul	-	-	-	15	15
Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Laranjeiras do Sul	-	-	-	15	15
Doutorado em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis	Cerro Largo	-	-	-	15	15
Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas	Cerro Largo	-	-	-	15	15

Fonte: DPG/PROPEPG, 2019.

5.4 Consolidação e expansão

No fórum temático “Expansão e Consolidação”, realizado na II COEPE, os temas discutidos foram: 1) projeto de universidade a ser consolidado e expandido; 2) consolidação e expansão da Universidade no contexto atual.

5.4.1 Projeto de Universidade a ser consolidado e expandido

Os debates e encaminhamentos relacionados à temática envolvem um posicionamento em defesa do projeto institucional, um diálogo com processos históricos que lhe deram origem e uma avaliação do seu processo de implantação, além de reflexões sobre sua consolidação e expansão. As referências recolhidas nos relatos encaminhados pelos *campi* a partir de diferentes interlocutores que integraram a Conferência sistematizam essa reflexão:

- a) A Universidade deve continuar seguindo os propósitos iniciais de sua construção e renovar a expectativa e o compromisso originário de ser pública, popular e de qualidade.

- b) A Universidade deve ser fonte produtora de conhecimento que atenda às necessidades da região e deve traduzir o conhecimento produzido para que a sociedade compreenda e transforme sua realidade.
- c) A Universidade tem o papel de ensinar os princípios básicos do conhecimento e do pensar científico, constituir-se em um espaço e tempo de compreensão das coisas com rigor científico, metodológico e raciocínio lógico.
- d) A Universidade deve promover um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana e a inclusão social, a preservação das riquezas, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior.
- e) A UFFS deve consolidar-se como um centro de referência em pesquisa comprometida com o desenvolvimento sustentável das comunidades da região de Fronteira Sul, o que pressupõe a aproximação do debate social e da competência acadêmica.
- f) Os princípios da UFFS, definidos na I COEPE, continuam servindo de base para a construção da Universidade nos dias de hoje.
- g) A II COEPE, como um segundo momento para a Universidade, deve contribuir com o resgate histórico da constituição da UFFS, envolvendo o reconhecimento da importância dos movimentos sociais para a implantação da universidade e seu diálogo com a produção acadêmica.
- h) O desenvolvimento da Universidade requer a renovação do desafio da participação e integração acadêmica e regional, como identificado na própria COEPE, que contou com baixa adesão de alunos, servidores e integrantes da comunidade regional.
- i) A UFFS deve promover a participação contínua dos movimentos sociais no seu processo de desenvolvimento.
- j) A política de acesso da UFFS, que é exemplar para o país, deve ser mantida.

5.4.2 A consolidação e expansão da Universidade no contexto atual

No âmbito da Conferência, de um modo geral, enfatizou-se a complementaridade entre consolidação e expansão, embora se tenha reconhecido que, em termos do Sistema de Ensino, sejam tratados de forma distinta, caracterizando momentos sucessivos (implantação, consolidação e expansão). Os debates contemplaram esboços de análise de conjuntura e apontaram estratégias para avançar em direção à consolidação e expansão das ações da Universidade. Em alguns *campi*, as reflexões se ocuparam também com a expansão da oferta de cursos de Graduação no âmbito de sua abrangência, em diálogo com os debates acumulados nos anos anteriores quando da formulação do plano de expansão requerido pelo CONSUNI.

Para além desses aspectos, os relatos também registram um conjunto de debates e reflexões relacionados ao desenvolvimento das políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, identificados como dimensões da consolidação do projeto institucional.

Os argumentos centrais relacionados a esses três movimentos de análise e reflexão são apresentados na sequência.

5.4.2.1 A expansão diante do cenário político brasileiro

No conjunto dos registros, observa-se o reconhecimento de que o panorama político atual é bastante pessimista com relação às possibilidades de expansão, uma vez que a política pública que incluiu a criação da UFFS foi interrompida com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Mais do que isso, que ela não encontra viabilidade financeira e administrativa após a promulgação da Emenda Constitucional vinculada à PEC 55/2016, que limita recursos e investimentos na educação e saúde por um período de 20 (vinte) anos, considerando os seus efeitos sobre a educação superior, cujo padrão de financiamento é o ano de 2017.

Diante desse cenário, no âmbito da expansão de cursos e vagas na Graduação, evidenciam-se dois posicionamentos distintos, que se complementam entre si, pelo menos em alguns aspectos: 1) reconhece a dificuldade para pensar a expansão diante das limitações impostas à universidade. Como não há viabilidade de expansão das universidades no cenário político atual, a questão central é trabalhar em prol da mudança do perfil do estado atual, que requer mobilização da universidade e da sociedade; 2) reconhecendo os limites associados ao contexto político atual, em que perspectiva de avanços significativos de oferta de vagas e cursos, todavia, ajustes internos podem resultar na otimização de recursos humanos e/ou agregação de áreas (onde isso for possível) para produzir alternativas de ampliação da oferta de vagas e/ou alguns cursos de Graduação.

Com relação ao primeiro posicionamento, os relatos registram a importância do plano de expansão construído no período de 2013-14, em diálogo com a comunidade regional, bem como os critérios utilizados para o desenho das prioridades. Destacam a necessidade de fortalecer cada vez mais a relação entre a comunidade acadêmica e a comunidade regional, a fim de construir uma mobilização permanente em favor da consolidação e expansão da UFFS. Reforçam a importância do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que estabelece diretrizes, objetivos e metas a serem cumpridas pelo Estado brasileiro (nas esferas municipal, estadual e federal), no período de 2015 e 2024, que contrastam a PEC 55/2016, que limita os investimentos na educação pública. O posicionamento requer a mobilização política, no âmbito interno, regional e das instituições de ensino em favor da mudança do projeto político em curso.

Com relação ao segundo posicionamento, focado na expansão interna das ações da Universidade mediante ajustes e qualificação das ações, os debates apontam para a necessidade de:

- a) retomar a discussão da consolidação e expansão diante do cenário atual, bastante distinto do período de confecção do plano de expansão construído pelos *campi*;
- b) recolocar a discussão na Universidade como um todo, para reconstituir o equilíbrio, que se perdeu, entre as demandas de formação e a forma como a UFFS distribui seus esforços no seu raio de atuação;
- c) fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos *campi* da UFFS ao longo dos últimos anos;
- d) analisar a atuação da Universidade na região onde está inserida. Nesse sentido, será preciso conciliar as demandas internas, focadas na verticalização (Graduação e Pós-Graduação) com demandas externas da comunidade, focadas em novas iniciativas de cursos e áreas de atuação.

Isso implica dialogar com os debates já realizados, mas também estabelecer critérios para definição de prioridades capazes de articular essas dimensões. Dentre essas, destaca-se a necessidade de não perder de vista a Graduação como eixo estruturante da consolidação e expansão.

5.4.2.2 Consolidação: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura

Os relatos apresentados pelos *campi* apontam a relação entre Universidade e sociedade como orientação central da consolidação. Nesse sentido, destacam um conjunto de preocupações associadas ao desenvolvimento das ações voltadas para o Ensino, a Pesquisa, Extensão, Arte e Cultura, dentre as quais se destaca a necessidade de avançar na articulação do Ensino com a Pesquisa e a Extensão na definição das políticas institucionais e no desenvolvimento das ações que lhe são correspondentes, bem como a valorização da arte e da cultura.

I - Desafios relacionados ao desenvolvimento do ensino

Os desafios apontados envolvem preocupações com a integração da pesquisa e extensão com o ensino, incluindo a presença da Pesquisa e Extensão nos PPCs dos cursos, o estabelecimento de uma linha de continuidade entre graduação e pós-graduação, o fortalecimento da relação com a escola e a formação dos docentes formadores. Também sinalizam para a importância da oferta de cursos em áreas ainda não contempladas pela UFFS.

II - Desafios relacionados ao desenvolvimento da pesquisa

Os desafios apontados envolvem um conjunto de preocupações que envolvem a definição das demandas da pesquisa, as prioridades de financiamento, a participação dos estudantes, a formação de grupos de pesquisa, a devolutiva social dos resultados da pesquisa, entre outros, conforme registrado nos apontamentos que seguem:

Há necessidade de rever, não os princípios, mas o desenvolvimento da pesquisa na Instituição;

A pesquisa deve estar direcionada para a preocupação com a preservação ambiental, a produção de alimentos saudáveis e a melhoria das condições de vida da população na região de abrangência da UFFS;

Os GTs devem ter autonomia no fomento da pesquisa integrada com as demandas da sociedade, discutindo os programas de pesquisa e definindo temáticas;

É preciso criar mecanismos para manter o aluno o dia todo na Universidade, para que possa ser iniciado efetivamente na pesquisa;

É preciso investir na divulgação para que a comunidade conheça e reconheça de fato a universidade e as práticas de pesquisa devem ser mais visíveis para a sociedade;

As exigências para a criação de núcleos de estudos avançados limitam a criação desses grupos, especialmente nos *campi* menores, pois requer a vinculação dos professores a um programa de pós-graduação *stricto sensu*, com produtividade reconhecida pelo CNPQ;

O plano de qualificação dos servidores precisa avançar para reconhecer sua contribuição na consolidação da Universidade em suas ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

III - Desafios relacionados ao desenvolvimento da extensão e cultura

Os desafios apontados para a extensão e para a cultura envolvem a necessidade da interação efetiva junto ao conjunto de atividades institucionais, compreendendo-as como dimensões constituintes, integradoras e formativas das ações acadêmicas.

A extensão, em especial com regulações em nível nacional, estabelece diretrizes que asseguram 10% (dez por cento) no mínimo do total de créditos curriculares de graduação desenvolvidos junto às ações de extensão (PNE 13.005/14). De outra parte, a recente aprovação no CNE (Conselho Nacional de Educação) demanda o desencaixar de diretrizes que regulamente as ações de extensão constituindo diretrizes nos documentos institucionais e curriculares dos cursos de Graduação.

É necessário considerar-se ainda os limitantes:

A Extensão e a Cultura ainda não se caracterizam como prioridade institucional;

Há demasiada burocratização da institucionalização das ações de extensão;

Dificuldade em acolher/proporcionar ações que contemplem a diversidade cultural ainda que esta diversidade de sujeitos esteja presente na comunidade acadêmica;

Os editais são insuficientes e não viabilizam a concretização de política de extensão e de cultura;
 Há participação limitada de técnicos administrativos e discentes nas ações de extensão.

Descrição das propostas de encaminhamentos e ações:

1.1 Solidificar a indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão nos princípios fundamentais da Instituição, articulados a um processo pedagógico único, educativo, científico e político;

1.2. Qualificar e valorizar toda ação educacional curricular por meio da curricularização, elevando a taxa de matrículas e contendo a evasão;

1.3. Constituir maior sincronia entre ensino e prática social, constituindo um vínculo com os conhecimentos de modo interdisciplinar;

1.4. Incentivar e qualificar a atuação da extensão e da cultura na comunidade acadêmica e sociedade em geral, acolhendo as demandas e promovendo ações que expressem o compromisso social desta universidade.

1.5 Investir na divulgação e estar presente para que a comunidade conheça e fortifique a ação universitária, interagindo e sendo sua protagonista.

O Quadro 12 apresenta a síntese das discussões desse fórum temático abordado na II COEPE.

Quadro 12 - Síntese das discussões do fórum temático Consolidação e Expansão

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Consolidação e expansão da UFFS: aspectos gerais	1.1 Avançar na solidificação dos princípios fundamentais da Instituição.
	1.2 Pensar o perfil da Universidade quanto à condição econômica dos estudantes.
	1.3 Investir na divulgação para que a comunidade conheça e reconheça de fato a Universidade, o perfil de seus estudantes, os programas e projetos que desenvolve.
	1.4 Realizar uma integração maior entre comunidade acadêmica e regional da UFFS, para que os eventos de grande importância sejam mais discutidos.
	1.5 Criar a rádio universitária.
	1.6 Manter e aprimorar os auxílios socioeconômicos e a política de permanência da UFFS.
	1.7 Pensar a permanência efetiva a partir do perfil de aluno diferenciado da UFFS, por meio da oferta de serviços, programas e projetos.
	1.8 Ampliar o diálogo com a comunidade, visando a permanência do estudante na Universidade.
	1.9 Construir a Casa do Estudante.
	1.10 Cultivar o diálogo permanente com o Poder Público para superar o descompasso da ação da Universidade com as entidades locais e regionais.
	1.11 Criar mecanismos de diálogo entre as IES da região para potencializar as ações da Universidade.
	1.12 Continuar defendendo as políticas de acesso da UFFS e buscar estratégias para não perder os direitos já garantidos.
	1.13 Pensar em propostas dialogadas de formação para os agricultores, estabelecendo polo de referência, na tentativa de dar resposta ao movimento que constituiu a Universidade.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	1.14 Estimular a participação dos professores, alunos e representantes da comunidade nas instâncias da Universidade.
	1.15 Promover a qualificação do corpo técnico da Universidade.
	1.16 Construir espaços de diálogo com a região no sentido de viabilizar oportunidades de trabalho para os alunos formados pela UFFS atuarem na região.
	1.17 Discutir o tema da consolidação e expansão diante da realidade atual, fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos <i>campi</i> da UFFS.
	1.18 Analisar a atuação da universidade na região onde está inserida, resgatar os debates que já foram realizados e incluí-los no plano de expansão e consolidação.
	1.19 Politizar a população sobre a importância de se mobilizar em busca da manutenção e expansão da estrutura da Universidade.
	1.20 Promover a aproximação das entidades de ensino superior existentes na região de forma a potencializar/fomentar a estrutura existente a partir do potencial da região.
	1.21 Expandir as vagas nos cursos, com os códigos de vagas que já se tem na UFFS.
	1.22 Consolidar a infraestrutura física dos <i>campi</i> mediante complementação das obras prioritárias de cada unidade.
	1.23 Fortalecer a relação entre a comunidade acadêmica e regional a fim de construir uma forte mobilização contínua em favor da consolidação e expansão da UFFS, enfrentando a conjuntura adversa na qual se aprofundam as políticas neoliberais nas áreas sociais, especialmente na Educação.
	1.24 Realizar um processo contínuo e amplo de mobilização, nos três Estados do Sul do Brasil, exigindo o cumprimento de todas as metas do Plano Nacional de Educação – especialmente a Meta 20, que prevê a aplicação do patamar de 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2020 –, coordenado por membros da comunidade acadêmica e regional.
	1.25 Promover um posicionamento contínuo e permanente dos órgãos da direção e da comunidade acadêmica e regional contra a PEC 241 ou PEC 55, também conhecida como a PEC do Teto dos Gastos, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Temer em 2016.
	1.26 Criar cursos de Graduação e de Pós-Graduação, em conformidade com o Plano de Expansão dos <i>campi</i> .
	1.27 Priorizar os esforços de consolidação e expansão dos atuais <i>campi</i> em relação à criação de novos.
	1.28 Elaborar um plano de expansão institucional, a partir dos plano dos <i>campi</i> , levando em conta: a) o investimento de esforços institucionais na elaboração de um diagnóstico da distribuição de vagas discentes na Graduação, a partir das demandas dos processos seletivos historicamente acumulados pela Instituição; b) o direcionamento de esforços institucionais na revisão da distribuição de vagas docentes entre os <i>campi</i> , considerando a abertura e encerramento de ofertas nos cursos existentes já promovidas.
2. Consolidação das atividades de ensino	2.1 Dar conta das ênfases curriculares de cada curso.
	2.2 Aproximar Universidade e escola.
	2.3 Pensar a formação dos docentes.
	2.4 Reconhecer a produção de material didático.
	2.5 Promover a educação para diversidade e aprofundar o conhecimento das etnias regionais.
	2.6 Reafirmar a imersão como estratégia pedagógica de garantia de uma formação integral e de qualidade na área da medicina e manter a linha de formação focada na atenção básica em saúde.
	2.7 Fortalecer as atividades de ensino mediante a inclusão da Pesquisa e da Extensão em todos os PPCs.
	2.8 Avaliar a possibilidade de ampliar minimamente os cursos de Graduação e as vagas nas turmas ofertadas dentro dos cursos diante do cenário político atual de restrição fiscal.
	2.9 Manter a Graduação como base das atividades e fortalecer suas relações com a Pós-Graduação.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
3. Consolidação das atividades de pesquisa	3.1 Ampliar o campo de pesquisa por meio da identificação de demandas vinculadas às prioridades institucionais, buscando também estabelecer parcerias com outras instituições.
	3.2 Valorizar/priorizar as demandas coletivas de pesquisa sobre as individuais.
	3.3 Fomentar o diálogo entre a comunidade acadêmica e Instituições de Ensino Superior, visando construir GTs e linhas de pesquisa de interesse regional.
	3.4 Fortalecer os GTs, integrando diferentes áreas do conhecimento, definindo as linhas de pesquisa em função dos projetos de pesquisa amplamente discutidos no âmbito dos GTs.
	3.5 Garantir uma linha de pesquisa que tenha o compromisso voltado para o desenvolvimento sustentável, produção de alimentos e o uso de tecnologias direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar.
	3.6 Estabelecer parcerias com as Instituições de Ensino Superior para publicação e divulgação de materiais científicos, resultantes do trabalho integrado de pesquisa na região.
	3.7 Qualificar jovens cientistas comprometidos com a política social da UFFS.
	3.8 Ampliar as pesquisas para consolidar a Pós-Graduação e viabilizar a criação do projeto de Doutorado na UFFS.
4. Consolidação das atividades de extensão, cultura e arte	4.1 Fortalecer a relação da Universidade com a sociedade, promovendo ações de extensão e cultura que expressem o compromisso social desta Universidade.
	4.2 Valorização da arte e a cultura, entendendo-as como dimensões constituintes e espaços privilegiados de realização da interdisciplinaridade, de intercâmbio social e de promoção da autonomia intelectual, cultural, educativa e científica.
	4.3 Suporte na realização de ações de extensão e cultura em parceria com outras instituições superiores, organizações sociais ou outros setores da sociedade.
	4.4 Ampliação dos programas e bolsas de extensão e cultura e outros auxílios de fomento às ações de extensão e cultura.
	4.5 Desburocratização dos processos de encaminhamento de projetos, principalmente de extensão com avanços no sistema de informatização.
	4.6 Avanços com diretrizes curriculares que incluam ações de extensão nos PPCs de todos os cursos.
	4.7 Incentivo à participação dos servidores técnico-administrativos e discentes em projetos de pesquisa, extensão e cultura.

Fonte: II COEPE, 2018.

6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização da UFFS está definida em seu Estatuto (Resolução nº 31/2015-CONSUNI, de 13/10/2015) e em seu Regimento (Resolução nº 3/2016-CONSUNI, de 1º/03/2016). A Instituição possui estrutura *multicampi* e tem o *Campus* Universitário como órgão constitutivo para efeito de organização administrativa e didático-científica.

6.1 Estrutura organizacional

De acordo com o Estatuto aprovado pela Resolução nº 31/2015-CONSUNI, de 13/10/2015, a UFFS organiza-se em órgãos superiores, intermediários e básicos, que são deliberativos e administrativos:

I - no nível superior: o Conselho Universitário e a Reitoria;

II - no nível intermediário: o Conselho de *Campus* e a Direção de *Campus*;

III - no nível de base: o Colegiado da Unidade Acadêmica e a Coordenação da Unidade Acadêmica.

Nos três níveis, os órgãos de deliberação e de execução poderão contar com órgãos suplementares setoriais ou auxiliares, que poderão ser dotados de órgãos internos de deliberação.

Os órgãos suplementares destinam-se a dar suporte às atividades específicas em matéria administrativa, técnica, jurídica, de ensino, pesquisa e extensão, de

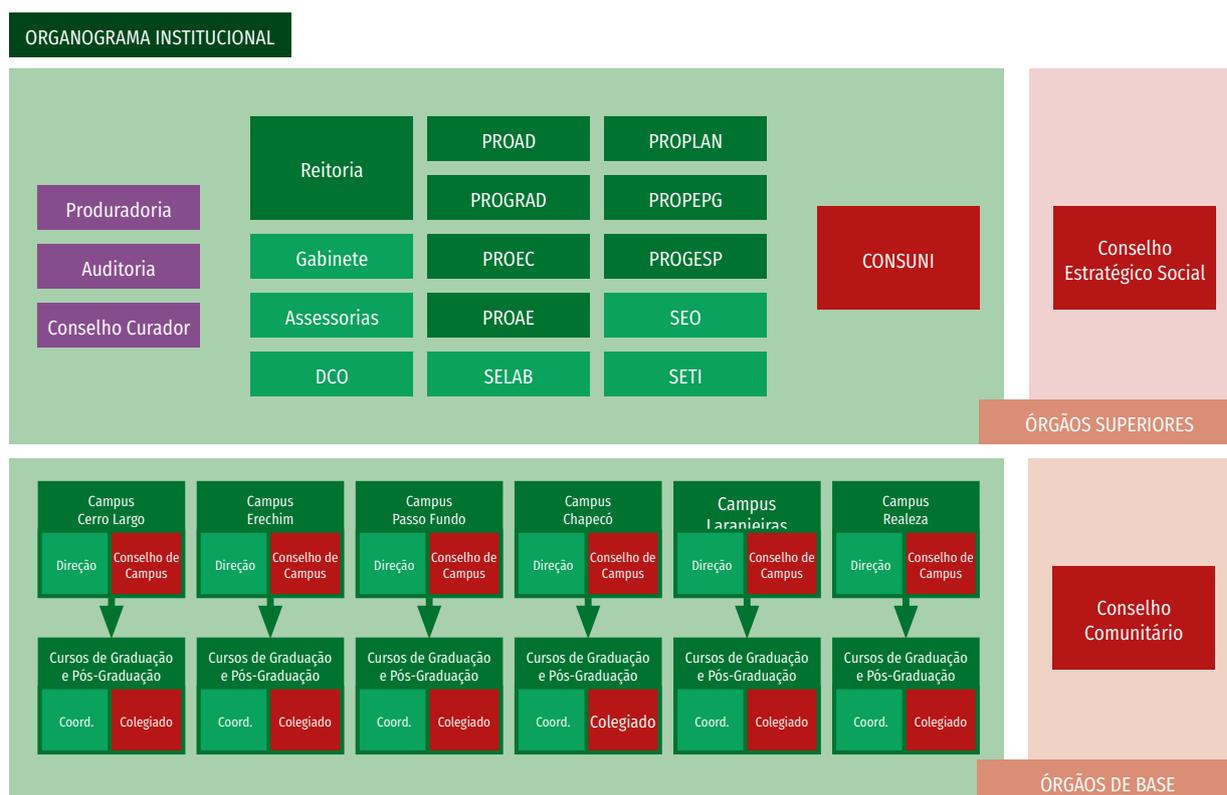
comunicação, de cooperação e intercâmbio, de assessoramento e de complementação, aperfeiçoamento e modernização institucional.

Os setores de apoio vinculados à administração da Reitoria, dos *campi* e das unidades acadêmicas são definidos no organograma institucional, aprovado pelo Conselho Universitário. Nos diversos níveis poderão, ainda, ser criadas comissões especiais, de caráter permanente ou temporário, para estudo de temas ou execução de programas e projetos específicos ou coordenação de determinadas atividades.

6.1.1 Organograma institucional e acadêmico

A seguir é apresentado o Desenho Institucional (organograma) da UFFS, bem como a composição e atribuição dos níveis hierárquicos da UFFS.

Figura 5: Organograma Institucional



Fonte: PROPLAN/DPLAN, 2017.

6.2 Instâncias de decisão

Conforme o Estatuto aprovado pela Resolução nº 31/2015-CONSUNI, de 13/10/2015, em sua estrutura *multicampi*, a UFFS organiza-se em: Órgãos Deliberativos, Órgãos Consultivos; e Órgãos de Controle, Fiscalização, Supervisão e Avaliação.

6.2.1 Órgãos deliberativos

São órgãos munidos de competência para decidir sobre a gestão da UFFS. Nessa categoria estão os órgãos da Administração: Nível Superior; Intermediários; de Base; Setores de Apoio e Órgãos Suplementares.

6.2.1.1 Administração no Nível Superior

Os órgãos superiores da Universidade Federal da Fronteira Sul são o Conselho Universitário e a Reitoria.

Conselho Universitário (CONSUNI) – é o órgão máximo da UFFS com função normativa, deliberativa e recursal, responsável pela formulação da política geral da Instituição nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. Integradas a ele existem três câmaras temáticas, com poder deliberativo no âmbito de sua competência:

- I. Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis;
- II. Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura;
- III. Câmara de Administração, Planejamento e Gestão de Pessoas.

De acordo com o Estatuto da UFFS, Art. 12, o Conselho Universitário é composto por:

- I. Reitor e Vice-Reitor;
- II. diretores de *campus*;
- III. 02 (dois) docentes por *campus*;
- IV. 01 (um) técnico-administrativo em educação por *campus*;
- V. 01 (um) técnico-administrativo em educação lotado na Reitoria;
- VI. 01 (um) discente por *campus*;
- VII. 01 (um) representante da comunidade regional por estado da federação em que há *campus* da UFFS;
- VIII. complementação da representação docente que assegure o cumprimento dos 70% (setenta por cento) da categoria previstos na legislação;
- IX. os pró-reitores no exercício da presidência das câmaras temáticas.

O processo eleitoral para escolha dos representantes mencionados nos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII é regulamentado pela Resolução Nº 16/CONSUNI/UFFS/2012.

Os representantes da comunidade regional por estado da federação em que há *campus* da UFFS são indicados pelo Conselho Estratégico Social (CES), conforme estabelece o inciso VI, Art. 3º, do Regimento Interno do CES.

A composição das Câmaras Temáticas é formalizada na primeira reunião ordinária do CONSUNI após a posse dos conselheiros, a cada mandato.

Reitoria - órgão executivo da Administração Superior, incumbe a coordenação, fiscalização e superintendência das atividades da Universidade. A Reitoria é exercida pelo Reitor e, em suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Reitor, que também exerce funções que lhe são delegadas pelo Reitor. Integram-na sete pró-reitorias: Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura; Pró-Reitoria de Planejamento; Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

7. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG): compete coordenar, supervisionar, dirigir e avaliar a execução das atividades de pesquisa, de pós-graduação e inovação.
8. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC): compete promover a aproximação e a integração da Universidade com a sociedade em geral, contribuindo para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.
9. Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROAD): compete coordenar, fiscalizar, supervisionar e dirigir os serviços administrativos da Universidade.
10. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN): compete coordenar as atividades de planejamento, orçamento e modernização administrativa no âmbito da Universidade.
11. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP): compete a coordenação das ações relacionadas ao pessoal.
12. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE): compete gerenciar os programas e políticas de assistência aos estudantes.

6.2.1.2 Administração no Nível Intermediário

Os órgãos intermediários correspondem à Direção de *Campus* e ao Conselho de *Campus*. Os *campi* universitários, como órgãos intermediários, são as unidades constitutivas da UFFS, dotadas de organização administrativa e didático-científica própria, que compõem as bases físicas, integradas e indissolúveis, onde são desenvolvidas permanentemente as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da Universidade. Os *campi* universitários recebem a denominação dos municípios onde estão localizados, ficando assim configurada a sua nomenclatura atual: *Campus* Chapecó,

Campus Cerro Largo, Campus Erechim, Campus Passo Fundo, Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza.

Direção do Campus– responsável pela administração do *campus*.

Conselho de Campus– órgão consultivo e deliberativo no âmbito do *Campus* Universitário. Compõem o Conselho: diretor do *Campus*; coordenador acadêmico; coordenador administrativo; coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação; representantes dos servidores técnico-administrativos, docentes e discentes eleitos pelos seus pares; e representantes da comunidade regional. O Conselho de *Campus* tem como atribuições, entre outras: estabelecer, em consonância com as normas superiores da Universidade, regulamentos e instruções para os órgãos e atividades do *campus*; manifestar-se sobre qualquer matéria da competência do diretor, quando por ele solicitado; apreciar o plano de gestão e o relatório anual do *campus*; apreciar propostas de criação de cursos de Graduação e Pós-Graduação a serem coordenados pelo *campus*, antes de serem encaminhados ao Conselho Universitário; apreciar os projetos de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, promovendo a articulação e a compatibilização das atividades do *campus*; avaliar o desempenho global do *campus* e de suas principais atividades.

Colegiados de cursos – Órgãos colegiados são aqueles em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo, com o aproveitamento de experiências diferenciadas. Além do CONSUNI, do CONCUR e do CES, na UFFS a coordenação didática e a integração de estudos de cada curso de Graduação são efetuadas pelo Colegiado de Curso em cada *campus* em que o referido curso é ofertado.

6.2.1.3 Administração no Nível de Base

No nível de base, projeta-se que a Administração se organizará em Unidades Acadêmicas (UNAs), que seriam órgãos de base, identificadas por critérios epistêmicos multidisciplinares. Trata-se de partes constitutivas dos *campi* da UFFS que possuem natureza acadêmica e administrativa. O órgão de deliberação da Unidade Acadêmica é o Colegiado de Unidade.

As UNAs têm por objetivo organizar, no âmbito do *campus*, a oferta das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Compete ao Colegiado de Unidade disciplinar as relações entre os corpos docente e discente, bem como a atuação do corpo administrativo, nos termos do Parecer CNE/CES nº 282/2002.

As atividades das UNAs são coordenadas através de um órgão executivo, exercido por um coordenador geral e, no impedimento deste, pelo coordenador adjunto, que respondem pela administração dos recursos da Unidade e pela coordenação, superintendência e fiscalização das atividades nele desenvolvidas.

6.2.1.4 Setores de Apoio e Órgãos Suplementares

Os setores de apoio vinculados à administração da Reitoria, dos *campi* e das UNAs estão definidos no organograma institucional, aprovado pelo Conselho Universitário. Os órgãos suplementares destinam-se a dar suporte às atividades específicas em matéria administrativa, técnica, jurídica, de ensino, pesquisa e extensão, de comunicação, de cooperação e intercâmbio, de assessoramento e de complementação, aperfeiçoamento e modernização institucional.

6.2.2 Órgãos consultivos

São órgãos que elaboram estudos e pareceres para subsidiar as decisões da UFFS. Nessa categoria estão o Conselho Estratégico Social, o Conselho Comunitário e a Procuradoria Federal.

6.2.2.1 Conselho Estratégico Social (CES)

É um órgão consultivo, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da UFFS como instituição de educação superior pública e popular, inserida regionalmente e comprometida com a produção e a disseminação de conhecimento social e ambientalmente relevante. O CES deve ser consultado em matérias relacionadas à: I - elaboração e ao monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional; II - criação de novos *campi* universitários e de cursos de Graduação; e III - revisão do Estatuto da UFFS.

6.2.2.2 Conselho Comunitário

É um órgão consultivo do *Campus* Universitário da UFFS. A composição e as competências do Conselho Comunitário serão definidas no Regimento do *Campus*, assegurando-se a representação majoritária de representantes da comunidade regional.

6.2.2.3 Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à Universidade Federal da Fronteira Sul. A representação judicial e extrajudicial da UFFS será exercida pelos órgãos designados pela Procuradoria-Geral Federal, nos termos da Lei nº 10.480/2002.

6.2.3 Órgãos de Controle, Fiscalização, Supervisão e Avaliação

Os órgãos de controle, fiscalização, supervisão e avaliação são os que fiscalizam e controlam as atividades administrativas da UFFS. Nessa categoria estão compreendidos o Conselho Curador, a Auditoria Interna e a Comissão Própria de Avaliação.

6.2.3.1 Conselho Curador

Conselho Curador é o órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira da UFFS, ligado à Câmara de Administração, Planejamento e Gestão de Pessoas do Conselho Universitário.

6.2.3.2 Auditoria Interna

A Auditoria Interna é órgão de controle e avaliação, vinculada ao Conselho Universitário, com a missão de fortalecer e assessorar a administração da Instituição, buscando agregar valor à gestão segundo os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pelas legislações específicas.

6.2.4 Comitês e Comissões Permanentes

A UFFS possui alguns comitês e comissões permanentes que auxiliam a gestão a desenvolver, realizar estudos ou disciplinar matérias de interesse da Instituição. Dentre os comitês estão o Comitê de Gestão de Riscos e Comitê de Gestão de Integridade. Dentre as Comissões Permanentes estão: Comissão de Ética; Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; Comissão Permanente de Pessoal Docente; Comissão Interna de Supervisão; Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares; Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos; e Comissão Própria de Avaliação.

6.2.4.1 Comissão de Ética

A Comissão de Ética foi instituída pela Portaria nº 346/GR/UFFS/2011, em atendimento ao Decreto nº 1.171/1994 e ao Decreto nº 6.029/2007. À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público. A Comissão de Ética da UFFS (CE/UFFS) integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Competências da CE/UFFS:

- I - Zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal e do Código de Conduta dos Servidores da Universidade Federal da Fronteira Sul e submeter à Comissão de Ética Pública, propostas para o aperfeiçoamento daquele Código;
- II - Atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito da UFFS;
- III - Instaurar, de ofício ou a requerimento, processos éticos e aplicar a sanção cabível, conforme a sua competência, buscando precipuamente a prevenção de conflitos e a preservação da moralidade na Administração Pública;
- IV - Aconselhar sobre a ética profissional do servidor público no trato com pessoas e com o patrimônio público, com vistas ao fortalecimento da ética pública e da confiança nas instituições públicas;
- V - Promover seminários, simpósios e outros eventos correlatos, que propiciem a difusão e a conscientização de condutas éticas;
- VI - Orientar os servidores no sentido de adotar uma conduta conforme os princípios reitores da Administração Pública, inspirando o respeito pelos seus pares e pelo Serviço Público;
- VII - Explicitar os desvios éticos e superá-los por meio de uma atuação positiva e pedagógica, buscando a prevalência da ética no contexto prático da Instituição;
- VIII - Conhecer, identificar e administrar os conflitos de interesses no âmbito da UFFS, tendo como premissa básica a conscientização do servidor público;
- IX - Aplicar ao servidor público a pena de censura, exclusivamente, mediante parecer devidamente fundamentado, assegurando sempre o contraditório, a ampla defesa e o caráter reservado em seus procedimentos;
- X - Fornecer à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas os registros sobre a conduta ética dos servidores da UFFS, para efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor;
- X - Encaminhar a decisão e o respectivo procedimento de apuração de desvio de conduta ética à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, para as providências pertinentes;
- XII - Propor Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

6.2.4.2 Comissão Própria de Avaliação

É o órgão responsável pela coordenação, condução e articulação do processo de Avaliação Institucional e tem por objetivo contribuir com o planejamento educacional e com a qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. A Lei nº 10.861/2004 institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), responsável por assegurar o processo de avaliação institucional com vistas à melhoria da educação superior no país. O artigo 11 define que cada Instituição de Ensino Superior (IES) deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação.

Considera-se que o processo de autoavaliação desenvolvido pela CPA constitui importante ferramenta não só para cumprir sua tarefa frente ao MEC/INEP, mas

principalmente para contribuir com o planejamento educacional, sempre em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão.

São atribuições da CPA/UFFS:

- I - Promover a construção de uma política de avaliação institucional na Universidade;
- II - Elaborar e executar o projeto de autoavaliação da Universidade;
- III - Conduzir o processo de autoavaliação da Instituição, elaborar pareceres e encaminhar recomendações aos demais órgãos da Universidade;
- IV - Coletar e sistematizar as informações referentes ao processo de autoavaliação da Universidade;
- V - Implementar ações visando à sensibilização da comunidade universitária para o processo de avaliação na Universidade;
- VI - Elaborar o relatório de avaliação institucional e proceder seu encaminhamento aos órgãos competentes.

6.2.4.3 Comissão Permanente de Pessoal Docente

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD/UFFS) foi instituída pela Resolução Nº 12/2013-CONSUNI/CA. Constitui-se em órgão de assessoramento ao Conselho Universitário, Reitor, Conselho de *Campus* e Diretor de *Campus* para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente da UFFS. Compete à CPPD prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a:

- I - Dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;
- II- Contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;
- III - Alteração do regime de trabalho docente;
- IV - Avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;
- V - Solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- VI - Liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

6.2.4.4 Comissão Interna de Supervisão

A Comissão Interna de Supervisão foi instituída pela Portaria 043/GR/UFFS/2014, em atendimento ao disposto na Lei nº 11091/2005 e também às Portarias do MEC nº 2519/2005 e 2562/2005. A CIS tem as seguintes atribuições:

- I - Acompanhar a implantação do plano de carreira em todas as suas etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento da UFFS;

- II - Auxiliar a área de gestão de pessoas da UFFS, bem como os servidores, quanto ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação;
- III - Fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira no âmbito da UFFS;
- IV - Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do PCCTAE;
- V - Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoal da UFFS e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;
- VI - Avaliar, anualmente, as propostas de lotação da UFFS, conforme a Lei nº 11.091/2005, art. 24, §1º, I;
- VII - Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais da UFFS proposto pela área de gestão de pessoas, bem como os cargos que os integram;
- IX - Examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão.

6.2.4.5 Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos

O Comitê de Gestão de Riscos foi instituído pela Portaria nº 301/GR/UFFS/2017, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016. São atribuições do Comitê Gestor de Riscos e Controles Internos:

- I - avaliar estruturas de governança, gestão de riscos e controles internos;
- II - incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
- III - promover a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- IV - avaliar a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
- V - aprovar metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- VI - supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
- VII - supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
- VIII - avaliar os limites de exposição a riscos globais, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública ou atividade;
- IX - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e processos para o gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;
- X - executar outras atribuições que venham a ser necessárias à implantação da Gestão de Riscos e Controles Internos na UFFS.

6.2.4.6 Comitê de Gestão de Integridade

O Comitê de Gestão de Integridade foi instituído pela Portaria nº 497/GR/UFGS/2018, em atendimento ao disposto no art. 14 do Decreto nº 9.203/2017. Ao Comitê incumbe promover a estruturação, execução e o monitoramento do Programa de Integridade da UFGS, com vistas, em especial, à adoção de ações institucionais de prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos de corrupção. Além disso, busca garantir que as boas práticas de governança sejam desenvolvidas de forma contínua e progressiva na Instituição. São competências do Comitê de Gestão de Integridade:

- I- Coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade da UFGS;
- II- Orientar e treinar os servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade;
- III- Promover outras ações relacionadas à implementação do Plano de Integridade em conjunto com as demais unidades da Universidade;
- IV- Auxiliar a alta administração da UFGS na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança;
- V- Incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados na Universidade, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;
- VI- Promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança (CIG) em seus manuais e em suas resoluções;
- IV- Elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.

6.2.4.7 Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares

A Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares (CPPAD) foi criada pela Resolução nº 17/2014 – CONSUNI/CA. Compete aos membros da CPPAD:

- I - Compor as comissões de sindicância ou de processo administrativo disciplinar para as quais foram designados;
- II - Participar, regularmente, dos trabalhos das comissões;
- III - Participar das reuniões da CPPAD/UFGS;
- IV - Participar da formação obrigatória da CPPAD/UFGS;
- V - Manter o sigilo das informações de seu conhecimento no âmbito da sindicância ou processo administrativo;
- VI - Executar trabalhos auxiliares necessários no âmbito da CPPAD.

6.2.4.8 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFGS foi instituída pela Portaria nº 804/GR/UFGS/2017, em atendimento ao Decreto nº 4.073/2002, que

regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Essa comissão compõe-se de um grupo multidisciplinar, formado por membros permanentes: arquivistas, historiadores, representantes jurídicos, secretários e membros variáveis (representantes dos setores em que a documentação será avaliada), o qual possui a responsabilidade de definir, orientar e realizar o processo de análise dos documentos produzidos e acumulados no âmbito da Instituição, visando identificar aqueles destinados à guarda permanente e eliminar os destituídos de valor.

6.2.4.9 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) instituiu, por meio da Portaria Nº 501/GR/UFFS/2018, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS). O objetivo dessa comissão é atender demandas específicas que necessitam de um parecer acerca da classificação de informações quanto a possuir ou não algum grau de sigilo, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). O trabalho da CPADS é apenas consultivo, com a função de emitir parecer em relação ao tema.

Qualquer setor/unidade da Instituição pode solicitar um parecer à CPADS em caso de dúvidas a respeito da classificação de informações. No entanto, a efetiva classificação da informação só pode ser deliberada pela autoridade competente da Universidade, conforme Art. 27 da Lei 12.527/2011.

7 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Muito mais do que atender às demandas legais, a responsabilidade social da UFFS precisa ser entendida como postura institucional, no sentido de desempenhar um papel fundamental na consolidação dos seus conceitos e das suas práticas. No entanto, a responsabilidade social tornou-se uma dimensão obrigatória expressa na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES. De acordo com o art. 3º da referida lei:

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

[...] III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Observando a lei em seu conjunto, pode-se compreender que a responsabilidade social encontra-se atrelada à nação, conforme nos indica o art. 1º, § 1º, de eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

De maneira análoga, a Portaria nº 300/2006 do MEC contempla o tema como sinônimo de compromisso social da IES, na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e multicultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES. Nessa direção, a responsabilidade social da UFFS se propaga por meio de suas ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento da sua missão.

Concretamente, na área de extensão, a responsabilidade social se traduz nos projetos, os quais possuem o compromisso com a transformação social, com a promoção da interação entre a Universidade e a sociedade, com a articulação do saber acadêmico com o saber popular, instaurando um processo socializante e democratizante do conhecimento; com a contribuição para a inclusão social, com o respeito aos direitos humanos, com o desenvolvimento regional sustentável e com uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade. A seguir são descritas as políticas adotadas pela Instituição no que diz respeito à Responsabilidade Social, de acordo com os subtemas presentes no item III, do artigo 3º da Lei nº 10.861.

Em relação à inclusão social, na área do ensino, a responsabilidade da UFFS se expressa nas políticas de acesso e permanência dos acadêmicos na Instituição, visando um processo de formação contínua. A política de acesso visa receber o candidato oriundo de escola pública, tendo em vista que na região de abrangência da Instituição (sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul) há poucas IES públicas.

Além da política de acesso, outras políticas de inclusão são implementadas. Destacam-se as políticas de ações afirmativas para acesso e permanência de negros, quilombolas e indígenas e pessoas com necessidades especiais. No caso da inclusão dos negros, quilombolas e indígenas ressalta-se a expedição da Portaria das Cotas da UFFS, de 2012, que orientou o processo seletivo institucional de 2013-2014 e a criação de uma comissão responsável pela elaboração da política indígena da UFFS nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, por meio da Portaria nº 688/GR/UFFS/2012.

Em 2015, a Resolução nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD instituiu a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na UFFS. Essa política visa ao respeito à diferença e à ampliação de oportunidades para o ingresso e permanência nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, assim como o ingresso e permanência dos servidores.

Também em 2015, foi instituída a Política de Mobilidade Acadêmica, com o intuito de normatizar os procedimentos para a adesão dos programas de mobilidade acadêmica no âmbito dos cursos de Graduação da UFFS por meio da Resolução nº 2/2015 –CONSUNI/CGRAD. Mobilidade acadêmica é o processo pelo qual um estudante

matriculado em uma IES pode estudar em outra e, após a conclusão dos estudos, obter atestado que lhe permita aproveitar os estudos realizados para a integralização do seu curso de Graduação na instituição de origem. A mobilidade acadêmica na UFFS tem por objetivo propiciar aos seus estudantes o contato com outras realidades e culturas, mediante o desenvolvimento de atividades acadêmicas em outras IES nacionais e estrangeiras, bem como recebendo em seus cursos estudantes matriculados em cursos de Graduação de outras IES.

Outro fator que contribui com a responsabilidade social na área do ensino são as ações de permanência, as quais são compostas por auxílios financeiros, como auxílio-moradia, alimentação, transporte e estudantil e por bolsas de diferentes modalidades, incluindo as do Programa Bolsa Permanência do MEC. Também são ofertadas bolsas vinculadas a projetos de pesquisa e extensão voltados para a inclusão social, financiadas, em sua maioria, por recursos próprios da UFFS.

Sob os aspectos do desenvolvimento econômico e social, tendo como um dos seus princípios a transformação social, desde o seu início, a Instituição está preocupada em fomentar ações, tanto na área de ensino, como de pesquisa e extensão, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população mais excluída da cidade e do campo. No caso destes últimos, a Universidade tem na agricultura familiar “um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento” e como “premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente”. Novamente no ensino foram criados cursos voltados para este fim, como Agroecologia, Engenharia Ambiental, Administração, com ênfase em cooperativismo, bem como *stricto sensu* em desenvolvimento regional.

Além dessas, as ações de responsabilidade social na UFFS visam interagir, também, nas seguintes áreas: I) Agricultura Familiar e Agroecologia; II) Gestão, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Social e da Gestão em Políticas Públicas; III) Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social IV) Preservação da Memória e do Patrimônio Cultural; V) Direitos Humanos e Cidadania; VI) Saúde Pública/ Saúde Coletiva; e VII) Desenvolvimento Regional, Urbano e Políticas Públicas.

7.1 Agricultura Familiar e Agroecologia

Alinhado ao princípio de transformação social, na II COEPE ocorreram dois fóruns temáticos que englobam aspectos sociais, ambientais e econômicos, um relacionado à agricultura familiar e agroecologia e outro relacionado à gestão, cooperativismo, economia solidária e políticas públicas. Os debates foram em torno dos tópicos: a) A concepção de agricultura familiar; b) A agricultura familiar e o mundo rural na sociedade capitalista contemporânea; c) O modelo agroecológico; d) Os embates políticos

da agricultura familiar; e) A natureza da assistência técnica requerida; f) A sucessão na agricultura familiar; g) A necessidade da (re)educação.

Atualmente percebe-se um esgotamento do modelo convencional de produção, que incorre em concentração da riqueza, desmatamento intensivo e uso excessivo de agrotóxicos, aquecimento global, na contaminação generalizada das águas e dos alimentos, dentre outros aspectos sociais, econômicos e políticos. Diante disso, “o reconhecimento da insustentabilidade do modelo convencional resulta na busca de alternativas sustentáveis para a agricultura familiar, capazes de enfrentar os limites econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais a ele associados” (II COEPE, 2018, p. 28).

Por essas razões todas, o fortalecimento da agricultura e da agroecologia representam um importante passo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, e a UFFS tem um importante papel nesse processo, por meio dos cursos voltados à agroecologia e pela defesa e apoio aos movimentos sociais das regiões onde atua. Embora se reconheça os desafios atrelados à prática da agroecologia, “No âmbito da Universidade, nos cursos voltados para a formação de profissionais da Agronomia, também se evidenciam um conjunto de dificuldades para o fortalecimento do modelo agroecológico, relacionadas à hegemonização do modelo convencional”. O Quadro 13 apresenta as propostas e encaminhamentos feitos na II COEPE relacionados à Agricultura Familiar e Agroecologia.

Quadro 13 – Síntese das discussões do fórum temático: Agricultura Familiar e Agroecologia

Tópicos agregadores	Questionamentos	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Agricultura familiar	<p>Em meio à crise emergente e diante das possibilidades de ressignificações que se apresentam, é preciso então indagar-nos a respeito de qual agricultura familiar estamos falando e qual agricultura familiar queremos fortalecer?</p> <p>Como restabelecer a possibilidade de uma linha de continuidade nos processos de reprodução da unidade produtiva vinculada à agricultura familiar?</p> <p>A introdução do modelo agroecológico pode nos ajudar a reconectar os jovens com o ambiente natural, com os outros jovens, com a sociedade e converter-se num modelo de vida sustentável?</p> <p>Qual o papel das instituições formadoras, escola e universidade no processo de viabilização e fortalecimento da agricultura familiar?</p>	<p>1.1 Desconstrução da visão homogeneizada de agricultura familiar e identificação dos estilos de vida presentes no universo da agricultura familiar.</p> <p>1.2 Fortalecimento da Universidade Popular como espaço participativo, democrático, que promove e cultiva um debate cientificamente informado sobre os problemas locais/regionais, que pensa outras cadeias/arranjos, oferece ações de ensino, pesquisa e extensão que compensam as deficiências da atuação do Estado no contexto regional, que acompanha e/ou assessora as cooperativas.</p> <p>1.3 Realização de pesquisas para mapeamento e categorização da diversidade cultural presente entre os agricultores.</p> <p>1.4 Realização de debates e processos de formação de agricultores com a Universidade.</p> <p>1.5 Desenvolvimento de estudos e investigação das práticas e produção da agricultura familiar, das experiências agroecológicas, sobre economia rural, envolvendo maior autonomia para os produtores e desenvolvimento de cadeias curtas.</p> <p>1.6 Realização de ações/cursos para melhoria da gestão das unidades de produção familiar;</p> <p>1.7 Desenvolvimento de pesquisa participante, que reconheça e estimule o capital social e humano dos agricultores.</p> <p>1.8 Contribuir com os processos de formalização da agroindústria familiar que dificultam e/ou limitam sua atuação.</p> <p>1.9 Promover do autoconsumo na agricultura familiar.</p> <p>1.10 Fortalecimento da luta pela manutenção e ampliação dos programas sociais e das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.</p> <p>1.11 Promoção do uso da internet para comercialização e relação entre agricultores e consumidores.</p>
2. Embates com o modelo convencional	<p>O que caracteriza o modelo emergente e quais são os desafios que requer para sua implantação no âmbito da agricultura familiar?</p> <p>De que forma se relaciona com a segurança alimentar e a saúde pública?</p> <p>Quais as contribuições que a universidade pode oferecer no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura?</p>	<p>2.1 Necessidade de desenvolvimento de estudos, pesquisas e debates sobre os impactos políticos, sociais, ambientais, sanitários e na saúde humana, vinculados ao desenvolvimento do agronegócio no contexto regional e brasileiro.</p> <p>2.2 Desenvolvimento de estudos e pesquisas que problematizem a eficiência econômica do agronegócio.</p> <p>2.3 Mapeamento dos casos de intoxicação com agrotóxicos (pelo consumo, uso, exposição).</p> <p>2.4 Realização de pesquisas sobre complexos agroalimentares e resíduos ambientais.</p> <p>2.5 Realização de pesquisas sobre a saúde dos trabalhadores da agroindústria.</p> <p>2.6 Discussão da problemática da segurança alimentar, considerando o aumento populacional e a preservação dos recursos naturais para as próximas décadas.</p>

Tópicos agregadores	Questionamentos	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
<p>3. Desafios para o fortalecimento do modelo agroecológico</p>	<p>Quais estratégias mobilizar para avançar e ampliar o diálogo entre a prática social da agroecologia e a produção teórico-prática acadêmica?</p> <p>Como tornar a agroecologia mais receptiva, desejável e viável para a agricultura familiar?</p> <p>Produzir produtos orgânicos para quem?</p>	3.1 Compreensão da agroecologia como estilo de vida e não só como produção de alimentos.
		3.2 Mapeamento das entidades que trabalham com sistema de base agroecológica, para o fortalecimento das interações entre Universidade e comunidade.
		3.3 Continuidade e ampliação das pesquisas voltadas para a produção agroecológica e retorno às comunidades pesquisadas.
		3.4 Criação de Programas e Projetos contínuos de Extensão em Agricultura Familiar e Agroecologia.
		3.5 Constituição de banco de sementes crioulas nos <i>campi</i> , envolvendo os produtores locais e regionais.
		3.6 Aproximação entre produtor e consumidor como estratégia de identificação do projeto de sociedade e de interação com o ambiente, que resultam fortalecidos através das ações sociais.
		3.7 Ampliação das possibilidades de certificação dos agricultores envolvidos com produção orgânica;
		3.8 Desenvolvimento de Feira Agroecológica em todos os <i>campi</i> da UFFS.
		3.9 Proibição do uso de agrotóxicos no âmbito da UFFS.
		3.10 Oferta de turmas de Agronomia em regime de alternância, para viabilizar a participação dos filhos de agricultores, a permanência no campo e a sucessão familiar.
		3.11 Desenvolvimento de experiência piloto nas áreas experimentais da UFFS voltada para a produção agroecológica.
		3.12 Criação de Fórum permanente de debates sobre Agricultura Familiar e Agroecologia.
		3.13 Manutenção da ênfase dos cursos de Agronomia, voltada para a Agroecologia.
		3.14 Desenvolvimento de estágios de vivência nos cursos de Agronomia em unidades de produção familiar agroecológica.
		3.15 Criação de eventos de intercâmbio com a comunidade e/ou dentro da comunidade, envolvendo temáticas ligadas à produção agroecológica.

Tópicos agregadores	Questionamentos	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
4. A (re)educação em perspectiva	<p>Como a mudança do enfoque na produção de grãos para a produção leiteira e/ou para a produção de aves/suínos, ao longo das últimas décadas, impacta a organização da vida material, social e política dos agricultores?</p> <p>Quais as alternativas que se desenham para as novas gerações?</p> <p>Que tipo de assistência técnica desenvolver?</p> <p>Qual o papel dos órgãos de assistência técnica? Que tipo de pesquisa queremos e precisamos fortalecer através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e demais órgãos públicos?</p> <p>Qual o papel dos cursos que formam os futuros profissionais para atuar nestes contextos, considerando o perfil de universidade popular da UFFS?</p> <p>De que maneira a Universidade, através de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, pode contribuir para reeducação de diferentes atores sociais direta e indiretamente envolvidos com a temática da produção e do consumo saudável, agroecológico e ambientalmente sustentável?</p>	4.1 Fortalecimento da Universidade como espaço de diálogo crítico com os saberes populares e ancestrais da agricultura que são os exemplos mais concretos da possibilidade de afirmação de modos de produção mais responsáveis social e ambientalmente.
		4.2 Fomento do debate sobre o modelo de desenvolvimento rural que se deseja fortalecer.
		4.3 Consideração de outros saberes e tradições no processo de formação acadêmica, para além dos saberes científicos.
		4.4 Disseminação dos conceitos, classificações, efeitos dos agrotóxicos junto às comunidades e escolas;
		4.5 Promoção de formação política, voltada para a cooperação e o associativismo.
		4.6 Promoção da discussão da temática da agroecologia na Educação Básica.
		4.7 Desenvolvimento de experiências de produção orgânica nos <i>campi</i> da UFFS.
		4.8 Reorganização dos currículos dos cursos de Graduação para desenvolvimento de uma visão mais integral do ser humano e de suas relações com o ambiente.
		4.9 Organização de internatos e residências rurais vinculados ao desenvolvimento curricular em cursos das áreas da saúde, agrárias e afins.
		4.10 Discussão dos problemas relacionados aos conflitos de gênero e à violência contra as mulheres no campo.
		4.11 Desenvolvimento de cursos de formação para professores relacionados à temática da agroecologia e agricultura familiar.
		4.12 Promoção de reeducação dos hábitos de consumo alimentar.

7.2 Gestão, cooperativismo, economia solidária e desenvolvimento social e da gestão em políticas públicas

As temáticas sobre gestão, cooperativismo, economia solidária e desenvolvimento social e da gestão em políticas públicas, na II COEPE, foram integradas num único eixo com as seguintes categorias: a) Concepções; b) Economia solidária e cooperativismo; c) Gestão: cooperativas e agricultura familiar; d) Políticas públicas; e) Gestão pública.

Entende-se que há uma necessidade de promover e estimular diálogos entre atores que participam dessas diversidades em grupos sociais, aproximando cada vez mais as relações entre a teoria e a prática, a fim de que o conhecimento seja verdadeiramente aplicado. Uma forma de promover isso pode ser por meio de ações que fomentem a economia solidária, que “se caracteriza pelas práticas de cooperação, autogestão e solidariedade, que a diferenciam da economia capitalista, respaldada na livre concorrência e na exaltação do individualismo econômico e social” (II COEPE, p. 50).

Desde a sua concepção, a UFFS “constitui um espaço importante de interlocução e de promoção do debate regional, envolvendo as diferentes organizações sociais, na busca de alternativas ao modelo tradicional de produção” (II COEPE, 2018, p. 50). Essa característica faz parte do modelo de gestão que a UFFS tem buscado ao longo dos anos, tanto nas ações de ensino, pesquisa e extensão, como na gestão institucional, que “se fundamenta na participação e na autogestão social, em contraponto à gestão meritocrática, hierarquizada e supostamente eficiente do modelo gerencial tradicional, traduzido pelo exercício do poder de alguns em detrimento da exclusão das amplas maiorias”. (II COEPE, p. 50). “A promoção e o exercício da autogestão é parte da missão universitária da UFFS nascida dos anseios dos movimentos que levaram a sua constituição” (II COEPE, 2018, p. 50).

É importante destacar os amplos debates que ocorreram na região de atuação da UFFS, na década de 90, relacionados à busca de alternativas ao modelo de produção agrícola, que “contribuiriam para o nascimento e fortalecimento de um conjunto de organizações em torno da agroecologia, das agroindústrias familiares, das feiras livres, das cooperativas de produção e comercialização da agricultura familiar, das cooperativas de crédito, entre outras” (II COEPE, p. 51).

O Quadro 14 apresenta as propostas e encaminhamentos feitos na II COEPE, relacionados a essa área de responsabilidade.

Quadro 14 - Síntese das discussões do fórum temático: Gestão, Cooperativismo, Economia Solidária e Políticas Públicas

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Economia solidária e cooperativismo	1.1 Reconhecer os sistemas alternativos de produção e gestão econômica, a exemplo da economia solidária, dialogando com seus atores para traçar ações de pesquisa e de inclusão destes sistemas nas ações de ensino e extensão.
	1.2 Incluir, nas ementas das disciplinas que envolvem os temas de gestão, economia, produção e serviços, o tema da economia solidária, do cooperativismo e da autogestão.
	1.3 Fomentar os grupos de pesquisa com a temática das economias alternativas e a adoção da temática como tema transversal nos programas dos cursos.
	1.4 Estimular a participação de agricultores na universidade, para que possam interagir e contribuir na formação dos acadêmicos.
	1.5 Desenvolver estudos para o diagnóstico da realidade socioeconômica local e, a partir destas informações, formular projetos de pesquisa e extensão voltados à agricultura familiar.
	1.6 Fomentar pesquisas sobre redes de colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual envolvendo os temas da autogestão, da justiça social e contextualizando a economia solidária em meio às crises políticas e econômicas.
	1.7 Desenvolver projetos que coloquem as redes de colaboração solidária como centro nos projetos de vida dos estudantes, visando que eles superem dificuldades de permanência, e identifiquem a economia solidária como campo de atuação profissional.
	1.8 Organizar programas e cursos específicos em economia solidária que atendam à demanda de profissionais da área qualificados para a implantação de iniciativas de economia popular solidária e sua articulação em redes de colaboração solidária.
	1.9 Organizar uma rede de colaboração solidária <i>multicampi</i> , para promover o consumo solidário.
	1.10 Elaborar projetos de educação popular e mobilização em economia solidária, formando estudantes facilitadores de oficinas, formações, atividades de incubação, bem como ações de divulgação da economia solidária com estudantes do ensino médio, EJA, jovens do campo, dos bairros e de camadas populares da sociedade.
	1.11 Viabilizar programas de estágio interdisciplinar, em parceria com cooperativas, iniciativas solidárias e vivências em assentamentos e ocupações, urbanos ou rurais.
	1.12 Apoiar e promover feiras de economia popular solidária, como projetos de extensão nos <i>campi</i> da UFFS, incluindo discentes da UFFS, agricultores familiares, cooperativas, iniciativas de economia solidária, artesãos, grupos de bairros, movimentos populares, povos indígenas e imigrantes como feirantes para fortalecer a diversidade, as diretrizes da UFFS no campo da agroecologia e divulgar a economia solidária proporcionando experiências de comércio justo através da utilização de moedas sociais.
	1.13 Construir programas e cursos de formação que permitam aperfeiçoar a gestão das micro e pequenas empresas e empreendedores individuais (MEIs) e organizações da agricultura familiar na região.
2. Gestão (cooperativas e agricultura familiar)	2.1 Construir programas e cursos de formação que permitam aperfeiçoar a gestão das organizações da agricultura familiar na região.
	2.2 Promover cursos de capacitação em gestão para lideranças que atuam como gestores dos empreendimentos camponeses.
	2.3 Organizar programas de capacitação de dirigentes de cooperativas, com foco: a) numa gestão transparente e eficaz; b) legislação cooperativista.
	2.4 Desenvolver programas de estudos de mercado e viabilidade dos produtos das cooperativas e empreendimentos da economia solidária.
	2.5 Discutir o modelo tecnológico predominante no espaço rural e estudar alternativas que promovam a agricultura familiar.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
3. Políticas públicas	3.1 Constituir como objeto de pesquisa as Políticas Públicas desenvolvidas a nível local e regional.
	3.2 Integrar o ensino da medicina alternativa e dos alimentos orgânicos na promoção da saúde nos currículos dos cursos da área da saúde.
	3.3 Promover projetos e ações com as populações em situação de vulnerabilidade social, para acessar políticas públicas e direitos.
	3.4 Desenvolvimento de estudos de políticas públicas que analisem, além da produção agrícola, também as condições de saúde da população rural e os custos ambientais e sociais das práticas agrícolas.
	3.5 Apoio, através da realização de pesquisas e eventos, da consolidação das políticas de controle de produção farmacêutica e agrotóxicos.
	3.6 A UFFS deverá desenvolver pesquisas relacionadas à implementação de Políticas Públicas de Saúde e suas interações com as demais políticas públicas, analisando os impactos das políticas intersetoriais na saúde.
	3.7 Contribuir na implementação das orientações da Organização Mundial de Saúde, junto aos municípios, para a integração da Saúde em todas as Políticas.
4. Gestão Pública	4.1 Ter o orçamento participativo e o planejamento estratégico como temas geradores das pesquisas e dos programas de ensino e extensão relacionados a gestão pública, entendidas como instrumento de participação popular e diálogo entre gestores e a população.
	4.2 Articulação da UFFS com os diversos setores do Poder Público para construção de projetos voltados para inclusão social.
	4.3 Desenvolvimento, pela UFFS, de audiências públicas para o debate dos grandes temas que envolvem a gestão da Universidade, principalmente os relacionados a concepção dos cursos oferecidos.
	4.4 Promover cursos de Graduação e Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública;
	4.5 Criação de um Observatório de Políticas Públicas na região Sudoeste do Paraná, em parceria com outras Universidades Públicas e Instituto Federal.
	4.6 As Agendas de ensino, pesquisa e extensão precisam conhecer a realidade e aprender com as experiências da comunidade onde se insere e, a partir desta base, formular os problemas de pesquisa e os projetos de extensão, pensados e executados de forma integrada.
	4.7 A universidade precisa refletir sobre seu papel na formação e para qual realidade seus egressos devem ser preparados.

Fonte: II COEPE, 2018.

7.3 Tecnologia, inovação e desenvolvimento social

A tecnologia e a inovação são entendidas como vetores propulsores do desenvolvimento, embora não os únicos, ao lado de um conjunto de outros determinantes, como educação básica, saúde, etc. Sinaliza-se para a necessidade de identificar a tecnologia como elemento integrante do processo de transformação da sociedade ao longo da história, que dinamiza e potencializa as relações entre o homem e a natureza e dá forma às relações sociais entre os homens. Nesse sentido, destaca-se a indissociabilidade entre tecnologia e sociedade, pois os produtos tecnológicos se convertem também em formas de vida, e a tecnologia constitui parte integrante da vida social e não seu determinante externo. Em outras palavras, tecnologia não é modular em relação à sociedade, pois não podemos desencaixá-la e pensá-la de forma isolada. A vida humana efetiva-se através desses objetos e práticas, de forma que, quando estes

objetos mudam, a nossa vida e as nossas relações também se modificam. Contudo, nem todas as mudanças são positivas em si mesmas. Uma mudança pode estabilizar certas condições, mas essas condições não são óbvias com relação a quem favorecem.

Há necessidade de promover e priorizar tecnologias voltadas para um desenvolvimento sustentável ambiental e socialmente, envolvendo uma maior integração regional, mediante compartilhamento de esforços entre universidade, órgãos públicos e sociedade. Tal perspectiva requer um empoderamento da cidadania com produtos, técnicas e metodologias (tecnologia social), convertendo a tecnologia em aliada da transformação social. Coloca-nos também indagações sobre o desenvolvimento de um território de fronteira, que requer diagnósticos e planejamentos qualificados, definição de prioridades e a cooperação de um conjunto de atores sociais.

No âmbito da UFFS, conforme definido institucionalmente, cabe ao Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS) apoiar os pesquisadores em suas descobertas, ajudar na articulação de parcerias com as iniciativas públicas nas três esferas (municipal, federal e estadual), bem como viabilizar as transferências tecnológicas demandadas pela sociedade e requisitadas à UFFS. O NIT é responsável por fazer cumprir a Política de Inovação da Universidade, aprovada pelas suas instâncias superiores. É também responsável pela mediação de registros de marcas, patentes e transferências tecnológicas dos pesquisadores da UFFS, bem como da comunidade regional, caso seja solicitado.

Com relação ao papel da Universidade, têm-se dois posicionamentos distintos: a) a preocupação com a qualificação das ações de inovação tecnológica, em diálogo com entidades, movimentos e organizações sociais e com os órgãos públicos, buscando contribuir com o desenvolvimento sustentável e regional. Nesse sentido, destacam-se questões relacionadas aos territórios de fronteira, à produção de tecnologias sociais, entre outros; b) o desejo de ampliar o escopo da atuação e das ações da universidade, envolvendo, além dos órgãos públicos, investimentos oriundos de empresas privadas, mediante realização de parcerias e captação de recursos, a fim de viabilizar projetos de inovação tecnológica. A proposta apoia-se na compreensão de que os objetos tecnológicos produzem contribuições para as cidades, para a geração de renda e emprego e a preservação do ambiente, além de que os recursos captados mediante prestação de serviços viabilizam o desenvolvimento de outros projetos socialmente relevantes no âmbito da Universidade.

Em termos mais específicos, os relatos registram a importância da estruturação de empresas júnior, concebidas como associação gerida por alunos de Graduação, com o objetivo de aproximar as empresas e a Universidade através de várias atividades, incluindo as consultorias. Também apontam para a criação de incubadoras sociais (rede), tecnológicas e empresariais, entendidas como espaços que devem formar um

habitat de inovação, cooperação e empreendedorismo, onde projetos são incubados para receber um suporte de profissionais treinados com o intuito de alavancar essas iniciativas e fazer a taxa de sucesso delas aumentar. Destacam, ainda, as parcerias na área da saúde com a iniciativa privada, com o intuito de desenvolver tecnologias de inovação em saúde, como já vem acontecendo em outras instituições, como no Instituto Federal de Educação (Passo fundo) e a Universidade de Passo Fundo (*Campus Sertão*).

Finalmente, registram-se preocupações com relação às possibilidades de celebração de parcerias entre a Universidade e outras instituições, especialmente com instituições privadas, que enfatizam a necessidade de se ter um cuidado e um zelo com a natureza e a essência das parcerias, tendo em vista a preservação da dimensão pública da Universidade.

Quadro 15 - Síntese das discussões do fórum temático: tecnologia, inovação e desenvolvimento social

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Relações entre tecnologia, inovação e desenvolvimento social	1.1 Ampliar o debate sobre a concepção de desenvolvimento, envolvendo as relações entre universidade, setor público e sociedade.
	1.2 Realizar um amplo diagnóstico sobre as demandas por tecnologias sociais no contexto regional e de fronteira em que se situa a UFFS em prol de um desenvolvimento sustentável e integrado.
	1.3 Zelar pela preservação da dimensão pública no âmbito das parcerias entre universidade e outros setores da sociedade.
2. O papel da UFFS na geração da tecnologia e inovação e desenvolvimento social	2.1 Fortalecer a trajetória histórica de formação antropológica, competências e recursos regionais, fortalecer a imagem da região enquanto território integrado e potencializado a partir da cooperação e competências superiores e diferenciadas.
	2.2 Fortalecer a cooperação e o aproveitamento do potencial de desenvolvimento da região, mediante uma articulação entre universidades, governos, estruturas produtivas e sociedade.
	2.3 Fomentar o desenvolvimento e a difusão de produtos e processos de tecnologia social com o objetivo de promover a cidadania.
	2.4 Pensar o desenvolvimento tecnológico visando a inclusão das minorias, focado na superação das desigualdades regionais e num pensamento coletivo e não apenas individual;
	Dialogar com o poder público local para celebração de parcerias com a universidade, incluindo a possibilidade de isenção de imposto para empresas que apoiem projetos da universidade.
	2.6 Priorizar a formação de Ecossistema de fomento à inovação, ao empreendedorismo, à integração regional e ao desenvolvimento da Mesorregião da Fronteira do Mercosul.
	2.7 Constituir bases para um Parque Tecnológico na Região de Fronteira, com estrutura difusa, com base nos três países.
	2.8 Apoiar organizações do terceiro setor que trabalham em prol das metas de desenvolvimento sustentável da ONU.
	2.9 Pautar governos para investimentos em ciência e tecnologia.
	2.10 Criar uma cultura motivacional para o desenvolvimento da tecnologia e inovação, envolvendo: a) a criação de componente curricular voltado a este fim; b) a realização de oficinas, eventos e visitas técnicas; c) o diálogo com fontes de criação e inovação tecnológica d) o aumento de investimentos na pesquisa e extensão e a destinação de mais bolsas; e) a valorização das ações voltadas para a inovação tecnológica.
	2.11 Realizar cursos de Pós-Graduação em desenvolvimento sustentável e social voltados para uma cultura empreendedora.
	2.12 Ampliar a pesquisa e extensão e estimular a aplicação prática da pesquisa.

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
	2.13 Discutir o financiamento da pesquisa, suas fontes e os processos que a regulamentam para aumentar os recursos e o número de bolsas e reduzir a burocracia.
	2.14 Combater o baixo aproveitamento dos recursos humanos nas instituições e a supervalorização dos artigos científicos na carreira docente.
	2.14 Estimular e fortalecer as incubadoras sociais e empresariais junto aos integrantes da comunidade acadêmica e regional.
	2.16 Consolidar o NITS da UFFS, envolvendo a formação e capacitação de seu quadro técnico.
	2.17 Criar e implantar a cultura da inovação no ambiente institucional e estabelecer métricas para a política de inovação na UFFS.
	2.18 Discutir e promover a criação de laboratórios de prestação de serviço à comunidade regional, envolvendo o controle de qualidade de água, a análise de combustíveis, de solo, de alimentos, entre outros.
	2.19 Dialogar com experiências de outras IES e celebrar parcerias (com o Instituto Federal de Educação, Universidade de Passo Fundo, Fasurg e IMED) para desenvolver tecnologias na área da Saúde.
	2.20 Realizar parcerias para formação de Cluster da Saúde envolvendo o Brasil e a Alemanha.
	2.21 Celebrar parcerias com os municípios do entorno dos <i>campi</i> da UFFS para criação de incubadoras sociais, tecnológicas e empresariais, o fomento da criação de empresas de base tecnológicas e a criação de condições legais que favoreçam o seu desenvolvimento.
	2.21 Incentivar os integrantes da comunidade acadêmica, principalmente docentes e alunos, a criarem Incubadoras Sociais (Rede), Tecnológicas e Empresariais.
	2.23 Intensificar o papel da Universidade na verificação da aplicação prática da pesquisa.
	2.24 Promover projetos para compreender mais como regular as contradições entre tecnologias x comunidades/pacientes x ética x cidadania x recursos estruturais e financeiros, no contexto de atuação da UFFS/PF.
	2.25 Publicar a síntese dos fóruns e da conferência.
	2.26 Realizar pós-conferência para acompanhar a implementação das ações.

Fonte: II COEPE, 2018.

A Universidade também está comprometida com a promoção tecnológica nas empresas, com a pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas, visando o desenvolvimento social e o desenvolvimento humano, especialmente para a região de abrangência da UFFS.

Ressalta-se também a criação de empresas juniores na Instituição, com o objetivo de contribuir com a sociedade por meio da prestação de serviços de qualidade, preferencialmente às micro, pequenas e médias empresas privadas; empresas, entidades ou órgãos públicos, organizações do terceiro setor e cooperativas, com destaque para projetos de impacto social, ambiental, educacional e/ou econômico.

7.4 Preservação da memória, do patrimônio cultural e dos direitos humanos

Durante as discussões da I COEPE houve a preocupação da comunidade acadêmica e regional em construir uma agenda voltada para a “vitalização da cultura e da

memória regional, assim como à promoção de pesquisa e extensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que influenciaram a formação da Mesorregião Fronteira do Mercosul”.

Vários projetos de pesquisa e de extensão da Instituição estão trabalhando com a cultura e a memória regional. Destaca-se ainda a criação, em 2012, de uma diretoria de arte e cultura, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, para fomentar tantas ações na área cultural, como também projetos e ações na área da preservação da memória e do patrimônio cultural.

No dia 28 de novembro de 2012 foi constituída na UFFS a Comissão da Verdade, cujo objetivo é contribuir com o levantamento de informações e desenvolvimento de pesquisas sobre o período da Ditadura Militar na região da Mesorregião Fronteira do Mercosul. “A função do grupo de pesquisa é criar metodologias e dinâmicas que propiciem estudos e trabalhos de extensão sobre os temas Ditadura Militar, Direitos Humanos e Cidadania”.

A UFFS notadamente pauta os direitos humanos como seu princípio fundante. A preocupação com a cidadania e a defesa dos direitos humanos constam dos principais documentos institucionais (Estatuto, Regimento, PDI, etc.) e se reafirmam nos documentos acadêmicos (PPCs) como iniciativas de ensino, pesquisa extensão e cultura, como componentes curriculares indissociáveis da formação dos estudantes e do perfil dos egressos.

A atuação da UFFS inserida na comunidade regional inclui iniciativas de pesquisa e extensão amparadas em projetos com financiamento interno e externo, mobilizando docentes, técnicos, estudantes e a comunidade regional como agentes efetivos. A Instituição mantém em sua estrutura um Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial atuando no atendimento dos casos de violação, prestando suporte às vítimas e constituindo-se como referência dos diferentes agentes públicos e privados que atuam na área.

Quadro 16 - Síntese das discussões do fórum temático: Direitos Humanos e Cidadania

Tópicos Agregadores	Descrição das Propostas de Encaminhamentos e Ações
1. Intervenções acadêmicas	1.1 Retomar o debate em torno da criação do curso de Graduação em direito na UFFS, cuja formação seja capaz de representar a população marginalizada do país.
	1.2 Propor a incorporação das temáticas de gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais, bem como direitos humanos, nas linhas de pesquisa dos programas de Pós-Graduação e demais atividades ligadas à pesquisa.
	1.4 Desenvolver estudos e pesquisas nas áreas de bioética e dos responsáveis pelo acesso ao direito humano à saúde levantando de que forma os agentes previstos, de fato, concorrem para tal.
	1.5 Fortalecimento da formação em agroecologia e do fomento às alternativas populares de produção.
	1.6 Garantir as políticas de cotas para ingresso de estudantes na UFFS, com ampla divulgação.
	1.7 Promover ações efetivas de educação em Direitos Humanos nos diversos níveis.
	1.8 Avançar na incorporação dessas temáticas nos conteúdos das disciplinas, como Direito e Cidadania e similares, capazes de tratar de tais questões, e com destaque nos cursos de licenciatura, que por formarem professores necessitam trabalhar junto aos seus alunos tais questões.

Tópicos Agregadores	Descrição das Propostas de Encaminhamentos e Ações
	1.14 Criação de novos campos de prática em saúde, com serviço “móvel” que possa atender a população residente em ocupações urbanas (Passo Fundo).
	1.15 Expressar o direito humano como normativa, conteúdo, metodologia e estratégia de ação em todos os documentos institucionais (PPI, PDI, PPCs, Regimentos, etc.).
	1.16 Organizar eventos com temáticas relacionadas, como aula inaugural, palestras, debates, etc., impulsionados pela Instituição e abertos à comunidade.
	1.17 Incorporar nas atividades de extensão e cultura da universidade atividades ligadas às questões de gênero, diversidade e relações étnico-raciais. Seguir o calendário de datas que marcam os movimentos sociais ligados, por exemplo, a 08 de março como dia da luta da mulher, 28 de junho como o dia internacional do orgulho LGBT, dia da consciência negra, entre outros.
	1.18 Refletir de forma sistemática (através da criação de fóruns específicos, com calendário estabelecido) sobre qual modelo de desenvolvimento se espera/deseja para a região, e que tipo de inserção a UFFS pode promover como parte integrante desse processo, problematizando seu papel como Instituição de Ensino Federal com o restante da população brasileira.
	1.19 Promover ações de reconhecimento de gênero, étnico, cultural (que passam, inclusive, pela demanda anterior). Parceria com entidades (Associações comerciais e empresariais, CDLs, Prefeituras, CREs) para estágio e trabalho para os alunos. Estabelecimento de uma política de permanência coerente com o público-alvo, para além das bolsas e auxílios. Implementação da moradia estudantil.
	1.20 Diagnosticar o universo desse público e pensar alternativas para um espaço para as crianças na universidade. A sistematização das “cirandas” aparece como sugestão a partir de projetos com a participação dos cursos de Pedagogia.
	1.21 Criar mecanismos que possibilitem a proposição de projetos conjuntos, por membros das comunidades acadêmicas e regional, abrigando-os e executando-os como projetos institucionais.
	1.22 Investir esforços no estabelecimento de parcerias com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e outras organizações multilaterais, no sentido de qualificar recursos humanos e viabilizar o aporte de recursos financeiros para ações de formação e capacitação.

Tópicos Agregadores	Descrição das Propostas de Encaminhamentos e Ações
2. Intervenções administrativas	2.1 Responsabilizar a PROPEPG pelo direcionamento de esforços claros para viabilizar a criação de um Programa de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> em Direitos Humanos.
	2.3 Promover a qualificação permanente e continuada de STAEs e a possibilidade de proposição e coordenação de projetos acadêmicos em função de que através de projetos dessa natureza acontece a articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão bem como a sistematização de ações.
	2.4 Resgatar e ofertar, com recursos internos, Especialização em Direitos Humanos.
	2.5 Publicar Editais específicos para incentivo a trabalhos na temática dos Direitos Humanos.
	2.6 Priorizar as discussões sobre direitos humanos, garantindo liberações da comunidade universitária para participar;
	2.7 Criar cursos ou projetos de Extensão em Controle Social, Democracia Participativa e Direitos Humanos.
	2.8 Organizar de Programas de Pesquisa e Extensão específicos, com destinação de bolsas.
	2.9 Fortalecer a atuação do CRDHIR no âmbito da Universidade, por meio de dotação de estrutura mínima em cada <i>campus</i> .
	2.10 O CRDHIR precisa criar estruturas locais nos <i>campi</i> da UFFS e se aproximar dos CRAS e CREAS existentes na região.
	2.11 Reestruturar o CRDHIR e estabelecer protocolos e procedimentos de ação. Rever atribuições de carga horária para participação de discentes e de servidores docentes e técnicos nesses espaços.
	2.12 Publicizar as ações do CRDHIR com acesso direto na página principal da UFFS na internet e alocando profissional de comunicação dedicado.
	2.13 Converter o PIN em setor do <i>Campus</i> com possibilidade de gestão de recursos e autonomia para propor iniciativas e encaminhar demandas. Criação de um espaço de apoio e monitoria específica para áreas do conhecimento que estão vulneráveis, especialmente no tocante aos estudantes indígenas (Erechim).
	2.14 Comprometer-se em resolver os casos de discriminação e outras violações de direitos humanos em todos os espaços institucionais onde ocorrerem. Estabelecer fluxos para atendimentos nos casos de violação de direitos humanos ocorridos na UFFS, articulando os setores já existentes.
	3. Relacionamento com o Estado
3.2 Estruturação física e de equipe multidisciplinar do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial da UFFS no município de Laranjeiras do Sul, objetivando auxiliar os municípios da Região da Cantuquiriguaçu no atendimento às demandas relativas a direitos humanos.	
3.3 Interagir com os municípios, Estado e escolas visando à capacitação da sociedade em geral para a temática dos direitos humanos, principalmente em relação àqueles que trabalham diretamente com a educação, assistência social, justiça, entre outros;	
3.4 Incorporar em suas atividades ou realizar ampla divulgação interna das campanhas nacionais impulsionadas pelo Governo Federal referentes ao combate ao preconceito e outras políticas públicas voltadas para a inclusão das chamadas “minorias”;	
3.5 Auxiliar a criação dos conselhos municipais LGBT;	
3.6 Construir uma Política, a nível estadual, de compensação pelos prejuízos causados pelas hidrelétricas, envolvendo os acadêmicos na construção de propostas para a solução desses problemas.	

Tópicos Agregadores	Descrição das Propostas de Encaminhamentos e Ações
4. Abertura para gestão comunitária	4.1 Desenvolver ações de pesquisa/extensão, formativas com mulheres camponesas de áreas de reforma agrária, considerando a realidade de negação e violação de direitos.
	4.2 Criar um órgão não governamental, comunitário e participativo, em forma de conselho, para garantia da defesa dos direitos humanos.
	4.3 Manifestar-se publicamente sobre os temas da conjuntura a favor dos trabalhadores e dos setores populares contra retrocessos em direitos.
	4.4 Criar turmas PRONERA para filhos de assentados do MST e movimentos sociais populares, especialmente no curso de Medicina (Passo Fundo).
	4.5 Criar uma modalidade de intervenção da UFFS em parceria com os movimentos sociais de forma a capilarizar as ações de divulgação da UFFS na comunidade regional com temas centrais tais como agricultura, educação básica, resistência, etnia, gênero. Revisar as limitações dos espaços oficiais e formais de participação dos movimentos sociais nas dinâmicas da UFFS, tendentes à burocratização e mera recomposição dos quadros dirigentes da Instituição. Avaliar formas de participação efetiva que incidam efetivamente na concepção das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS.
	4.6 Reconhecer os grupos que pretendem se constituir como coletivos sociais. Estabelecimento de mecanismos de política de gestão da UFFS que impeçam quaisquer tipos de ações inibidoras ou coercitivas sobre as iniciativas de ação coletiva que surjam no âmbito da instituição. Considerando o perfil institucional voltado para os movimentos sociais e a universidade sob preceitos de liberdade de pensamento e expressão, que tais iniciativas sejam reconhecidas para além de disputas políticas existentes na UFFS enquanto instituição.
	4.7 Implementar plano de estratégias para trabalhar a violência contra a mulher onde ocorre (campo e cidade).
	4.8 Apoiar, técnica e cientificamente, Audiências Públicas sobre reforma agrária.

Fonte: II COEPE, 2018.

7.4.1 Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial

Foi possível constatar inúmeras violações de direitos na grande região de abrangência da UFFS, desde o início das atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello (CRDHIR), especialmente contra pessoas com opções sexuais diferenciadas, militantes de movimentos sociais – destaque para o MST – e pessoas que dependem de programas sociais e de políticas públicas compensatórias.

Também foi possível dimensionar o quanto é preciso avançar em uma estrutura que seja capaz de dar respostas às angústias das pessoas que sofrem violações. Nesse sentido, sendo a UFFS a principal estrutura federal na Mesorregião Fronteira do Mercosul, lhe cabe o compromisso maior de fomentar a construção de uma estrutura que seja capaz de, além de fortalecer a luta pelos direitos humanos, capacitar o maior número de pessoas interessadas em contribuir nessa empreitada.

Até o presente momento foi possível construir uma proposta de oferecer Especialização em Direitos Humanos nos três estados, para aprofundar estudos na compreensão desses direitos e também dar visibilidade aos problemas mais cruciais

enfrentados na região, conciliando Ensino, Pesquisa e Extensão. Pela falta de recursos, apenas uma foi possível implementar, no Estado do Paraná, em andamento.

Teve início uma discussão para futuramente construir um Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, o qual poderia ser institucional, contando com a contribuição de docentes de todos os *campi* ou mesmo interinstitucional, aproveitando docentes engajados de outras instituições.

A partir da caminhada na luta em defesa dos direitos humanos, da experiência do CRDHIR, com o sonho de ver na UFFS um grande aparato de defesa dos direitos humanos, nos três estados do Sul, apresenta-se algumas ações que poderão ter andamento ao longo da vigência desse plano de desenvolvimento institucional:

1. Criar um programa de Extensão em direitos humanos, para abrigar os diversos projetos relacionados dando-lhes visibilidade e destinando bolsas específicas para esse programa.
2. Incentivar a organização de um grupo de estudos sobre os direitos humanos na Mesorregião Fronteira do Mercosul, para dar visibilidade às violações de direitos humanos que nela ocorrem.
3. Internamente, criar condições para ofertar um componente curricular (optativo) com validade de créditos para todos os cursos da Instituição.
4. Incentivar que os programas de Pós-Graduação abram espaço para a oferta de um componente curricular em direitos humanos.
5. Propor parceria com outras instituições públicas – federais, estaduais e municipais – comprometidas com a defesa dos direitos humanos, como institutos federais, procuradorias, Defensoria e outras, para o fortalecimento do Centro de Referência e sua ampliação.
6. Dar continuidade ao desenvolvimento de especializações em direitos humanos.
7. A partir do conjunto de ações propostas, incentivar a publicação de artigos, capítulos de livros e livros sobre o tema, dando visibilidade ao trabalho realizado e preparando quadros para um futuro Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos.
8. Incentivar a organização de um Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFFS ou em parceria com outras instituições.
9. Iniciar tratativas para a criação de um curso de Direito com ênfase em Direitos Humanos, Direito Público e Direito Internacional. A proposta é ter um curso que atenda ao mesmo tempo todos os *campi*, podendo utilizar recursos tecnológicos, como a telepresença, o que permitiria que tivéssemos um maior número de vaga. O curso seria presencial e poderia ser aproveitado o corpo docente de todos os

campi para formar o colegiado *multicampi*. A ênfase poderia ser dada em um semestre diferenciado em cada área, pela qual o aluno optaria.

7.5 Desenvolvimento regional, urbano e políticas públicas

Desde antes da sua concepção, a UFFS caracterizou-se como um projeto de ensino superior público e gratuito que partiu da leitura de uma realidade, que apontava a ausência de políticas estatais para o contexto regional e criticava um modelo excludente de desenvolvimento, sobretudo econômico, que privilegiava grandes centros, quase sempre no litoral, modelo este que se revelava também na localização de universidades públicas concentradas naquelas regiões.

Portanto, o desenvolvimento regional e urbano e as políticas públicas a eles associadas, temas sobre os quais se busca direcionar ações no âmbito da Universidade, devem antes de tudo, contribuir para o combate às diferenças na distribuição dos ônus e bônus da ação pública e privada sobre o território. A UFFS deve ter compromisso real com a investigação técnica e científica de modelos alternativos, adequado, sobretudo, às demandas das populações empobrecidas das periferias urbanas, das pequeninas cidades e das pequenas propriedades rurais. Deve por meio de sua formação questionar o padrão de acumulação da terra urbana e rural que não cumpre sua função social, por meio do incentivo à luta popular dos movimentos sociais do campo e da cidade pelos direitos à cidade, ao transporte, à moradia, ao saneamento básico, o direito às políticas de acesso à terra rural, ao subsídio para a economia agrícola familiar, ao resgate das culturas e saberes populares.

De fato, o desenvolvimento urbano e regional a ser defendido nas ações da Universidade não pode deixar de focar os projetos de uma reforma urbana e de uma reforma agrária. Os novos modelos, decorrentes desses princípios, precisam ser capazes de dar condições, aos egressos da UFFS e a outros beneficiados por suas ações, de superar as difíceis relações no campo e na cidade, as quais têm alijado os trabalhadores do pleno emprego, têm feito as regiões e cidades competirem de forma desigual por investimentos, têm aprofundado a dependência dos pequenos municípios no âmbito orçamentário e, ao mesmo tempo em que concentra o capital imobiliário e fundiário nas mãos de poucos, “escoa” para fora da região os capitais sociais, intelectuais e financeiros, comprometendo a sustentabilidade do território do ponto de vista social, ambiental e econômico.

Embora os modelos propalados como mais inovadores no campo do planejamento e da gestão de regiões e cidades defendam processos de participação ampliados aos diversos atores, o contexto das forças hegemônicas, sejam globais ou locais, revela, muitas vezes, que as arenas democráticas como fóruns, conselhos, conferências,

audiências públicas e consórcios têm dificuldade em fazer valer o interesse dos grupos menos dominantes em termos de forças econômicas. A pauta popular precisa estar presente. E, para que as instâncias institucionalizadas reflitam a força desse segmento, é necessário que os movimentos sociais não prescindam de sua luta na rua, na terra, mas que tenham a simultânea valorização e tomada de espaço nessas esferas democráticas. O papel da UFFS está em formar quadros capazes de ocupar tais espaços, de divulgar e monitorar suas ações, de pesquisar e publicar a respeito de sua efetividade e abertura às demandas populares, de modo a reforçar as agendas dos grupos e movimentos que precisam mais voz, lugar e poder nas decisões e frutos das políticas públicas construídas coletivamente.

Os modelos de gestão pública têm enfatizado processos inovadores seja no campo da participação, seja no da racionalidade técnica e social, da eficácia e eficiência das instituições, na transparência das ações entre outros. Alguns dos que passaram pela UFFS estarão nos próximos anos a ocuparem cargos na liderança de municípios e outras esferas e precisam, portanto, estar imbuídos de valores que coloquem os modelos a serviço do povo. Alianças em rede que articulem na base as forças que hoje não conseguem ter protagonismo local e regional são necessárias para que façam frente às dinâmicas que tendem a impor modelos exógenos e desconectados da realidade, o que abre um campo para investigação acadêmica sempre em atenção aos saberes das populações que há tempo vivem na região. A região da Mesorregião Fronteira do Mercosul é rica em experiências de associação, de cooperação que se evidenciaram inclusive na união em torno do projeto de universidade. São esses modelos que, embora já institucionalizados, revelam características que rompem com o centralismo e precisam servir de inspiração para outros que venham a ser experimentados e que superem clientelismos locais, disputas intrarregionais, dependências hierárquicas e outras características que convivem com problemas próprios do pacto federativo.

A universidade brasileira é rica em produzir estudos, análises e críticas aos modelos vigentes, inclusive de desenvolvimento e planejamento regional e urbano. Contudo, o mesmo esforço não repercute em dimensões iguais quando se trata de passar para um quadro propositivo. O compromisso da UFFS, também em virtude da crise contemporânea das universidades, é com o conhecimento socialmente útil capaz de repertoriar não só os quadros que formalmente passam pelos bancos da universidade, mas que extravase para a sociedade suas descobertas de maneira a impactar a redução da pobreza, das desigualdades, a melhora da qualidade de vida, o que se faz com base em alternativas aos modelos vigentes de desenvolvimento cujos efeitos perversos agudizam os problemas, sobretudo aos necessitados. A investigação acadêmica precisa priorizar, no campo da gestão, a economia solidária, o cooperativismo, passando por modelos de autogestão e também por soluções técnicas que reduzam

a dependência de insumos de fora do local, que questionem programas governamentais que introduzem recursos a serem aplicados sob modelos convencionais e que já mostraram serem pouco efetivos. Não se trata de negar a importância de aspectos tradicionais para aquilo que se constituiu como capital na região, mas de poder pensar alternativas dentro daquilo que já existe e fora também, sempre aproveitando as forças culturais que formam a identidade popular regional.

Quadro 17 - Síntese das discussões do fórum temático: Desenvolvimento regional, urbano e políticas públicas

Tópicos Agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Desenvolvimento regional e urbano com participação popular	1.1 Promover cursos de capacitação com participação popular nas instâncias de governança urbana e regional.
	1.2 Estimular a representação da UFFS em instâncias participativas do desenvolvimento regional e urbano.
	1.3 Discutir com os segmentos populares a sua compreensão acerca dos mecanismos e instrumentos de participação, bem como dos conteúdos discutidos nos processos de planejamento de forma a ampliar o empoderamento popular sobre as decisões das quais participa.
	1.4 Subsidiar a formação e consolidação de movimentos sociais que militem pelas causas urbanas populares de maneira que possam aumentar sua visibilidade e atuação, seja por canais institucionais de participação bem como outras formas de luta.
	1.5 Realizar debates sobre o desenvolvimento regional como o foco na construção de uma identidade e de um sentimento de pertencimento enquanto território.
	1.6 Ampliar os espaços de debate com a Comunidade Regional, no sentido de compreender as reais demandas da sociedade, de maneira a tornar a COEPE um fórum permanente.
2. Desenvolvimento regional e urbano e governança	2.1 Realizar junto aos conselhos responsáveis pelo desenvolvimento urbano nos municípios o acompanhamento da implementação dos instrumentos presentes no plano diretor que promovam a função social da cidade e da propriedade e que não foram implementados.
	2.2 Realizar acompanhamento, pesquisa e aplicação de metodologias para elaboração e avaliação da implementação de planos de desenvolvimento regional.
	2.3 Desenvolver estudos sobre modelos vigentes de desenvolvimento regional e difundir boas práticas sobre planejamento integrado entre os municípios da Fronteira Sul.
	2.4 Exercer papel de acompanhamento para que o compromisso de longo prazo nas gestões urbana e regional seja garantido, superando os vícios da gestão pública na descontinuidade quando das mudanças de mandato.
	2.5 Estimular e dar suporte à instituições e governanças capazes de planejar e atuar em prol de seu desenvolvimento, considerando aspectos sociais, ambientais e culturais, bem como, suas vocações econômicas.
	2.6 Realizar cursos e parcerias para projetos de capacitação técnica de servidores de prefeituras municipais/entidades governamentais em geral da área de abrangência da UFFS no âmbito do planejamento urbano/territorial (incluindo capacitação em Cartografia e Sistema de Informação Geográfica (SIG), cadastro técnico multifinalitário etc.).
	2.7 Desenvolver estudos para que os mecanismos de gestão pública facilitem o mapeamento e a formalização de microempreendedores individuais da região.
	2.8 Desenvolver estudos para que o sistema tributário seja aprimorado aumentando as receitas e consequentemente à ampliação do atendimento das políticas públicas.

Tópicos Agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
3. A produção do conhecimento sobre a região e o local como pauta prioritária de pesquisa	3.1 Desenvolver estudos que identifiquem problemas e oportunidades para o desenvolvimento regional.
	3.2 Fomentar a realização de estudos e pesquisas que analisem as dinâmicas de desenvolvimento territorial.
	3.3 Fomentar a criação ou a parceria com outras IES para de observatórios sobre as políticas urbanas e o desenvolvimento regional de forma a tornar público os resultados para que a população possa avaliar as ações governamentais.
	3.4 Buscar parcerias para pesquisas e outras modalidades quanto à implementação do Sistema de Informações Geográficas em municípios com base nas disponibilidades dos laboratórios da UFFS que trabalham com a temática.
	3.5 Incentivar projeto de extensão na área de Agricultura urbana para ocupação dos quintais privados para a produção de alimentação saudável, bem como estudo de criação de um cinturão verde para a produção de hortifrutigranjeiros de maneira sustentável.
	3.6 Tornar o Fórum de desenvolvimento regional e urbano ocorrido a partir da II COEPE permanente e frequente, de modo a acompanhar os processos na escala urbana e regional, aumentando e capitalizando o alcance popular das demandas e da participação.
	3.7 Ampliar a atuação da UFFS na elaboração de pesquisas, diagnósticos e apoio técnico aos produtores rurais e negócios em geral.
	3.8 Criar um programa de pesquisa para a elaboração de diagnósticos socioeconômicos do território para identificar as vocações econômicas, dificuldades e desafios, com o objetivo de subsidiar um plano de desenvolvimento de longo prazo.
	3.9 Debater a questão da distribuição da riqueza no território.
4. A universidade e a sociedade, juntas para o desenvolvimento regional e urbano	4.1 Integrar o plano de desenvolvimento e/ou diretor dos <i>campi</i> universitários ao planejamento urbano, como por exemplo, na questão de mobilidade.
	4.2 Promover eventos com as temáticas do Fórum de desenvolvimento regional, que devem atingir o público que não costuma vir até a universidade e para quem as ações governamentais implicam seu cotidiano;
	4.3 Refletir como as licenciaturas podem incorporar na formação de professores os conteúdos para a conscientização dos estudantes das escolas quanto às problemáticas urbanas e regionais e a participação social na definição das escolhas.
	4.4 Incorporar nos PPCs dos cursos as temáticas do desenvolvimento regional e urbano, buscando aprimorar a formação de profissionais que possam responder bem às demandas das cidades e da região.
	4.5 Promover a preservação de áreas de interesse ambiental no entorno da Universidade.
	4.6 Aprimorar a gestão ambiental do campus;
	4.7 Ofertar cursos/treinamentos, no âmbito da Extensão, para atores-chave e lideranças engajados nas iniciativas de desenvolvimento territorial.
	4.8 Focar ações da Universidade quanto ao apoio técnico para pequenas empresas e as pequenas propriedades rurais;
	4.9 Estreitar a relação da UFFS com as mídias locais e da região com o objetivo de divulgar os eventos/espacos de diálogo com a sociedade.
	4.10 Reforçar a atuação da UFFS, por meio de seus projetos, às pequenas agroindústrias, muitas delas localizadas no campo, com o objetivo de ampliar o desenvolvimento regional.
	4.11 Desenvolver e difundir metodologias capazes de envolver a participação efetiva de atores do território.
	4.12 Reconhecer a resistência da UFFS em ser aceita por alguns grupos locais e desenvolver estratégias para que a compreendam como um agente de política pública para o desenvolvimento da região.

Tópicos Agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
5. Os modelos alternativos ao desenvolvimento regional e urbano	5.1 Estimular a formação crítica a respeito dos modelos de desenvolvimento hegemônicos e a elaboração de modelos alternativos para a região.
	5.2 Desenvolver estudos e articular parcerias que destaquem as potencialidades e vocações econômicas da região com foco na agregação de valor.
	5.3 Priorizar estudos a respeito do papel exercido pela agricultura familiar e pelo cooperativismo.

Fonte: II COEPE, 2018.

7.6 Saúde coletiva/Saúde pública

A saúde coletiva no Brasil está fundamentada nos determinantes e nos condicionantes sociais do processo saúde-doença-cuidado. Em síntese, a questão social começou a emergir de dentro da própria saúde pública tradicional e a transcendeu definitivamente, dirigindo e orientando todas as políticas públicas para a sociedade, para a coletividade.

A saúde pública diz respeito à promoção de saúde, à busca por assegurar que o indivíduo tenha no seu território condições de vida que lhe permitam ter saúde. São conjuntos de ações sanitárias, de dever do Estado, que objetivam prevenir e combater doenças e evitem riscos à população.

A saúde coletiva surge a partir dos movimentos sanitários latino-americanos e no Brasil com o MRSB. Cabe a ela: a) a análise do processo saúde-doença-cuidado de uma coletividade; b) a transformação social, respeitando a história e a integralidade da atenção à população; c) a análise e os estudos das suas relações com o desenvolvimento político, econômico e social. De mais a mais, a saúde coletiva é um campo científico inter e transdisciplinar, composto principalmente pelas ciências sociais.

Em suma, a saúde coletiva constitui a estrutura do SUS, que preza pelo direito da população à saúde pública de qualidade, integral e equânime. Toda saúde pública é coletiva, mas nem toda saúde coletiva é pública.

Qual é o papel de uma universidade pública, popular e democrática na formação de profissionais de saúde? Especificamente na área da saúde, os projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição da UFFS tem como objetivos a formação de profissionais generalistas com capacidade crítica reflexiva e criativa, com base em princípios éticos, conhecimentos específicos, interdisciplinares, considerando o perfil epidemiológico e o contexto sociopolítico, econômico e cultural da região e do país, os quais devem contribuir para a concretização dos princípios e das diretrizes do SUS. O principal problema que deve nortear os processos formativos é: nós estamos formando profissionais de saúde comprometidos técnica e politicamente com o desenvolvimento local e regional e em defesa do SUS?

Considera-se que os problemas e desafios para a consolidação do SUS são os mesmos em diferentes espaços assistenciais da saúde, e um ponto que emerge é o papel da universidade, não só na formação acadêmica, profissional e intelectual dos estudantes, que são os futuros profissionais do SUS, mas como pode interferir de outras formas na melhoria do serviço de acordo com as necessidades do território e de sua população e, conseqüentemente, modificando a realidade social para além das necessidades de saúde.

A promoção de saúde está ligada diretamente às melhorias das condições de saúde e de estilos de vida de grupos populacionais específicos e vulneráveis, apoiando em atividades de educação em saúde e implementação de políticas públicas intersetoriais e interdisciplinares no intuito de impulsionar uma mudança no modelo assistencial. O que determina ou condiciona a saúde de uma população? A Comissão Nacional de Determinantes Sociais de Saúde (CNDSS) define os determinantes como “fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população.” Nesse contexto, cita-se como exemplo a alimentação saudável e de qualidade e o quanto ela pode impactar as condições de saúde de um indivíduo e de uma população.

Propõe-se que a Universidade produza pesquisas e debates, tendo o SUS como foco central, trazendo para si o papel fundamental de despertar a militância em prol da saúde pública, em defesa do direito universal à saúde.

É indiscutível o impacto na saúde humana e no meio ambiente causado pelo uso de agrotóxicos e transgenia, sendo importante que a UFFS desenvolva estudos, pesquisas e que busque identificar e conscientizar os consumidores para o entendimento dos riscos dos agrotóxicos e dos transgênicos na alimentação e no processo saúde e doença. Atualmente, a influência midiática e do marketing para venda de produtos alimentícios interfere negativamente nos modos de vida das pessoas de tal maneira que desconhecem e, às vezes, pouco se interessam em saber o que estão consumindo e quais os efeitos a curto, médio e longo prazo na saúde e no meio ambiente.

Nesse ínterim, destacamos que a UFFS, por sua história, estrutura, localização geográfica e compromisso social, deve direcionar forças no ensino, na pesquisa, na extensão e na cultura em defesa da promoção de saúde, inclusive através da alimentação saudável.

Quadro 18 - Síntese das discussões do fórum temático: Saúde Coletiva/Saúde Pública

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. A concepção de saúde pública x saúde coletiva	<p>1.1 Transcender a denominação do fórum de “Saúde Pública” para “Fórum de Saúde Coletiva”, uma vez que os termos não se tratam de sinônimos, pois é reconhecido que são campos distintos, que nascem em momentos históricos particulares e apresentam valores, projetos e compromissos diversos entre si.</p> <p>1.2 Integrar os cursos da área da saúde entre si e com as licenciaturas da UFFS e de outras instituições, como forma de garantir a atenção integral e coletiva.</p>
2. Educação e formação de profissionais de saúde	<p>2.1 Considerar a formação em saúde a partir da perspectiva do modelo de Atenção Primária à Saúde, com saberes compartilhados na construção de projetos de pesquisa, extensão e cultura.</p> <p>2.2 Fortalecer os conteúdos relativos à gestão dos sistemas e serviços de saúde em todos os componentes curriculares dos cursos da área da saúde da UFFS.</p> <p>2.3 Criar residências multiprofissionais em atenção primária à saúde.</p> <p>2.4 Utilizar ferramentas metodológicas que possibilitem desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e intervenção junto aos indivíduos e comunidades da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.</p> <p>2.5 Estimular, na formação, a percepção crítica e a participação dos estudantes nos diversos espaços de luta, comprometidos com a defesa do SUS.</p> <p>2.6 Criar fóruns de discussão relativos à saúde dos trabalhadores na agricultura da região.</p> <p>2.7 Trabalhar aspectos e habilidades comunicacionais com vistas à atenção de populações migrantes.</p> <p>2.8 Realizar movimentos extensionistas em momentos que propiciem a participação efetiva dos estudantes.</p> <p>2.9 Realizar programas de extensão de formação em línguas para as graduações de saúde, como forma de ampliar o acesso à saúde das pessoas não-ouvintes.</p>
3. Redes de atenção à saúde: articulação entre formação acadêmica, gestão e serviços do SUS e comunidade	<p>3.1 Contribuir na redução das fragilidades da atenção primária a saúde, partindo do fortalecimento dos vínculos interprofissionais na equipe de saúde e desta com os usuários do SUS.</p> <p>3.2 Qualificar a definição de indicadores de saúde que de fato representem o processo de trabalho e a resolubilidade da atenção primária, favorecendo o planejamento das ações de saúde.</p> <p>3.3 Viabilizar a implantação de ambulatório para gestações de alto risco para atendimento no nível regional.</p> <p>3.4 Trabalhar aspectos relativos aos cuidados paliativos e ações de oncologia integrado nos três níveis assistenciais.</p> <p>3.5 Elaborar propostas de pesquisa e extensão em gestão da saúde, para profissionais dos serviços.</p> <p>3.6 Coordenar grupos de estudo compostos por profissionais, estudantes, conselhos de saúde e outros, com a finalidade de discutir as Redes de Atenção à Saúde e sua implantação na região.</p> <p>3.7 Ampliar os canais de comunicação com os trabalhadores a partir da criação e apoio à formação de grupos de discussão sobre os aspectos da saúde do trabalhador;</p> <p>3.8 Promover debates para a implantação de ambulatório para atendimento à população LGBT e para os casos de hormonização.</p> <p>3.9 Incentivar as práticas de saúde junto às comunidades excluídas, como migrantes, indígenas, LGBT e pessoas em situação prisional, contribuindo para a redução da invisibilidade social.</p> <p>3.10 Formar grupo de trabalho propositivo tendo como tema o atendimento às mulheres vítimas de violências na região e apoiar a criação da Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência na região.</p> <p>3.11 Ampliar o desenvolvimento de estudos e trabalhos em âmbito inter e transdisciplinar com a saúde.</p>

Tópicos agregadores	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
4. Promoção de saúde com foco nos determinantes e condicionantes sociais	4.1 Construir espaços para articulações de práticas integrativas e complementares, com a finalidade de promoção da saúde e prevenção de doenças.
	4.2 Promover a sintonia entre os conceitos de saúde da população e da equipe profissional, buscando a mudança de paradigma, com foco na promoção de saúde.
	4.4 Pesquisar os efeitos do uso dos agrotóxicos e da agroecologia na saúde humana e divulgar os resultados para as comunidades regionais.
	4.5 Incentivar propostas alternativas com vistas à alimentação saudável, sobretudo livre de agrotóxicos.
	4.6 Propor ações de promoção de um envelhecimento saudável, foco em políticas regulatórias, mudanças comportamentais e atenção primária à saúde.
5. Conjuntura política e econômica: defesa do SUS e mobilização social	5.1 Atuar junto às comunidades fomentando os sentidos da saúde e apreensão do SUS como um bem comum e um direito humano da sociedade brasileira, envolvendo o resgate histórico das lutas pela conquista dos direitos sociais.
	5.2 Resgatar as propostas das conferências de saúde e participar na divulgação das conferências municipais e estaduais de saúde, promovendo interações entre os cursos e estimulando o debate sobre as temáticas relacionadas.
	5.3 Lutar pelo SUS gratuito, equânime e universal, estabelecendo parcerias e articulações com núcleos de militância pela saúde, que não é mercadoria.
	5.4 Realizar programas de extensão junto à educação básica com a finalidade de qualificar a gestão escolar e os professores sobre a importância do SUS, como estratégia de disseminação junto aos estudantes.
	5.5 Criar grupos de resistência em defesa das instituições federais e públicas que estão ameaçadas pelas políticas neoliberais.
	5.6 Incentivar a participação de estudantes, docentes e comunidade regional na participação e controle social do SUS através dos conselhos municipais de saúde.
6. Alimentos, Agrotóxicos e Saúde	6.1 Promover jornadas sobre alimentação saudável envolvendo a comunidade em geral, principalmente escolas, com orientação sobre a relação de alimentação com doenças e esclarecimento sobre as políticas públicas.
	6.2 Incentivar a participação dos acadêmicos na orientação de alunos e população sobre alimentação saudável e saúde.
	6.3 Promover a integração entre as diferentes áreas através de pesquisas e eventos sobre a produção de alimentos, meio ambiente e saúde da população.
	6.4 A UFFS deverá nos diferentes campos oferecer disciplina optativa sobre alimentos saudáveis, abordando aspectos relacionados à saúde e ao meio ambiente.
	6.5 Inserir nas dinâmicas de ensino (componentes curriculares/disciplinas) alternativas à dinâmica tradicional de produção de alimentos, com foco no fortalecimento da agricultura familiar, economia solidária e promoção do direito humano à alimentação e ao ambiente saudável.
	6.6 Ter a agroecologia como orientação para a formação de profissionais nas diferentes áreas preparados para o comprometimento com a saúde, o meio ambiente e as práticas saudáveis de alimentação.
	6.7 Ampliar nos cursos de Graduação e Pós-Graduação a temática da produção de alimentos saudáveis e os malefícios do uso de agrotóxicos para a saúde e o meio ambiente.
	6.8 Não permitir a participação de laboratórios (empresas) na organização e nos financiamentos de cursos ou encontros nas áreas de produção de alimentos, saúde e meio ambiente.
	6.9 Envolver agricultores, camponeses e populações tradicionais em atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade, para que possam interagir com a formação dos acadêmicos, desenvolvendo-se desta forma o diálogo com diferentes saberes.

Fonte: II COEPE, 2018.

8 POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: Tecnologia da Informação, ambiental, compras e contratações e comunicação

A evolução da concepção da formulação de planejamento passou por quatro fases distintas: **a primeira** era um planejamento financeiro básico, cuja premissa era o controle operacional, a realização do orçamento anual, com foco no funcional, ou seja, cumprir o orçamento; **a segunda** era o planejamento com base em previsão, na qual se busca um planejamento mais efetivo para o crescimento da instituição, com a utilização de análise ambiental, previsões plurianuais e alocação de recursos estáticos, sendo que o grande foco desses tipos de planejamento é o de prever o futuro; na **terceira** fase tinha-se um planejamento orientado para o exterior, sendo a resposta aos mercados e a competição externa os elementos centrais do planejamento, assim como avaliação de alternativas estratégicas e a alocação mais dinâmica dos recursos; e, atualmente, na **quarta** fase, os planejamentos são voltados à criação de vantagens competitivas, sendo que os processos de planejamentos flexíveis e criativos tem como foco criar o futuro (BETHLEM, 2003).

Segundo Pereira (2010)¹, no que se refere à conceituação de planejamento estratégico, o autor considera a evolução da previsão para criação de futuro um marco a

ser destacado. Mais recentemente o termo previsão se tornou menos usual e passou-se a utilizar os termos prospecção ou criação de futuro. É preciso imaginar o que a organização pretende ser e/ou alcançar no futuro para formular, no presente, as estratégias que levarão a organização a esse futuro imaginado, ou melhor dizendo, criado. “Obviamente, não é um exercício de adivinhações, mas sim um estudo reflexivo, multidisciplinar e sinérgico à luz das turbulências do ambiente de negócios em que a organização está inserida” (PEREIRA, 2010).

As conceituações mais atuais sobre planejamento trabalham com criação de futuro e não com previsão ou projeção de dados passados para o futuro. Contudo, ressalta-se que isso é mais usual para formulação de planejamentos estratégicos, de longo e médio prazos, como nas Conferências de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE), quando se pensa como gostaríamos que fossem as políticas estruturantes da UFFS e as linhas estruturantes de seu projeto político institucional; nos Planos Plurianuais, nos quais se estabelecem os objetivos, as metas e as prioridades institucionais e, em certa medida, no Plano de Desenvolvimento Institucional. Em planejamentos anuais (curto prazo), busca-se concretizar o futuro imaginado, traçando ações que contribuam para o alcance dos objetivos e das metas previstas. Contudo, no curto prazo não se abstém de utilizar outras técnicas de formulação, como revisão, projeção, predição, resolução de problemas.

Dessa forma, o planejamento estratégico, as Conferências de Ensino Pesquisa e Extensão e o Plano de Desenvolvimento Institucional estão relacionados com o longo prazo e dizem respeito ao propósito de ser e atuar de uma instituição. Já os Planos Plurianuais, que se desenvolvem em nível tático por meio de objetivos e metas, estão contemplados para um médio prazo. Entretanto, esses planejamentos aplicados isoladamente são insuficientes, pois, em regra, não contemplam ações imediatas e operacionais. Assim, é preciso que sejam considerados no processo de planejamento, de maneira integrada e articulada, todos os planos da organização – estratégicos (longo), táticos (médio) e operacionais (curto).

Para Silva² (2013), o conceito de planejamento tem evoluído com o passar dos anos e surgiu na busca de tentar organizar e controlar o futuro por meio de documentos elaborados, denominados planos. Conforme Drucker³ (1981), planejamento não diz respeito às decisões futuras, mas às implicações futuras das decisões presentes. Huer-tas⁴ (1996) corrobora essa visão ao destacar que um bom planejamento é uma aposta estratégica, o que é diferente de uma aposta sobre o destino, buscando influenciar os resultados futuros, ainda que não tenha total controle sobre os resultados de sua ação.

2 SILVA, Patrícia Maria Silva. Planejamento Estratégico Situacional: Uma proposta metodológica para implantação do projeto de internacionalização da Universidade Federal de Lavras. Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública. Orientador: Prof. Dr. José Roberto Pereira. Lavras-MG. 2013

3 DRUCKER, P. F. *Prática de administração de empresas*. São Paulo: Thomson Learning/Pioneira, 1981.

4 HUERTAS, F. *O Método PES – Entrevista com Matus*. São Paulo. Editora FUNDAP, 1996, 139 p.

Conforme Derek⁵ (1999), muitas instituições criam sistemas de planejamento sem fazer a diferenciação entre o presente e o futuro. Adotam abordagens ineficazes para fazer a transição entre o presente e o futuro, deixam de atender às necessidades de excelência de curto prazo e às mudanças de longo prazo. A UFFS produziu uma sistemática de planejamento que diferencia o presente (diagnósticos das necessidades e tradução dessas em planos de ações que compõem o planejamento anual) do futuro (Planos Plurianuais, Plano de Desenvolvimento institucional e Conferências de Ensino Pesquisa e Extensão). Além disso, a abordagem de interligação utilizada entre ações e objetivos (ou desafios, como no Plano Plurianual anterior, de 2012 a 2015) garante que o planejamento de curto prazo (presente) contribua para o alcance dos objetivos institucionais em longo prazo (futuro pretendido).

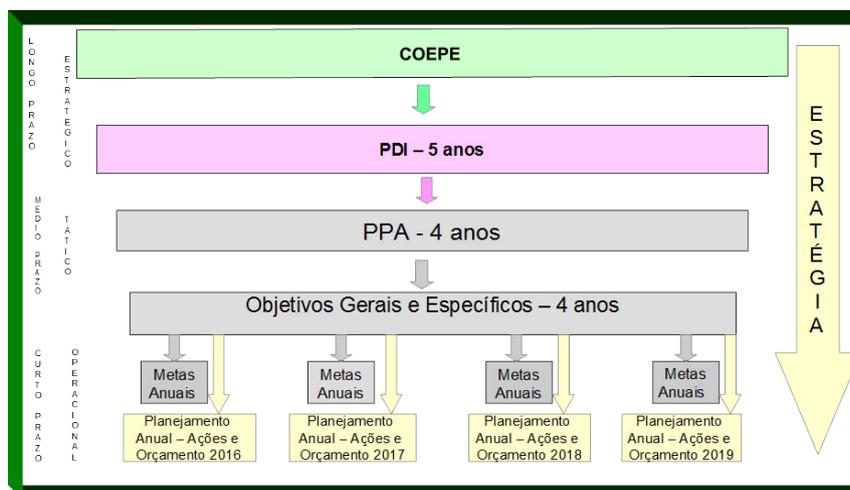
A resolução de problemas dentro da administração pública possui uma grande dimensão e importância, tanto que é a base para formulação do Planejamento Estratégico Situacional (PES). O PES constitui-se uma proposta de planejamento cujo objetivo principal é o problema, tendo como característica a integração das pessoas que concebem o planejamento com os aplicadores de estratégia, pois todos os envolvidos no processo de planejamento são fundamentais para seu sucesso. Além disso, é um processo que agrega perspectivas diversas (a política, a econômica e a social) na sua elaboração.

O planejamento estratégico situacional, desenvolvido pelo economista chileno Carlos Matus, propõe trabalhar com problemas, pois entende que a realidade é composta de problemas, oportunidades e ameaças. Essa categoria permite sintetizar a noção de explicação da realidade em suas múltiplas dimensões, e os atores do planejamento situacional precisam saber selecionar e identificar problemas reais (atuais e potenciais) e distinguir as causas de sintomas e consequências. Assim, muda-se radicalmente a prática convencional dos diagnósticos propostos em planejamentos tradicionais.

A resolução de problemas ou implementação de melhorias são questões iniciais para construção das ações expressas no planejamento anual da UFFS, assim como a oferta de serviços pelos diferentes setores da Universidade. Apresenta-se a Figura 6 para facilitar o entendimento das peças de planejamento institucionais utilizadas na UFFS.

.....
5 DEREK. A. F. Duplo Planejamento. *Revista HSM Management*, v. 3, n16, p. 106-114, set/out. 1999.

Figura 6: Peças de Planejamento Institucionais



Fonte: DPLAN/2017.

Ressalta-se que o Planejamento de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC) segue regulamentações específicas e devem ser contempladas por um período de dois anos em documento separado, sendo formulado e implementado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI).

Por fim, destaca-se mais uma característica do planejamento institucional da UFFS, a integração entre planejamento e orçamento. Conforme Ferreira et al. (2016)⁶, essa integração é vista por diversos autores da Administração Pública como fator condicionante para excelência na gestão das instituições, embora poucas publicações tenham sido elaboradas para compreender o efeito sinérgico desses instrumentos para além do cumprimento das formalidades legais e burocráticas. Do ponto de vista da eficiência no setor público, torna-se importante a integração entre planejamento e orçamento, uma vez que os recursos financeiros geridos pelas instituições públicas são escassos e não conseguem atender as necessidades da população como um todo.

Nessa direção, Stoner e Freeman (1995)⁷ ressaltam que o processo de planejamento fundamenta-se na determinação dos objetivos organizacionais e na escolha do caminho que conduza ao alcance desses objetivos. Logo, trata-se não apenas de um processo burocrático, mas sim estratégico, visando à formulação de ações de curto prazo que contribuirão para o alcance dos objetivos de longo prazo, o que requer uma precisa alocação orçamentária, evitando desperdícios e gastos que não contribuam com os objetivos institucionais e necessidades dos cidadãos usuários dos serviços prestados pela Instituição.

6 FERREIRA, Marco Aurélio Marques; REIS, Anderson de Oliveira; SEDIYAMA, Gislaine Aparecida Santana; SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira. **Integração entre Planejamento e Orçamento na Administração Pública Estadual: o Caso de Minas Gerais**. Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília, v. 19, n. 1, p. 03-22, jan./abr. 2016.

7 STONER, J. A. F. & Freeman, R. E. (1995). **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil.

Integrar os processos de planejamento e orçamento contribui para uma nova orientação da gestão pública em que a ação do Estado possibilita a oferta de serviços e produtos públicos de qualidade em um cenário de restrição orçamentária. Além disso, essa integração tem por finalidade mais do que suprir as deficiências de cada um dos processos individualmente, buscar um equilíbrio financeiro, econômico e social da ação do governo (CULAU, 2005)⁸.

Oliveira, Almeida e Guimarães (2006)⁹ relatam que nos orçamentos em que a alocação de recursos não atende ao planejamento é impossível a execução da estratégia. Portanto, o orçamento é o instrumento que torna viável, em curto prazo, a estratégia. Outra consequência da desvinculação entre planejamento e orçamento é a redução da transparência em relação aos gastos públicos, possibilitando que as escolhas da gestão pública se desencontrem dos anseios da sociedade.

8.1 Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE)

A Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) da UFFS foi realizada pela primeira vez entre junho a setembro de 2010, alguns meses após o início das atividades letivas da Universidade. Participaram da I COEPE aproximadamente quatro mil pessoas dos três estados que integram a região de abrangência da Universidade, envolvendo servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes da UFFS, professores da Educação Básica, docentes de outras instituições de ensino superior, lideranças políticas, organizações comunitárias e empresariais, sindicatos, cooperativas populares, movimentos sociais, ONGs e lideranças das comunidades indígenas. Tendo como tema “Construindo Agendas e Definindo Rumos”, a Conferência objetivou aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e regional sobre as políticas estruturantes da Universidade.

A COEPE revelou-se, ao longo dos anos, de suma importância para o processo de implantação e de consolidação da Universidade. **Ela orientou a construção das políticas institucionais para a Graduação, a Pós-Graduação, a Pesquisa e a Extensão que se encontram previstas neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).** Pode-se afirmar que a I COEPE definiu, a partir de um processo de construção coletiva, as linhas estruturantes do projeto político institucional da UFFS. Além disso, definiu os temas prioritários de investigação para criação de grupos e linhas de pesquisa, bem como para programas e projetos de Extensão e Cultura. Orientou também a oferta de cursos

8 CULAU, A. A. (2005). *Planejamento e Orçamento como instrumentos de gestão*. Gestão Pública no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FUNDAP: Casa Civil, p. 198-210.

9 ALMEIDA, B. & Guimarães, T. B. A gestão dos investimentos estratégicos. In: Vilhena, R., Martins, H. F., Marini, C. & Guimarães, T. B. (Orgs). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

de Especialização e a implantação de programas de Mestrado e Doutorado, bem como definiu as diretrizes e as ações prioritárias para o ensino de Graduação na UFFS.

O Documento Final da I COEPE foi aprovado na plenária da Conferência, consolidando-se como um dos principais documentos da nascente universidade. Esse legado positivo legitimou e consolidou a COEPE junto à comunidade acadêmica e regional, tornando-a reconhecida como um importante fórum de debates e proposições, assim como um espaço de participação democrática. Tendo em vista as dinâmicas que promoveu, os resultados que engendrou e a importância que adquiriu ao longo do processo de implantação da UFFS, a Conferência passou a ser proposta e defendida como atividade periódica e regular.

Assim sendo, o objetivo geral da COEPE é proporcionar um espaço de participação da comunidade acadêmica e regional na definição das políticas, diretrizes e ações prioritárias que devem orientar o planejamento institucional da UFFS para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Dessa forma, fortalece a cultura da participação no processo de avaliação e de planejamento das áreas acadêmicas da Instituição.

Essa cultura de participação aprofunda os debates sobre o projeto institucional da UFFS, particularmente sobre os seus compromissos institucionais enquanto universidade popular situada numa região de fronteira e fomenta a integração universidade-sociedade por meio da participação da comunidade regional nos processos de definição das diretrizes e ações institucionais.

A II COEPE, realizada em 2017, teve sessões em todos os *campi* da UFFS e seguiu metodologia parecida com a primeira, fortalecendo os princípios norteadores que deram origem à Instituição, a participação social, a democracia e a cultura da avaliação e do planejamento. A reedição consolida a própria conferência, enquanto uma dimensão estruturante da vida institucional da UFFS e um espaço de discussão sobre os grandes temas, agendas e ações que devem orientar o futuro da instituição.

Também primou, em especial, pelo aprofundamento dos debates sobre os principais desafios institucionais que se colocam para uma universidade popular situada numa região de fronteira e pelo fortalecimento da participação da comunidade acadêmica e regional na definição das diretrizes e ações prioritárias que devem orientar o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura no próximo quinquênio.

8.1.1 Etapas de construção da I COEPE

A Conferência foi organizada em três etapas fundamentais: a abertura, os fóruns temáticos e a conferência final. A abertura, primeira etapa, foi realizada em Chapecó, no *Campus* sede da Reitoria, no dia 16 de junho de 2010. A Conferência foi instalada

pelo Reitor da UFFS, seguida da entrega do Documento-base da I COEPE, da apresentação da metodologia e da palestra de abertura, proferida por conferencista convidado.

A segunda etapa foi realizada em cinco sessões, uma em cada *campus*: Chapecó, em 17 e 18 de junho; Erechim, nos dias 1º e 02 de julho; Realeza, nos dias 13 e 14 de julho; Laranjeiras do Sul, nos dias 15 e 16 de julho; e Cerro Largo, nos dias 22 e 23 de julho. A Conferência nos *campi* da UFFS teve dois momentos fundamentais: os fóruns temáticos propriamente ditos e os grupos de discussão.

No primeiro momento ocorreram as discussões entre a comunidade acadêmica da UFFS e as lideranças regionais, em torno dos seguintes temas:

1. Conhecimento, Cultura e Formação Humana;
2. História e Memória Regional;
3. Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação;
4. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Regional;
5. Energias Renováveis, Meio ambiente e Sustentabilidade;
6. Desenvolvimento Regional, Tecnologia e Inovação;
7. Gestão das Cidades, Sustentabilidade e Qualidade de Vida;
8. Políticas e Práticas de Promoção da Saúde Coletiva;
9. Educação Básica e Formação de Professores;
10. Juventude, Cultura e Trabalho;
11. Linguagem e Comunicação: interfaces.

Os onze fóruns temáticos foram realizados em todos os *campi* da UFFS. Por meio deles pretendeu-se aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e as lideranças regionais, com o intuito de definir as políticas e as agendas prioritárias nos campos da Pesquisa e da Extensão e as suas articulações com o Ensino.

Cada fórum teve cinco coordenadores, um por *campus*, os quais tiveram a tarefa de: (i) conceber, organizar e coordenar as diferentes sessões do Fórum; (ii) registrar, em formulário padrão da I COEPE, as principais discussões e propostas apresentadas pelos painelistas convidados; (iii) redigir, em conjunto, um único texto, em forma de artigo, com o intuito de sintetizar as principais proposições apresentadas ao longo das cinco sessões de cada fórum temático.

O segundo momento foi realizado por meio dos grupos de discussão, aos quais coube a tarefa de, a partir dos relatórios de cada um dos fóruns temáticos, sistematizar as contribuições e definir as ações que o *campus* entende serem prioritárias nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. As proposições de cada *campus* foram

registradas no próprio documento-base, que, na sequência, foi enviado à Comissão Geral de Sistematização da I COEPE, a fim de compor um único documento, a ser discutido e aprovado na Conferência Final, terceira etapa dos trabalhos, que aconteceu em Chapecó, nos dias 02 e 03 de setembro, com a discussão e aprovação do documento final.

O documento final da I COEPE sintetiza as deliberações havidas nesse importante espaço de interlocução sobre as prioridades da UFFS nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Resultado de um processo participativo, ele reflete o que as pessoas e as instituições envolvidas esperam construir na UFFS nos próximos anos.

O legado positivo da I COEPE legitimou conferência junto à comunidade acadêmica e regional, tornando-a reconhecida como um importante fórum de debates e proposições, assim como um espaço de participação democrática.

A COEPE visa aprofundar os debates sobre o projeto institucional da UFFS, particularmente sobre os seus compromissos institucionais enquanto universidade popular situada numa região de fronteira e fomenta a integração universidade-sociedade por meio da participação da comunidade regional nos processos de definição das diretrizes e ações institucionais.

Em sua primeira edição, realizada em 2010, a COEPE se propôs a “definir agendas e construir rumos”, num momento em que a instituição integralizava cerca de vinte por cento de seu quadro de servidores e de estudantes. O documento final evidencia a amplitude deste diálogo, tanto em volume de participação (que envolveu mais de quatro mil participantes e mais de duzentos painelistas, nos três estados de abrangência da UFFS), quanto dos conteúdos discutidos (envolvendo onze eixos temáticos, traduzidos nos textos sistematizados, com indicação de prioridades apreciadas pela Plenária Final). Seus resultados impactaram significativamente os rumos das políticas e das ações desenvolvidas nos anos subsequentes.

Em sua segunda edição, realizada no período de novembro de 2016 a março de 2018, a Conferência teve por foco “O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na perspectiva de uma Universidade Popular”. Trata-se, neste caso, de um processo de avaliação dos rumos assumidos pela Instituição ao longo dos anos que se sucederam à realização da I COEPE, além da discussão de novas perspectivas para o conjunto das áreas acadêmicas (Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura), tendo por foco a consolidação de um projeto de “*Universidade Popular*”.

8.1.2 Etapas de Construção da II COEPE

Os trabalhos de organização da II COEPE iniciaram em 2016, com a elaboração do Regimento, do Documento Referência e de um conjunto de outros subsídios e formulários.

De acordo com o Regimento aprovado, a II COEPE tem como objetivos:

- I – Envolver a comunidade acadêmica e regional na avaliação da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão, tomando como referência as políticas e as ações estabelecidas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura no Documento Final da I COEPE;
- II – Promover a cultura da participação no processo de avaliação e de planejamento das áreas acadêmicas da UFFS;
- III – Fomentar a integração universidade–sociedade e a participação da comunidade regional nos processos de definição das diretrizes e ações institucionais;
- IV – Construir as (novas) diretrizes e ações prioritárias que devem orientar o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura da UFFS de forma integrada no próximo quinquênio;
- V – Aprofundar os debates sobre o projeto institucional da UFFS, particularmente sobre os seus compromissos enquanto universidade popular situada numa região de fronteira.

A II Conferência foi organizada em quatro etapas fundamentais: (i) Pré-Conferência; (ii) Abertura; (iii) Sessões da Conferência em todos os *campi*; (iv) Plenária Final. A abertura foi realizada no dia 29 de março de 2017, no *Campus* Erechim. Em cada uma das etapas foram realizadas uma série de discussões e atividades, cabendo destaque para os fóruns temáticos (FT) realizados nos 06 (seis) *campi* da UFFS tinham como propósito debater os grandes temas que norteiam o projeto institucional da UFFS e propor as ações prioritárias nos campos do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Cultura que devem orientar a instituição nos próximos anos. Foram organizados fóruns temáticos (FTs) em cada *campus*, cabendo a cada um realizar ao menos 08 (oito) dos fóruns abaixo relacionados:

- I. Agricultura familiar e agroecologia;
- II. Meio ambiente e sustentabilidade;
- III. Gestão, cooperativismo, economia solidária e políticas públicas;
- IV. Desenvolvimento regional, urbano e políticas públicas;
- V. Saúde pública/ saúde coletiva;
- VI. Tecnologia, inovação e desenvolvimento social;
- VII. Educação;
- VIII. Conhecimento, currículo e interdisciplinaridade na perspectiva da universidade popular;
- IX. Ações afirmativas, inclusão e evasão;
- X. Mobilidade acadêmica e internacionalização;
- XI. Direitos humanos e cidadania;
- XII. Consolidação e expansão da Universidade.

Os FTs foram realizados por meio de mesas-redondas, plenárias, grupos de discussão e demais metodologias participativas. Os trabalhos foram norteados pelo Documento Referência com Indicadores da UFFS 2010-2016. Cada FT foi coordenado por um servidor da UFFS e contou com, no mínimo, dois relatores vinculados à Universidade. Também fizeram parte painelistas convidados, que são membros de movimentos sociais e sindicais, ONGs, de entidades civis, de instituições públicas federais, estaduais e municipais, de empresários, de grupos de pesquisa, professores pesquisadores e outros, definidos pelos coordenadores responsáveis pelos fóruns em conjunto com a Comissão Organizadora Local. Os painelistas orientaram as suas exposições no sentido de apresentar considerações acerca da materialização da Extensão e Cultura e/ou Pesquisa e/ou Ensino de uma Universidade Popular nos próximos anos.

Após a realização dos FTs, a Comissão de Sistematização Geral consolidou as contribuições e finalizou a versão final do Documento Base da II COEPE, posteriormente analisado e aprovado na Plenária Final realizada entre os dias 14 e 15 setembro de 2017.

8.2 Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual da UFFS (PPA-UFFS 2016-2019), com vigência de quatro anos, é um dos instrumentos de planejamento institucional que define as responsabilidades institucionais traduzidas em objetivos gerais, específicos e metas.

Os objetivos e a missão da UFFS correspondem à competência institucional e às principais responsabilidades ou atribuições a serem executadas para atender as demandas dos seus beneficiários diretos e indiretos, contempladas pela Lei de Criação da Instituição e pelo seu Estatuto.

As principais responsabilidades da UFFS aparecem, em essência, no âmbito de suas atividades-fim: **o Ensino**, cujo foco é a formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; **a Pesquisa** e as atividades criadoras em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural e ambiental, empreendendo ações que busquem alternativas e soluções; **a Extensão** universitária, visando ao aperfeiçoamento da organização social e ao desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia e da política.

Para organização, acompanhamento, gestão e atendimento dessas grandes responsabilidades, estas são traduzidas em grandes linhas de atuação que, no atual planejamento, formam os objetivos gerais e os objetivos específicos, apresentados no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 da UFFS.

O PPA da UFFS é um instrumento de planejamento que estabelece de forma unificada as situações futuras a serem criadas e os resultados que desejamos auferir ao fim de um período de 4 anos. Para isso, os desdobramentos do PPA (objetivos, objetivos específicos e metas) complementado pelo Planejamento Anual (ações) representam a estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais, pactuadas com a comunidade universitária e equipe diretiva da UFFS. Na sequência, são apresentados os conceitos dos elementos que compõem o PPA 2016-2019 da UFFS.

- **Objetivo geral:** É a orientação estratégica que tem como base as grandes responsabilidades institucionais e a missão da UFFS. Os objetivos gerais expressam as transformações necessárias no atual nível de desenvolvimento acadêmico e administrativo da Instituição e as situações a serem alteradas. Contemplam as prioridades definidas pela comunidade universitária e são traduzidas em objetivos específicos, metas e ações orçamentárias e ações não orçamentárias.
- **Objetivos específicos:** São as transformações necessárias ao desenvolvimento institucional definidas nos objetivos gerais e apresentadas de forma detalhada, por áreas afins, demonstrando claramente o que se pretende alcançar.
- **Metas:** Definem as etapas de forma mensurável (quantitativa ou temporal) para o alcance dos objetivos específicos.
- **Ações orçamentárias:** São traduzidas na prática e representam aquilo que de fato será desenvolvido ao longo de um ano e que dispendem recursos financeiros. Relacionam-se com o desempenho das atividades institucionais no nível da eficiência. Busca-se, com essas ações, a otimização no uso dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues. As ações orçamentárias são anuais, respeitando o princípio da anualidade do orçamento público e estão presentes apenas nos planejamentos anuais.
- **Ações não orçamentárias:** Representam, na prática, aquilo que, de fato, será desenvolvido ao longo de um ano e que não depende de recursos financeiros. Relacionam-se com o desempenho das atividades institucionais no nível da eficácia e da efetividade, estando presentes nos planejamentos anuais.

Com o PPA pretende-se viabilizar a estratégia de atuação da UFFS diante da missão e do conceito proposto: universidade pública, popular e gratuita, como elemento fortalecedor e indutor do desenvolvimento local e regional. Além disso, busca um melhor desempenho da administração da instituição no alcance de suas prioridades e metas.

8.2.1 Etapas de construção do PPA 2016-2019

Em outubro de 2015, a PROPLAN apresentou aos representantes de cada um dos setores da UFFS uma proposta do PPA para contribuições e sugestões. Até maio de 2016, os *campi* produziram suas contribuições e encaminharam à PROPLAN, que, durante os meses de junho, julho e agosto, as sistematizou, produzindo novas reuniões para a apreciação. Em setembro de 2016, foi possibilitado à comunidade universitária, por meio de questionário, que opinasse sobre o grau de importância (itens a classificar: muito importante, importante, pouco importante e deixar para depois de 2019) de cada um dos objetivos específicos e seus conjuntos de metas descritos no PPA 2016-2019.

Durante o início do mês de outubro de 2016, a PROPLAN produziu uma avaliação das contribuições, atribuindo nota para cada uma das alternativas: muito importante (10 pontos), importante (7,5 pontos), pouco importante (5 pontos) e deixar para depois de 2019 (-5,00). Assim, foi possível produzir uma classificação dos objetivos específicos pelo grau de importância para a comunidade universitária. Utilizando essa classificação, produziu-se também uma previsão de investimentos com base em três cenários de disponibilidade orçamentária para obras e infraestrutura (8 milhões, 15 milhões e 30 milhões)¹⁰.

8.2.2 Objetivos e metas de gestão para o quinquênio 2019-2023

Os objetivos gerais e específicos previstos no Plano Plurianual 2016-2019 que não serão possíveis de se concretizarem devido ao prazo, puderam ser estendidas até 2023, contemplando o tempo de realização deste Plano de Desenvolvimento institucional. Dentre os objetivos e as metas postergados, destacam-se os que envolvem obras e exigem significativos recursos financeiros para concluí-los. Todos os objetivos e metas pensados para o quinquênio podem ser visualizados no Anexo I deste documento.

8.3 Planejamentos anuais

Com o propósito de viabilizar a implementação dos objetivos de gestão da UFFS constantes no PPA, das políticas definidas pelo PDI e das diretrizes da COEPE, tem-se o planejamento anual composto pelas ações institucionais que orientam a definição de prioridades e auxiliam na promoção do desenvolvimento da universidade.

Tais documentos (PPA, PDI e COEPE) são utilizados como orientação para o desenvolvimento do Planejamento Anual da UFFS, composto pelas ações orçamentárias

10 O Plano Plurianual 2016-2019 da UFFS pode ser visualizado no seguinte link: <<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/planejamento/plano-plurianual>>

e não orçamentárias de todos os setores da Instituição, incluindo as unidades acadêmicas e administrativas. Os setores, de acordo com o perfil e as características de liderança de seus gestores, têm liberdade para desenvolver ações para o ano seguinte, devendo observar as políticas e deliberações dos órgãos colegiados e as portarias, normas e resoluções da administração superior, além dos três documentos de planejamentos citados.

A PROPLAN, dentro de suas competências institucionais, busca coordenar os planejamentos setoriais, visando facilitar a comunicação e o entendimento da comunidade acadêmica acerca do que está sendo previsto para o próximo ano. Para possibilitar esse entendimento é solicitado, anualmente, que os setores traduzam seus planejamentos para um modelo unificado e de fácil compreensão. O modelo adotado é o Plano de Ação, por ser uma ferramenta que detalha as atividades a serem realizadas, proporciona a coordenação do desenvolvimento institucional, facilita a integração com o orçamento da Instituição e atrela as ações planejadas aos objetivos gerais, específicos e metas previstas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

O Plano Anual é composto pelas ações desenvolvidas pelos setores da Instituição e representa o planejamento anual da UFFS, sendo encaminhado ao CONCUR e CONSUNI para discussão, análise e aprovação.

Conforme o art. 26 da Resolução Nº 5/2013 – CONSUNI/CA, “o Planejamento Anual será elaborado a partir da definição de ações pelos setores administrativos e órgãos acadêmicos colegiados, sistematizados pelo *Campus* e pelos setores da Reitoria, sem prejuízo da elaboração por comissões as quais a PROPLAN solicitar”. Ressalta-se que a resolução citada define que o planejamento anual da UFFS deve ser composto por ações.

Ressalta-se que nas orientações de elaboração do plano de ação, feitas pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), consta que a ação pode ser proposta para resolução de uma dificuldade (problema), um serviço/produto a ser entregue à comunidade ou a otimização/melhoria de um conjunto de atividades desenvolvida por um setor.

Destaca-se que no planejamento é apresentado conjuntamente a proposta orçamentária. Assim, ao possibilitar uma linguagem unificada nas relações entre essas duas peças, permite-se a desejada e preconizada integração entre o planejamento e o orçamento.

8.3.1 Etapas de construção do Planejamento Anual

A construção do planejamento anual da UFFS inicia-se com o acompanhamento das metas previstas no PPA. Nesse momento procura-se identificar as metas não atingidas e as ações que contribuirão para o alcance dessas.

Com a publicação do Projeto de lei Orçamentário Anual (PLOA), o que geralmente ocorre em agosto, no qual constam os possíveis créditos orçamentários que cada instituição receberá no próximo ano, é possível iniciar o planejamento das ações orçamentárias nas quais serão contempladas as despesas essenciais para o funcionamento da UFFS no próximo ano.

Dessa forma, a PROPLAN solicita aos setores da Reitoria e dos *campi* da Universidade que façam um levantamento de suas demandas orçamentárias (ações orçamentárias) e atividades não orçamentárias que gostariam de realizar no próximo ano. Inicialmente, são analisadas as demandas de custeio gerenciadas pela Reitoria, incluindo um conjunto de despesas essenciais para o funcionamento dos *campi*, como: i) os serviços continuados (água, luz, telefonia etc.); ii) os contratos de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, manutenções, etc.), que totalizaram os valores apresentados nos planos das pró-reitorias e secretarias especiais.

Essas demandas orçamentárias são encaminhadas à PROPLAN para análise e compatibilização com os créditos orçamentários previstos. Em seguida iniciam-se os esforços de priorização das atividades essenciais, conforme definidos nos documentos institucionais COEPE, PDI, PPA, como a manutenção dos cursos de Graduação, dos serviços terceirizados, o funcionamento dos restaurantes universitários, as bolsas e os auxílios aos estudantes etc.

Ressalta-se que, além das despesas essenciais de custeio, há um conjunto de ações de investimentos previstas nos planos da Reitoria, mas também destinadas aos *campi*. Assim, a definição desses valores é pactuada com os *campi*, como é o caso dos investimentos em obras, livros, aquisição de bens permanentes (mobiliário, equipamentos de laboratórios etc.). Os recursos previstos em editais de Pesquisa, Ensino e Extensão também estão previstos nos planos das pró-reitorias da área-fim.

Após a definição de todas as despesas essenciais para funcionamento da UFFS, é determinada a cota orçamentária discricionária para os *campi* planejarem suas despesas por ações: 001 – Viagens de Estudos; 002 – Organização e gestão de eventos Acadêmicos; 003 – Gestão das Atividades e Serviços; 004 – Aquisição de Materiais de Consumo para os Laboratórios; 005 – Aquisição de Materiais de Consumo para as Áreas Experimentais; 006 – Organização dos eventos de capacitação dos professores; 007 – Apoio aos Docentes para participação em eventos científicos; 008 – Apoio aos Discentes para participação em eventos científicos (Resolução 14/2016 – CONSUNI).

Os valores são direcionados aos *campi* de acordo com a matriz de distribuição orçamentária que foi desenvolvida baseada na matriz-orçamento de custeio e capital utilizada pelo MEC para distribuição de recursos entre as universidades federais e ainda na matriz de distribuição orçamentária implantada pela Universidade de Brasília (UNB).

Dessa maneira, após a elaboração de uma primeira versão, a matriz foi encaminhada à equipe de dirigentes da UFFS (Reitoria e *campi*), que, após uma série de reuniões, fechou, em comum acordo, as seguintes variáveis: Professor equivalente, Professor Titulação, Estudante Equivalente Graduação, Estudante Pós-Graduação e Residência Médica, Conceito Curso Graduação, Bolsistas e Voluntários, Envolvimento em Pesquisa, Envolvimento em Extensão e STAE equivalente.

Depois de aplicada a matriz, cada *campus* passou a contar com um orçamento por natureza de despesa que é desconcentrada, porém o valor total dos recursos é que se apresenta como o valor mais relevante, visto que o planejado do *campus* é livre dentro do limite total. O processo de planejamento em cada *campus* é conduzido pela sua direção.

Após o encaminhamento das demandas dos *campi*, a PROPLAN organiza a peça de planejamento institucional a ser encaminhada ao CONSUNI. Nessa peça é demonstrado para qual objetivo de gestão, previsto no Plano Plurianual, a ação elaborada contribui. Além disso, é demonstrada a fonte de recurso orçamentária (Ações: 20RK – Funcionamento; 20GK – Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão; 4002 – Assistência Estudantil; 4572 – Capacitação de Servidores Públicos; 8282 – Reestruturação e Expansão) para cada um dos gastos previstos nos planos de ação. Também são apresentadas as descrições de cada uma das ações e, após a peça de planejamento ser finalizada, é encaminhada ao CONCUR para parecer e ao CONSUNI para aprovação.

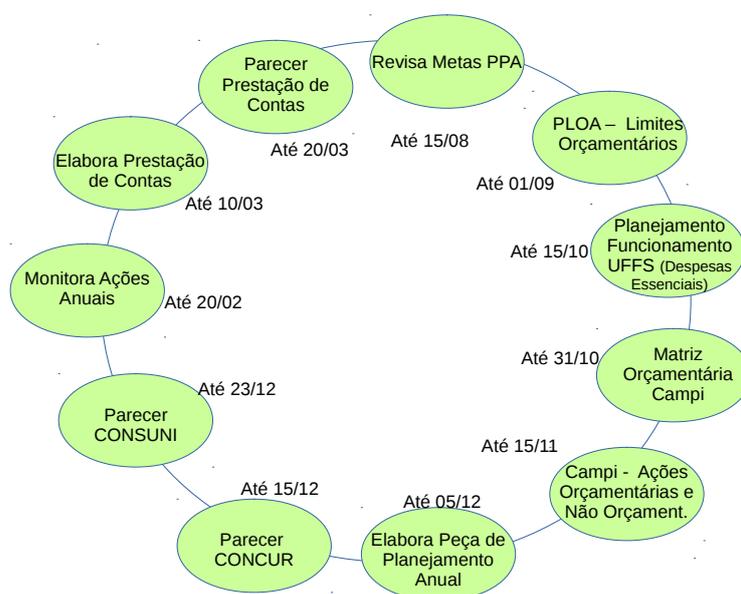
A partir do planejamento do ano de 2018, a PROPLAN pretende apresentar o orçamento subdividido por centros de custo que atualmente consistem em Reitoria e cada um dos *campi*. A partir de então também será possível apresentar alguns dados da execução de períodos anteriores, visto que desde o decorrer de 2016 vêm sendo construídas informações de gastos para esses centros de custo.

Em julho de cada ano deverá ser realizado o acompanhamento parcial da execução dos planos de ação. Esse acompanhamento, tanto parcial quanto final, consiste na avaliação dos responsáveis pelos planos de ação que devem informar o *status* de execução de cada ação (executada, cancelada, prorrogada, etc.), bem como as dificuldades encontradas e os impactos positivos proporcionados pela realização da ação planejada.

Finalizado o ano, inicia-se o processo de prestação de contas e avaliação do planejamento. Na avaliação é feito um levantamento das ações executadas, parcialmente

executadas, canceladas ou transferidas para o os próximos anos, bem como um diagnóstico dos pontos positivos e negativos que impactaram a execução da ação. Já a prestação de contas engloba um conjunto mais amplo de informações que envolvem não só o planejamento, mas também execução e desempenho orçamentário, governança, gestão de riscos e controles internos, gestão de pessoas e de patrimônio, relacionamento com a sociedade, desempenho financeiro e informações contábeis, conformidades de gestão e atendimento das demandas de órgãos de controle, entre outras.

Figura 7: Etapas de Elaboração, Acompanhamento e Avaliação do Planejamento Anual



Fonte: DPLAN, 2018.

8.3.2 Indicadores de desempenho institucional

Na UFFS alguns indicadores são considerados estratégicos e precisam estar alinhados aos objetivos, às metas e ações constantes neste PDI, no PPA e nos planos anuais. Até 2015, a Instituição fazia uso dos indicadores exigidos pelo TCU na Decisão Normativa nº 408/2002. Em 2016, foi elaborado um rol de 20 indicadores a serem monitorados. Além dos indicadores do TCU, foram incluídos outros indicadores institucionais. Cada indicador escolhido foi classificado de acordo com os níveis: eficiência, eficácia e efetividade. No painel de indicadores da UFFS foram elencados: 4 indicadores de efetividade; 9 indicadores de eficácia e 7 indicadores de eficiência.

A metodologia escolhida para o monitoramento dos indicadores na UFFS foi o *Balanced Scorecard* (BSC). Os indicadores foram classificados sob quatro perspectivas: sociedade, aprendizado e crescimento, processos internos e orçamento. Foi possível correlacionar essas perspectivas às dimensões do SINAES (organização institucional, corpo docente e instalações) e aos objetivos institucionais. Para monitorar efetivamente

os indicadores, foram escolhidos os mais relevantes, alinhados à missão da UFFS. Nesse rol, foram incluídos os indicadores do TCU, o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o desempenho de estudantes, obtido a partir dos resultados do Enade, que são indicadores utilizados pelo MEC/INEP.

As etapas para construção do painel de indicadores foram feitas de forma colaborativa, conforme descritas a seguir:

Etapa 1 – Definição da arquitetura de indicadores;

Etapa 2 – Análise dos objetivos institucionais;

Etapa 3 – Elaboração do mapa estratégico da UFFS e construção do painel de indicadores.

O Quadro 19 apresenta o painel dos indicadores balanceados da UFFS, cujos resultados são divulgados no sítio institucional anualmente.

Quadro 19 - Painel de Indicadores Balanceados e Monitorados - UFFS

BSC- Perspectivas	Dimensões do Sinaes (a numeração corresponde à classificada pelo INEP)	PDI/PPA – Objetivos Gerais	Indicadores	Nível	Utilização	Informações
Sociedade <i>Para realizar a nossa missão como devemos parecer à comunidade interna e regional?</i>	1. Missão e PDI 2. Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão 3. Responsabilidade Social da IES 4. Comunicação com a sociedade 8. Planejamento de avaliação.	1. Desenvolvimento do Ensino de Graduação 2. Desenvolvimento da Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> 3. Desenvolvimento da Pós-Graduação <i>lato sensu</i> 4. Desenvolvimento da Pesquisa Científica, da Tecnologia e da Inovação 5. Fortalecimento da Produção Científica e Tecnológica institucionais 6. Desenvolvimento da Extensão 7. Desenvolvimento da Cultura 8. Fortalecimento da divulgação da UFFS	1. Grau de participação estudantil		TCU	PROGRAD
			2. Grau de envolvimento (discente) com a Pós-Graduação		TCU	PROPEPG
			3. Conceito CAPES/ MEC para a Pós-Graduação		TCU	PROPEPG
			4. Taxa de sucesso na Graduação		TCU	PROGRAD
			5. Índice geral de cursos avaliados da Instituição		INEP	PEI
			6. Grau de participação de bolsistas e voluntários		Institucional	PROGRAD/ PROPEPG/ PROEC
			7. Taxa de alunos envolvidos nos processos de internacionalização		Institucional	AAI
			9. Políticas de atendimento aos estudantes.	10. Permanência do estudante de Graduação	8. Taxa de atendimento de alunos com vulnerabilidade social	
	Aprendizado e crescimento <i>Para realizar a nossa missão, como mantemos nossa capacidade de mudar, melhorar e inovar?</i>	5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo	11. Gestão Universitária para Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura	9. Índice de capacitação de servidores		SIMEC
10. Índice de participação de servidores em ações de saúde e qualidade de vida					Institucional	PROGESP
11. Índice de qualificação do corpo docente					TCU	PROGESP

Processos Internos <i>Para satisfazer à comunidade acadêmica, em que processos devemos ser excelentes?</i>	6. Organização de Gestão da IES	12. Desenvolvimento da Pesquisa Científica, da Tecnologia e da Inovação	12. Grau de produtividade da Pesquisa Institucional		Institucional	PRO-GRAD/ PROPEPG	
			13. Grau de envolvimento com a Pesquisa		Institucional	PROPEPG	
	13. Gestão Universitária para Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura			14. Índice de aluno de Graduação em tempo integral por professor equivalente		TCU	PRO-GRAD/ PRO-PEPG/ PROGESP
				15. Índice de aluno em tempo integral por funcionário equivalente		TCU	PRO-GRAD/ PRO-PEPG/ PROGESP
				16. Índice de funcionário equivalente por professor equivalente		TCU	PRO-GRAD/ PRO-PEPG/ PROGESP
Orçamento <i>Como devemos proceder para alcançarmos a eficiência na utilização dos recursos públicos?</i>	10. Sustentabilidade financeira.	14. Gestão universitária para apoio ao Ensino, à Pesquisa, Extensão e Cultura.	17. Custo corrente por aluno equivalente (R\$)		TCU	PRO-GRAD/ PRO-PEPG/ PROPLAN	
			18. Custo de Investimento por aluno (R\$)		Institucional	PROPLAN	
			19. Taxa de recursos financeiros empenhados x liberados		Institucional	PROPLAN	
	7. Infraestrutura física.	15. Manutenção e adequação da infraestrutura. 16. Implantação, expansão e reestruturação da infraestrutura.	20. Taxa de manutenção (predial e móveis) %		Institucional	PROAD	

Fonte: PROPLAN/DPLAN/DAES/UFGS, 2019.

Cada indicador escolhido foi classificado de acordo com os níveis: eficiência, eficácia e efetividades, sendo:

Efetividade (azul): capacidade de promover os impactos pretendidos; foco nas mudanças permanentes geradas; indica se os objetivos institucionais foram atingidos e ensina a realizar a coisa certa para transformar a situação existente.

Eficácia (amarelo): capacidade de alcançar as metas definidas para uma ação ou projeto; tem foco nos resultados; indica o que foi feito e ensina a fazer certo.

Eficiência (verde): competência para produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; tem foco nos processos; indica como foi feito e ensina a fazer certo.

8.4 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação, gerenciado pela Secretaria Especial de Tecnologia e Informação (SETI), que objetiva o atendimento das necessidades de informação para a UFFS. Para alcançar esse objetivo, as estratégias e os planos de ação de TI devem estar alinhados às estratégias organizacionais. O PDTIC orienta a aplicação de recursos de TI, associando-o com os objetivos estratégicos institucionais e visando à racionalização, padronização e economicidade.

A SETI é um órgão suplementar ligado ao Gabinete do Reitor e sua missão é “Prover soluções de tecnologia, informação e comunicação com eficiência e eficácia para a comunidade acadêmica da UFFS”.

Os objetivos estratégicos da SETI são:

- Buscar a eficiência da gestão e dos serviços com apoio de Tecnologias de Informação (TIC);
- Buscar a integração de soluções de TIC no âmbito da UFFS e com o Governo Federal;
- Disponibilizar serviços, processos e documentos prioritariamente em meio digital;
- Prover soluções tecnológicas para salvaguardar a memória institucional;
- Desenvolver continuamente competências técnica e gerencial nas equipes de TIC e gestão arquivística;
- Adequar continuamente as equipes de TIC e gestão arquivística de documentos digitais e não digitais às necessidade institucionais;

- Melhorar continuamente os processos, os sistemas e a infraestrutura de TIC;
- Promover o uso de software livre e de novas tecnologias na UFFS.

8.5 Política de Gestão Ambiental

A Universidade Federal da Fronteira Sul tem por objetivos fomentar práticas sustentáveis de produção e de consumo no âmbito da formação acadêmica, do planejamento e da funcionalidade institucional. Entre os princípios norteadores institucionais, consta a preocupação da criação de uma Universidade “comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região Sul do Brasil”.

Nesse contexto, no âmbito administrativo, a UFFS tem se preocupado em promover a sustentabilidade e atender às legislações sanitárias e ambientais. Em 27 de setembro de 2016, por meio da Portaria 40/GR/UFFS/2016, foi nomeada a comissão responsável pela revisão, pelo monitoramento e pela avaliação do Plano de Logística Sustentável (PLS).

O PLS prevê ações sustentáveis em consonância com a Instrução Normativa nº 10 de 2012, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Dessa forma, as ações foram organizadas em 8 grupos: Atualização do Inventário; Compras e Contratações Sustentáveis; Materiais de Consumo; Energia Elétrica; Água e Esgoto; Resíduos Sólidos; Qualidade de Vida no Trabalho e Deslocamento de Pessoal. Relacionado aos temas foram definidas 57 ações para o período de 2016 a 2020.

Dessas 57 ações, aproximadamente 80% delas foram executadas ou estão em execução. Verificou-se pelo PLS que muitas ações resultaram em economicidade para a Instituição, a exemplo dos ganhos com o replanejamento dos contratos com internet, a revisão dos contratos com racionalização e redimensionamento dos serviços terceirizados e novos contratos em telefonia.

Em 2019, será organizado novo Plano de Logística Sustentável para o exercício de 2020 a 2024. Nesta construção será avaliada a possibilidade de inserção de todas as atividades da gestão ambiental, de forma que os gestores possam acompanhar o andamento das ações.

Na gestão dos resíduos, a UFFS elaborou, em 2018, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos *campi*. Um trabalho realizado por docentes, discentes e técnicos administrativos com envolvimento na área. Inicialmente realizou-se o diagnóstico da gestão dos resíduos considerando aspectos da segregação, do acondicionamento, transporte, armazenamento e da destinação final. O diagnóstico culminou com a mensuração dos resíduos gerados por 7 dias consecutivos, caracterizando, assim,

as principais classes geradas na Instituição. Posteriormente, elaborou-se o plano de ações para corrigir eventuais não conformidades do manejo e propor novas ações.

Na gestão dos recursos hídricos, a UFFS realiza o tratamento e controle de qualidade da água dos seus poços de abastecimento (*Campus* Chapecó, Erechim e Laranjeiras do Sul). Semanalmente há o processo de desinfecção da água por cloração com o monitoramento do cloro na rede e mensalmente realiza-se a análise dos parâmetros pH, cor, turbidez e coliformes. Essas atividades são realizadas com referência na Portaria nº 2914 de 2011 do Ministério da Saúde. Com relação ao tratamento de efluentes, a UFFS trata-os em estações próprias nos *campi* Cerro Largo, Erechim, Chapecó e Laranjeiras do Sul; nos *campi* Realeza e Passo Fundo, a coleta e o tratamento é realizado por serviços contratados pelo município. O Departamento de Gestão Ambiental e as Assessorias de Infraestrutura e Gestão Ambiental monitoram a qualidade dos efluentes, conforme orientação da Resolução CONAMA nº 430, de 2011, e demais legislações estaduais. Para as atividades de manutenção e operação das ETEs, a UFFS optou pela contratação de empresa terceirizada com responsável técnico para acompanhar todo o processo de gestão.

Além das ações mencionadas destacaram-se também:

- Campanha Ecoatitude, promovida com o intuito de garantir a sustentabilidade e a racionalização dos gastos públicos na instituição;
- Envio de mensagens eletrônicas destinadas a todos os servidores divulgando práticas de sustentabilidade;
- Cursos aos colaboradores terceirizados com o objetivo de conscientização quanto ao uso de água e energia, resíduos sólidos e segurança no trabalho;
- Planos de Gerenciamento dos Resíduos dos Laboratórios com o objetivo de regulamentar práticas seguras de manejo e destinação ambiental adequada;
- Compras sustentáveis, nas quais, sempre que possível (caso economicamente viável e sem que haja restrição da competitividade), os editais de licitação preveem quesitos de sustentabilidade ambiental, fundamentados no Decreto 7.746/2012, IN 01/2010 MPOG/SLIT, IN 31 IBAMA Anexo II, Lei 12.305/2010 e legislação correlata. Também é utilizado como parâmetro de consulta o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da AGU e realizada consulta ao CATMAT do Comprasnet. A UFFS dispõe ainda, em seu sítio oficial, do Manual de Compras Sustentáveis.

Para os próximos anos (2019 a 2023), o Departamento de Gestão Ambiental, as Assessorias de Infraestrutura e Gestão Ambiental atuarão nos seguintes objetivos:

- Elaborar o Plano de Logística Sustentável para o período de 2020 a 2024;
- Monitorar o consumo de água e energia;

- Monitorar e avaliar periodicamente a qualidade da água distribuída;
- Monitorar e avaliar a qualidade dos efluentes lançados pelas estações de tratamento;
- Gerenciar os resíduos sólidos (perigosos e não perigosos);
- Monitorar as ações definidas nos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Realizar campanhas periódicas de conscientização para a economicidade de recursos públicos e proteção ambiental;
- Realizar cursos de capacitação para a comunidade universitária.

No âmbito acadêmico, foram criados cursos voltados para a perspectiva ambiental e da sustentabilidade, como Engenharia Ambiental, Agronomia com ênfase em Agroecologia, Educação do Campo e outros, bem como disciplinas específicas voltadas para o meio ambiente no Domínio Comum, do currículo dos cursos da Universidade.

Além disso, a Instituição está envolvida com projetos de Extensão e Pesquisa na área de energias renováveis, de tratamento de resíduos sólidos, de educação ambiental e sustentabilidade, tanto no espaço urbano, como rural, de apoio à Educação Básica, entre outros. Ressalta-se ainda a participação dos gestores, professores e alunos, em fóruns de planejamento de implantação das políticas de gestão ambiental.

Na UFFS, como mencionado, as discussões ambientais permeiam tanto no campo pedagógico como na gestão administrativa, face à relevância desse tema, ele fez parte de um dos fóruns temáticos da II COEPE, denominado Meio Ambiente e Sustentabilidade. “A Universidade tem um compromisso social de difundir conhecimento técnico e científico para a formação de uma consciência cidadã mais sustentável” (COEPE, 2018). Embora diversas ações já tenham sido implementadas na Universidade, ainda há muito a ser feito:

Por meio da atuação de estudos e pesquisa desenvolvidos pelos cursos de graduação e pós-graduação produzir inventários, diagnósticos e prognósticos ambientais, seja com foco nas políticas públicas, sustentabilidade e educação ambiental, seja na atuação de capacitação técnica, produzindo conhecimentos voltados para a solução de problemas na escala local e regional. Além disso, potencializar o fortalecimento de parcerias variadas com órgãos e instituições governamentais objetivando a criação de centros tecnológicos voltados a atender as demandas da comunidade (COEPE, 2018, p. 45).

Com isso, a UFFS reitera o compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade, de forma a promover ações na Pesquisa, no Ensino, na Extensão e na gestão da Universidade que possam minimizar os impactos ambientais. O quadro 20 apresenta

uma breve síntese das discussões sobre essas temáticas realizadas, assim como propostas, encaminhamentos e ações delineadas.

Quadro 20 - Síntese das discussões do fórum temático: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Tópicos agregadores	Questionamentos	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
1. Recursos naturais e a importância da água para a manutenção da biodiversidade	Como ter um desenvolvimento regional sem comprometer as necessidades das futuras gerações? Como manter a biodiversidade e as fontes de recursos naturais renováveis? Qual o papel da Universidade frente ao desenvolvimento sustentável?	<p>1.1 Contribuir de forma efetiva para o conhecimento técnico-científico da UFFS em processos de tomada de decisão do poder público que envolvam demandas ambientais.</p> <p>1.2 Incentivar o uso integrado dos recursos hídricos (Águas superficiais, águas subterrâneas).</p> <p>1.3 Incentivar pesquisas quali-quantitativas na área de recursos hídricos subterrâneos.</p> <p>1.4 Fomentar projetos para melhor compreensão da interação entre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos no oeste catarinense.</p> <p>1.5 Promover maior difusão do conhecimento produzido na UFFS.</p> <p>1.6 Aumentar o pessoal e a estrutura da UFFS para atuar nas áreas ambientais demandadas pela região.</p> <p>1.7 Estimular mais projetos voltados à área ambiental.</p> <p>1.8 Quebrar as possíveis barreiras entre a UFFS e a sociedade.</p>
2. Uso/degradação do meio ambiente	Processos modernos de produção e a tecnologia, máquinas, agrotóxicos (contaminação do ar, da água, dutos e solos), incorrendo em preocupações para a saúde.	<p>2.1 Aumentar o número de projetos de extensão universitária na área de educação ambiental.</p> <p>2.2 Estimular estudos que avaliam o risco de agrotóxicos ao ecossistema, bem como os problemas de saúde decorrentes de sua exposição com a participação da sociedade.</p> <p>2.3 Fomentar práticas de investigação em monitoramento de áreas degradadas.</p> <p>2.4 Incentivar pesquisas a respeito do aproveitamento dos resíduos sólidos.</p> <p>2.5 Qualificar o tratamento de resíduos da agricultura, considerando que tais resíduos ainda são pouco explorados e têm potencial econômico.</p> <p>2.6 Dialogar com a comunidade regional para viabilizar soluções ambientais.</p> <p>2.7 Encontrar fontes de financiamento que sustentem a produção de soluções ambientais.</p> <p>2.8 Estudar a questão dos sistemas alternativos de produção nos cursos de Graduação e construir grupos de pesquisas e análises para estudar o caso de uso de agrotóxicos.</p>
3. Saúde única: humana, animal e ambiental	União indissociável entre saúde humana, saúde animal e ambiental.	<p>3.1 Contribuir na identificação de áreas críticas quanto ao atendimento por saneamento básico.</p> <p>3.2 Mapear a situação da saúde ambiental do estado/região.</p> <p>3.3 Incentivar pesquisas científicas na otimização de tecnologias tradicionais e desenvolvimento de tecnologias simples de tratamento de água e esgoto sanitário.</p> <p>3.4 Desenvolver a ideia da agroecologia, do bem-estar animal, saúde única, na UFFS.</p>

Tópicos agregadores	Questionamentos	Descrição das propostas de encaminhamentos e ações
4. Políticas Públicas e Sustentabilidade ambiental	Quais propostas de ensino, pesquisa, extensão e cultura podem ser encaminhadas como contribuição para a formulação e implementação de um projeto de desenvolvimento regional sustentável?	<p>4.1 Identificar o aspecto central, relacionado ao tema energias renováveis, a ser fomentado pela UFFS.</p> <p>4.2 Estabelecer parcerias junto à FCTER, por meio de empresas juniores, projetos de pesquisa/extensão, entre outros.</p> <p>4.3 Criar programas de Pós-Graduação <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> para atender as deficiências técnicas científicas na área ambiental.</p> <p>4.4 Incentivar a integração entre os cursos de Graduação da UFFS que possuem afinidades com a temática ambiental.</p> <p>4.5 Incentivar projetos que orientem para a importância econômica e ambiental de produção de energia a partir de fontes alternativas.</p> <p>4.6 Ofertar cursos e eventos técnico-científicos sobre a temática ambiental, especialmente para escolas, e empresas que possuem atividades degradadoras do meio ambiente.</p> <p>4.7 Criar cursos de Graduação relacionados à área ambiental.</p> <p>4.8 Fomentar e articular ações de restauro ecológico e para a criação de áreas protegidas na região.</p> <p>4.9 Incentivar ordenamento territorial que respeite a legislação e valorize o ambiente.</p> <p>4.10 Estimular a existência de cooperativas de catadores de material reciclável e fomentar parcerias.</p> <p>4.11 Contribuições acadêmicas e científicas, projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão para auxiliar no desenvolvimento com manutenção desta relação sustentável.</p> <p>4.12 Atuar nas políticas públicas nos municípios da região.</p> <p>4.13 Inserir a UFFS na discussão das políticas ambientais dos municípios, buscando estratégias de como qualificar a discussão nos comitês e conselhos das áreas ambientais.</p> <p>4.16 Resolver a relação entre a solução de problemas locais regionais x a cobrança por produção acadêmica (que pode gerar afastamento das questões regional).</p> <p>4.17 Formar profissionais competentes e comprometidos com as questões ambientais.</p> <p>4.18 Garantir, na Universidade, espaços para estudos e experiências agroecológicas e assuntos propostos neste contexto. Não desvirtuar a UFFS de seu foco em trabalhar com agroecologia.</p> <p>4.19 Considerar no seu desenvolvimento os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) propostos pela ONU.</p> <p>4.20 Fortalecer parcerias com instituições que trabalhem no fomento de energias renováveis.</p>

Fonte: II COEPE, 2018.

8.6 Políticas de compras e contratações

A partir do advento da Constituição Federal de 1988 (art. 37, inciso XXI), a licitação passou a ser obrigatória para toda a Administração Pública, e norteadas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, as obras, compras, alienações, concessões, permissões, locações e a contratação de serviços na Administração Pública, ressalvadas as exceções legais, devem obrigatoriamente ser precedidos de licitação.

Nesse contexto, devido à necessidade do uso eficiente dos recursos públicos, as despesas públicas devem seguir uma série de trâmites e regras para que os recursos sejam aplicados da forma mais vantajosa para a Administração, visando o menor gasto e a qualidade dos bens e serviços pretendidos.

Em suma, o procedimento licitatório busca alcançar três objetivos básicos: a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público, em face do dever de aplicar os recursos da Administração da melhor forma possível, assegurar igualdade de condições a todos os interessados no certame e promover o desenvolvimento nacional sustentável.

A UFFS busca promover processos administrativos de compras e contratações que reúnam as condições necessárias de eficiência e satisfação do interesse público e, assim, procura processar as aquisições e contratações institucionais de maneira eficiente e racional, a fim de proporcionar à Instituição uma melhor relação custo/qualidade na execução orçamentária. Nessa perspectiva, apresenta-se, a seguir, uma síntese da Política de Compras e Contratações da Universidade Federal da Fronteira Sul, apresentando as diretrizes e alguns aspectos essenciais que norteiam os processos licitatórios realizados na Instituição.

Considerando o conceito de licitação – procedimento administrativo formal, isonômico, de observância obrigatória, realizado anteriormente à contratação de serviços ou aquisição de produtos, com vistas a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, com base em parâmetros e critérios antecipadamente definidos em ato próprio (instrumento convocatório) – a UFFS busca executar seus processos licitatórios em observância à legislação vigente a fim de garantir regularidade, qualidade e segurança nas compras e contratações.

Nesse contexto, a UFFS realiza suas compras e contratações de forma centralizada, em razão da necessidade de racionalizar o uso dos recursos financeiros e adotar critérios de padronização, visando garantir economicidade, melhorar a qualidade das compras públicas, permitir adequada manutenção e assistência técnica, possibilitar o ganho de escala, realizar o atendimento eficiente das demandas. Essa dinâmica ocorre com a desconcentração do planejamento de compras e contratações e a centralização dos processos licitatórios, permitindo aos *campi* da UFFS planejar suas demandas e à Reitoria, através da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), centraliza os procedimentos de licitações da Universidade.

Diante desse cenário, a PROAD, além de seguir as orientações estabelecidas pela jurisprudência no âmbito das licitações, busca padronizar os procedimentos administrativos de compras e contratações, apoiada em normativas internas e ferramentas de planejamento de compras, norteando os processos licitatórios com base nos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da

probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da celeridade, de forma que a Administração só realize processos licitatórios em conformidade com os ditames da lei.

Destarte, em vista da escassez de recursos públicos, a PROAD ressalta aos agentes de compras e requisitantes a preocupação com a redução de custos e a utilização lógica e imparcial dos recursos orçamentários disponíveis na Instituição, promovendo videoconferências, debates, seminários e orientações sobre a necessidade de mensurar as demandas de forma racional a fim de obter resultados eficientes de forma mais econômica possível, sem perda da qualidade de bens e serviços.

Ante o exposto, no intuito de padronizar processos de aquisição/contratação da Instituição e orientar os requisitantes sobre os procedimentos necessários para viabilizar suas demandas, a PROAD desenvolveu também manuais com orientações complementares às normativas regulamentadoras que tratam de licitações, conforme se apresenta na sequência, permitindo maior eficiência e celeridade aos processos licitatórios da UFFS.

a) Da Legislação regulamentadora de licitações públicas

Considerando que o processo de aquisições e contratações públicas está alicerçado na norma geral de licitações e contratos administrativos Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, além de diversos outros instrumentos normativos que ampliam a sua especificidade, relacionamos uma síntese das principais normas instituídas no âmbito das licitações da Administração Pública, que disciplinam os processos licitatórios da UFFS:

- **Lei nº 8.666/1993:** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- **Lei nº 8.987/1995:** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências;
- **Lei nº 10.520/2002:** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, inciso XXI, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- **Lei nº 12.462/2011:** Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC);
- **Lei complementar nº 147/2014:** Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);

- **Decreto nº 7.746/2012:** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP);
- **Decreto nº 3.555/2000:** Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- **Decreto nº 5.450/2005:** Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- **Decreto nº 7.892/2013:** Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- **Decreto nº 7.983/2013:** Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;
- **Decreto nº 8.538/2015:** Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal;
- **Decreto nº 99.658/1990:** Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;
- **Instrução Normativa/MPOG nº 04/2014:** Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal;
- **Instrução Normativa/MPOG nº 05/2014:** Dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- **Instrução Normativa/MPOG nº 05/2017:** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Além das normas regulamentadoras citadas, os processos licitatórios seguem ainda a seguinte jurisprudência subsidiária:

- **Acórdãos do Tribunal de Contas da União:** Decisões proferidas por um órgão colegiado de Tribunal, que valem como um modelo para resolver casos ou situações análogas;
- **Súmulas do Tribunal de Contas da União:** Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação;
- **Modelos de Editais da Advocacia-Geral da União:** Modelos de minutas de editais e anexos com referências que orientam com regularidade e segurança a elaboração de instrumentos convocatórios de licitações.

Cabe destacar que o tema licitações, por ser vasto e abrangente, não se encontra aqui exaurido por todas as normas doutrinárias existentes, uma vez que, considerando a especificidade do objeto pretendido pela Administração, a UFFS realiza consultas às respectivas doutrinas que regem a aquisição/contratação de bens e serviços.

b) Normativas internas

Os procedimentos de compras e contratações da UFFS são conduzidos por normativas internas, criadas com o objetivo de disciplinar os procedimentos administrativos relativos às aquisições e contratações que antecedem e subsidiam os processos licitatórios. São elas:

- **Manual de Compras da Universidade Federal da Fronteira Sul:** Manual com orientações sobre os procedimentos administrativos relativos as aquisições de bens, materiais e contratação de serviços, continuados ou não, que antecedem e subsidiam os processos licitatórios no âmbito da UFFS, instituído pela Portaria nº 148/GR/UFFS/2015.
- **Manual de Importação da UFFS:** Manual com orientações sobre os documentos necessários para viabilizar os processos de Importação da UFFS;
- **Manual de Compras e Contratações Sustentáveis da UFFS:** Manual que estabelece o Plano de Aquisições Sustentáveis da UFFS;
- **Instrução Normativa conjunta nº 25/PROAD-SETI/UFFS/2016:** Estabelece procedimento para a contratação de soluções de Tecnologia da Informação, cujo valor seja inferior ao dispositivo no art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

c) Das ferramentas de planejamento de compras e contratações

São adotadas as seguintes ferramentas de planejamento visando otimizar as aquisições e contratações da UFFS: **Agenda de Compras, Videoconferência e Sistema Interno de Comunicação Moodle.**

A **Agenda de Compras** é dividida em segmentos temáticos e tem como principal objetivo organizar a execução orçamentária quanto ao planejamento das licitações. Ela busca concentrar as compras de um mesmo segmento, garantindo a racionalização dos procedimentos licitatórios, ganho de escala em quantitativos totais, celeridade processual (um processo para vários com similaridades de mercado), padronização das demandas e controle, bem como evitar o fracionamento da despesa.

O **Moodle** é uma ferramenta interna de planejamento da PROAD e desempenha a função de ser um canal de comunicação interativa entre os servidores envolvidos no processo de compras da UFFS, tendo como finalidade a divulgação de informações relacionadas a compras públicas. Aliada a essas funções, essa ferramenta desenvolve um papel primordial, sendo repositório das principais normas e jurisprudências vigentes sobre o tema compras públicas.

A **Videoconferência de Compras** trata-se de um encontro periódico destinado aos agentes envolvidos no processo de compras da UFFS, em especial a figura do Agente de Compras, que tem sua função definida no Manual de Compras da Instituição. Nesse espaço são apresentadas as principais alterações da legislação vigente, os entendimentos dominantes da jurisprudência de licitações, em especial a do Tribunal de Contas da União, como também favorece a interação dos agentes de compras presentes, no sentido de expor/compartilhar suas dúvidas, dificuldades e soluções adotadas para suas demandas. Essa interação tem a finalidade de adotar uma metodologia conjunta, de forma padronizada e eficiente na tramitação das demandas da Instituição.

A videoconferência, além de ser um canal de comunicação eficiente, também serve para promover debates sobre temas ligados a compras públicas. Esses debates detectam, muitas vezes, a necessidade de atuação de outros departamentos da Instituição, que, conforme disponibilidade e pertinência, são convidados a participar das videoconferências no intuito de buscar-se uma solução institucional para a questão levantada.

d) Da adoção de critérios de sustentabilidade

Além das prerrogativas e restrições impostas às licitações, os processos licitatórios da UFFS estão voltados para a sustentabilidade, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.746/2012, que estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal. Com esse decreto, o governo visa integralizar as questões ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação pública, de forma a reduzir impactos à saúde humana e ao meio ambiente.

Para atender os ditames da lei, a UFFS nomeou, por meio da Portaria nº 1160/GR/UFFS/2012 (revogada pela portaria 1226/GR/UFFS/2015, alterada pela 40/GR/UFFS/2016), a comissão que trabalhou no desenvolvimento do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFFS, tendo como objetivo o mapeamento das atividades desenvolvidas na Instituição e proposição de ações para que a Universidade pudesse efetivamente cumprir seu papel com a comunidade acadêmica e sociedade.

O Manual de Compras e Contratações Sustentáveis da UFFS também contém diretrizes a serem adotadas pela Instituição na aquisição/contratação de materiais/serviços dentro dos parâmetros de sustentabilidade adotados pelos órgãos do Governo Federal.

8.6.1 Diretrizes de compras e contratações

Sem perder a referência de sua tradição operacional, as percepções acerca dos objetivos da função de compras necessitam ser alargadas consideravelmente, abrangendo as seguintes diretrizes:

- a) Suprir a Instituição com um fluxo seguro de materiais e serviços capaz de atender às necessidades que emergem de seu planejamento institucional.
- b) Assegurar continuidade do fluxo de materiais e serviços, mantendo o sistemático monitoramento do mercado e de seus fornecedores, na busca contínua do desenvolvimento das fontes de suprimentos principal e alternativas, capazes de atender necessidades planejadas e contingências.
- c) Comprar de maneira eficiente e racional, de modo a proporcionar à Administração melhoria da relação custo/qualidade.
- d) Interagir de forma sistêmica com a gestão de estoques para proporcionar o melhor serviço possível aos usuários, dentro de um prazo razoável e ao menor custo possível.
- e) Manter relacionamentos cooperativos sólidos, tanto internamente como com outras instituições, fornecendo informações e orientações necessárias para assegurar a operação eficaz de compras compartilhadas.
- f) Desenvolver competências no sentido de formar uma Gestão de Cadeia de Suprimentos (GCS) maleável do ponto de vista estratégico, capaz de ajustar-se às variáveis de mudança, institucional e de mercado.
- g) Desenvolver servidores, políticas, procedimentos e organização capazes de assegurar o alcance dos objetivos previstos na Gestão de Cadeia de Suprimentos (GCS), que estará em consonância com os objetivos institucionais.

- h) Prospectar, capacitar e desenvolver fornecedores para pluralidade de itens a serem adquiridos, considerando suas especialidades e os segmentos de mercado.
- i) Identificar, avaliar, planejar e parametrizar o desenvolvimento eficaz de novas demandas institucionais.
- j) Conhecer e interagir com a estrutura de custos da Instituição no sentido de aprimorá-la, adequando-a o máximo possível, considerando a realidade operacional da Instituição.
- k) Conhecer o correto equilíbrio da equação qualidade/valor para os diversos segmentos de mercado.
- l) Monitorar as tendências do mercado de suprimentos em todos os seus segmentos, visando à busca constante de boas práticas de gestão.
- m) Negociar eficazmente para trabalhar com fornecedores que buscarão benefício mútuo por meio de desempenho economicamente superior.

8.6.2 Estrutura organizacional para compras e licitações na UFFS

A Superintendência de Compras e Licitações (SUCL) é a unidade administrativa vinculada à Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROAD), composta pelos Departamento de Compras, Departamento de Licitações e Departamento de Importação e Compras Sustentáveis e possui como principal atividade a execução orçamentária da UFFS.

Atualmente, a SUCL conta com um quadro funcional de treze servidores, que desenvolvem, além das funções administrativas inerentes a cada departamento, funções de pregoeiro e de apoio dos pregões. Além das funções inerentes à Comissão Permanente de Licitação, integrante de equipes de planejamento de contratação, elaboração de termos de referência, editais e contratos, atendimentos a ofícios e memorandos, respostas a auditorias interna e externa, respostas ao Ministério Público Federal, atuação junto a Mandado de Segurança e outros litígios relacionados a licitações, elaboração de fundamentação e respostas ao Serviço de Informação ao Cidadão, elaboração e formulação de estudos técnicos e administrativos aptos a apoiarem as decisões dos Ordenadores de Despesas frente aos apontamentos jurídicos emitidos pela Procuradoria Federal.

As atividades desenvolvidas pela SUCL suportam as atividades desempenhadas pela estrutura organizacional da Instituição: *campi*, pró-reitorias e departamentos. Nesse contexto, o elo entre SUCL e as unidades organizacionais da UFFS é formado pelos servidores que desempenham a função de agente de compras, estrutura atualmente composta por quarenta e oito servidores, distribuídos nos *campi* e nos mais

diversos setores da UFFS, cujas funções encontram-se descritas na Portaria nº 148/GR/UFFS/2015. Das funções operacionais exercidas pela SUCL no âmbito desta Instituição, destacamos as principais:

- a) Treinamento de fornecedores junto ao sistema de compras governamentais;
- b) Operacionalização das aquisições e contratações diretas (dispensa de licitação/inexigibilidade de licitação);
- c) Operacionalização de pregões eletrônicos e presenciais (tradicional/sistema de registro de preços);
- d) Operacionalização de RDCs, concorrências, leilões e demais modalidades de licitação;
- e) Elaboração e gestão de atas de registro de preços;
- f) Elaboração de estudos técnicos, projetos básicos e termos de referências;
- g) Elaboração de editais de licitação;
- h) Elaboração de contratos;
- i) Elaboração de manuais e normas internas para compras e contratações, em consonância com a legislação vigente.

8.6.3 Dados históricos de compras e contratações da UFFS

Neste tópico serão apresentados os dados levantados a partir dos processos administrativos de compra da UFFS, referente aos anos de 2010 a 2018. Nesse sentido, é necessário esclarecer que não estão contabilizadas as atividades relacionadas à emissão e gestão de notas de empenho, gerenciamento de atas de registro de preços, cadastro e gestão de fornecedores, gestão de compras internacionais e importação, portanto, essas atividades não estão contabilizadas nessa avaliação.

O volume de compras da UFFS de 2013 a 2018 totalizou R\$ 320.381.272,29 divididos em 1.090 processos, sendo: 631 dispensas de licitação, 377 pregões (97,88% eletrônicos), 76 inexigibilidades e 6 concorrências. A Tabela 21 apresenta o total das compras e os processos realizados por ano.

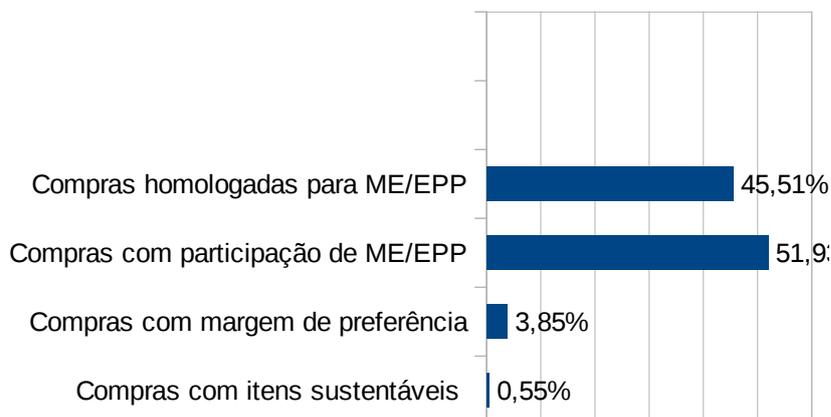
Tabela 21 – Total das compras e dos processos realizados por ano

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Valor das compras (em milhões)	120,35	50,55	59,47	59,43	15,1	15,48	320,38
Quantidade de Processos	253	216	203	168	149	101	1090

Fonte: PROAD/UFFS, 2018.

Dentre as aquisições nesse período 44,62% foram em materiais e 55,38% em serviços. A Figura 8 apresenta o percentual de compras das microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), bem como os itens sustentáveis.

Figura 8: Percentual de compras ME, EPP e itens sustentáveis



Fonte: PROAD/UFS, 2018.

8.7 Políticas de comunicação

As Diretrizes da Comunicação possuem como parâmetro fundamental a missão da UFS, colocando-se a serviço da sua divulgação. É a partir dela que a comunicação atuará de forma a ser apropriada pelos públicos de interesse. Para Bueno (2009, p. 314), a comunicação institucional é um “Conjunto integrado de processos, estratégias, ações, produtos e planos que têm como objetivo estabelecer, consolidar e ampliar o relacionamento de uma organização com todos os seus públicos de interesse.”

Ainda, segundo Kunsch (2003, p. 165):

[...] a comunicação institucional é a responsável direta pela construção e formação de uma imagem e identidade corporativas fortes e positivas de uma organização. A comunicação institucional está diretamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações, constrói uma personalidade creditiva organizacional e tem como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserida.

A comunicação na UFS ocupa um lugar estratégico na gestão da Universidade e conta com profissionais de diversas áreas, a fim de que a comunicação com o seu público de interesse seja efetiva. Em uma universidade *multicampi*, como é o caso da UFS, é fundamental uma estrutura geral que dialogue com as equipes específicas dos *campi*, de forma a orientá-las naquilo que for preciso. Por essa razão em cada um dos *campi* da UFS existe uma Assessoria de Comunicação, responsável pelo atendimento

às demandas locais e encaminhando para o Departamento de Comunicação Visual todos os materiais necessários para a alteração ou confecção de projetos gráficos.

O trabalho de comunicação da UFFS é realizado a partir dos princípios expressos a seguir.

- **Bem público** – A Universidade é um bem público; como tal, existe para servir a comunidade. Esse princípio orienta o trabalho da comunicação no sentido de ampliar cada vez mais o público que recebe as suas informações, adotando como estratégia a intensificação do trabalho jornalístico e reforçando-o com os materiais da programação visual. Desse princípio decorre, também, a opção institucional de não comprar espaços publicitários, nem contratar agências.
- **Institucional** – A comunicação orienta-se pelo princípio institucional, em que o foco maior é a visibilidade da missão da UFFS a partir de uma mesma linha de comunicação.
- **Fortalecimento da imagem** – A imagem de uma instituição é reforçada ou fragilizada pelas ações de todos os seus integrantes. O trabalho da comunicação institucional é consolidar uma imagem positiva da Universidade, com a divulgação dos seus pontos fortes e de ações direcionadas aos públicos de interesse. Fortalecendo a imagem da UFFS, toda a comunidade acadêmica será fortalecida.
- **Discurso institucional** – Todos os servidores e estudantes de uma instituição são identificados pelo espaço em que atuam; quando fazemos parte de uma repartição pública, principalmente, a nossa imagem e a nossa ação são associadas a ela. Por isso, é fundamental que todos conheçam a missão da UFFS e os seus documentos básicos, além das informações sobre as ações em andamento. Assim, a UFFS trabalha com porta-vozes adequados para cada situação comunicativa. Por isso, diante de qualquer solicitação de posicionamento, a Diretoria de Comunicação (DICOM) será acionada para que se mobilize e organize a fala institucional.
- **Públicos de interesse** – Públicos de interesse (*stakeholders*) é a forma de nominar os públicos que mais se relacionam com uma instituição e aqueles dos quais ela gostaria de se aproximar. A comunicação da UFFS é orientada para a ampliação do relacionamento com os públicos de interesse; esse é o princípio para a criação de estratégias, fluxos e veículos de comunicação.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) tem como base a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/12, que assegura o direito de acesso à informação do cidadão. Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso às informações da UFFS por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

O acesso à informação requerida deve ser disponibilizado imediatamente pela Instituição. Não sendo possível disponibilizar de imediato, a UFFS deve conceder o acesso em até 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias; nesse caso, comunica-se a prorrogação ao requerente com justificativa.

Os principais canais disponibilizados pela UFFS para o acesso do cidadão, monitorados pela DICOM, são:

- a) **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC):** sistema desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU), que centraliza os pedidos e recursos dirigidos ao Poder Executivo, suas entidades vinculadas e empresas estatais. Os interessados podem fazer solicitações diretamente ao e-SIC, via internet, pelo qual recebem as respostas e podem fazer recursos conforme as regras previstas na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.
- b) **Fanpage UFFSOnline:** página da UFFS na rede social Facebook, na qual são publicadas regularmente notícias e avisos institucionais e há interação com os usuários, por meio de respostas aos comentários feitos junto às publicações ou por mensagens privadas (in box) diretamente com os usuários.
- c) **E-mail contato@uffs.edu.br:** endereço eletrônico disponibilizado como contato da UFFS no site institucional e nos documentos oficiais. As mensagens recebidas, quando possível, são respondidas diretamente pela DICOM e nos demais casos são encaminhadas para os setores competentes.
- d) **Ouvidoria:** A Ouvidoria da Universidade Federal da Fronteira Sul foi instituída pela Resolução Nº 1/2015 – CONSUNI/CA de 18 de março de 2015. Ela é vinculada ao Gabinete do Reitor, resguardada sua independência funcional no âmbito de suas atribuições, tendo jurisdição em todos os setores acadêmicos e administrativos dos *campi* da UFFS. É um órgão de assessoramento, principalmente no que concerne à comunicação com a comunidade, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais. Tem como missão: “Ser um órgão vigilante e fiscalizador da atuação administrativa na UFFS, recebendo e analisando denúncias, críticas, sugestões e elogios encaminhando-os às instâncias responsáveis”.

A Ouvidoria, com base no princípio da confidencialidade, deverá manter sob sigilo o nome do demandante, salvo nos casos em que sua identificação, junto aos órgãos da UFFS, seja indispensável para a solução do problema e o atendimento do interessado.

Características da Ouvidoria:

- A Ouvidoria da UFFS utilizará, para encaminhamento das demandas e sugestões, a linha hierárquica institucional. Revelando-se insuficiente ou ineficaz para oferecer resposta à determinada demanda, o assunto será encaminhado ao Reitor.
- A Ouvidoria não será responsável pela apuração de denúncias ou por qualquer providência decorrente de processo administrativo, que venha a ser instaurado a partir de suas ações.
- A Ouvidoria deverá encaminhar à autoridade competente as denúncias de transgressões das normas legais e institucionais dos servidores.
- A estrutura da Ouvidoria será constituída gradativamente, na medida de sua necessidade, em conformidade com a demanda de trabalho da UFFS.

e) **Carta de Serviços ao Usuário** – Segundo a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, no Art. 7º versa sobre a divulgação da Carta de Serviços ao Usuário, com informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados. Dessa forma, a Carta de Serviços ao Usuário da UFFS tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Essa carta está estruturada em torno dos serviços que podem ser acessados diretamente por todos os cidadãos. Representa um compromisso com a qualidade no atendimento e na satisfação da comunidade interna e externa, de forma a garantir a transparência e efetividade dos serviços prestados.

A Carta de Serviços ao Usuário da UFFS pode ser acessada por meio do site: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/carta_de_servicos_ao_cidadao.

Os serviços ofertados pela UFFS também estão publicados no portal de serviços do governo: [https://www.servicos.gov.br/orgao/103730?nome=Universidade%20Federal%20da%20Fronteira%20Sul%20\(UFFS\)](https://www.servicos.gov.br/orgao/103730?nome=Universidade%20Federal%20da%20Fronteira%20Sul%20(UFFS)).

8.8 Parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições (para ações de Ensino, Pesquisa e Extensão)

Para o desenvolvimento das atividades, a UFFS mantém convênios e acordos de cooperações técnicas com diversas organizações. O uso de espaços compartilhados se dá nos ambulatorios utilizados como espaços de práticas para os estudantes do curso de Medicina do *Campus* Passo Fundo, por meio de parcerias celebradas entre a UFFS com as seguintes instituições: Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo; Fundação Hospitalar Oftalmológica Lions; Hospital da Caridade de Carazinho; Hospital da cidade de Passo Fundo; Hospital Beneficente Dr. Cesar Santos; Hospital

de Caridade de Carazinho; Hospital Santo Antônio; Hospital São Roque; Prefeitura Municipal de Sananduva; e Hospital Beneficente São João.

De maneira similar foram celebrados convênios para os campos de prática dos cursos de Enfermagem e Medicina do *Campus* Chapecó com as instituições: Hospital Regional do Oeste (HRO); Hospital de Olhos de Chapecó; Hospital Beneficente de Pinhalzinho; Hospital regional São Paulo – Associação Caritativa; Município de São Miguel do Oeste; Município de Concórdia; Sociedade Hospitalar Frei Bruno; Município de Xaxim; Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê; Secretaria Municipal de Saúde de Coronel Freitas; e Secretaria Municipal de Saúde de Seara.

No *Campus* Laranjeiras do Sul foi construído convênio com o Município de Candió para o oferecimento de uma turma especial do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo naquela cidade. No caso do curso em regime de alternância, oferecido no *Campus* Laranjeiras do Sul, a UFFS também conta com o apoio da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR). No *Campus* Erechim, para o oferecimento dos cursos de Licenciatura em História e Agronomia, foram celebrados convênios com o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A UFFS também tem atuado em parceria com órgãos estaduais de repasse de recursos públicos para execução de pesquisa, inovação, capacitação e difusão de conhecimento dos três estados da Região Sul, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA).

Para a execução de projetos que necessitem dos serviços prestados por fundações de apoio a UFFS ainda conta com as fundações credenciadas Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), Fundação de Apoio a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (FUNTEF) e Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS).

Para o desenvolvimento de atividades de formação continuada de professores da rede municipal de educação foram firmados acordos de cooperação técnica com os municípios ou associações dos três estados de atuação da UFFS:

- Santa Catarina com o município de Paial, a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSOC) e a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMAI);
- Estado do Paraná com os municípios de Saudades do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu e Santo Antônio do Sudoeste;

- Rio Grande do Sul com os municípios de Entre Rios do Sul, Gaurama, Novo Xingu, Constantina, Charrua, Liberato Salzano, Engenho Velho, Carlos Gomes, São Valentim, Barra Funda, Bossoroca, Roque Gonzales, Mato Queimado, São Pedro do Butiá, Pirapó, São Miguel das Missões, Santo Antônio das Missões, Cerro Largo, Vitória das Missões, Giruá, Porto Xavier, Entre Ijuí e Centenário.

9 POLÍTICAS DE PESSOAL

Por estarem vinculados a uma autarquia federal, os servidores da UFFS são regidos em âmbito geral pela Lei 8.112/1990, que estipulou o regime jurídico único dos servidores públicos pelo Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (Lei nº 12.772/2012) e pelas Orientações Normativas e demais documentos legais expedidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A distribuição de vagas para o quadro de servidores docentes e técnico-administrativos nas universidades federais foi regulamentada através do Decreto n. 7.232, de 19 de julho de 2010.

9.1 Corpo docente

Os servidores docentes da UFFS desempenham ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo a indissociabilidade destas áreas-fim, assim como também atuam na gestão, coordenando cursos, participando de conselhos e comissões e da estrutura gerencial da Reitoria e *campi* da Universidade.

9.1.1 Composição e perfil dos docentes

A composição do corpo docente da Instituição está apresentada nas tabelas 22 a 25, que incluem titulação, regime de trabalho, experiência acadêmica no magistério superior e experiência profissional não acadêmica.

Tabela 22 – Composição total de docentes

DOCENTES – REGIME DE TRABALHO	
Dedicação exclusiva	630
20 horas semanais	65
40 horas semanais	8
TOTAL	703
DOCENTES – FORMAÇÃO	
Especialização	40
Mestrado	182
Doutorado	481
TOTAL	703

Fonte: Portal Siapenet (setembro de 2018).

O corpo docente da UFFS estava composto em 2018 por 703 (setecentos e três) professores, sendo 40 (quarenta) especialistas, 182 (cento e oitenta e dois) mestres e 481 (quatrocentos e oitenta e um) doutores. Tal cenário apresenta uma evolução significativa no número de professores, bem como de doutores, uma vez que foram envidados esforços institucionais para o estímulo à sua capacitação.

Tabela 23 – Composição do perfil docente 2018 por campus

DOCENTES	CERRO LARGO	CHAPECÓ	ERECHIM	LARANJEIRAS DO SUL	PASSO FUNDO	REALEZA	TOTAL
Pós-Doutor	11	16	2	5	-	3	37
Doutor	68	157	83	57	17	62	444
Mestre	18	55	41	28	24	16	182
Especialista	-	18	-	-	21	1	40

Fonte: Portal Siapenet DW (setembro de 2018).

O quadro de docentes na instituição, em 2018, estava composto da seguinte forma:

Tabela 24 – Composição do quadro docente efetivo

REGIME	ESPECIALISTA	MESTRE	DOCTOR
20h	37	22	6
40h	1	3	4
Dedicação exclusiva	2	157	471
Total	40	182	481

Fonte: Portal Siapenet DW (setembro 2018).

Também se pode verificar que o regime de trabalho dos docentes é, predominantemente, dedicação exclusiva.

Tabela 25 – Composição do quadro docente substituto

REGIME	GRADUADO	ESPECIALISTA	MESTRE	DOCTOR
20h		4	10	3
40h	1	13	35	21
Total	1	17	45	24

Fonte: Siapenet DW (setembro de 2018).

Os professores substitutos são contratados apenas nos casos previstos na legislação pertinente e em setembro de 2018 totalizavam 87 (oitenta e sete).

Diante do cenário previsto para a Instituição, projeta-se até 2020 a ampliação do quadro de docentes, considerando o número de vagas pactuadas com o MEC para consolidação dos cursos de Medicina criados no *Campus* Passo Fundo e no *Campus* Chapecó.

9.1.2 Plano de carreira

Os servidores docentes efetivos da UFFS pertencem ao cargo de Professor de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, conforme Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Os professores substitutos da UFFS estão enquadrados em conformidade com a Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Também estão em vigor duas resoluções, a de Afastamento para Participação Docente em Programa de Pós-Graduação e Pós-Doutoramento e a de apoio institucional à capacitação dos docentes da UFFS matriculados no Doutorado Interinstitucional em Educação Científica e Tecnológica. Em relação ao plano de carreira, atende-se, ainda, as demais normativas que tratam da progressão e promoção docente.

9.1.3 Critérios de seleção e contratação

O ingresso na carreira do Magistério Superior ocorre mediante habilitação em concurso público de provas de conhecimento, didática e de títulos. Os critérios

estabelecidos seguem o disposto na Lei Nº 12.772/2012 e ao contido nos artigos 10 e 19 do Decreto 6.944/2009.

Para contratação dos aprovados no concurso é exigido: título de Doutor ou de Livre-docente na área de conhecimento da respectiva área disponibilizada no Edital, sendo admitido em casos específicos e devidamente justificados a dispensa do título de Doutor, solicitando-se o título de Mestre ou Especialista.

9.1.4 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do Quadro

A contratação de professores substitutos da UFFS ocorre por meio de processo seletivo simplificado, sujeito à ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público, conforme Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993.

A substituição definitiva dos docentes ocorre quando há vacância de cargo ocupado. Dessa forma, o art. 33, da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, prevê que a vacância do cargo público decorrerá de: exoneração; demissão; promoção; readaptação; aposentadoria; posse em outro cargo inacumulável; falecimento.

Nos termos do art. 8º da Lei 8.112, são formas de provimento de cargo público: nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração; recondução. As substituições temporárias são realizadas através de Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto, em conformidade com a Lei 8.745 de 09 de dezembro de 1993 e Decreto 7.485 de 18 de maio de 2011.

9.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

9.2.1 Composição e perfil dos servidores técnico-administrativos (STAEs)

O corpo técnico-administrativo da UFFS está composto atualmente por servidores de nível médio e superior de escolaridade, conforme Tabela 26.

Tabela 26 – Composição do perfil dos STAEs

Técnico-administrativo	Cerro Largo	Chapecó	Erechim	Laranjeiras do Sul	Passo Fundo	Realeza	Reitoria	Total
Doutor	1	1	1	3	3	4	2	15
Mestre	20	15	22	16	3	17	69	162
Especialista	39	40	47	29	16	32	136	339
Graduado	13	21	12	16	9	17	50	138
Médio	1	13	4	2	1	6	9	36

Fonte: Siapenet DW (setembro de 2018).

9.2.2 Plano de carreira dos STAEs

Os servidores técnico-administrativos da UFFS estão enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), regidos pela Lei 11.091/2005 e pelo regime jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990).

Além dessas, ainda estão em vigor as seguintes resoluções:

- Resolução Nº 5/2014 – CONSUNI/CA – Institui o regulamento para os programas de desenvolvimento de pessoas para os ocupantes de cargos na carreira técnico-administrativa em educação, na modalidade de licença para capacitação.
- Resolução Nº 4/2017 – CONSUNI/CAPGP – Institui o regulamento para os programas de desenvolvimento de pessoas para os ocupantes de cargos na carreira técnico-administrativa em educação, na modalidade de educação formal, no regime de concessão de horas e afastamento integral.
- Resolução Nº 6/2013 – CONSUNI/CA – Estabelece condições para a organização e para o incentivo de ações de capacitação dos servidores técnico-administrativos em educação da UFFS
- Resolução Nº 6/2014 – CONSUNI/CA – Institui o regulamento para os programas de desenvolvimento de pessoas para os ocupantes de cargos na carreira técnico-administrativa em educação no regime de horário especial.

Tais ações demonstram o interesse da Universidade em promover o desenvolvimento do seu corpo técnico-administrativo.

9.2.3 Critérios de seleção e contratação dos STAEs

O ingresso na carreira dos cargos Técnico-administrativos em Educação dar-se-á mediante habilitação em concurso público de provas de conhecimento, podendo haver prova prática dependendo do cargo. Os critérios estabelecidos seguem o disposto na Lei Nº 11.091/2005 e o contido nos artigos 10 e 19 do Decreto 6.944/2009.

Para contratação dos aprovados no concurso é exigido escolaridade conforme se encontra determinado na Lei nº 11.091/2005, a qual varia entre os cargos.

9.2.4 Dimensionamento dos STAEs nas unidades

Conforme o Decreto n. 7.232, de 19 de julho de 2010, periodicamente o quantitativo de cargos, ocupados e vagos, deve ser publicado pela IES. Entre cargos ocupados e vagos, o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos (QRSTA) da UFFS apresenta atualmente 708 cargos.

Segundo relatório elaborado pela ANDIFES (2012) o dimensionamento do QRSTA nas instituições deve obedecer a uma razão “ideal” máxima de alunos/STAEs de 15. Assim, considerando os dados atuais de matrículas ativas na UFFS e do QRSTA, temos uma razão alunos/STAEs de 10,4, o que, segundo o MEC, seria suficiente para o atendimento das demandas institucionais. Por outro lado, o dimensionamento interno dos STAEs cabe à instituição e deve ser fruto de planejamento.

A Tabela 27 apresenta a atual distribuição de das vagas ocupadas pelos STAEs entre os *campi* da UFFS, bem como a relação entre o número de alunos e STAEs.

Tabela 27 – Composição perfil STAEs

Campus	Alunos	STAEs	Razão Aluno/STAE
Chapecó	3078	91	33,8
Laranjeiras do Sul	1056	69	15,3
Erechim	1724	86	20,0
Cerro Largo	1268	76	16,7
Passo Fundo	286	32	8,9
Realeza	1055	76	13,9
Reitoria	-	267	-

Fonte: PROGESP/ SUAPE/UFFS, 2018.

Os dados demonstram, de forma geral, o dimensionamento de STAEs lotados nas unidades. Contudo, esses dados isoladamente não permitem um olhar mais analítico da situação de distribuição de servidores dos *campi*, pois existe um conjunto de atividades administrativas que devem ocorrer independentemente do número de alunos, como as progressões docentes, a prestação de contas, a elaboração da folha de pagamento, entre outras. Outros dados como: I) (Docentes+STAEs)/STAEs lotados na Coordenação Administrativa e II) Discentes/STAEs lotados na Coordenação Acadêmica podem permitir um melhor dimensionamento dos servidores da UFFS.

Outras questões qualitativas devem ser apreciadas, como ajuda constante de servidores da Reitoria ao *Campus* Chapecó em processos de matrículas, análise socioeconômica, formaturas, etc.

9.3 Servidores terceirizados

Além dos servidores públicos enquadrados no Regime Jurídico Único, a UFFS conta com um grupo de trabalhadores terceirizados, contratados por meio de processos licitatórios em empresas prestadoras de serviços. Os cargos terceirizados atualmente contratados são os seguintes:

- Vigilante;
- Auxiliar de serviços gerais / carga e descarga;
- Eletricista;
- Jardineiro;
- Motorista;
- Oficial de manutenção predial;
- Recepcionista;
- Conservação e limpeza;
- Telefonista;
- Encarregado / Supervisor;
- Operador de máquinas e implementos / tratorista;
- Serviço braçal;
- Lavador de roupas;
- Auxiliar veterinário.

10 INFRAESTRUTURA

A UFFS é uma instituição com estrutura *multicampi*, cuja infraestrutura física foi pensada/planejada numa gestão democrática e participativa através de leituras comunitárias com participação da comunidade acadêmica e da comunidade regional. Atualmente, a infraestrutura nos *campi* definitivos atende as necessidades básicas para Pesquisa, Ensino e Extensão, sendo suficiente e adequada para essa etapa de implantação.

A implantação dos *campi* da UFFS (Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; Chapecó em Santa Catarina; Laranjeiras do Sul e Realeza no Paraná) teve como principais objetivos: estimular a convivência entre estudantes e a integração com a comunidade ao encontro da interação multidisciplinar proposta no projeto pedagógico institucional; fomentar tecnologias e sistemas de melhor desempenho energético e sustentável através de certificações; propiciar o planejamento e a gestão democrática e participativa do território dos *campi* através de comissões, conselhos e audiências; reforçar a centralidade do *Campus* na região das cidades implantadas com meios alternativos de mobilidade urbana e sistemas articulados de espaços públicos; e criação de espaços verdes aliados à Preservação Ambiental.

Os *campi* estão em atividades nas áreas definitivas que apresentam uma infraestrutura física e urbanística bem definida. Os edifícios são semelhantes para todos os *campi*, mantendo-se a concepção da identidade uniforme da Instituição. Apresenta-se a seguir a descrição sucinta das obras construídas e a infraestrutura implantada.

Os edifícios destinados para salas de aulas e administrativas são denominados de **Blocos A, B e C**, exceto no *Campus* Passo Fundo que também contempla laboratórios didáticos. Os *campi* Cerro Largo, Laranjeiras do Sul e Realeza possuem um Bloco A com 4.925,06m² de área construída, enquanto que a área do prédio do *Campus* Passo Fundo é de 5.344,01m². Nos *campi* Chapecó e Erechim há dois prédios (Blocos A e B) e o *Campus* Chapecó também contará com o Bloco C, com 8.552,98m² de área construída, sendo que a etapa de conclusão está em fase de licitação e contratação. Os blocos A e B possuem um pátio central situado no pavimento térreo, onde há uma ampla área de recreação com mesas, bancos e paisagismo. Essas edificações (Bloco A e Bloco B) são compostas por quatro pavimentos, com aproximadamente 40 salas de 64 m², 10 por pavimento, dispostas ao longo de duas alas. As circulações verticais encontram-se nas extremidades e são dotadas, além de caixas de escadas, de elevadores para a inclusão PcD. O referido prédio contém, além de salas administrativas e salas de aulas, auditório, cantina, reprografia, biblioteca e salas de atendimento aos alunos e de apoio. Em se tratando do Bloco C, previsto apenas para o *Campus* Chapecó, a primeira etapa da obra (estrutura pré-fabricada) está executada e a conclusão do prédio está prevista para meados de 2021. Esse prédio tem quatro pavimentos e contará com: um auditório com capacidade para 301 lugares e um hall de 252,10 m²; quatro salas de aulas com capacidade para 72 alunos e quinze salas de aula com capacidade para 36 alunos; 46 salas administrativas; espaços para serviços (terceirizados e copa), sanitários com acessibilidade em todos os pavimentos, escadas de acesso entre os pavimentos nas extremidades e no centro do bloco, como também terá dois elevadores centralizados.

Restaurante Universitário (RU): Edificação com total de 2.328,28 m² de área construída. A obra é constituída por um refeitório com capacidade de 520 lugares, dos quais 24 são para PcD. Pode servir aproximadamente duas mil refeições por meio-dia em quatro rodadas. A cozinha possui um acesso de serviço localizado nos fundos, a área externa de chegada dos veículos para abastecimento é coberta. Logo na chegada temos o recebimento e a escada de acesso ao pavimento técnico. Após entra-se em uma circulação onde do lado esquerdo temos o estoque e as câmaras frias, a direita encontram-se os vestiários dos funcionários. A frente desta área de circulação temos a área de cocção, onde a esquerda fica a área de pré-preparação de alimentos e a direita a higienização de utensílios e as salas de lixos. Do lado externo do acesso ao refeitório encontram-se uma bateria de banheiros para dar apoio a quem entra no edifício, e antes da saída do refeitório encontram-se outra bateria de banheiros para dar apoio as pessoas que estão fazendo suas refeições. O piso técnico é onde ficam instalados os equipamentos especiais (coifas, exautores industriais, entre outros de uma cozinha industrial), sendo que na cobertura estão instaladas placas solares para

o aquecimento da água. São cinco unidades construídas, uma em cada *campus*, exceto em Passo Fundo.

Laboratórios didáticos: Edificações de um pavimento, destinadas aos laboratórios didáticos, com área de 1.202,50m² para cada prédio. No *Campus* Chapecó são quatro pavilhões construídos e três pavilhões nos demais *campi*, exceto para o *Campus* Passo Fundo, que contempla 12 salas de laboratórios no Bloco A. Esses prédios são fundamentais para o aprendizado nos cursos de Graduação e Pós-Graduação. A estrutura de cada edificação conta com um corredor central, com portas de acesso nas duas extremidades, e nas laterais encontram-se sanitários, salas de apoio e aproximadamente 13 salas destinadas aos laboratórios. Todos os pavilhões possuem acessibilidade, atendendo às normas de segurança exigidas pelo Corpo de Bombeiros. Os laboratórios também contam com uma edificação anexa, denominada Almojarifado de Reagentes, com aproximadamente 106,25 m² de área construída em todos os *campi*, exceto a do *Campus* Chapecó, que tem 118,24 m². No *Campus* Passo Fundo, esse espaço está localizado no segundo pavimento do Bloco A, com a finalidade de armazenamento dos reagentes que serão utilizados nos laboratórios didáticos, como também concentrar a coleta e o armazenamento dos resíduos químicos produzidos nas aulas práticas. O Almojarifado de Reagentes foi projetado com base em padrões nacionais e internacionais de segurança em que os reagentes e resíduos químicos serão classificados por ordem de compatibilidade e reatividade, atendendo aos itens de segurança e saúde.

Bloco de Salas de Professores: Edificação destinada basicamente para uso de professores, constituída por gabinetes de aproximadamente 14,00 m², que permite acomodar duas pessoas. Além disso, o prédio contempla auditório para 100 lugares, sanitários, copa e salas de apoio, de convivência, de impressão e de reuniões. No *Campus* Chapecó o edifício é composto por três pavimentos, com área total construída de 4.109,43m² e capacidade para 194 professores. Nos demais *campi* o prédio possui dois pavimentos, área total construída de 2.522,74m² e capacidade para 102 docentes, exceto em Passo Fundo onde os docentes ficam no Bloco A. A acessibilidade entre os pavimentos é realizada através de elevador e escadas.

Biblioteca Universitária: O prédio denominado Biblioteca Universitária, construído no *Campus* Chapecó, apresenta 7.769,68 m² de área construída. Inicialmente destinado para abrigar o Arquivo, a Biblioteca Central e o Centro de Processamento de Dados da UFFS (Data Center), teve alterações no conceito de uso desse prédio e, atualmente, abriga também setores administrativos do *campus*, algumas pró-reitorias e a SETI. Nos demais *campi* a biblioteca está localizada no primeiro pavimento do Bloco A. O edifício da Biblioteca possui uma arquitetura imponente marcado pelo jogo de volumes entre as marquises e os volumes externos. O espaço que permite interligar todos os pavimentos é composto de um grande vazio, coberto por uma estrutura que permite

a incidência de luz. A ligação dos pavimentos ocorre através de rampas e, entre essas rampas, no térreo, encontra-se um anfiteatro aberto para apresentações e mostras culturais. O terraço, no último pavimento, é um espaço que possui áreas de contemplação e bem-estar, abrigando espécies vegetais que requerem pouca manutenção. Uma obra que agrega inovação tecnológica e sustentabilidade.

Galpão de Maquinário Agrícola: Edificação que atende às demandas de um ambiente coberto, fechado e seguro para guardar máquinas e implementos agrícolas da Universidade, de modo a proteger e prolongar sua vida útil, bem como armazenar insumos utilizados nas áreas experimentais dos *campi*. Trata-se de galpão com pé-direito alto, apenas com paredes e esquadrias externas, com área de 497,30 m², construídos nos *campi* da UFFS, exceto no de Passo Fundo.

Centro Vocacional Tecnológico: Edificação construída no *Campus* Laranjeiras do Sul, com área total de 315,65 m², com sanitários, copa e salas multiúso, de reuniões, administrativas e de capacitação, destinada ao desenvolvimento, à promoção e oferta de serviços e produtos voltados ao fortalecimento dos sistemas produtivos locais por meio da extensão tecnológica, do desenvolvimento de tecnologias sociais e da realização de atividades de educação profissional de base tecnológica.

Hospital Veterinário: Conjunto de edificações, construídas no *Campus* Realeza, destinadas para ser como principal laboratório de formação profissional dos discentes do curso de Medicina Veterinária e de Pós-Graduação em ciências veterinárias, onde são desenvolvidas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O projeto do complexo hospitalar veterinário prevê área total construída de 12.480,0m² e constitui as seguintes edificações: Administração (2 pavimentos), Ambulatório de Pequenos Animais (PA), Laboratórios Veterinários, Centro de Triagem, Apoio, Clínica Cirúrgica PA, Bloco Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapias (SADT/Exames), Equinos, Bovinos, Clínica Cirúrgica Grandes Animais, Biotério, Anatomia Veterinária, Reprodução Animal, Laticínio e Centrais para Resíduos e Gases Especiais. A execução desse complexo foi prevista para ser realizada em três etapas e atualmente a primeira delas está concluída, com diversos espaços sendo utilizados para atividades administrativas e pedagógicas do curso de Medicina Veterinária. As obras contempladas nesta primeira etapa são: Bloco Administração, 05 Centrais de Resíduos, Bloco de Apoio, 06 Centrais de Gases Especiais e GLP, Bloco Clínica Cirurgia Pequenos Animais, SADT/Exames, Bloco Laboratório de Anatomia e Patologia, Bloco Reprodução Animal, 02 Cisternas; Reservatório Elevado (167 m³); Sistema de Tratamento de Esgoto (Estação Elevatória de Esgoto) e 04 Subestações de Energia Elétrica com motogerador, totalizando 5.143,59m² de área total construída.

A infraestrutura dos *campi* foi contemplada em duas etapas de implantação. A primeira foi a terraplenagem, drenagem pluvial e sub-base das vias internas dos *campi*, bem como execução das redes elétricas e de telecomunicação. A segunda etapa

da infraestrutura consistiu na execução da pavimentação das vias internas, estacionamentos e calçadas, sinalização viária, drenagem pluvial e redes de água e esgoto, cercamento e a iluminação das quadras esportivas do *campus*.

Atualmente a infraestrutura dos *campi* encontram-se concluídas. No *Campus* Passo Fundo a infraestrutura básica foi executada junto com a obra do Bloco A (pavimentação de estacionamentos, passeios e acessos, redes de drenagem, água e esgoto). Enquanto que, as redes elétricas e de telecomunicações foram contratadas e executadas por outra empresa especializada.

Apresentam-se a seguir as áreas de interferência da infraestrutura nos *campi*:

Cerro Largo = 29.870,00m²;

Chapecó = 63.132,39m²;

Erechim = 84.710,58m²;

Laranjeiras do Sul = 61.293,20m²;

Passo Fundo = 19.130,33 m²

Realeza = 41.404,63m².

Ressalta-se que a infraestrutura básica para os *campi* visa atender a acessibilidade, permitir o funcionamento dos prédios construídos e as necessidades dos usuários. No entanto, por ser uma instituição *multicampi*, com a criação de novos cursos, a infraestrutura tende sempre a ser ampliada e/ou melhorada.

A contratação das obras para a implantação dos *campi* possibilitou que a UFFS disponibilizasse à comunidade acadêmica uma infraestrutura minimamente adequada para o bom funcionamento dos cursos e melhorar o atendimento aos alunos. E, assim, proporcionar uma infraestrutura com acessibilidade, disponibilidade do Restaurante Universitário, salas para os docentes, espaços para estudos e integração dos alunos e comunidade em geral.

Atualmente, encontram-se em desenvolvimento pela SEO diversos projetos que proporcionarão uma melhor qualidade aos usuários. Em termos de edificações, os projetos mais relevantes compreendem um Pavilhão de Almoxarifado e Patrimônio para o *Campus* Laranjeiras do Sul e para Reitoria, reforma de edificação destinada para salas de aula no *Campus* Passo Fundo, uma Clínica de Nutrição para o *Campus* Realeza e a conclusão dos Galpões de Maquinário Agrícola.

A conclusão do Bloco C (em fase de licitação) e do Galpão de Patrimônio e Almoxarifado no *Campus* Chapecó viabilizará a transferência da Reitoria, permitindo entregar o prédio locado que atualmente está sendo utilizado no centro.

Além disso, outros projetos estão em fase de planejamento e/ou em desenvolvimento e visam atender demandas das áreas experimentais, como cercamentos e infraestrutura básica (poços artesianos, redes de água, energia e de telecomunicação).

Outras obras menores foram feitas para atender as demandas dos *campi* e também fazem parte da infraestrutura:

Abrigos de ônibus: Destinadas a oferecer abrigo às intempéries para a comunidade acadêmica, foram construídas quatro unidades de abrigos para os *campi* Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, cinco unidades para o *Campus* Chapecó e duas unidades para o *Campus* Passo Fundo, com 15 m² de área construída para cada uma.

Central de Resíduos: Local destinado para armazenamento de resíduos sólidos e posterior destinação final ambientalmente adequada, conforme legislações específicas. Para esse fim, foi construída, em cada *campus*, uma central de resíduos, com 66,33 m² de área construída.

Abrigo para veículos oficiais: Com o objetivo de oferecer proteção aos veículos da Instituição contra intempéries e demais condições climáticas, foram disponibilizados nos *campi* Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, um local com 133,63 m² de área coberta. No *Campus* Cerro Largo a garagem de veículos oficiais está localizada na Unidade Seminário.

Atualmente a Universidade Federal da Fronteira Sul está desenvolvendo suas atividades nas instalações definitivas e somente nas cidades de Chapecó e Realeza ainda se utilizam espaços locados. Alguns setores administrativos da Reitoria utilizam a Unidade Bom Pastor em Chapecó e atividades acadêmicas são realizadas na Clínica de Nutrição em Realeza, ambos imóveis no centro da cidade.

Os seis *campi* da UFFS foram planejados através de um modelo de uso e ocupação do solo com zoneamento por funções para aglutinar usos e atividades complementares e separar atividades ruidosas ou indesejáveis. O zoneamento proposto prevê, portanto, três zonas distintas: Zona Agrícola/Experimental, Zona Comunitária e Esportiva e Zona Acadêmica.

A Zona Agrícola e Experimental foi projetada para permanecer isolada do centro de atividades de ensino, pelas necessidades inerentes ao programa, das quais se pode destacar o uso de equipamentos e máquinas agrícolas de grande porte e presença de animais confinados. O afastamento explica-se pelo desconforto do ruído gerado e o desconforto olfativo, respeitando também uma organização das atividades. É ali que se encontram as estações de tratamento de esgoto (ETE), que tem por objetivos tratar os efluentes de maneira exemplar e de acordo com a legislação ambiental. O mesmo tratamento deverá aplicar-se à reciclagem e ao tratamento e descarte de resíduos.

A zona comunitária e esportiva está localizada contiguamente à zona acadêmica, para proporcionar acesso facilitado à comunidade. Existe uma complementaridade entre as funções dos edifícios projetados: Moradia – Restaurante Universitário – Área Esportiva – Área Acadêmica. De maneira geral, a zona comunitária estará colocada próxima ao ingresso principal do *campus* para prover uma área de lazer e convívio importante para a circunvizinhança e atrair o grande público para a Instituição. O afastamento do RU da praça central – ao contrário do que se pode observar em outras universidades – explica-se pelo desconforto olfativo gerado pelo preparo dos alimentos em certos horários. Anexo ao RU foi previsto um anfiteatro para 500 lugares sentados e mais uma área de entorno para acomodar manifestações culturais e artísticas a céu aberto.

A zona acadêmica terá a praça central como elemento organizador e estruturador, a qual deverá responder às condicionantes nas situações de verão e inverno, alternando espaços de lazer contemplativo, caminhos cobertos e abrigados em dias de chuva ou vento. Os blocos que a encerram estarão dispostos de forma a complementar os usos de atividades contíguas. Assim, temos a Biblioteca, o Centro de Cultura e Vivência, as salas de aula, o Bloco dos Professores, o Bloco Administrativo e a Reitoria (Chapecó), dispostos na busca da melhor exposição ao sol, com eixo colocado no sentido leste-oeste.

Nos *campi*, os blocos de salas de aula e de professores estão localizados próximos, e em Chapecó também ficam perto do prédio da Biblioteca. O Bloco Administrativo (previsto nos *campi* fora da sede) deverá situar-se contíguo ao Bloco dos Professores e ao ingresso principal no *campus*, proporcionando celeridade no tratamento de informações e legibilidade da Instituição.

Os laboratórios contam com instalações consideráveis, como capelas químicas e biológicas, zonas de descarte, instalações de gases e geradores. Esse fato implica certo distanciamento da zona acadêmica que permite o acesso não direto à praça central por meio de desníveis ou recuos, mas como elemento de convergência dos principais edifícios em todos os *campi*.

Em se tratando de acessibilidade, a Secretaria Especial de Obras (SEO), através da Diretoria de Projeto (DP), projeta as instalações definitivas da Universidade em conformidade com orientações descritas na norma ABNT NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Tal norma prevê acessibilidade universal, permitindo inclusive que pessoas com deficiência possam circular por todos os ambientes de uso coletivo da Instituição. Como exemplo prático, pode-se citar a interligação das áreas externas às edificações, através de calçadas, rampas e escadas dotadas com pisos podotáteis, bem como, mapas táteis que servirão de guia para que pessoas com deficiência visual possam deslocar-se com segurança e independência entre salas de uma mesma edificação, entre diferentes edificações,

espaços de recreação e espaços de uso comum. Em edificações com mais de um andar, a acessibilidade entre pavimentos é garantida através de elevadores e/ou rampas internas e externas. Também são contemplados nas edificações espaços adaptados para atender pessoas com deficiências, tais como banheiros, vestiários, equipamentos e mobiliário especial. Os exemplos citados são apenas aspectos macro de uma gama muito maior de itens previstos pela NBR9050/2015 e que estão sendo seguidos pela DP/SEO como diretriz na concepção de todos os projetos.

10.1 *Campus Cerro Largo*

O *Campus Cerro Largo-RS* é constituído por três áreas, sendo duas situadas nas franjas do perímetro habitado da cidade, de aproximadamente 275.000 m² e 405.000 m², que se localizam na Avenida Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, e outra, de quase 60.000m², que fica na Rua Major Antônio Cardoso, 590, centro da cidade.

A área maior, constituída por dois lotes, é destinada ao *campus* definitivo e localiza-se a 1,5 km do centro da cidade, de frente ao Parque Municipal de Exposições. As duas frações apresentam-se na forma de retângulos, possuem cotas altimétricas variando entre 170 e 230 e comprimento maior no sentido leste-oeste, totalizando aproximadamente 1600 metros de comprimento por 250 metros de largura. No terreno mais próximo ao centro, que denominamos fração 1, temos uma topografia ligeiramente plana próxima à testada do lote com declividades médias de 7% onde está construída a zona comunitária com R U e, futuramente, o Centro Esportivo. Logo após, uma inclinação mais rápida (20%) destinada a talude sem construções. No platô situado na parte mais alta – cota altimétrica 230 metros do nível do mar – está designada para a zona acadêmica por sua morfologia plana longe dos ruídos urbanos, com ótima potencialidade paisagística e com possibilidade de expansão na direção de fundos do terreno. O acesso se dá por uma avenida no sentido leste-oeste, na divisa da área da UFFS. Um acesso secundário pela Avenida Jacob Reinaldo Haupenthal corta o terreno em duas partes, desembocando no anel viário da zona acadêmica. Parte da fração 2 (fundos do terreno) apresenta topografia quase plana e por ser distante das zonas acadêmicas é destinada a zona agrícola.

A área intermediária é formada por seis lotes e fica em torno de 1 km do *campus* definitivo e 2,5 km da praça central. Apresenta geometria irregular e topografia do terreno um pouco acidentada. Destina-se exclusivamente para áreas experimentais.

A área menor, de aproximadamente 60.000m², refere-se ao antigo Seminário São José, localizado no centro do núcleo urbano. A Unidade Seminário é composta por uma capela e gruta, um ginásio de esportes e uma edificação de 04 andares, totalizando uma área construída de 5.759,66m². No início das atividades da UFFS, essa unidade

serviu como instalações provisórias e, nos dias atuais, é utilizada, predominantemente, para atividades administrativas, embora também para pedagógicas.

Por tratar-se de edificações antigas, com o decorrer dos anos foram feitas obras de melhorias para adequá-las às demandas da Universidade e também atender legislações específicas. Entre as mais relevantes, citam-se as reformas da rede elétrica, do ginásio de esportes e do prédio principal, visando atender às condições de acessibilidade.

10.2 *Campus* Chapecó

O terreno do *Campus* Chapecó-SC tem uma área de 916.000m², localiza-se no km 02 da Rodovia SC-484, em direção ao município de Guatambu-SC. O terreno possui a dimensão maior no sentido norte-sul, com aproximadamente 2000 metros de extensão, e em torno de 500 metros no sentido leste-oeste. O acesso pavimentado fica em média 14 km do centro, na direção oeste da cidade em uma área de expansão após o Bairro EFAPI e entorno das indústrias alimentícias BRF e Aurora. Em praticamente toda sua extensão o terreno confronta com um ribeirão e um olho d'água com mata ciliar a ser preservada. Anteriormente, o terreno era destinado à silvicultura e pastagens de gado bovino e nas proximidades encontram-se algumas dezenas de aviários. O terreno oscila entre as cotas altimétricas 590 e 660, apresenta declividades médias favoráveis à implantação de praças (5 a 10%) e em alguns pontos encontram-se banhados com zonas de bacias de drenagem pluvial com ligação para o ribeirão que atravessa a extensão do córrego.

Além da área definitiva do *campus*, a UFFS utiliza no centro da cidade de Chapecó um prédio alugado (Unidade Bom Pastor) para desenvolver atividades majoritariamente administrativas e de expedientes relacionadas à Reitoria.

10.3 *Campus* Erechim

Localizado na Rodovia ERS-135, km 78, distante de 1,7 km da BR-153, encontra-se o terreno que abriga o *Campus* Erechim, no Rio Grande do Sul (RS). A gleba possui 943.480,01m² de área disposta em um terreno de geometria irregular com 16 limites de divisa, apresenta sessão maior no sentido leste-oeste e está distante 12 km ao sul do centro urbano da cidade de Erechim, em direção à cidade de Getúlio Vargas.

O terreno pode ser dividido em duas grandes áreas generosamente trabalhadas por uma topografia acidentada e divididas por um magnífico vale com 40 metros de profundidade, onde se apresenta um córrego perene. Trata-se de uma região da cidade dedicada à agroindústria com destaque para a avicultura. A parte que margeia a

RS-135 foi destinada às zonas acadêmica e comunitária, na qual se procurou destinar a parte mais plana com inclinação de 7% para ocupação da praça central. Dessa forma, os edifícios tendem a ocupar as áreas terraplanadas.

As duas zonas – acadêmica e comunitária – estão separadas por um açude que está fazendo parte da implantação paisagística, servindo de borda d'água para os usuários do *campus*. Uma linha de transmissão de alta-tensão atravessa a extensão menor do *campus* na altura da cota 750 metros, onde está proposta a implantação de um centro esportivo. Araucárias, ipês-amarelos, cedros e pequenos bosques de árvores pioneiras serão preservados em íntima relação com a praça central. A conformação dessa praça, portanto, dar-se-á linearmente, ao contrário dos outros *campi*, situando os edifícios na porção maior faceando norte para evitar a insolação direta. A parte posterior do *campus* (mais próxima a BR-135, por seu afastamento da zona acadêmica, será dedicada às zonas experimentais – ambiental, meteorológica e agrícola). Ali, alguns cuidados demandados pela presença de córregos d'água e charcos e zonas de infiltração devem ser previstos.

O *Campus* Erechim está funcionando na área definitiva. Nesse local estão concentradas todas as atividades acadêmicas e administrativas.

10.4 Campus Laranjeiras do Sul

O terreno do *Campus* Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná (PR), constituído por três lotes contíguos, possui área total de 968.000,00m² e se encontra às margens da BR-158, km 405, aproximadamente a 6 km do centro urbano da cidade. O terreno apresenta grandes extensões de terras para reflorestamento, mata ciliar em torno do córrego e áreas dedicadas ao cultivo e à pecuária. Há áreas planas sem cobertura vegetal e estradas sem pavimentação no seu interior utilizado anteriormente como pequenos assentamentos da reforma agrária destinada à policultura. O cadastro nos mostra um terreno com geometria irregular com aproximadamente 2300 metros no sentido leste-oeste e 900 metros no sentido norte-sul. Algumas áreas planas no miolo do terreno são aproveitáveis para implantação da zona acadêmica. Uma zona agrícola será implantada mais ao fundo do terreno em uma região com declividades maiores. Uma área a montante da Sanga do Bigode, que divide o terreno em duas porções, será dedicada à zona de aquicultura com uma estação de piscicultura. Um *buffer* ou zona de amortização de 30 metros será resguardada para proteção de matas ciliares. Da mesma forma se dará com os 98.000m² confrontantes com o terreno a norte, em área destinado à preservação ambiental. Uma grande área plana em um dos cantos da geometria abriga o RU e futuramente a área esportiva. Existe previsão de local para construção do Centro de Pedagogia da Alternância e a Moradia, que complementam

o zoneamento a norte da implantação. Visitas ao local demonstraram que existe inclusive possibilidade de acessos múltiplos ao *campus* por estradas vicinais a oeste.

O *Campus* Laranjeiras do Sul está funcionando na área definitiva. Nesse local estão concentradas praticamente todas atividades acadêmicas e administrativas, exceto algumas atividades que utilizam espaços cedidos pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), em Vila Velha, Rio Bonito do Iguçu-PR.

10.5 Campus Passo Fundo

O terreno do *Campus* Passo Fundo-RS, constituído por dois lotes, tem área total de 50.321,00m², área construída de 3.824,24m² (edificações existentes quando da doação) e está localizado no centro da cidade, com frente para a Rua Teixeira Soares e fundos para a Rua Capitão Araújo, na quadra formada também pela Rua Uruguai e Avenida Sete de Setembro. A gleba apresenta forma geométrica irregular, topografia um pouco acidentada, cotas altimétricas variando entre 677 e 694, possui maior dimensão compreendida no sentido norte-sul, aproximadamente 260 metros de extensão, por 215 metros de largura no sentido leste-oeste.

Atualmente, com a conclusão do Bloco A e as obras de infraestruturas básicas, as atividades acadêmicas e administrativas do *Campus* Passo Fundo estão sendo desenvolvidas na área definitiva. Neste local também está sendo utilizado um pavimento de uma edificação tombada pelo patrimônio municipal, constituída de dois pavimentos e área total aproximada de 2.110,00m², que foi reformado (pavimento) em parceria com o Hospital São Vicente de Paulo e o Hospital da Cidade, para ser usada como ambulatórios-escola.

10.6 Campus Realeza

O terreno do *Campus* Realeza-PR, constituído por dois lotes contíguos, possui área total de 1.069.000,89m² e está localizado ao sul, nos limites do perímetro urbano da cidade. O acesso se dá pela Avenida Edmundo Gaievski, nº 1000, que liga a área urbana da cidade à Rodovia PR-182, Km 166. Parte da área faz divisa com essa rodovia, ficando também próxima da Rodovia PR-281, direção ao município de Santa Izabel do Oeste. O terreno anteriormente foi utilizado em grande parte para a lavoura, definindo assim sua cobertura vegetal. A exceção é um pequeno córrego com mata ciliar em uma das suas extremidades. Em função das declividades, de 7% a 15% aproximadamente, da posição do terreno em relação à cidade e da orientação solar, a implantação segue um esquema que prioriza a parte central, colocando ali os principais equipamentos

comunitários e a zona acadêmica. A implantação da área edificada do *campus* foi definida na área mais plana do terreno. Como nos outros casos, o sistema viário interno e os estacionamentos ficam dispostos de forma a conformar a praça central. A zona veterinária localiza-se próxima à rodovia estadual com o Hospital Veterinário e áreas externas de pastejo ao sul. Um grande número de redes de média tensão atravessa os limites do *campus*.

Atualmente, com a conclusão da primeira etapa do Complexo do Hospital Veterinário, praticamente todas as atividades acadêmicas e administrativas estão sendo desenvolvidas na área definitiva, com exceção de imóvel locado no centro da cidade para uso como Clínica de Nutrição.

10.7 Sistemas de Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da UFFS está vinculado administrativamente à Pró-Reitoria de Graduação através da Divisão de Bibliotecas. Atualmente, o Sistema é composto por seis bibliotecas, sendo uma em cada *campus*. A gestão do sistema de bibliotecas é realizada por um Comitê Gestor de Bibliotecas, integrado por representantes das bibliotecas e das pró-reitorias das atividades-fins da Universidade.

O Sistema de Bibliotecas visa:

1. Coordenar, orientar e padronizar os serviços das bibliotecas da Instituição, visando articular de forma sistêmica a promoção e uso de padrões de qualidade na prestação de serviços;
2. Otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia;
3. Propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados pelas bibliotecas, visando atender as demandas por informação de toda a comunidade acadêmica da UFFS.

10.7.1 Estrutura e acervo disponível nas bibliotecas

O espaço físico total, o número de computadores, o acervo bibliográfico físico e virtual do Sistema de Bibliotecas da Universidade está caracterizado nas Tabelas 28 a 31.

Tabela 28 – Características gerais das bibliotecas da UFFS

Biblioteca	Área Física (m ²)	Nº de Computadores	Nº de Títulos	Nº de Exemplares
Cerro Largo	256,82	8	3.576	17.314
Chapecó	444,50	22	8.060	40.707

Erechim	256,82	17	6.451	21.668
Laranjeiras do Sul	256,82	7	2.979	12.228
Passo Fundo	42,00	6	265	1.273
Realeza	256,82	18	2.532	13.298
TOTAIS	1.513,78	78	23.863	106.488

Fonte: Divisão de Bibliotecas da PROGRAD.

Tabela 29 – Acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas , por área de conhecimento

Denominação da área	Número da Área	Títulos	Exemplares
Ciência da computação, informação, obras gerais	000	835	5.224
Filosofia e Psicologia	100	1.394	7.111
Religião	200	177	390
Ciências sociais	300	7.858	34.429
Linguagem e Línguas	400	1.323	4.887
Ciências naturais	500	2.688	21.831
Tecnologia (Ciências aplicadas)	600	4.346	1.8631
Artes	700	1.096	2.029
Literatura e Retórica	800	2.496	4.700
Geografia e História	900	1.650	7.256
Total	-	23.863	106.488

Fonte: Divisão de Bibliotecas da PROGRAD.

Tabela 30 – Número de procedimentos de empréstimos e renovação de empréstimos nas bibliotecas da UFFS, no período de 1º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018

Biblioteca	Empréstimos	Renovação	Reservas
Cerro Largo	9.322	17.348	585
Chapecó	28.403	69.575	1.420
Erechim	14.202	20.588	855
Laranjeiras do Sul	8.599	9.714	683
Passo Fundo	1.257	2.493	88
Realeza	9.250	15.158	510
Total	71.033	134.876	4.141

Fonte: Divisão de Bibliotecas da PROGRAD.

Tabela 31 – Número de empréstimos realizados nas bibliotecas da UFFS, de acordo com as áreas do conhecimento, de 1º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018

Área	CAMPUS					
	Chapecó	Laranjeiras do Sul	Realeza	Cerro Largo	Erechim	Passo Fundo
Administração e Serviços Auxiliares	9.564	1.220	2	3.793	160	0
Agricultura e Tecnologias Correlatas	1.627	2.442	4.046	1.169	1.272	0
Artes	517	19	20	30	3.390	0
Astronomia e Ciências Correlatas	193	7	180	150	666	0
Ciência da Informação e Biblioteca	100	-	8	6	1	0
Ciência Política	1.734	133	21	194	1.029	27
Ciências Botânicas	740	1.263	523	1.491	592	0
Ciências da Saúde	12.741	96	7.330	459	119	3.735

Área	CAMPUS					
	Chapecó	Laranjeiras do Sul	Realeza	Cerro Largo	Erechim	Passo Fundo
Ciências da Terra	1.030	29	127	301	1.168	0
Ciências da Vida	2.536	1.557	3.629	1.743	894	461
Ciências Naturais e Matemática	11.717	3.273	1.931	2.385	2.188	0
Ciências Sociais	552	164	52	75	545	3
Ciência da Computação	5.399	33	3	80	12	0
Construção	3	5	0	46	436	0
Contabilidade	339	49	0	70	0	0
Costumes, Etiqueta e Folclore	131	0	21	0	60	0
Direito	656	188	83	292	272	0
Economia	3.676	2.296	66	1.174	990	54
Economia Doméstica e Vida Familiar	21	93	267	0	2	0
Educação	10.338	626	1.443	1.549	5.807	0
Engenharias e Operações Correlatas	1.277	254	90	1.425	1.907	0
Engenharia Química e Tecnologias Relacionadas	153	789	352	205	96	0
Esportes, Jogos e Entretenimento	95	0	1	5	40	0
Filosofia e Teologia	6.973	282	360	979	3.291	55
Física	1.535	1.225	1.929	2.863	1.387	0
Geografia/História e Disciplinas Auxiliares	7.270	306	418	192	4.240	0
Linguagem e Línguas	4.523	90	891	897	373	0
Literatura e Retórica	4.032	373	1.627	1.347	968	1
Problemas e Serviços Sociais	497	34	42	157	345	5
Química e Ciências Correlatas	273	1.005	1.800	3.474	853	0
Religião	312	0	20	24	187	0
Sociologia e Antropologia	4.413	270	360	619	2.822	5
Zoologia	168	201	636	551	48	0
Total	95.135	18.322	28.278	27.745	36.160	4.346

Fonte: Divisão de Bibliotecas da PROGRAD.

10.7.2 Serviços oferecidos pelas bibliotecas da UFFS

As bibliotecas fazem atendimento ao público durante cinco dias da semana, no horário de funcionamento das aulas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. O atendimento inclui a oferta dos seguintes serviços à comunidade universitária:

1. Consulta ao acervo: Catálogo on-line, no qual se podem realizar pesquisas sobre o acervo.
2. Empréstimo, reserva, renovação e devolução: Acesso livre ao acervo no qual se realizam as operações de empréstimo, reserva, renovação e devolução.
3. Empréstimos de notebooks: as bibliotecas contam com equipamentos disponíveis para empréstimo domiciliar e local.

4. Empréstimo entre bibliotecas: Solicitação de livros das bibliotecas de outros *campi* da UFFS para empréstimo.
5. Teleatendimento: Atendimento ao usuário para esclarecimento de dúvidas e auxílio em pesquisas.
6. Chat: Serviço de atendimento on-line para esclarecimento de dúvidas e auxílio em pesquisas.
7. E-mail: Cada uma das seis bibliotecas responde a mensagens enviadas pelos usuários, orientando-os no que for solicitado.
8. Acesso internet wireless: Acesso livre à rede de internet sem fio.
9. Acesso internet laboratório: Disponibiliza computadores para trabalhos acadêmicos e acesso à internet.
10. Serviço de referência on-line: Atendimento personalizado via chat aos usuários, prestando-lhes informações sobre questões bibliográficas, instrucionais ou de pesquisa.
11. Comutação bibliográfica: Através do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), orienta-se o usuário para cadastramento no COMUT. Obtenção de cópias de artigos de periódicos, teses, anais de congressos e partes de documentos, localizados em bibliotecas do país ou no exterior que fazem parte do programa, mediante pagamento de taxa. As bibliotecas dos *campi* onde são oferecidos cursos da área da saúde – Chapecó, Realeza e Passo Fundo – oferecem também o Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos (SCAD), no âmbito da Biblioteca Virtual em Saúde.
12. Orientação e normalização de trabalhos: Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de forma presencial, on-line e através de capacitações.
13. Catalogação na fonte: A catalogação na fonte refere-se à elaboração da ficha catalográfica, que é registrada no verso da página de rosto do livro produzido na UFFS. A ficha é feita quando a obra está em fase de impressão e é obrigatória para efeito de depósito legal de acordo com a ABNT.
14. Serviço de alerta: Através do Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, Pergamum, são enviados aos usuários avisos de retirada de livro, data de devolução, reserva disponível e informações relevantes sobre a biblioteca.
15. Visita guiada: Trata-se de visita agendada previamente por professores, diretórios acadêmicos, por grupos de alunos, que propicia o conhecimento da estrutura das bibliotecas e dos serviços oferecidos.

16. Serviço de Disseminação Seletiva da Informação: Através de cadastro no Pergamum, o usuário pode escolher as áreas do conhecimento sobre as quais deseja receber informações de novas aquisições relacionadas a sua pesquisa.
17. Divulgação de novas aquisições: Disponibiliza tutorial para acesso às obras adquiridas pela UFFS.
18. Capacitação no uso dos recursos de informação: Treinamento de usuários na utilização das fontes de informação disponíveis para acesso da comunidade acadêmica.
19. Redes sociais: As bibliotecas utilizam o Facebook e o Twitter institucional para divulgação de seus serviços e para compartilhar atualidades de interesse da comunidade acadêmico-científica da UFFS.
20. Portal de Eventos da UFFS: Recebe o conteúdo dos eventos aprovados na UFFS para gerar a publicação de anais eletrônicos. Para isto utiliza a plataforma *Open Journal System (OJS)*.
21. Portal de Periódicos da UFFS: O Portal de Periódicos Eletrônicos da UFFS visa organizar, por meio da plataforma *OJS*, a produção científica publicada pelos periódicos institucionais, tornando-a acessível à comunidade acadêmica e integrada às diferentes bases de dados e repositórios de informações científicas e tecnológicas, nacionais e internacionais.
22. Assessoria editorial: Esse serviço visa colaborar com a área da Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão na definição e implantação das políticas institucionais para a publicação de anais de eventos, boletins, periódicos e livros, seja no suporte impresso ou digital. Além disso, busca a inserção destes materiais no repositório institucional, contribuindo para a visibilidade da produção acadêmica, científica e cultural da Universidade. É responsável também pela solicitação de ISBN e ISSN, elaboração de ficha catalográfica e orientação à normalização da publicação.

10.7.3 Política de Desenvolvimento de Coleções da UFFS

A Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) define as diretrizes para a formação, conservação e disponibilização do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFFS, estando estreitamente alinhada à missão institucional, aos projetos pedagógicos de seus cursos e às necessidades de informação da comunidade universitária. A política foi aprovada mediante a Resolução Nº 6/CONSUNI CGAE/UFFS/2018, de 18 de setembro de 2018.

Considerando que a política orienta a formação dos acervos do Sistema de Bibliotecas da UFFS, ela deve ser constantemente avaliada e atualizada a fim de estar

em sintonia com o contexto da Instituição, acompanhar o desenvolvimento das áreas do conhecimento e a evolução informacional, incorporando novas mídias e tecnologias a seus acervos. A qualidade dos seus acervos é definida, diretamente, pela qualidade dos conteúdos selecionados pelas pessoas envolvidas com as áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.

A definição de uma política institucional de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas tem os seguintes objetivos:

- I. Estabelecer critérios para seleção e aquisição de material informacional que integram o acervo;
- II. Possibilitar a constituição de um acervo, impresso e em outras mídias, atualizado e equilibrado para atender adequadamente às demandas das atividades-fins da Instituição;
- III. Garantir o uso racional dos recursos financeiros disponíveis para aquisição de materiais para o acervo;
- IV. Normatizar o intercâmbio de publicações;
- V. Normatizar o recebimento de doações;
- VI. Traçar diretrizes para o desbastamento do acervo;
- VII. Traçar diretrizes para a avaliação do acervo;
- VIII. Estabelecer medidas preventivas de conservação do acervo;
- IX. Definir políticas de preservação das coleções.

O acervo das bibliotecas está em constante crescimento. Na seleção dos materiais que o compõe, utilizam-se como principal referência as bibliografias básicas e complementares constantes nos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação, obras que fazem parte das listas bibliográficas dos cursos ofertados pelos Programas de Pós-Graduação, obras para atendimento das necessidades dos projetos de Pesquisa e Extensão e de grupos de pesquisa, periódicos e obras de referência. No Quadro 21 apresentam-se metas anuais, em termos de número de exemplares, a serem atingidas nos próximos anos para o acervo do Sistema de Bibliotecas da UFFS.

Quadro 21 - Estimativa de ampliação do acervo bibliográfico, em número de exemplares

Ano	Meta em número de exemplares
2018	109.500
2019	130.000
2020	150.000
2021	160.000
2022	170.000

2023	180.000
------	---------

Fonte: PROGRAD/UFS, 2019.

10.7.4 Projeto de Acervo Acadêmico

A equipe da PROGRAD, em conjunto com a SETI, realizou estudos sobre a implantação do Projeto de Acervo Acadêmico, conforme instituído no Decreto nº 9235, de 15 de dezembro de 2017, em especial o Artigo 104, e na Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018, que estabeleceu (Art. 45) o prazo de dois anos para a conversão do acervo acadêmico para meio digital. Para isso, são necessárias algumas ações:

- Instituir um comitê gestor para elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico, conforme indicado na Portaria MEC Nº 315/2018, no Marco Legal da Educação Superior e, de maneira subsidiária, em suas normas institucionais;
- Definir o sistema informatizado responsável pela produção e manutenção da documentação acadêmica nato digital, de modo a manter a integridade e autenticidade, bem como dos documentos acadêmicos que forem convertidos para o meio digital;
- Definir as especificações técnicas e, na sequência, executar o processo de digitalização dos documentos acadêmicos que necessitem ser convertidos para o meio digital e inseri-los no sistema informatizado;
- Implantar e manter o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), plataforma destinada à preservação, manutenção da autenticidade e acesso de longo prazo à documentação acadêmica em meio digital.

Em relação à questão tecnológica, a SETI está realizando estudos sobre a formalização da criação, preservação e disponibilização de arquivos digitais, bem como os recursos necessários para essas ações.

10.8 Infraestrutura de laboratórios

Os laboratórios da UFS têm a finalidade de promover, à comunidade acadêmica, de forma plena, o desenvolvimento de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A UFS conta com um total de 16 (dezesesseis) pavilhões de laboratórios de aproximadamente 1.200 m² cada, sendo 4 (quatro) deles no *Campus* Chapecó e 3 (três) em cada um dos demais *campi*, além dos laboratórios do *Campus* Passo Fundo, alocados no Bloco A. Embora alguns dos espaços situados nesses pavilhões sejam utilizados como

laboratórios de apoio ou sejam exclusivamente destinados às atividades de Pesquisa e Pós-Graduação, aproximadamente 80% da área atende também a aulas práticas dos componentes curriculares dos cursos de Graduação, além de atividades de Extensão.

No *Campus* Chapecó, encontram-se 56 (cinquenta e seis) laboratórios distribuídos nos seus quatro pavilhões. Todos os treze cursos de Graduação fazem uso desses espaços. Dos cinquenta e seis laboratórios, a utilização por curso é a seguinte: 17 (dezesete) pelo curso de Agronomia; 16 (dezesesseis) – Engenharia Sanitária e Ambiental; 14 (quatorze) – Enfermagem; 13 (treze) – Ciências da Computação; 12 (doze) – Medicina; 8 (oito) – Licenciatura em Geografia; 10 (dez) – Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); 11 (onze) – Pedagogia; 5 (cinco) – Administração; 3 (três) – Licenciatura em História; 2 (dois) – Licenciatura em Filosofia; 3 (três) – Licenciatura em Ciências Sociais; e 2 (dois) pelo curso de Matemática. Desse modo, percebe-se que muitos dos laboratórios são utilizados por mais de um curso, o que demonstra economia de espaço e planejamento responsável, sem que haja, contudo, prejuízo aos estudantes e às atividades docentes. Esses mesmos laboratórios também são utilizados pelo Mestrado em Educação, Mestrado em Estudos Linguísticos, Mestrado em História, Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional e pelo Doutorado Interinstitucional em Educação Científica e Tecnológica

O *Campus* Erechim conta com 30 (trinta) laboratórios em seus três pavilhões. Todos os seus cursos de Graduação utilizam laboratórios para a realização de aulas práticas: Agronomia, 19 (dezenove); Arquitetura e urbanismo 15 (quinze); Ciências sociais 3 (três); Engenharia Ambiental e Sanitária 17 (dezesete); Filosofia 3 (três); Geografia 7 (sete); História 4 (quatro); Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza 13 (treze); Pedagogia 5 (cinco). Os cursos de Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Mestrado Profissional em Educação também utilizam os mesmos laboratórios, além do Doutorado Interdisciplinar em Arquitetura.

Nos três pavilhões de laboratórios do *Campus* Cerro Largo há 43 salas, das quais 40 (quarenta) são destinadas aos laboratórios, duas destinadas aos servidores técnico-administrativos vinculados aos laboratórios e uma ao Almoxarifado de Consumíveis. No entanto, embora haja essa destinação, os sete cursos de Graduação também fazem uso desses espaços: 21 (vinte e um) laboratórios são utilizados pelo curso de Agronomia; 16 (dezesesseis) pelo de Engenharia Ambiental e Sanitária; 17 (dezesete) pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; 6 (seis) pelo de Licenciatura em Física; 9 (nove) pelo de Licenciatura em Química; 1 (um) pelo curso de Licenciatura em Letras. O curso de Mestrado em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis também utiliza os laboratórios. Além desses citados, no Bloco A, ainda há um laboratório de Letras, dois de Informática e dois de Administração, que são utilizados por todos os cursos.

Na Unidade Seminário também há laboratórios: 01 (um) de Informática; 01 (um) de Paleontologia; 01 (um) de Projetos Sociais e 01 um de Administração (Incubadora).

No *Campus* Laranjeiras do Sul encontram-se 44 (quarenta e quatro) laboratórios distribuídos nos seus três pavilhões. Os sete cursos de Graduação de Laranjeiras do Sul fazem uso desses espaços. O curso de Agronomia utiliza 32 (trinta e dois) laboratórios; o de Engenharia de Aquicultura, 25 (vinte e cinco); Engenharia de Alimentos, 21 (vinte e um); Educação do Campo, 21 (vinte e um); Pedagogia 3 (três); e Ciências econômicas, 2 (dois). O Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável faz uso de todos os laboratórios, enquanto o Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos faz uso de 39 (trinta e nove) laboratórios.

O *Campus Realeza* conta com 34 (trinta e quatro) laboratórios em seus três pavilhões. Os seis cursos de Graduação de Realeza fazem uso desses espaços, obedecendo a seguinte distribuição: Ciências Biológicas 18 (dezoito); Física 16 (dezesesseis); Letras (Português e Espanhol) 7 (sete); Medicina Veterinária 20 (vinte); Nutrição 17 (dezesesseis); Química 16 (dezesesseis). Entre os cursos de Pós-Graduação, a Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional faz uso de 17 (dezesete) laboratórios e o curso de Especialização em Ciências Naturais e Sociedade utiliza 18 (dezoito) laboratórios. O Mestrado em Saúde, Bem-estar Animal e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul utilizará 20 (vinte) laboratórios.

O *Campus* Passo Fundo conta com 9 (nove) laboratórios para o atendimento do curso de Medicina, além de outros espaços complementares e de apoio.

Por fim, vale ainda destacar que, também contabilizadas como laboratórios e distribuídas em quatro dos seis *campi* da UFFS, as Centrais de Análise, através dos seus equipamentos de alta performance, podem ser utilizadas para as mais variadas análises, ampliando a gama de disponibilidades das pesquisas institucionais.

Todos os laboratórios em que acontecem aulas práticas contam com quadro branco, tela de projeção, Datashow e acesso à Internet. Embora o acesso à rede mundial de computadores não seja o objetivo principal da maioria das aulas a serem realizadas nesses espaços, esse acesso faz-se necessário para a atualização de *softwares* interligados a muitos dos equipamentos dos laboratórios e para a atualização de dados experimentais concernentes às atividades ministradas nas práticas (dados que, na maioria dos casos, também estão vinculados ao uso dos equipamentos).

Os laboratórios também contam com condicionadores de ar, no intuito de manter esses ambientes constantemente climatizados. A realização de muitos experimentos tornaria-se prejudicada sob oscilações na temperatura ambiente, o que se corrige com a presença de um aparelho de ar condicionado. Além disso, há vários equipamentos alocados nesses espaços que emitem calor durante o seu funcionamento, de modo

que correriam o risco de avarias se fossem submetidos a temperatura ambiente acima de 30-35°C.

Embora os laboratórios disponham de estruturas físicas e de equipamentos que atendem satisfatoriamente a maioria dos cursos, ainda existem demandas pontuais para o pleno atendimento institucional:

- Completar as aquisições de equipamentos para o atendimento dos cursos de medicina;
- Ampliações de espaços para atendimento de demandas alternativas, como o museu biológico e o Laboratório interdisciplinar de formação de educadores (Life), entre outros;
- Completar as estruturas de bancadas laboratoriais (suprimidas das obras ou não adquiridas ainda);
- Reposição de equipamentos sem possibilidade de restauro/manutenção.
- Adquirir equipamentos complementares para o pleno atendimento das demandas de todos os cursos;
- Adquirir suprimentos para o pleno atendimento de todas as demandas funcionais dos laboratórios;
- Viabilizar a adequada acessibilidade às atividades laboratoriais (fazer completo diagnóstico das necessidades de ajustes e então a viabilização das implementações, este encaminhamento será feito conforme estabelece a Portaria 1181/GR/UFFS/2018).
- Estruturar a segurança dos bens institucionais através de controles de acesso por vigilância eletrônica centralizada, com câmeras de vigilância instaladas nos prédios de laboratórios (janelas e corredores).

10.8.1 Diretrizes apontadas pela II COEPE relacionadas aos laboratórios

A implementação de prestações de serviços utilizando as estruturas laboratoriais é uma possibilidade de expansão da atuação da UFFS, sobretudo no atendimento de demandas regionais, quanto ao controle de qualidade de água, à análise de combustíveis, de solo, de alimentos, entre outros. O aparato de equipamentos disponíveis nos laboratórios, ao mesmo tempo que abre um leque de possibilidades de serviços, requer decisões de gestão e redimensionamentos, pois além de envolver os espaços e equipamentos que hoje estão destinados para o ensino, também demandará mão de obra qualificada e atendimento das orientações legais (credenciamentos, certificados) para prestação de serviço.

Destaca-se, também, a criação de um banco de sementes crioulas na UFFS, cuja ação está relacionada com a forma de contribuição da Instituição para a segurança alimentar, especialmente na busca de alternativa sustentável para a agricultura familiar relacionada ao modelo agroecológico focado em resgates de metodologias, desenvolvimento de novas práticas de produção, no uso de novas tecnologias e na constituição de novas relações com o ambiente e com a sociedade. Sua implementação dependerá da destinação de espaço específico para tal, com estrutura adequada (inclusive refrigeração) para a conservação das sementes e equipe para coordenar as atividades, conforme o foco a ser implementado.

10.9 Infraestrutura de áreas experimentais

A UFFS conta com 5 (cinco) espaços denominados “áreas experimentais”, os quais estão localizados junto aos *campi* Cerro Largo (77.839,63m²), Chapecó (347.930,10m²), Erechim (247.307,55m²), Laranjeiras do Sul (474.366,35m²) e Realeza (260.216,25m²). Esses espaços atendem as demandas práticas dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Nutrição, Engenharia de Aquicultura, Biologia e Engenharia Ambiental, além de atividades envolvendo pesquisas e programas de Extensão. Sobre a estruturação física das áreas experimentais, cada *campus* conta com um galpão de aproximadamente 500m², que serve de abrigo aos implementos e, futuramente, com a execução do *layout* interno, comportarão espaços para diferentes finalidades, como depósito, oficinas para manutenção dos implementos, salas para aulas práticas, entre outros. Além disso, as áreas experimentais contam com plantel de maquinários agrícolas que atende às diferentes demandas daqueles espaços, além dos suprimentos agrícolas, que anualmente são adquiridos. O *Campus* Cerro Largo e Laranjeiras do Sul contam com 2 (duas) unidades de estufas agrícolas cada uma, e o *Campus* Realeza, com uma unidade. Cerro Largo conta, também, com uma unidade de Viveiro Agrícola (propagação/fruticultura/florestais). As estruturas de estufas agrícolas e viveiros possibilitam atividades práticas, de pesquisa e extensão com uso de plantas em ambientes com controle ambiental.

As áreas experimentais têm a finalidade de promover, à comunidade acadêmica da UFFS, de forma plena, o desenvolvimento de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Para cumprir suas finalidades, as áreas experimentais devem:

- I. disponibilizar infraestrutura e pessoal para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- II. priorizar as atividades de ensino e treinamento de estudantes de Graduação e Pós-Graduação dos cursos da UFFS sobre as demais atividades, no planejamento do uso das áreas experimentais;
- III. atuar como geradora e promotora de tecnologias para a região de abrangência da UFFS;
- IV. proporcionar espaço para atividades científicas para a integração de projetos da UFFS com outras instituições de ensino, de pesquisa e de extensão.

Embora esses espaços apresentem estruturas que contemplam muitas das necessidades institucionais, ainda existem diversas implementações necessárias. Entre elas, estão:

- Complementação dos galpões agrícolas;
- Cercamento das áreas;
- Disponibilidade de redes de energia;
- Disponibilidade de redes de água;
- Construções de estruturas para aquicultura;
- Construções de rampas de lavagens de maquinários;
- Construções de estações de descontaminação;
- Construções de estufas agrícolas para o pleno atendimento das demandas;
- Aquisição de equipamentos complementares;
- Aquisição de suprimentos para o pleno atendimento de todas as demandas funcionais das áreas experimentais;

10.10 Infraestrutura do Hospital Veterinário

A UFFS conta com um Complexo Hospitalar Veterinário (CHV) localizado no *Campus* Realeza, com área total construída de mais de 5.000 m², onde se encontra a Superintendência Unidade Hospitalar Veterinária (SUHVU), com complexa estrutura de equipamentos que permitem a realização de atividades práticas atendendo ao curso de Medicina Veterinária, bem como o atendimento a algumas demandas da comunidade regional. A SUHVU-RE possui como finalidades precípua:

- I. Servir como referência de suporte e apoio às atividades do ensino de Graduação e Pós-Graduação, pesquisa e extensão, vinculadas à UFFS, ao *Campus*, ao Curso de Medicina Veterinária, bem como aos demais cursos:

- a) dar condições e garantias para a execução, funcionamento e desenvolvimento do ensino em Medicina Veterinária;
 - b) apoiar programas e projetos de ensino;
 - c) apoiar programas e projetos de pesquisa;
 - d) apoiar programas e projetos de extensão à comunidade.
- II. Oferecer serviços de atendimento médico-veterinário à comunidade;
- III. Possibilitar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional para acadêmicos da UFFS e de outras instituições de ensino, por meio de Programas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ECSO) e Não Obrigatório (ECSNO).
- IV. Contribuir para a atualização e renovação do conhecimento na área de Medicina Veterinária, proporcionando formação continuada supervisionada pelos docentes do Curso de Medicina Veterinária da UFFS para médicos veterinários regularmente inscritos no Sistema CFMV/CRMV;
- V. Promover eventos de natureza técnica, científica e cultural, em parceria com a comunidade acadêmica e regional, buscando constantemente a aquisição e a difusão de novos conhecimentos.

Os setores que compõem e integram a totalidade da SUHVU são:

I - **Apoio**: atua como suporte aos serviços que não são ligados diretamente às atividades médico-veterinárias, porém dão sustentação a sua realização. Podem-se elencar as atividades de farmácia central, almoxarifado, lavanderia hospitalar, central de materiais e esterilização, copa, entre outros;

II - **Biotério**: serviço responsável pela produção de animais de laboratório, por meio da aquisição, criação, reprodução e comercialização de espécimes, para atividades de ensino e/ou pesquisa (em implantação de atividades);

III - **Clínica médica de animais de companhia**: setor que tem como atribuições as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes à clínica médica dos animais de companhia, incluindo atendimentos, tratamentos hospitalares, prescrições, coletas de materiais para exames, entre outros;

IV - **Clínica cirúrgica de animais de companhia**: setor que tem como atribuições as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes à clínica cirúrgica dos animais de companhia, incluindo atendimentos, tratamentos cirúrgicos, prescrições, diagnósticos, entre outros;

V - **Clínica médica e cirúrgica de animais de produção**: setor que tem como atribuições as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes à clínica médica e

cirúrgica dos animais de produção, incluindo atendimentos, tratamentos hospitalares, prescrições, tratamentos cirúrgicos, colheitas de materiais para exames, entre outros;

VI - **Clínica médica e cirúrgica de animais silvestres e exóticos**: setor que tem como atribuições as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes à clínica médica e cirúrgica dos animais silvestres e exóticos, incluindo atendimentos, tratamentos hospitalares, prescrições, tratamentos cirúrgicos, colheitas de materiais para exames, entre outros;

VII - **Diagnóstico por imagem**: setor que tem como atribuições as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes ao diagnóstico por imagens, incluindo produção de exames radiográficos, ultrassonográficos, endoscópicos, entre outros;

VIII - **Diagnóstico laboratorial**: setor que tem como atribuições as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes aos diagnósticos obtidos a partir de exames laboratoriais, incluindo produção de exames hematológicos, bioquímicos, urinários, microbiológicos, infecciosos, parasitários, entre outros;

IX - **Morfologia e patologia**: setor que tem como atribuições as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes ao estudo morfológico e patológico, incluindo produção de peças anatômicas, patológicas, exames necroscópicos, citológicos, histopatológicos, imuno-histoquímicas, entre outros;

X - **Reprodução Animal**: setor que tem como atribuições as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes à reprodução animal, afecções reprodutivas e biotecnologia aplicada à reprodução animal, incluindo produção de exames andrológicos, ginecológicos, controles reprodutivos de rebanhos, manipulação e produção de embriões, entre outros.

Componentes curriculares que têm suas demandas atendidas pela SUHVU:

- Anatomia dos Animais Domésticos I;
- Anatomia dos Animais Domésticos II;
- Anestesiologia Veterinária;
- Cirurgia de Pequenos Animais;
- Clínica dos Animais de Companhia;
- Clínica, Manejo e Preservação de Animais Silvestres;
- Diagnóstico Laboratorial Veterinário;
- Diagnóstico por Imagem em Medicina Veterinária;
- Fitoterapia em Medicina Veterinária;
- Obstetrícia Veterinária;

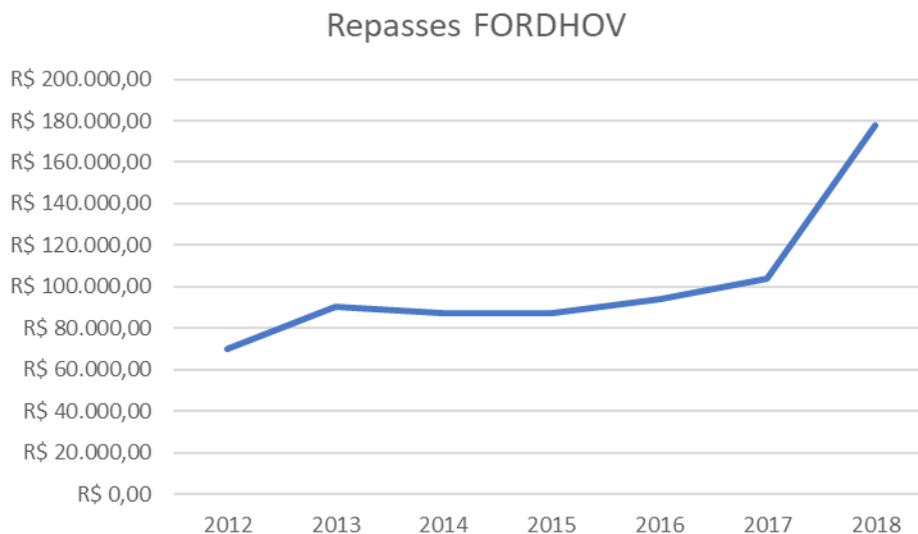
- Patologia Especial Veterinária I;
- Patologia Especial Veterinária II;
- Patologia e Clínica Cirúrgica Veterinária;
- Prática Hospitalar Veterinária;
- Semiologia Veterinária;
- Técnica Cirúrgica Veterinária.

A SUHVU-RE é integrante do Fórum Nacional dos Dirigentes dos Hospitais Veterinários Universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (FORDHOV), constando em sua planilha orçamentária para recebimento anual de recursos provenientes do MEC, os quais se destinam para uso exclusivo de aquisição de bens de consumo pelos HVUS/IFES.

Ao longo dos anos, devido ao crescimento de atividades e expansão física da SUHVU, como a ocupação da primeira etapa de construção do CHV, aquisição de novos equipamentos e ampliação de setores que fazem parte de sua composição, os recursos recebidos através do FORDHOV têm se ampliado proporcionalmente:

2012: R\$ 70.273,26
2013: R\$ 90.478,87
2014: R\$ 87.540,93
2015: R\$ 87.540,93
2016: R\$ 94.145,23
2017: R\$ 104.151,54
2018: R\$ 177,821,00

Gráfico 1: Repasses do Fórum Nacional dos Dirigentes dos Hospitais Veterinários Universitários das Instituições Federais de Ensino Superior



Os números apresentados no gráfico anterior não consideram cortes aplicados durante a execução orçamentária e revelam a curva de crescimento em que a SUHVU se encontra, principalmente após a ocupação da primeira etapa de construção do CHV. Podemos observar graficamente a seguir:

Esse crescimento constante permite que o atendimento à comunidade interna e regional também seja ampliado. Desde 2012 a SUHVU presta atendimento à comunidade regional atendendo a pacientes com as mais diversas enfermidades. Em 2017, 1845 pacientes foram atendidos e foram realizados mais de 7000 exames complementares às consultas clínicas.

No âmbito acadêmico foi implantado o Programa de Mestrado em Saúde, Bem-estar Animal e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul, que já possui 35 acadêmicos matriculados.

A escalada ascendente das atividades e a própria estrutura da SUHVU revelam que se segue o caminho traçado em busca da excelência no ensino, transformando a comunidade na qual se encontra inserida, tornando-se referência nacional para outros hospitais veterinários e instituições de ensino.

No entanto, para continuidade dessas ações e desse crescimento, faz-se necessário um planejamento institucional que norteie os próximos passos a serem desenvolvidos e implantados, dentre os quais se destacam:

- Ampliação do número de servidores: a SUHVU atualmente enfrenta um dilema de como ampliar suas atividades, aprimorar seus fluxos, trazendo uma maior eficiência e qualidade em seus atendimentos, sendo que não há servidores em número suficiente para tal. Essa ampliação é fundamental para atingir o potencial da SUHVU como Hospital Veterinário referência.
- Execução da segunda etapa de construção do CHV, especialmente baias e centro cirúrgico para animais de produção (bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equinos): a SUHVU atendente majoritariamente animais de companhia (cães e gatos) e silvestres. Há na região demanda reprimida para o atendimento de animais de produção, aos quais raramente se consegue atender e, quando isso ocorre, é de maneira adaptada e em espaços impróprios. Alguns CCRs, relacionados a animais de produção, precisam constantemente realizar viagens a campo para repassar conteúdo prático aos acadêmicos, o que aumenta os custos e os perigos aos envolvidos, assim como compromete a qualidade do ensino.
- Cobertura entre os blocos da SUHVU: por questões de segurança sanitária, os blocos da SUHVU-RE possuem alguns metros de distância entre si, o que dificulta o deslocamento de pacientes entre os blocos em dias chuvosos.

- Instalação de geradores de energia: embora a rede de energia elétrica que atende a SUHVU-RE e a todo o *Campus* Realeza seja relativamente nova, não está livre de intercorrências e interrupção no fornecimento. A SUHVU, recebendo diversos pacientes por dia e realizando vários procedimentos cirúrgicos toda semana, não pode ficar à mercê do acaso para manter seus equipamentos funcionando. Principalmente em cirurgias, equipamentos de suporte vital não podem ficar desabastecidos, pois colocam a vida do paciente em risco. Em laboratórios, quando há queda no fornecimento de energia elétrica, amostras são perdidas e é necessário recoletar amostras do paciente que, muitas vezes, já foi liberado. Em outras situações ocorre dano a equipamentos que estavam ligados durante essas oscilações no fornecimento. Assim, fica evidente a importância de geradores elétricos para abastecer os blocos da SUHVU em caso de interrupção do fornecimento regular de energia elétrica da concessionária contratada.
- Instalação de usina de oxigênio: o gás mais consumido dentro de qualquer hospital é o Oxigênio, representando boa parte dos custos com gases. Atualmente, ele é adquirido através de recargas de cilindros, que envolve uma logística de entrega por parte da empresa contratada e depende do sucesso em processos licitatórios para seu fornecimento. Um gerador próprio de oxigênio permitirá a utilização mais ampla deste gás medicinal e possibilitará um controle maior sobre sua qualidade.
- Câmara fria própria: há dois espaços para instalação de câmaras refrigeradas no CHV, no entanto tais espaços precisam receber o revestimento e os motores adequados para o funcionamento. Atualmente, para atender as demandas de conservação de carcaças, peças e cadáveres, loca-se uma câmara frigorífica tipo contêiner; no entanto, o custo tem se mostrado oneroso, pois o valor equivalente a dois anos de locação possibilita obter-se o mesmo bem.
- Instituição de cobrança por serviços prestados e contratação de fundação para administração destes recursos: os recursos institucionais recebidos pela SUHVU tem se mostrado insuficientes para fomentar a demanda recebida da comunidade, sendo que, atualmente, limitam-se os atendimentos para não haver extrapolação dos recursos disponíveis. O sistema de cobrança visa subsidiar as atividades que a UFFS não tem condições de manter gratuitamente, mas que a SUHVU pode atender dentro da sua estrutura física, ampliando ainda mais o seu alcance de atuação e permitindo que mais pessoas usufruam dos serviços prestados.
- Informatização dos atendimentos: ferramentas de gestão são utilizadas em várias situações ao longo do tempo dentro das instituições, seja para prever o estoque da próxima semana, seja para elaborar um planejamento a longo prazo. Na SUHVU não existe nenhuma ferramenta semelhante, sendo que todos os controles – de

atendimentos, pacientes, prontuários, exames – é feito de forma manual, o que não permite ter um dinamismo nos momentos mais cruciais de decisões gerenciais. O tempo empregado em alimentar planilhas e emitir relatórios é demasiado grande e passível de erros e falhas, o que torna um *software* de gestão hospitalar essencial para a confiabilidade das informações e sua segurança. Por vezes, acadêmicos precisam buscar em diversos prontuários simples informações que um sistema gerencial poderia oferecer de forma rápida e fácil.

- Aquisição de materiais e equipamentos: a Medicina Veterinária, assim como todas as ciências, encontra-se em constante evolução, sendo que novos métodos e novos equipamentos surgem todo ano, facilitando e aprimorando o atendimento e diagnóstico aos pacientes. Nesse contexto, é essencial manter-se a aquisição dos materiais de consumo, que são básicos para todas as atividades desenvolvidas, ao mesmo tempo em que é fundamental adquirir novos equipamentos, mais modernos, eficientes e duradouros, que permitirão desbravar áreas da Medicina Veterinária que não se alcança hoje. Um exemplo são os equipamentos de endoscopia e tomografia, que possibilitarão diagnósticos por imagem mais precisos e confiáveis; outro são os equipamentos de ultrassom portáteis, que permitirão o seu uso em animais de produção em piquetes, baias ou ao campo. O investimento na renovação e aquisição de materiais e equipamentos é pilar para o pleno funcionamento da SUHVU.
- Saúde e segurança dos servidores: existem diversos riscos na SUHVU, em diversos espaços distintos, como físico, químico e biológico. A preocupação em manter os servidores protegidos de tais riscos culmina com diversas ações preventivas e normativas, desde a coleta do resíduo infectante e lixo hospitalar, passando pelo seu acondicionamento e destinação final, até a contratação de empresa específica para monitorar os níveis de radiação a que os operadores de raios-X ficam expostos. Entende-se que a proteção dos servidores deve ser prioritária, constando nos planos institucionais e recebendo aplicações de recursos para aquisições de EPIs, treinamentos, exames periódicos, monitoração ambiental, entre outros.
- Viabilização de adequada acessibilidade às atividades: está pendente um completo diagnóstico das necessidades de ajustes e, então, a execução das implementações.

A Secretaria Especial de Laboratórios (SELAB) é o órgão da UFFS responsável pela coordenação dos processos de estruturação e manutenção funcional dos laboratórios, hospital veterinário e das áreas experimentais de todos os *campi*. Ela estabelece não apenas políticas de funcionamento desses espaços, mas principalmente diretrizes para a aquisição de materiais a serem neles utilizados, com vistas às necessidades

das aulas práticas dos cursos de Graduação, sem que isso, entretanto, represente impedimento às atividades de pesquisa e extensão que compartilham desses materiais.

A SELAB centraliza as demandas conduzidas nos laboratórios, hospital veterinário e nas áreas experimentais de todos os *campi* e transforma essas demandas em pedidos de compra, que são enviados à Superintendência de Compras e Licitações (SUCL) da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROAD). Isso pressupõe, em atendimento à legislação pertinente e ao manual de compras da DCL, a organização, a adequação e a formatação dos pedidos, bem como uma ampla pesquisa de preço para todos os objetos demandados. A SELAB também centraliza a execução do orçamento destinado a laboratórios, áreas experimentais e hospital veterinário e coordena os processos de aceite, empenho e fiscalização de seus pregões eletrônicos. Por meio dessa secretaria, foram investidos R\$ 36.3 milhões em equipamentos e R\$ 12.1 milhões em materiais de consumo para laboratórios, áreas experimentais e hospital veterinário.

Assim, de maneira conjunta, os laboratórios, as áreas experimentais e o hospital veterinário da UFFS proporcionam produção científica e desenvolvimento tecnológico e inovação de processos e produtos, de modo a atender, em especial, as demandas das suas regiões e comunidades circunvizinhas.

Cinco dos *campi* contam também com uma central de resíduos, que proporciona o acondicionamento adequado de todos os resíduos que são produzidos na Instituição, até sua coleta.

10.11 Laboratórios de Informática

Atualmente estão disponíveis laboratórios de informática em cada uma das unidades, com os equipamentos, descritos na Tabela 32.

Tabela 32 – Laboratórios de Informática e computadores em outros ambientes educacionais para uso dos estudantes

Campus	Nº de laboratórios de Informática	Computadores Desktop	Projeter Multimídia
Cerro Largo	3	150	3
Chapecó	14	369	54
Erechim	3	97	2
Laranjeiras do Sul	2	101	2
Passo Fundo	1	32	1
Realeza	3	85	3
TOTAL	26	834	65

Fonte: SETI, 2018.

Adicionalmente, a UFFS possui 1621 computadores (desktop e notebook) distribuídos em outros ambientes educacionais, como bibliotecas, centrais analíticas, salas de estudo, laboratórios de pesquisa, ensino e Life, para uso dos estudantes.

10.11.1 Relação computador/estudante

A relação computador/estudante, considerando outubro de 2018 como mês-base, em que estão registrados 7875 estudantes de Graduação e 1296 de Pós-Graduação (incluídos os de Residência Médica), totalizando 9171 estudantes, e considerando os computadores em laboratórios de informática e em outros ambientes para uso dos estudantes, que totaliza 2455 unidades, obtém-se uma relação de 1 computador para cada 3,7 estudantes. Contudo, as turmas que utilizam os laboratórios de informática são dimensionadas de maneira que se ofereça um computador por aluno.

Em termos de inovações tecnológicas significativas, destaca-se que a UFFS possui 17 salas/equipamentos de videoconferência distribuídas nos *campi* e na Unidade Reitoria, inclusive em auditórios, o que gera economia de tempo e de gastos, maior praticidade e integração entre os *campi*. Esse recurso é utilizado para reuniões administrativas, acadêmicas, defesas de dissertações e teses, além de transmissão de eventos *intercampi*. Como alternativa às salas de videoconferência, a UFFS possui o sistema Avaya Scopia, que pode ser instalado nos computadores para a realização de videoconferências. A biblioteca disponibiliza notebooks para empréstimo aos discentes (pelo menos 5 unidades em cada campus/unidade da UFFS). Adicionalmente, os discentes têm acesso a uma plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Moodle, integrada ao sistema acadêmico, para apoio ao ensino presencial de todos os componentes curriculares em que estão matriculados.

10.11.2 Recursos tecnológicos e de audiovisual

A Secretaria Especial de Tecnologia e Informação gerencia um Datacenter, construído sob as melhores práticas de mercado, incluindo climatização de precisão, fonte de alimentação ininterrupta (*nobreak*), grupo gerador e sistema de detecção e combate a incêndio com gás FM200. Mantém cerca de 260 servidores virtuais e possui uma capacidade de armazenamento de 160 terabytes. O sistema de cópia de segurança de dados relevantes (backup) é composto por uma biblioteca robotizada de fitas (Tape Library) e um storage de backup com deduplicação de dados com capacidade líquida de 80 terabytes. O Datacenter, localizado na cidade de Chapecó, hospeda de forma centralizada todos os sistemas de informações administrativos e acadêmicos da Universidade. Eles atendem grande parte dos processos institucionais e são acessíveis através de portais web. Os portais, de acordo com tipo de vínculo com a Instituição, são utilizados por setores, servidores, estudantes, fornecedores, parceiros e comunidade regional. As tecnologias utilizadas no desenvolvimento de sistemas são largamente empregadas e recomendadas no âmbito governamental, estando alinhadas às

boas práticas de desenvolvimento. Também estão hospedados no Datacenter todos os sistemas responsáveis por disponibilizar serviços relacionados às Tecnologias de Informação e Comunicação, como o repositório de arquivos e o sistema de e-mail.

O parque informático da UFFS conta com 3827 computadores, sendo 2773 desktops e 1054 notebooks, utilizados pela Administração, cursos de Graduação e Pós-Graduação e pesquisa.

A comunicação de dados entre os *campi* e com a Internet é servida por enlaces de 100 Mbps em cada *campus* e unidade, exceto Cerro Largo, que tem 10 Mbps, e o *Campus* Chapecó, que tem conexão a 1 Gbps em função do Datacenter, todos fornecidos pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

No âmbito da telefonia, são 1400 ramais DDR e 6 trocos E1 (150 canais), além do serviço de Fone@RNP, que atua no encaminhamento de chamadas pelo backbone de alto desempenho da RNP (Rede Ipê) e possibilita aos usuários a comunicação telefônica sem custo (quando a instituição destino também oferece o mesmo serviço), para telefones fixos na rede pública e inclusive para algumas universidades ao redor do mundo.

Todas as edificações da UFFS são equipadas com infraestrutura para acesso à rede de computadores e Internet por cabos metálicos, ópticos ou por tecnologia sem fio. Atualmente, todas as salas de aula de todas as unidades e *campi* dispõem de projetor multimídia.

O fornecimento de postos de trabalhos e de equipamentos de informática para servidores da carreira administrativa tem sido praticado pela Instituição, atendendo um posto de trabalho por servidor.

Outras informações referentes às tecnologias de informação e comunicação podem ser encontradas de forma atualizada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) <https://www.uffs.edu.br/institucional/secretarias/especial_de_tecnologia_e_informacao/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/texto-rico>.

10.12 Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI

A seguir descreve-se o resumo do processo de expansão conduzido pela Reitoria, pelo Conselho Universitário e Conselho Estratégico Social. Destaca-se que a última fase não chegou a ser realizada e não há publicização dos resultados. Todos os documentos descritos abaixo estão na Secretaria-Executiva dos Órgãos colegiados (SECOC), bem como todos os projetos de expansão entregues pelas regiões interessadas. Devido ao

grande conjunto de dados e informações e como até o presente momento não houve deliberação por parte dos órgãos colegiados, pretende-se anexar a este plano de desenvolvimento os resultados assim que consolidados e aprovados.

- Pauta tratada pelo Conselho Estratégico Social (CES), Conselho Universitário (CONSUNI) e representantes das microrregiões;
- Portaria nº 389/GR/UFFS/2014 aprovou, *ad referendum* do CONSUNI, a metodologia para a elaboração do Plano de Expansão Interna e Externa da UFFS (Homologada pela Resolução nº 11/2014-CONSUNI);
- Em 03 de julho de 2014, no Centro de Eventos de Chapecó, ocorreu a 1ª Sessão Extraordinária Ampliada do Conselho Estratégico Social, que reuniu em torno de 1.500 pessoas para a apresentação das propostas de novos *campi* formuladas pelas microrregiões;
- Portaria nº 107/GR/UFFS/2015 designou a comissão de sistematização das propostas de expansão interna e externa (prorrogada pelas portarias nº 0262/GR/UFFS/2018 e nº 1229/GR/UFFS/2015);
- Essa comissão trabalhou na compilação e análise dos projetos e na 1ª Sessão Extraordinária Conjunta de 2015 do CONSUNI e do CES, realizada em 27 de março de 2015, quando ocorreu a análise preliminar das propostas;
- Entre os meses de abril e maio de 2015 foi realizada pesquisa junto aos conselheiros e representantes das regiões, para definição dos critérios de classificação das propostas de novos *campi*;
- Posteriormente, a comissão trabalhou no afinamento dos critérios, que passaram, num primeiro momento, de mais de 800 (oitocentos) para 32 (trinta e dois) e, posteriormente, de 32 (trinta e dois) para 7 (sete) critérios, que são: (1) IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – região; (2) Número de alunos cursando o ensino superior – região; (3) Número de habitantes de 18 anos ou mais com ensino médio completo – região; (4) População residente – total – região; (5) População Residente em Área Urbana – município sede da proposta; (6) Acessos pavimentados importantes – município sede da proposta; e (7) ENEM – participantes – região.
- Na 2ª Sessão Extraordinária Conjunta de 2015 do CONSUNI e do CES, realizada em 04 de novembro de 2015, a Comissão apresentou os sete critérios. Não havendo concordância quanto ao trabalho apresentado, foi definido que os conselheiros e os representantes das regiões teriam um mês para encaminhar novas propostas de critérios, com justificativa, para a Secretaria dos Órgãos Colegiados. Com

isso, a Comissão faria o trabalho técnico de sistematização para apresentação na próxima reunião.

- Ainda na 2ª Sessão, o Presidente propôs que, para os *campi* novos, fossem apresentados 4 (quatro) cursos principais e 3 (três) suplentes e para os *campi* existentes, 3 (três) cursos novos e 3 (três) suplentes. Em 11 de março de 2016 foi encaminhado Ofício nº 2/SECOC/UFFS/2016 aos representantes das microrregiões que pleiteiam *campus* da UFFS, para que enviassem até 09 de maio a lista dos cursos pretendidos. No mesmo dia (11 de março) ainda foi enviado o Memorando Circular nº 1/SECOC/UFFS/2016 aos diretores de *Campus*, solicitando que enviassem também até 09 de maio a lista dos cursos pretendidos no respectivo *campus*.
- Na sequência, não foram mais realizadas reuniões para debate da expansão, considerando o cenário pouco favorável apresentado pelo Ministério da Educação. Quando o cenário se mostrar favorável, os trabalhos serão retomados.

No PPA 2016-2019 produziu-se uma previsão de investimentos com base em três cenários de disponibilidade orçamentária para obras e infraestrutura (8 milhões, 15 milhões e 30 milhões)¹. Ressalta-se que muitas metas previstas no PPA foram postergadas, devido à disponibilidade orçamentária e, por isso, elas se encontram previstas para o quinquênio do PDI (2019-2023), podendo ser visualizadas no Anexo I deste documento.

.....
¹ O Plano Plurianual 2016-2019 da UFFS pode ser visualizado em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/planejamento/plano-plurianual>

11 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Orçamento é instrumento legal em que são previstas as receitas e fixadas as despesas de um determinado ente público, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas relevantes.

De acordo com a Lei 4.320/64 e a Constituição Federal/1988, ao estabelecerem os fundamentos da transparência orçamentária, explicitam os princípios básicos do orçamento público: princípio da unidade – o orçamento deve ser uno, evitando múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política; princípio da universalidade – cada ente deve conter todas as receitas e despesas mantidas pelo Poder Público; princípio da anualidade – o orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal; princípio do equilíbrio – as receitas e despesas de um período devem ser iguais; princípio da publicidade – princípio básico da administração pública e do regime democrático, visa divulgar para a comunidade as informações sobre as receitas e a execução da despesa; princípio do orçamento bruto – registro de receitas e despesas pelo valor total bruto.

11.1 Sustentabilidade financeira

A previsão de recursos a serem disponibilizados para a UFFS encontra-se, inicialmente nos Projetos de Lei Orçamentários (PLOAs). Segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), é no PLOA que o governo define as prioridades contidas no Plano Plurianual e as metas que deverão ser atingidas naquele ano.

Assim, o Orçamento Público no Brasil (Orçamento Geral da União) inicia-se com o PLOA elaborada pelo Poder Executivo e entregue ao Poder Legislativo para discussão, aprovação e conversão em lei. O documento contém a estimativa de arrecadação das receitas federais para o ano seguinte e a autorização para a realização de despesas do Governo. Porém, está atrelado a um forte sistema de planejamento público das ações a realizar no exercício.

Destaca-se que, por determinação constitucional, o Governo é obrigado a encaminhar o PLOA ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano (4 meses antes do encerramento da sessão legislativa). Acompanha o projeto uma mensagem do Presidente da República, na qual é feito um diagnóstico sobre a situação econômica do país e suas perspectivas.

A Constituição determina que o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada legislatura. No Congresso, deputados e senadores discutem, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a proposta enviada pelo Executivo, fazem as modificações que julgam necessárias por meio das emendas e votam o projeto. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Presidente da República e se transforma em lei, a LOA.

Uma das características da LOA é que ela é uma lei dinâmica, ou seja, pode ser alterada durante o exercício financeiro. As alterações na LOA são necessárias para sua adequação às mudanças ocorridas ao longo do ano e que nem sempre podem ser previstas. As despesas contidas na LOA são apenas “previsões”, visto que no decorrer do exercício financeiro o gestor público deverá reavaliar a real necessidade e utilidade de sua execução. Essa regra não se aplica às despesas obrigatórias, cuja conveniência e oportunidade são decididas pelo ordenador de despesas.

Para cada subtítulo constante da LOA é fixado um valor para execução das despesas, denominado dotação inicial. As alterações do orçamento são feitas por meio dos chamados créditos adicionais. Os créditos adicionais são classificados em três tipos: suplementares, especiais e extraordinários.

- **Créditos suplementares:** são destinados ao reforço de dotação inicial fixada na LOA quando ela se mostrar insuficiente durante o decorrer do exercício financeiro;
- **Créditos especiais:** são destinados a cobrir despesas para as quais não houve previsão na LOA;
- **Créditos Extraordinários:** são destinados a cobrir despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra ou de calamidade pública. Os créditos extraordinários constituem uma exceção e devem ser utilizados apenas nos casos que exijam uma atuação rápida do governo e que decorra de uma situação imprevisível e urgente.

As despesas constituem as formas como o governo decide gastar os recursos provenientes das receitas. Dessa maneira as despesas são classificadas em despesas correntes e despesas de capital.

- **Despesas correntes:** são as relacionadas à manutenção das atividades do governo, dentre as quais despesas com pessoal, juros e encargos de empréstimos contratados pelo governo, despesas com água, energia e conservação de prédios públicos, manutenção de escolas, hospitais e vias públicas, etc. As despesas correntes podem ser divididas em:

Pessoal e encargos sociais – aqueles referentes a gastos com folha de pagamento e aos encargos sociais correspondentes, tais como as contribuições destinadas à aposentadoria dos servidores públicos;

Outras despesas correntes.

- **Despesas de capital:** são as relacionadas aos investimentos, tais como execução de obras e aquisição de equipamentos importantes para o bem-estar da população, ao aumento da participação do governo em empresas públicas e ao pagamento da parcela principal de empréstimos contratados pelo governo, etc. As despesas de capital podem ser divididas em:

Investimentos – referentes à execução de obras e à aquisição de equipamentos importantes para o bem-estar da população;

Outras despesas de capital.

A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal. As ações dos governos estaduais e municipais devem estar registradas nas leis orçamentárias dos estados e municípios.

A UFFS é uma autarquia de regime especial vinculada ao MEC e faz parte deste arcabouço orçamentário e legal. Entretanto, possui autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos do art. 207 da Constituição Federal.

Contudo, a exemplo das demais universidades, a UFFS possui um percentual significativo do orçamento destinado a ações específicas (pagamento de pessoal e encargos sociais, aposentadorias e pensões, assistência médica e odontológica, contribuições a organismos internacionais e nacionais, previdência e benefícios obrigatórios, etc.), que totalizaram, em 2018, aproximadamente R\$181 milhões (75,9%). Já as despesas discricionárias, que são aquelas necessárias à manutenção e continuidade das atividades institucionais totalizaram, em 2018, aproximadamente R\$54,5 milhões (22,85%). Os investimentos, que compõem outra parte do orçamento anual, representaram 1,25%

do orçamento da UFFS, totalizando em torno de R\$ 3 milhões, em 2018. Os investimentos referem-se à parcela que é composta por naturezas de despesa utilizadas para a formação ou aquisição de capital (ativo permanente) da Instituição.

Em seus anos iniciais, como instituição nova e em fase de implantação, a UFFS não participou, diferentemente das universidades federais existentes no país, da matriz de distribuição orçamentária proposto pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Seu orçamento e recursos foram, respectivamente, frutos de um processo pactuado com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES) do MEC. Entretanto, estima-se que a UFFS possa entrar na matriz ANDIFES a partir de 2020.

Entre 2010 e 2016 os recursos repassados via matriz ANDIFES tiveram aumento de quase 90%. Contudo, a conjuntura econômica do Brasil e a política de contingenciamento de gastos do governo (Emenda Constitucional 95), temas emergentes, têm reduzido as estimativas da matriz OCC para os anos vindouros. Espera-se, considerando uma projeção realista, apenas uma reposição inflacionária de 5% ao ano no orçamento da UFFS, nos próximos anos.

11.2 Ações de transparência e divulgação das informações da IES

Visando acompanhamento, avaliação e gestão de custos das unidades administrativas da UFFS foram elaboradas consultas no sistema Tesouro Gerencial. Inicialmente foram selecionadas somente as despesas correntes, excluindo-se aquelas relacionadas à folha de pagamento e aos auxílios. Essa seleção visa despesas de maior grau de controle e tomada de decisão por parte dos gestores da universidade.

Embora impossibilitados de utilizar o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), foi definida uma metodologia semelhante à utilizada por esse sistema. Foram elaboradas consultas no sistema Tesouro Gerencial, extraíndo as informações das liquidações (informação mais próxima da realização do custo). Com isso foi possível contabilizar informações das unidades administrativas e os meses de competência. Entretanto, ainda não se faz a vinculação aos serviços ou objetivos estratégicos da universidade.

Atualmente não existe uma unidade responsável somente para gerar e analisar informações de custos, apenas uma equipe com quatro pessoas da Pró-Reitoria de Planejamento, que, dentre outras atividades, está implementando a geração de informações de custos.

As unidades administrativas analisadas são as seguintes: Reitoria, Pró-Reitorias, Secretarias Especiais, *Campus* Cerro Largo, Erechim, Passo Fundo, Chapecó, Laranjeiras do Sul e Realeza. Destaca-se que não se utiliza sistema informatizado de apuração de custos, sendo utilizado planilhas para contabilização e levantamento de informações. O tratamento e a alocação de informação de custos são feitos basicamente através da alocação das despesas correntes às unidades administrativas.

Os impactos observados na atuação, bem como na tomada de decisão que podem ser atribuídos à implantação do gerenciamento de custos são: melhor planejamento do orçamento e maior controle de gastos. Os relatórios utilizados para análise de custos e tomada de decisão são os relatórios sobre a liquidação das despesas correntes, excluindo-se as despesas relativas à folha de pagamento. Dessa forma, identificam-se as despesas mais relevantes e são buscadas alternativa de redução.

Em atendimento à Lei 12.527/2011, foi implantado no site da UFFS um espaço para divulgação de suas informações. Este é o caminho de acesso aos dados disponibilizados no portal da Instituição: <<https://www.uffs.edu.br/acessofacil/transparencia/servico-de-informacao-ao-cidadao-e-sic/e-sic>>

Nesse espaço consta desde histórico, regimento e estatuto, como também os documentos de Planejamento, dentre eles PDI, PPI, PPA e Planejamento Anual. São disponibilizadas informações sobre prestação de contas, convênios e transferências, detalhamento da execução orçamentária, licitações e contratos realizados. São apresentados dados relativos aos servidores, cargos vagos e ocupados, concursos e processos seletivos e também informações sobre Participação Social.

12 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A questão da avaliação institucional na UFFS tem como referência os princípios e as diretrizes fixadas pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior no Brasil (SINAES). Esse sistema tem como principal característica a articulação entre os processos de regulação com os de avaliação, considerando este último como base ou referência para o desenvolvimento do primeiro.

Na UFFS, a avaliação institucional é realizada pela integração de ações de quatro setores legalmente constituídos: (i) Divisão de Avaliação e Estatística; (ii) Diretoria de Planejamento (iii); Pró-Reitoria de Planejamento; (iv) Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O processo de constituição da CPA da UFFS iniciou com a indicação dos representantes de cada *campus*, podendo ser constituída de representantes dos discentes, dos docentes, técnicos administrativos e representantes da comunidade regional. Atualmente, a CPA apresenta a composição de membros eleitos ou indicados na Portaria nº 1187/GR/UFFS/2018, acrescidos de representantes da Divisão de Avaliação e Estatística e da Procuradoria Educacional Institucional, além de uma auxiliar nas atividades de secretaria da CPA, conforme publicação na Portaria nº 1186/GR/UFFS/2018.

A Comissão possui espaço físico central localizado na mesma sala da Procuradoria Educacional Institucional, para facilitar a guarda e o compartilhamento das informações institucionais, além de espaço no *site* da UFFS onde estão divulgadas suas principais informações, incluindo todos os relatórios da CPA, para livre acesso ao público.

Em consonância com a importância que se dá à autonomia dos *campi* da UFFS e da CPA, atualmente a coordenação é realizada fora do *campus* central da UFFS (Chapécó). Esta deliberação foi aprovada pelos membros da Comissão no início da gestão em novembro de 2017 e aprovada pela Administração Central da UFFS. Todas as equipes da CPA de cada *campus* têm autonomia para promover discussões referentes ao processo de autoavaliação institucional, respeitando-se as peculiaridades de cada *campus* ou região de atuação da UFFS. Os resultados das discussões são encaminhados à coordenação para que ações de sucesso e àquelas que não tiveram bons resultados possam ser apresentados e discutidos com membros da CPA de outros *campi* da UFFS.

Os instrumentos de avaliação podem ser divididos em três instrumentos básicos, ainda em fase de consolidação: (i) Autoavaliação institucional; (ii) Avaliação dos cursos de graduação e de pós-graduação; (iii) Avaliação dos componentes curriculares (CCRs).

Atualmente, o sistema da UFFS encontra-se preparado para realizar somente a autoavaliação institucional, que consiste de um formulário com 44 questões, pelas quais são avaliados os cinco eixos previstos pelo SINAES: Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 – Políticas Acadêmicas; Eixo 4 – Políticas de Gestão; Eixo 5 – Infraestrutura.

A avaliação dos cursos de graduação e de pós-graduação foi retomada no segundo semestre de 2018, com a participação dos colegiados de curso e dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) no caso dos cursos de graduação. Essa participação ocorreu desde a atualização do instrumento de autoavaliação elaborada no ano de 2015 pela CPA, como pela discussão dos resultados, para a tomada de decisões para a melhoria dos cursos. Inicialmente, o instrumento de autoavaliação dos cursos previa o preenchimento de 32 questões objetivas e outras 5 questões discursivas. Em virtude da baixa participação da comunidade acadêmica no processo de preenchimento dos instrumentos de autoavaliação institucional, foi proposta a redução do número de questões.

A avaliação dos CCRs dos cursos de graduação foi realizada pela primeira vez no primeiro semestre de 2018, para a maior parte dos CCRs do *Campus* Laranjeiras do Sul. Para tanto, foi essencial a participação dos colegiados de curso e dos NDEs. Esse instrumento tem como objetivo identificar oportunidades de melhorias pontuais, que podem ser utilizados pelos NDEs e colegiados de curso para a identificação e melhoria do curso.

Em todos os processos de avaliação institucional, é importante a participação dos setores diretamente envolvidos, para que os resultados sejam úteis na tomada de decisões. Mais do que o diagnóstico, é importante que a descrição da situação atual aponte para possíveis ações de melhoria do fluxo de informações, ações ou decisões.

Para tanto, foi estabelecido o seguinte fluxo para o desenvolvimento ou atualização dos instrumentos de autoavaliação: (i) Proposta de sugestão de instrumento de autoavaliação pela CPA; (ii) Discussão e devolutiva de sugestões pelos setores diretamente envolvidos (PROGRAD, colegiados de curso, NDE, SAE etc.); (iii) Avaliação das sugestões, tendo como meta a avaliação dos principais aspectos previstos no SINAES, que possam levar a ações de melhoria na forma de um instrumento único para o *campus* ou para a Instituição, pela CPA; (iv) Disponibilização do instrumento de autoavaliação para a comunidade acadêmica, na forma de formulários eletrônicos, pela CPA, com auxílio do setor de Comunicação da UFFS para divulgação; (v) Elaboração de relatórios a partir dos resultados do processo de autoavaliação e encaminhamento desses relatórios aos setores diretamente interessados, garantindo o sigilo da identificação dos participantes; (vi) Avaliação dos resultados do processo de autoavaliação pelos setores diretamente envolvidos e retorno aos membros da CPA do respectivo *campus*, contemplando as ações sugeridas para a melhoria das fragilidades apontadas; (vii) Elaboração de relatório da Comissão do *Campus* e encaminhamento deste relatório à coordenação da CPA; (viii) Inclusão das informações no relatório da CPA e divulgação dos resultados e das ações propostas para a melhoria das fragilidades e fortalecimento dos aspectos positivos, junto à comunidade acadêmica, através de meios digitais diversos.

Outro aspecto de suma importância, detectado pela atual gestão da CPA, é a importância da devolutiva dos resultados diretamente aos participantes dos instrumentos de autoavaliação, bem como a publicação ativa dos resultados e o acompanhamento e a publicização das ações decorrentes da autoavaliação institucional nos diferentes âmbitos da Instituição. Essa publicação deve ser realizada de forma institucional, utilizando-se diferentes meios digitais, e localmente, organizados por equipe da CPA em cada *campus*, na forma de fóruns de discussões, palestras ou meios digitais mais direcionados aos públicos-alvo específicos.

Os instrumentos de autoavaliação são apresentados nos relatórios da CPA e podem sofrer adequações conforme a necessidade, tendo como importante aspecto possibilitar a evolução histórica de aspectos fundamentais previstos no SINAES. Os instrumentos utilizados para a autoavaliação institucional, dos cursos e dos CCRs são apresentados na forma apresentada nos anexos II, III e IV.

O processo de autoavaliação institucional passa a contribuir de forma ativa na Gestão e Planejamento Institucional, participando desde a prospecção de oportunidades de melhoria, até o acompanhamento das ações resultantes das tomadas de decisões. Dessa forma, as ações da CPA não se encerram no desenvolvimento de instrumentos de autoavaliação e de fluxos para a realização do processo de autoavaliação institucional. Esse processo deve ser constantemente aperfeiçoado e novos aspectos devem ser contemplados, como o acompanhamento e avaliação dos egressos da UFFS,

avaliação dos superiores e dos pares dos servidores, avaliação do impacto da UFFS em nível local, regional e nacional entre outros.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012**, sobre a Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT): Manual de Orientação** / Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. - 2ª ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Decreto nº 94.664**, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D94664.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Lei nº 8.745**, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745compilada.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Lei nº 10.260**, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. MEC. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Projeto de Lei nº 2.199/2007 – Poder Executivo**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2D95DE83F9C802E76FD286152066A0F0.node1?codteor=644404&filename=Avulso+-PL+2199/2007>. Acesso em 30 maio 2016.

_____. **Decreto nº 6.755**, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em 30 maio 2016.

_____. **Decreto nº 6.932**, de 11 de agosto de 2009. Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6932.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Lei nº 12.029**, de 15 de setembro de 2009, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2016**: notas estatísticas, 2017.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano de ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional – Investir e inovar para crescer**. Brasília: MCT, 2010.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável** – Brasília: MCT/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

_____. **Lei nº 12.527/12**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei

no 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. MEC. CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011/2020)**. Vol. 1. Brasília, 2011, p. 18.

_____. **Portaria MEC nº 109**, de 05 de junho de 2012 – Plano de Expansão da Educação em Saúde – Plano Nacional de Expansão do Curso de Medicina. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/37709726/dou-secao-1-08-06-2012-pg-16>>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. Lei 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. [Site do Ministério da Integração Nacional]. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/>>. Acesso em: 30 maio 2016.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.

COURLET, Claude. **Globalização e fronteira. Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.17, n. 1, p.11-22, 1996.

CHAUMEIL, Jean Pierre. **De um Espaço Mítico a um Território Legal o la Evolución de la Noción de Frontera em el Noroeste Peruano**. Amazonia Indígena, 4 (8): 26-31.

DAMO, Márcia Regina Sartori. **Análise da descentralização administrativa do governo do Estado e os efeitos da fragmentação territorial no oeste catarinense**. 2006. 205p. PhD Thesis. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GLIESSMAN, S. R. Agroecología: plantando las raíces de la resistencia. **Agroecología**, vol. 08, n.02, p.19-26, 2013.

PALACIOS, J. J. El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales. **Revista Interamericana de Planificación**, n. 66, p. 56-68, 1983.

LIMONAD, Ester. Brasil Século XXI. **Regionalizar para quê? Para quem?** In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MESOMERCOSUL. **Fórum Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**, 2013. Disponível em: <<http://www.mesomercosul.org.br>>. Acesso em: 27 maio 2016.

POLI, Odilon Luiz. **Economia Solidária e Educação: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense**. 2006. 336f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. São Paulo em Perspectiva**, vol.14, n.1, p. 61-72.

SAMPAIO, H. **O setor privado de ensino superior no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Programa de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 maio 2016.

CARVALHO, José Carmelo. Cursos Pré-Vestibulares Comunitário e seus condicionantes pedagógicos: um diagnóstico delineado com base em *surveys* e em práticas institucionais. **Cadernos de Pesquisa**, nº 128, agosto de 2006, p. 299-326.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educação & Sociedade.** Campinas: CEDES, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro tempore 2009-2015 da Universidade Federal de Fronteira Sul.** Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/planejamento/planejamento-anual>>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. Comissão Própria de Avaliação UFFS. **Relatório de autoavaliação institucional 2015.** Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/planejamento/planejamento-anual>>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **[Site da Universidade Federal de Fronteira Sul]**. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/>> Acesso em: 30 maio 2016.

_____. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Disponível em: <http://uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=825>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul.** Aprovado pela Resolução nº 31/2015-CONSUNI, de 13/10/2015 Portaria MEC nº 1.083, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24/12/2015.

_____. **Regimento Geral da Universidade Federal da Fronteira Sul.** Aprovado pela Resolução Nº 3/2016-CONSUNI, de 1º/03/2016.

_____. **Relatório Final da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE): Construindo Agendas e Definindo Rumos.** Documento-Base. Chapecó-SC, 2010.

_____. **Relatório Final da II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE): O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na perspectiva de uma Universidade Popular.** Documento-Base. Organizadores: GEREMIA, Daniela Savi; SINIGOSKI, Elaine Vilma Simon; SLONGO, Ione Inês Pinsson; KONZEN, José Otto; DAMBRÓS, Marlei. Chapecó-SC, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Universidade Federal da Mesomercosul (UFMM).** Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 356/GR/2006 – UFSC. Florianópolis, 2007.

ANEXOS

Anexo I – Objetivos e metas de gestão 2019 a 2023

Objetivo 1 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação

Qualificar e ampliar a oferta do ensino de Graduação, integrando as atividades, os programas e projetos que estruturam e apoiam o desenvolvimento dos cursos, através da construção da Política de Graduação e de seu acompanhamento e avaliação contínuos.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Integrar os programas, projetos e ações da Graduação no âmbito da Política de Graduação.	Meta 1 – aprovar no CONSUNI um novo PPI, até setembro de 2021.	PROGRAD
	Meta 2 – Aprovar uma resolução com as diretrizes curriculares institucionais para os cursos de bacharelados, até julho de 2022.	PROGRAD
	Meta 3 – Aprovar uma resolução estabelecendo a Política de Graduação, até dezembro de 2022.	PROGRAD
	Meta 4 – Adequar o PPC de 100% dos cursos de Graduação, até dezembro de 2019.	PROGRAD
	Meta 5 – Constituir uma equipe de trabalho que integre os programas de acesso, permanência e apoio da Graduação, unificando trabalho, simplificando as ações a partir de 2020.	CLS
Objetivo específico 2 – Implantar um programa de autoavaliação dos cursos de graduação da UFFS.	Meta 1 – Produzir um projeto institucional de autoavaliação, em diálogo com os cursos, até junho de 2019.	PROGRAD
	Meta 2 – Implantar o projeto de autoavaliação em 100% dos cursos de Graduação, até dezembro de 2019, atingindo 40% de participação discente e 80% de participação docente.	PROGRAD

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 3 – Ampliar o número de cursos de Graduação nos campi, em consonância com os cursos já existentes.	Meta 1 – Criar, até 2023, três novos cursos de Graduação no Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
	Meta 2 – Implantar dois novos cursos de Graduação no Campus Realeza até 2023.	CRE
	Meta 3 – Criação do Curso de Licenciatura em Matemática no Campus Erechim até 2020.	CER
	Meta 4 – Criação do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas no Campus Erechim até 2020.	CER
	Meta 5 – Criação do Curso de Bacharelado em Filosofia no Campus Erechim até 2020.	CER
	Meta 6 – Criação do Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas – Bacharelado no Campus Erechim até 2020.	CER
	Meta 7 – Criação do Curso de Geografia – Bacharelado no Campus Erechim até 2020.	CER
	Meta 8 – Criação do Curso de Engenharia Civil no Campus Erechim até 2020.	CER
	Meta 9 – Criação do Curso de Administração no Campus Erechim até 2020.	CER
	Meta 10 – Criação do Curso de Licenciatura em Letras – Português-Inglês no Campus Erechim até 2021	CER
Objetivo específico 4 – Construir a Política de Formação Continuada para os docentes da UFFS.	Meta 1 – Construir um Programa de Formação Continuada para os docentes dos cursos de Graduação da UFFS, em parceria com as coordenações acadêmicas, coordenações de cursos e os núcleos de apoio pedagógico, até outubro de 2019.	PROGRAD
	Meta 2 – Implantar o Programa de Formação Continuada, em 100% dos campi, até março de 2020.	PROGRAD
	Meta 3 – Realizar atividades de qualificação das competências docentes, atingindo, anualmente, 30% do corpo de professores da UFFS.	PROGRAD
	Meta 4 – Implantar a política de Formação Continuada de docentes e relacionar a participação dos docentes com a política de progressão.	CLS
Objetivo específico 5 – Apoiar a realização de viagens de estudo para integralização dos componentes curriculares dos cursos de Graduação, provisionando recursos para transporte e pagamento de auxílio financeiro aos estudantes e diárias aos servidores envolvidos.	Meta 1 – Garantir recursos financeiros para realizar 100% das viagens envolvendo atividades obrigatórias de componentes curriculares dos cursos de Graduação.	PROGRAD
	Meta 2 – Realizar 80% das viagens de estudos previstas nos planos de ação dos cursos de graduação do Campus Laranjeiras do Sul	CLS
Objetivo específico 6 – Apoiar a realização de eventos acadêmicos, tais como semanas acadêmicas dos cursos de Graduação, seminários e palestras.	Meta 1 – Garantir a realização de, pelo menos, um evento por ano e por curso de Graduação.	PROGRAD
	Meta 2 – Promover uma semana acadêmica anual para cada curso de Graduação do campus.	CLS
	Meta 3 – Apoiar 100% dos seminários e palestras previstas pelos cursos de Graduação.	CLS

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 7 – Acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes da Graduação, com vistas a reduzir as taxas de evasão e retenção.	Meta 1 – Dotar o sistema de gestão acadêmica de relatórios que permitam monitorar as taxas de evasão e retenção, por campus, curso, componente curricular e grupos de ingresso, em uma primeira versão, até março de 2020.	SETI
	Meta 2 – Reduzir em 10% as taxas de evasão e retenção, no quadriênio 2019/23.	PROGRAD
	Meta 3 – Reestruturar a atuação do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do Campus Realeza até 2023.	CRE
	Meta 4 – Acompanhar 100% dos estudantes que apresentarem problemas de desempenho acadêmico.	CLS
	Meta 5 – Criar setor responsável pelo acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes do campus e pela proposição de ações e programas para combate à evasão e retenção até 2019/2.	CER
Objetivo específico 8 – Qualificar as políticas institucionais de ingresso para os cursos de Graduação.	Meta 1 – Elaborar um relatório de avaliação da política de ingresso nos cursos de Graduação, a partir da ocupação real das vagas, até dezembro de 2019.	PROGRAD
	Meta 2 – Aperfeiçoar a infraestrutura para possibilitar a inclusão de discentes com deficiências visuais e auditivos no Campus Realeza até 2023.	CRE
	Meta 3 – Avaliar e propor alternativas de ingresso regionalizado para estudantes da região de abrangência da Universidade, em especial no Campus Laranjeiras do Sul. Há proposta relativa ao Projeto do curso de Pedagogia a ser implantado a partir de 2023/1 de que parte das vagas sejam ofertadas via processo seletivo especial.	CLS
	Meta 4 – Trabalhar pela ocupação de 100% das vagas ofertadas pelos cursos.	CLS
Objetivo específico 9 – Implementar e qualificar a política de acessibilidade no âmbito institucional e dos cursos de Graduação.	Meta 1 – Fazer um diagnóstico das demandas de acessibilidade nos laboratórios da UFFS até 2019.	SELAB
	Meta 2 – Atender 100% dos estudantes que dependem da política de acessibilidade no âmbito institucional e dos cursos de Graduação.	CLS
Objetivo específico 10 – Ampliar a oferta de vagas em cursos de Graduação da Universidade.	Meta 1 – Ampliar, até 2019, a oferta de vagas nos cursos existentes, especialmente via oferta de segunda entrada anual, em 20%.	PROGRAD
	Meta 2 – Ofertar turmas na modalidade de alternância para dois cursos de Graduação do Campus Laranjeiras do Sul até o ano de 2023.	CLS
	Meta 3 – Ampliar, até 2019, a oferta de vagas, via criação de novos cursos, em 30%.	PROGRAD
	Meta 4 – Implantação da duplicação de entrada de discentes no curso de Medicina Veterinária (40 + 40) no Campus Realeza.	CRE
	Meta 5 – Implementar o 2º ingresso do curso de Agronomia no Campus Erechim até 2020.	CER
	Meta 6 – Duplicação do ingresso do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária no Campus Erechim até 2022.	CER
Objetivo específico 11 – Fomentar a qualificação do ensino de Graduação da Universidade.	Meta 1 – Ampliar o recurso para bolsas de monitorias/tutoria, anualmente, em 10%, até o ano de 2019.	PROGRAD
	Meta 2 – Realizar uma formação anual aos docentes do Campus Laranjeiras do Sul, difundindo as boas práticas de ensino existentes no campus e na Instituição.	CLS

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 12 – Ampliar o acervo bibliográfico disponibilizado aos estudantes da Universidade, bem como prover as bibliotecas de sistemas de segurança do acervo.	Meta 1 – Ampliar o acervo do sistema de bibliotecas para 150.000 (cento e cinquenta mil exemplares) até 2020, com incrementos anuais de 12.500 exemplares por ano.	PROGRAD
	Meta 2 – Implantar, nas seis bibliotecas, um sistema de proteção do acervo, até 2022.	PROGRAD
	Meta 3 – Efetuar a assinatura de, ao menos, uma revista técnica por curso até 2020.	PROGRAD
	Meta 4 – Adquirir 100% das bibliografias obrigatórias para os cursos do Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
Objetivo específico 13 – Normalizar atividades referentes à Graduação.	Meta 1 – Aprovar uma resolução disciplinando as transferências ex officio, as quebras de pré-requisitos e o preenchimento dos diários de classe, até dezembro de 2020.	PROGRAD
Objetivo específico 14 – Aperfeiçoar a gestão das atividades docentes.	Meta 1 – Ter 100% do corpo docente entregando o Plano Anual de Atividades em formato eletrônico, até abril de 2016.	PROGRAD
	Meta 2 – Realizar um treinamento por ano orientando docentes quanto à importância da correta elaboração de planos de ensino.	PROGRAD
Objetivo específico 15 – Melhorar os procedimentos de controle acadêmico.	Meta 1 – Garantir 100% de registro das atividades e turmas de CCR da Graduação no Sistema de Gestão Acadêmica, até dezembro de 2020.	PROGRAD
Objetivo específico 16 – Gerir os processos seletivos de ingresso na Graduação.	Meta 1 – Implementar um sistema eletrônico de inscrição e gerenciamento dos processos seletivos até 2019.	SETI
Objetivo específico 17 – Promover a integração com outros setores da UFFS para a inclusão de estudantes estrangeiros.	Meta 1 – Manter um banco de dados com informações de 100% dos estudantes estrangeiros.	PROGRAD
Objetivo específico 18 – Ampliar e qualificar a participação de alunos da Graduação nos programas de mobilidade acadêmica governamentais ou de outras organizações.	Meta 1 – Estimular a participação de um discente de cada curso de Graduação do Campus Laranjeiras do Sul em programas de mobilidade acadêmica 2023	CLS
Objetivo específico 19 – Implantar todas as etapas de obras destinadas ao Complexo Universitário Hospital Veterinário do Campus Realeza, para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao curso de Medicina Veterinária.	Meta 1 – Adquirir, até 2010, 100% das bancadas e demais mobiliários necessários ao funcionamento do Hospital veterinário.	SELAB
Objetivo específico 20 – Ampliar e qualificar a participação de alunos da Graduação nos programas de mobilidade acadêmica governamentais ou de outras organizações.	Meta 1 – Providenciar as condições necessárias para que a UFFS possa participar de, pelo menos, 90% dos programas existentes.	PROGRAD
Objetivo específico 21 – Elaborar Plano de Acompanhamento de Egressos até dezembro de 2019.	Meta 1 – Implantar, até junho de 2023, sistema que permita aos egressos efetuar seus cadastros e manter atualizadas as informações.	PROGRAD

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 22 – Implantar todas as etapas de obras destinadas ao Complexo Universitário Hospital Veterinário para o Campus Realeza, para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao curso de Medicina Veterinária.	Meta 1 – Até dezembro/2021 encaminhar o processo da segunda etapa destas obras para licitar a contratação da execução, sendo que até dezembro/2023 deverá estar com 100% desta segunda etapa do Complexo Hospitalar concluído e em funcionamento.	CRE
	Meta 2 – Até julho/2023 encaminhar o processo da terceira etapa destas obras para licitar a contratação da execução, sendo que até dezembro/2029 deverá estar com 100% desta terceira etapa do Complexo Hospitalar concluído e em funcionamento.	CRE
Objetivo específico 23 – Implantar o Canteiro Experimental de Arquitetura para o Campus Erechim para desenvolvimento das atividades do curso de Arquitetura e Urbanismo.	Meta 1 – Receber 100% dos projetos arquitetônicos concluídos até junho/2023 do Curso de Arquitetura do Campus Erechim para constituir o processo para licitar as obras.	SEO
	Meta 2 – A equipe técnica da SEO deverá desenvolver, até dezembro/2023, os projetos complementares.	SEO
	Meta 3 – Encaminhar o processo para licitar as obras destinadas ao Canteiro Experimental de Arquitetura até julho/2023.	SEO
	Meta 4 – Acompanhar e fiscalizar a execução das obras até julho/2023 e entregá-las ao campus.	SEO
Objetivo específico 24 – Finalizar a construção das obras do Bloco “C” que tem a finalidade de atender o Campus Chapecó com mais salas de aulas e laboratórios para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Meta 1 – Acompanhar e fiscalizar 100% da complementação das obras do Bloco C até março/2021.	SEO
Objetivo específico 25 – Definir e construir as obras do Bloco “B” para os campi Cerro Largo, Laranjeiras do Sul e Realeza, cuja finalidade é atender, com mais salas de aula, para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Meta 1 – Desenvolver os projetos destas obras até dezembro/2023.	SEO
	Meta 2 – Licitar/contratar as obras de complementação do Bloco B, nos campi, até dezembro de 2023.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% da complementação das obras do Bloco B, nos campi, até dezembro de 2023.	SEO
	Meta 4 – Receber da empresa a obra de complementação do Bloco B da empresa e entregá-la aos campi até maio/2023.	SEO
Objetivo específico 26 – Implantar a Unidade Didática de Aquicultura para o Campus Laranjeiras do Sul, que faz parte das áreas experimentais para desenvolvimento das atividades do curso de Engenharia de Aquicultura.	Meta 1 – Construir estação básica de aquicultura com ao menos dois tanques até o final de 2019 como estrutura intermediária para atendimento às demandas de ensino do curso de Engenharia de Aquicultura	CLS
	Meta 2 – Desenvolver os projetos para a Unidade Didática de Aquicultura até dezembro/2023.	SEO
	Meta 3 – Construção da Estação de Aquicultura nas áreas experimentais até 2023, para atender demandas de ensino do curso de Engenharia de Aquicultura.	CLS
	Meta 4 – Encaminhar o processo para licitar as obras destinadas à Unidade Didática de Aquicultura até março 2023.	SEO
	Meta 5 – Acompanhar e fiscalizar a execução das obras até julho 2023 e entregar ao campus.	SEO

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 27 – Construir e ampliar as áreas experimentais nos campi da UFFS, atendendo as demandas geradas de cada curso para o desenvolvimento do ensino (aulas práticas).	Meta 1 – Desenvolver/concluir os projetos destinados às áreas experimentais para todos os campi conforme as demandas geradas de cada campus até 2023.	SELAB
	Meta 2 – Priorizar e definir quais objetos/obras destinados às áreas experimentais serão licitadas para os anos de 2019 a 2023.	SELAB
	Meta 3 – Encaminhar obras para licitação até 2023.	SELAB
	Meta 4 – Acompanhar e fiscalizar as construções até 2023.	SELAB
Objetivo específico 28 – Implantar o atendimento de urgência e emergência no Campus Erechim.	Meta 1 – Projetar um ambulatório ou desenvolver o processo de contratação de um serviço de ambulância de unidade móvel até agosto de 2020.	CER
	Meta 2 – Encaminhar para licitar/contratar empresas especializadas na execução dos serviços até dezembro de 2020.	CER
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar os contratos/serviços de manutenção durante a sua vigência.	CER
Objetivo específico 29 – Colocar em pleno funcionamento os laboratórios integrados de formação de educadores (LIFEs), nos campi Erechim, Realeza, Chapecó e Laranjeiras do Sul.	Meta 1 – Construção de um quarto bloco de laboratórios para uso das áreas de Ciências Sociais e Humanas.	CLS
	Meta 2 – Construção de 4º Bloco de Laboratórios para abrigar laboratórios destinados a pesquisas aplicadas com níveis de segurança 2 e 3, bem como o Centro de Referência em Controle de Qualidade de Alimentos até 2023	CRE
Objetivo específico 30 – Manter atualizado o acompanhamento de Egressos	Meta 1 – A cada ano, aplicar questionário a 100% dos egressos do ano anterior.	CLS
	Meta 2 – Criação de calendário de eventos para egressos do Campus Chapecó.	CCH

Objetivo 2 – Desenvolvimento da Pós-Graduação stricto sensu

Implantar e consolidar os Programas de Pós-Graduação (mestrados profissionais e acadêmicos, doutorados próprios e interinstitucionais – DINTER), com o propósito de promover a formação acadêmica e científica de alto nível e fortalecer a presença da UFFS na Mesorregião Fronteira do Mercosul e nas áreas de conhecimento de sua atuação.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Implantar novos Programas de Mestrado Acadêmico e Profissional.	Meta 1 – Ofertar pelo menos 10 cursos de Pós-Graduação lato sensu até 2023.	PROPEPG
	Meta 2 – Implantar um Programa de Pós-Graduação stricto sensu em nível de Mestrado (acadêmico) em Educação no Campus Laranjeiras do Sul até 2023.	CLS
	Meta 3 – Implantar 4 (quatro) Programas de Mestrado Profissional em Rede Nacional até 2023.	PROPEPG
	Meta 4 – Implantar 10 (dez) novos Programas de Mestrado Acadêmico e Profissional até 2023.	PROPEPG
	Meta 5 – Submeter à CAPES os APCNs dos cursos de Mestrado em Educação, Interdisciplinar em Educação para Direitos Humanos e Biodiversidade, Saúde e Sustentabilidade na Fronteira Sul até 2021.	CRE

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 2 – Implantar Programas de Doutorado Institucional e Interinstitucional.	Meta 1 – Implantar 4 (quatro) Programas de Doutorado Institucional até 2023	PROPEPG
	Meta 2 – Implantar dois doutorados junto aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu no Campus Laranjeiras do Sul até 2023.	CLS
	Meta 3 – Implantar Programa de Doutorado em Medicina Veterinária (Pós-Graduação em Saúde, Bem-Estar e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul) até 2023.	CRE
	Meta 4 – Implantar dois doutorados junto aos Programas de Pós-Graduação no Campus Erechim até 2022.	CER
Objetivo específico 3 – Consolidar os Programas de Pós-Graduação da UFFS.	Meta 1 – Qualificar os mestrados existentes e os que serão implantados, tendo como meta a elevação do Conceito CAPES na avaliação quadrienal (4 conceitos quatro em 2020).	PROPEPG
	Meta 2 – 100% dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu do campus, em nível de Mestrado, avaliados com nota mínima 4 no Campus Laranjeiras do Sul até 2023.	CLS
	Meta 3 – Construir um prédio para a Pós-Graduação do Campus Laranjeiras do Sul	CLS
	Meta 4 – Qualificar os mestrados existentes e os que serão implantados, tendo como meta a elevação do Conceito CAPES na avaliação quadrienal (quatro com conceito quatro em 2020).	PROPEPG
	Meta 5 – Aumentar em 100% os recursos de PROAP institucional a todos os PPGs da UFFS, inserindo novas rubricas.	PROPEPG
	Meta 6 – Aumentar a produção qualificada, em estratos superiores do Qualis CAPES, dos docentes dos PPGs, com publicação mínima de 2 artigos/ano.	PROPEPG
Objetivo específico 4 – Elaborar e revisar as normativas institucionais da Pós-Graduação.	Meta 1 – Elaborar e revisar todas as normativas que regem a Pós-Graduação até 2019.	PROPEPG
	Meta 2 – Elaborar e revisar as normativas que regem a Pós-Graduação até 2023.	PROPEPG
Objetivo específico 5 – Implementar uma gestão eficiente, de integração e corresponsável, entre as diferentes instâncias institucionais envolvidas no desenvolvimento da pós-graduação.	Meta 1 – Prover instalações físicas e de pessoal para o funcionamento de seis coordenações adjuntas de Pesquisa e Pós-Graduação, uma por campus até 2019.	PROPEPG
	Meta 2 – Implementar um sistema para inscrições nos programas de Pós-Graduação até 2020.	SETI
	Meta 3 – Aprimorar o funcionamento das secretarias de Pós-Graduação nos campi, no âmbito das coordenações adjuntas de Pesquisa e Pós-Graduação.	PROPEPG
	Meta 4 – Prover instalações físicas e de pessoal para o funcionamento das secretarias dos programas de Pós-Graduação nos campi da UFFS, possuindo, no mínimo, um servidor para cada dois PPGs.	PROPEPG
	Meta 5 – Instituir Comitê/Comissão Consultivo de Pesquisa e Pós-Graduação, com representação dos 6 campi da UFFS, da PROPEPG, e externos para proposição do desenvolvimento e da qualificação das políticas de Pesquisa Pós-Graduação.	PROPEPG

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 6 – Promover o aumento da participação de alunos e professores de pós-graduação em programas de internacionalização desenvolvidos pelo Governo Federal e outros organismos com base em acordos internacionais.	Meta 1 – Envolver 80% dos cursos de Pós-Graduação com dois ou mais anos de criação em atividades de internacionalização.	PROPEPG
	Meta 2 – Receber ao menos dois estudantes e um docente estrangeiro, ao ano, nos programas de Pós-Graduação Stricto sensu do Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
	Meta 3 – Oportunizar, no mínimo, a participação de dois estudantes de Pós-Graduação stricto sensu do Campus Laranjeiras do Sul em programas estrangeiros ao ano.	CLS
	Meta 4 – Envolver todos os cursos de Pós-Graduação com dois ou mais anos de criação em atividades de internacionalização.	PROPEPG

Objetivo 3 – Desenvolvimento da Pós-Graduação lato sensu

Ampliar e fortalecer os cursos *lato sensu* (Especialização e Residências), com o propósito de oferecer formação especializada e profissional nas áreas de atuação da UFFS.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Ofertar novos cursos de Pós-Graduação lato sensu (Especialização) na UFFS.	Meta 1 – Ofertar pelo menos 21 cursos de Pós-Graduação lato sensu até 2019.	PROPEPG
	Meta 2 – Ofertar um curso anual de Pós-Graduação lato sensu conforme demandas regionais no Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
	Meta 3 – Fortalecer a Pós-Graduação lato sensu, com destinação de recursos financeiros específicos do PROAP Institucional.	PROPEPG
	Meta 4 – Ofertar continuamente cursos de Especialização na área de Letras, Ciências, Saúde e Direitos Humanos.	CRE
Objetivo específico 2 – Elaborar e revisar as normativas institucionais e formulários da Pós-Graduação lato sensu.	Meta 1 – Elaborar e revisar as normativas institucionais da Pós-Graduação lato sensu.	PROPEPG
Objetivo específico 3 – Ofertar vagas de Residências Médicas, Multiprofissionais e Uniprofissionais.	Meta 1 – Ofertar, até 2019, 400 (quatrocentas) vagas de Residências Médicas nos campi Passo Fundo e Chapecó.	PROPEPG
	Meta 2 – Ofertar, até 2019, 120 (cento e vinte) vagas de residências multiprofissional e uniprofissional nos campi da UFFS.	PROPEPG
	Meta 3 – Ofertar, até 2023, 500 (quinhentas) vagas de residências médicas nos campi Passo Fundo e Chapecó.	PROPEPG
	Meta 4 – Ofertar, até 2023, 50 (cinquenta) vagas de residências multiprofissional e uniprofissional nos campi da UFFS.	PROPEPG

Objetivo 4 – Desenvolvimento da Pesquisa Científica, da Tecnologia e da Inovação

Desenvolver a ciência, a tecnologia e a inovação enquanto atividades-fim da universidade e indissociáveis do ensino e da extensão, por meio do fortalecimento dos grupos de pesquisa e das linhas de pesquisa institucionais, vinculados às áreas prioritárias da instituição.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Fomentar o apoio institucional aos docentes e aos Grupos de Pesquisa.	Meta 1 – Lançar, ao menos, um edital por ano de fomento aos grupos de pesquisa até 2023.	PROPEPG
	Meta 2 – Manter o lançamento anual de Edital temático de pesquisa com recursos da UFFS	PROPEPG
	Meta 3 – Registrar duas patentes de inovação articulado com o Núcleo de Inovação Tecnológica e Social até 2023.	CLS
	Meta 4 – Ampliar o número de Bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQs) do CNPq, em 50%.	PROPEPG
Objetivo específico 2 – Implementar a Política de Inovação da UFFS e instalar o Núcleo de Inovação Tecnológica e Social.	Meta 1 – Prover, até 2020, instalações físicas e de pessoal para o pleno funcionamento do NITS.	PROPEPG
Objetivo específico 3 – Fortalecer os comitês e a comissão exigidos para o desenvolvimento da Pesquisa.	Meta 1 – Apoiar um evento por ano, ao menos, aos coordenadores do CEP e CEUA para participação no Encontro Nacional da CONEP e do CON-CEA até 2023.	PROPEPG
Objetivo específico 4 – Constituir a Comissão Interna de Biossegurança (Cbio).	Meta 1 – Implantar uma Comissão Interna de Biossegurança até 2019.	PROPEPG
Objetivo específico 5 – Fomentar o auxílio para participação de docentes em eventos científicos no país e no exterior.	Meta 1 – Aumentar em 100% o apoio institucional à participação de docentes em eventos científicos no Brasil e no exterior até 2023.	PROPEPG
	Meta 2 – Subsidiar financeiramente a participação de 20 dissertações e teses em concursos nacionais e internacionais	PROPEPG
Objetivo específico 6 – Fomentar o auxílio para participação de discentes em eventos científicos no país e no exterior.	Meta 1 – Aumentar em 100% o apoio institucional à participação de discentes em eventos científicos no Brasil e no exterior até 2023.	PROPEPG
	Meta 2 - Criar fluxo de institucionalização de projetos de parceria/colaboração internacional.	PROPEPG
Objetivo específico 7 – Incentivar a institucionalização dos projetos de pesquisa.	Meta 1 – Institucionalizar 100% dos projetos de pesquisa de discentes da Graduação e Pós-Graduação e docentes da UFFS até 2022.	PROPEPG
	Meta 2 – Acompanhar e avaliar a atuação de todos grupos e linhas de Pesquisa (GP) a fim de torná-los instâncias de organização e promoção da cultura da pesquisa nos PPGs.	PROPEPG
	Meta 3 – Implementar ações de desburocratização da apresentação e institucionalização de projetos até 2020	CER
Objetivo específico 8 – Fortalecer o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica.	Meta 1 – Ampliar em 100% o número de bolsas de iniciação científica e tecnológica, oriundas das agências de fomento 2023.	PROPEPG
	Meta 2 – Ampliar em 100% o número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, da UFFS.	PROPEPG
	Meta 3 – Ter dois docentes como Pesquisador Bolsista Produtividade no campus até 2023.	CLS
	Meta 4 – Subsidiar financeiramente a participação de 3 estudantes, ao ano, em eventos, com objetivo de divulgação dos trabalhos vencedores do Prêmio Jovem Cientista.	PROPEPG
Objetivo específico 9 – Elaborar e revisar as normativas institucionais da Pesquisa e Inovação.	Meta 1 – Elaborar e revisar 100% das normativas que regem a Pesquisa e a Inovação até 2019.	PROPEPG
	Meta 2 – Elaborar e revisar 100% das normativas que regem a Pesquisa e a Inovação até 2023.	PROPEPG
	Meta 3 – Revisar a Política de Inovação da UFFS, de modo a atender a legislação vigente (Marco Legal da Ciência e Tecnologia).	PROPEPG

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 10 – Organizar eventos institucionais de Pesquisa e Inovação.	Meta 1 – Organizar, junto à Graduação e à Extensão e Cultura, uma edição por ano do Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão.	PROPEPG
	Meta 2 – Realizar as edições da Jornada de Iniciação Científica, em todos os campi da UFFS, uma edição por ano.	PROPEPG
	Meta 3 – Contribuir na realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – etapa regional, uma por ano.	PROPEPG
	Meta 4 – Realizar um seminário dos Grupos de Pesquisa por ano.	PROPEPG
	Meta 5 – Dar continuidade ao Programa de Formação em Pesquisa e Pós-Graduação, com a oferta de 5 (cinco) módulos por ano.	PROPEPG
	Meta 6 – Promover a realização de 1 evento científico, por campus, ano, articulando os PPGs e Pós-Graduação lato sensu, e grupos de Pesquisa, através de uma programação comum e diversificada a um só tempo.	PROPEPG
Objetivo específico 11 – Implementar uma gestão eficiente, de integração e corresponsável, entre as diferentes instâncias institucionais envolvidas no desenvolvimento da Pesquisa e da Inovação.	Meta 1 – Desenvolver um sistema de gestão de projetos de pesquisa da UFFS, até 2019.	SETI
Objetivo específico 12 – Ampliar e fortalecer a presença da UFFS nos fóruns nacionais (FOPROP, FORTEC), Conselhos Superiores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CNPq, FINEP, CAPES, FAPESC).	Meta 1 – Ter assento na Diretoria Executiva do FOPROP, no Conselho Superior da FAPESC, no Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina e no Conselho de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação do Paraná.	PROPEPG
Objetivo específico 13 – Construir ou adequar espaços de laboratórios e/ou centros de pesquisa e acervo histórico no Campus Realeza.	Meta 1 – Construir ou adequar laboratórios para pesquisa aplicada, com nível de segurança 2 e 3 no Campus Realeza até 2023.	CRE
	Meta 2 – Criar Centro de Referência em Controle de Qualidade de Alimentos para inspeção, análise e certificação de alimentos no Campus Realeza até 2023.	CRE
	Meta 3 – Criar Centro de Memória Social da região Sudoeste do Paraná dentro do Campus Realeza até 2023.	CRE

Objetivo 5 – Fortalecimento da Produção Científica e Tecnológica Institucionais

Fomentar a produção científica institucional e sua publicação em livros, eventos e periódicos nacionais e internacionais, de modo a inserir a UFFS na comunidade científica.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Organizar as ações de implantação para o funcionamento da Política de Periódicos e do portal de Periódicos Eletrônicos da UFFS.	Meta 1 – Aprovar a criação de, ao menos, um periódico científico por ano até 2022.	PROPEPG

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 2 – Divulgar os resultados da produção científica e tecnológica da UFFS	Meta 1 – Publicar, ao menos, a cada quinze dias, na página da UFFS e em outros espaços, os resultados de projetos de pesquisa da UFFS até 2022.	PROPEPG
	Meta 2 – Estimular que 80% dos docentes do Campus Laranjeiras do Sul tenham produção científica em Qualis B2.	CLS

Objetivo 6 – Desenvolvimento da Extensão

Desenvolver Política, programas e projetos de Extensão Universitária e de atendimento às comunidades, como implementação de ações educativas, manutenção da infraestrutura para garantir o funcionamento da Extensão Universitária e demais atividades inerentes às ações extensionistas.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Fortalecer e expandir as ações de Extensão Universitária.	Meta 1 – Lançar um edital anual para programas e projetos dispondo 120 bolsas.	PROEC
	Meta 2 – Ampliar em 40% a captação de recursos internos e externos para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária por meio da divulgação à comunidade universitária de editais de fomento à Extensão até 2023.	PROEC
	Meta 3 – Revisar todos os PPCs dos cursos do Campus Laranjeiras do Sul prevendo 10% da carga horária destinada à Extensão.	CLS
	Meta 4 – Estruturar um banco de demandas em extensão da comunidade regional do Campus Laranjeiras do Sul	CLS
	Meta 5 – Atender anualmente ao menos 80% das demandas elencadas pela comunidade regional do Campus Laranjeiras do Sul	CLS
	Meta 6 – Observatório de Captação de Recursos a partir de fontes diversas.	PROEC
	Meta 7 – Ampliar em 50% a participação de discentes e de servidores docentes e técnico-administrativos em editais de seleção externa e outras fontes de recursos para ações de Extensão.	PROEC
	Meta 8 – Ofertar quatro (4) oficinas de capacitação para a gestão de projetos de Extensão.	PROEC
	Meta 9 – Lançar um edital de fomento à Extensão voltado à formação continuada de professores e à saúde única (humana, animal e ambiental), com subsídios financeiros internos ou via acordos de cooperação técnico-científico.	CRE
Objetivo específico 2 – Criar edital em conjunto com a Diretoria de Comunicação com a finalidade de promover a integração da UFFS no meio escolar das regiões de sua abrangência.	Meta 1 – Lançar um edital anual prevendo doze bolsas a serem distribuídas aos campi, mediante aprovação de projeto.	PROEC
	Meta 2 – Divulgar para 100% do corpo docente das escolas atendidas pelos projetos os cursos de Pós-Graduação e programas de Extensão que visam à formação continuada de professores até 2023.	PROEC
	Meta 3 – Criar uma comissão para diagnóstico das demandas e promoção estratégica da UFFS junto à Rede de Educação, com suporte da DICOM.	PROEC
	Meta 4 – Ampliar em 30% a divulgação dos programas de formação continuada de professores da rede de educação e dentre a mesma, atender a necessidade de aprofundamento, oferecendo cursos de Pós-Graduação lato e stricto sensu.	PROEC

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 3 – Implantar Centro Vocacional e Tecnológico no Campus Laranjeiras do Sul.	Meta 1 – Consolidar o Centro Vocacional e Tecnológico do Campus Laranjeiras do Sul até 2023.	CLS
Objetivo específico 4 – Fortalecer as ações de incentivo à institucionalização de projetos de Extensão e aumentar a eficiência da gestão da Extensão Universitária por meio da implementação de sistemas informatizados.	Meta 1 – Ampliar em 40% a institucionalização de projetos e programas através de editais de seleção até 2023.	PROEC
	Meta 2 – Ampliar em 50% o número de atividades de demanda espontânea registradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura até 2023.	PROEC
	Meta 3 – Qualificar e ampliar em 40% a participação de discentes e de servidores docentes e técnico-administrativos nas ações extensionistas existentes, em vista da Política Nacional de Curricularização da Extensão vinculada ao Ensino.	PROEC
	Meta 4 – Otimizar em 100% a submissão e o processo de avaliação das ações extensionistas por meio de sistema informatizado, visando à confiabilidade dos dados e tornando-os mensuráveis e auditáveis.	PROEC
	Meta 5 – Ampliar em 100% a divulgação das ações extensionistas, com auxílio do sistema PRISMA, a partir da divulgação simultânea dos projetos que são institucionalizado na PROEC, dando celeridade também à atualização do catálogo da Extensão.	PROEC
Objetivo específico 5 – Apoiar e criar condições para a implementação de projetos de extensão nos diversos campi.	Meta 1 – Obter recursos para custeio e transporte para a execução de 100% das ações de Extensão da PROEC.	PROEC
	Meta 2 – Prever recursos para custeio e transporte em 100% dos editais de ações de Extensão.	PROEC
Objetivo específico 6 – Acompanhar e avaliar as atividades de Extensão nos campi em conjunto com a Coordenação Acadêmica e o coordenador adjunto de Extensão e Cultura, através do Comitê de Extensão e Cultura e de reuniões realizadas nos campi.	Meta 1 – Realizar uma visita anual em cada campus para articulação com membros da comunidade acadêmica e regional para a aproximação com as demandas locais e regionais, permitindo respostas mais adequadas às solicitações.	PROEC
	Meta 2 – Articular e promover a realização de seis (6) reuniões anuais por videoconferência para acompanhamento dos programas e projetos de Extensão.	PROEC
Objetivo específico 7 – Possibilitar a inclusão de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a Graduação em programas e projetos de extensão; a implantação dos núcleos de estudos avançados (Ensino, Pesquisa e Extensão) e a realização da II COEPE com a temática articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.	Meta 1 – Criar e institucionalizar uma Política de Integralização da Extensão no currículo dos cursos de Graduação, em conjunto com a PROGRAD e PROPEPG.	PROEC
	Meta 2 – Prover custeio e transporte para a execução de 100% das ações extensionistas previstas para cumprimento da meta de 10% do total de créditos curriculares para a graduação.	PROEC

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 8 – Promover a participação de professores e bolsistas extensionistas como expositores, em eventos nacionais, estaduais e regionais de Extensão, como o SEURS, o CBEU, o Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE) e o Encontro da Extensão da UFFS.	Meta 1 – Apoiar a participação anual de 40 docentes e 40 discentes em eventos nacionais e estaduais de Extensão, mediante lançamento de edital para escolha dos projetos que serão contemplados.	PROEC
	Meta 2 – Publicar em formato digital os Anais dos encontros de Extensão até 2023.	PROEC
	Meta 3 – Apoiar a realização do SEPE certificando 100% dos participantes até 2023.	PROEC
	Meta 4 – Certificar 100% dos participantes no encontro de extensão da UFFS até 2023.	PROEC
	Meta 5 – Ampliar em 50% o apoio à participação anual de técnico-administrativos em eventos nacionais e estaduais de Extensão, mediante lançamento de edital para escolha dos projetos que serão contemplados.	PROEC
	Meta 6 – Realizar uma Mostra de Extensão e Cultura em todos os campi da UFFS.	PROEC
	Meta 7 – Realizar anualmente um Seminário Integrador de Extensão, de forma itinerante, passando por todos os campi da UFFS.	PROEC
Objetivo específico 9 – Organizar programas e projetos de Extensão e linhas prioritárias de extensão a partir de editais da PROEC em conjunto com a PROGRAD, PROPEPG e de discussão com o Comitê Assessor de Extensão e com os coordenadores de programas e projetos de extensão considerando as áreas temáticas prioritárias identificadas na COEPE.	Meta 1 – Criar um edital integrador anual, em parceria com a PROGRAD e PROPEPG, baseado na Política de Integralização da Extensão a ser elaborada e visando a concessão de 80 bolsas.	PROEC
Objetivo específico 10 – Desenvolver trabalhos de Extensão na modalidade Projeto Rondon por meio de parceria com outras Instituições de Ensino e formação de um Núcleo Institucional Próprio do Rondon na UFFS.	Meta 1 – Publicar uma política para as ações rondonistas da UFFS.	PROEC
	Meta 2 – Desenvolver a cada dois anos um Projeto de Extensão na modalidade Projeto Rondon, que atenda comunidade(s) vulnerável(s) (indígenas, quilombolas, assentados, acampados, camponeses, agricultores familiares, públicos urbanos vulneráveis) da região de abrangência do campus.	CLS
	Meta 3 – Qualificar o Programa Fronteira em Movimento a partir da criação de 01 Núcleo Institucional, para desenvolvimento de ações em consonância com a Política de Integralização da Extensão, a ser elaborada.	PROEC
Objetivo específico 11 – Criar Centro de Desenvolvimento Tecnológico no Campus Erechim.	Meta 1 – Implantar um Centro de Desenvolvimento Tecnológico no Campus Erechim até 2021.	CER
Objetivo específico 12 – Instituir o Fórum permanente de extensão e cultura nos campi.	Meta 1 – Realizar dois encontros no ano, em cada campus.	PROEC
	Meta 2 – Constituir uma comissão para elaboração do regimento do Fórum até 2023.	PROEC
	Meta 3 – Elaborar um regimento para o funcionamento do Fórum até 2023.	PROEC

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 13 – Publicar e difundir material institucional representativo da concepção e experiência de Extensão da UFFS.	Meta 1 – Organizar quatro (4) edições da Revista da Extensão até 2023.	PROEC
	Meta 2 – Publicar uma edição anual de revista impressa (500 exemplares) e a versão digital.	PROEC
	Meta 3 – Atualizar anualmente o catálogo da PROEC garantindo que 100% de programas e projetos institucionalizados estejam registrados.	PROEC
	Meta 4 – Publicar anualmente 2 títulos resultantes da produção de programas e projetos extensionistas que representem a Política de Extensão da UFFS, com tiragem de 500 exemplares cada um.	PROEC
	Meta 5 – Organizar um comitê de avaliação para selecionar/qualificar as publicações até 2023.	PROEC
	Meta 6 – Elaborar um periódico para divulgação das ações de Ensino, Extensão e Pesquisa do Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
	Meta 7 – Criar um (1) periódico para qualificar as publicações da Extensão em âmbito nacional e internacional, a partir da publicação de trabalhos na Mostra de Extensão e Cultura e de autores externos.	PROEC
Objetivo específico 14 – Integrar os discentes que ingressam na UFFS na comunidade universitária e regional, criando um ambiente de cooperação entre os segmentos que compõem a Instituição.	Meta 1 – Fomentar, junto à PROAE e aos campi, a divulgação das ações extensionistas em atividades voltadas à recepção e integração de alunos ingressantes nos cursos de Graduação da UFFS, com uma atividade semestral.	PROEC
Objetivo específico 15 – Realizar seminários de debate sobre o desenvolvimento territorial e regional nos seis campi, enfocando a elaboração de ações de Extensão da instituição, articuladas com as demandas locais.	Meta 1 – Realizar um evento anual (seminário, conferência) de integração entre a comunidade regional e o Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
Objetivo específico 16 – Disponibilizar o Centro Vocacional Tecnológico para o Campus Chapecó que tem a finalidade de atender a comunidade com um ambiente de capacitação, aprendizagem e intercâmbio de experiências com salas multiúso para a prática do cooperativismo produzidos pelos cursos de Graduação do campus.	Meta 1 – Atualizar 100% dos projetos e orçamento até julho/2023.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a obra até novembro/2023.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% da obra do CVT até dezembro/2023.	SEO
Objetivo específico 17 – Disponibilizar as Áreas Esportivas (quadra coberta com vestiários) para os campi da UFFS, visando atender a demanda de espaços para práticas esportivas não só da Instituição, mas também para integrar-se com a comunidade da região em que a UFFS está inserida.	Meta 1 – Encaminhar processo para licitar as áreas esportivas para os campi da UFFS até junho/2023.	SEO
	Meta 2 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras das áreas esportivas até dezembro/2023.	SEO
	Meta 3 – Receber as obras das empresas e entregar aos campi as quadras poliesportivas até janeiro/2023.	SEO
	Meta 4 – Construir uma quadra poliesportiva nos campi Laranjeiras do Sul e Realeza	CLS
	Meta 5 – Construção de uma quadra poliesportiva no Campus Realeza.	CRE
	Meta 6 – Criação de espaços para o esporte e lazer no Campus Chapecó, como ambientes formativos e de convívio social.	CCH

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 18 – Implantar uma incubadora tecnológica no Campus Erechim.	Meta 1 – Desenvolver estudos preliminares para a implantação da incubadora tecnológica até julho/2019.	CER
	Meta 2 – Identificar parceiros estratégicos para a implantação da incubadora tecnológica até dezembro/2019.	CER
	Meta 3 – Desenvolver projeto da implantação da incubadora tecnológica até março/2020.	CER
	Meta 4 – Aprovar nas instâncias superiores até agosto/2020.	CER
	Meta 5 – Efetivar a implantação da incubadora tecnológica até dezembro/2020.	CER
Objetivo específico 19 – Construir o Centro de Pedagogia e Alternância para o Campus Laranjeiras do Sul, que tem a finalidade de um espaço físico onde poderão acontecer amplos debates e formações dos sujeitos coletivos, tais como os povos indígenas e movimentos sociais.	Meta 1 – Elaborar 100 % do plano de necessidades e estudo preliminar até dezembro/2020.	CLS
	Meta 2 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos até agosto/2021.	CLS
	Meta 3 – Encaminhar o processo para licitar as obras até janeiro/2022.	CLS
	Meta 4 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras dos Centros de Pedagogia e Alternância até dezembro/2023.	CLS
Objetivo específico 20 – Construir duas estufas agrícolas (com e sem climatização) no Campus Erechim, para atendimento de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Meta 1 – Elaborar 100% do projeto e orçamento até agosto/2020.	CER
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a obra até novembro/2020.	CER
	Meta 3 - Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até Junho/2021.	CER
Objetivo específico 21 – Construir composteira para resíduos orgânicos, principalmente gerados pelo RU do Campus Erechim.	Meta 1 – Elaborar o projeto da composteira até março/2019.	CER
	Meta 2 – Encaminhar para licitar/contratar empresas especializadas na execução dos serviços até maio/2020.	CER
	Meta 3 – Entregar a composteira até novembro/2020.	CER
Objetivo específico 22 – Criar o Conselho Gestor de Incubadoras Sociais, empresas juniores e demais formas de organização que envolvam atividades extensionistas da UFFS.	Meta 1 – Elaborar um regimento para a criação/institucionalização de Incubadoras Sociais, empresas juniores e demais formas de organização que envolvam atividades de extensão da UFFS.	PROEC
	Meta 2 – Definir uma política de apoio às ações extensionistas previstas pelas incubadoras sociais, empresas juniores e demais formas de organização que envolvam atividades de Extensão da UFFS.	PROEC
	Meta 3 – Criar uma (1) Incubadora de Tecnologia Social no Campus Chapecó e uma (1) no Campus Realeza.	PROEC
Objetivo específico 23 – Viabilizar meios de execução e divulgação das atividades de extensão da UFFS.	Meta 1 – Desenvolver um Plano de Trabalho em conjunto com a DICOM para divulgação das ações de Extensão.	PROEC

Objetivo 7 – Desenvolvimento da Cultura

Desenvolver programas e projetos culturais, através da implementação de ações educativas e culturais, cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos em atividades culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos programas e projetos culturais.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Promover ações de reconhecimento da diversidade cultural existente na comunidade acadêmica e regional.	Meta 1 – Dar visibilidade para 100% dos grupos culturais identificados na universidade até 2023.	PROEC
Objetivo específico 2 – Qualificar as ações de extensão e cultura e ampliar a captação de recurso externo para o desenvolvimento de ações de Extensão e Cultura.	Meta 1 – Realizar um curso (nos seis campi), de elaboração de projetos para instrumentalizar os grupos culturais para busca de recurso externo a fim de fortalecer as ações de extensão e cultura em todos os campi da UFFS até 2023.	PROEC
	Meta 2 – Ofertar 5 oficinas anuais em cada campus contemplando as diversas linguagens culturais como forma de fortalecer os grupos e artistas existentes.	PROEC
Objetivo específico 3 – Fortalecer espaços para a difusão da cultura na Universidade e promover ações de incentivo e valorização da diversidade cultural.	Meta 1 – Criar o Festival de Cultura na UFFS, com periodicidade anual envolvendo os diferentes campi e a comunidade regional, contemplando as diferentes linguagens culturais.	PROEC
	Meta 2 – Ampliar em 20% a participação de estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos e comunidade regional em atividades de arte e cultura na UFFS até 2023.	PROEC
Objetivo específico 4 – Desenvolver políticas de Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura que promovam ações educativas culturais junto a comunidade acadêmica e a sociedade civil tendo como referência as diretrizes da COEPE, bem como a implementação de projetos permanentes e núcleos de cultura na UFFS.	Meta 1 – Ampliar em 10% os programas, projetos e atividades culturais na UFFS até 2023.	PROEC
	Meta 2 – Lançar edital anual do Bolsa Cultura.	PROEC
	Meta 3 – Lançar edital interno anual do Mais Cultura nas Universidades.	PROEC
Objetivo específico 5 – Desenvolver ações que colaborem com a articulação da produção, difusão e vivência cultural na UFFS, tendo em vista sua regionalidade e localização fronteiriça, contemplando as diferentes linguagens artísticas/culturais e a integração nacional e internacional.	Meta 1 – Desenvolver um ciclo de cinema e debate de filmes argentinos em todos os campi da UFFS até 2023.	PROEC
	Meta 2 – Promover um evento anual de integração cultural com instituições parceiras nacionais e internacionais até 2023.	PROEC
Objetivo específico 6 – Priorizar apoio a projetos culturais que atendam à diversidade da região em parceria com entidades locais e regionais.	Meta 1 – Apresentar anualmente sete (7) espetáculos artísticos culturais para a comunidade acadêmica em parceria com SESC/Chapecó, no espaço do SESC e do Campus Chapecó.	PROEC
Objetivo específico 7 – Viabilizar as demandas específicas das ações de cada projeto pelo custeio dos projetos do Edital do Bolsa Cultura atendam.	Meta 1 – Disponibilizar 70 bolsas, no período de 8 meses, para os editais anuais de bolsa cultura.	PROEC
	Meta 2 – Aumentar anualmente em 10% o número de bolsas destinadas ao edital do Bolsa Cultura.	PROEC

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 8 – Acompanhar e avaliar as atividades de cultura nos campi da UFFS em conjunto com os representantes de Cultura e o Coordenador Adjunto de Extensão e Cultura, através do Comitê de Extensão e Cultura e de reuniões realizadas nos campi.	Meta 1 – Realizar uma visita anual em cada campus para articulação com membros da comunidade acadêmica e externa para a aproximação com as demandas locais e regionais, permitindo respostas mais adequadas às solicitações.	PROEC
	Meta 2 – Realização de seis (6) reuniões anuais por videoconferência para acompanhamento dos programas e projetos de cultura.	PROEC
Objetivo específico 9 – Estimular a submissão e institucionalização de projetos em qualquer período do ano relacionados com a cultura através dos coordenadores adjuntos de Extensão e Cultura.	Meta 1 – Ampliar em 50% o número de atividades registradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura até 2023.	PROEC
	Meta 2 – Aumentar a eficiência da gestão da cultura universitária por meio da implementação de um sistema informatizado até 2020.	PROEC
	Meta 3 – Ampliar em 50% o número de certificados de participação em atividades de cultura, em decorrência da ampliação dos estímulos para a realização das ações de Cultura até 2022.	PROEC
Objetivo Específico 10 – Promover a capacitação da equipe envolvida na gestão das atividades culturais da UFFS.	Meta 1 – Participar de três (3) eventos anuais de formação continuada para aprimorar o conhecimento acerca das políticas de cultura.	PROEC
Objetivo específico 11 – Publicizar as manifestações culturais existentes nos campi da UFFS e difundir a diversidade cultural presente nos três estados do Sul do Brasil.	Meta 1 – Permitir que um projeto cultural institucionalizado por campus participe de um evento institucional em outro campus anualmente.	PROEC
Objetivo específico 12 – Disponibilizar os centros de Cultura e Vivência para os campi, devido ao crescente número de professores e alunos, gerando uma demanda por um local destinado à convivência e às atividades culturais.	Meta 1 – Atualizar 100% dos projetos e orçamento até março/2023.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a obra até setembro/2023.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até dezembro/2023.	SEO
	Meta 4 – Construção de um anfiteatro integrado com Centro de Convivência para a comunidade acadêmica e auditório com espaço para, no mínimo, 300 pessoas.	CLS

Objetivo 8 – Permanência do estudante de Graduação

Desenvolver e apoiar os projetos educacionais que contribuam para a democratização do ensino superior e para o aumento da permanência, por meio da realização de ações norteadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Ofertar auxílio financeiro para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos de Graduação da UFFS, com vistas a promover igualdade de oportunidades e melhoria do desempenho acadêmico, bem como prevenir e minimizar situações de retenção e evasão.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Discutir a construção das moradias estudantis para os campi da UFFS.	Meta 1 – Construir casa de estudante para, no mínimo, 100 estudantes do Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
	Meta 2 – Organizar moradia estudantil em Laranjeiras do Sul e municípios da região para, no mínimo, 500 estudantes.	CLS
	Meta 3 - Construir casa de estudantes para no mínimo 120 estudantes no Campus Erechim até 2023	CER
Objetivo específico 2 – Implantar Laboratório de Ensino-Aprendizagem para apoio de estudantes com dificuldades didático-pedagógicas.	Meta 1 – Revisar RESOLUÇÃO Nº 001/2012 – CONSUNI/CGRAD até setembro/2019.	PROGRAD
Objetivo específico 3 – Definir política de acesso e permanência do PROHAITI, PIN e outros programas de acesso e permanência de estudantes na UFFS.	Meta 1 – Discutir a viabilização, até dezembro de 2022, da captação de recursos para as políticas de permanência de estudantes estrangeiros em situação de vulnerabilidade social.	PROAE
Objetivo específico 4 – Acompanhar e monitorar o funcionamento dos RUs, de forma a manter qualidade na oferta da alimentação aos estudantes.	Meta 1 – Realizar fiscalização mensal (uma vistoria/monitoramento por mês) da atuação das empresas que prestam serviço nos restaurantes universitários de forma a garantir o pleno funcionamento com qualidade.	PROAE
	Meta 2 – Ter no mínimo 30% dos produtos utilizados nas refeições servidas nos restaurantes da UFFS serem oriundos da agricultura familiar, viabilizando os RUs como uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento local regional até 2023.	PROAE
	Meta 3 – Ofertar duas (2) atividades (cursos, oficinas, campanhas) por ano (até 2023) sobre educação alimentar e nutricional por meio do RU, envolvendo, continuamente, a oferta de alimentos de qualidade higiênico-sanitária e nutricional associados a informações sobre eles.	PROAE
	Meta 4 – Viabilizar, continuamente, a oferta de duas refeições diárias (almoço e jantar) de segunda a sexta-feira nos RUs com alimentação de qualidade, com valor acessível.	PROAE
Objetivo específico 5 – Conceder auxílios socioeconômicos aos estudantes de Graduação.	Meta 1 – Ofertar, continuamente, auxílios socioeconômicos para 100% dos estudantes de Graduação que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica (IVS até 1320).	PROAE
	Meta 2 – Ampliar, até 2023, o pagamento do auxílio-moradia para 12 meses.	PROAE
	Meta 3 – Ofertar, continuamente, dois (2) bolsistas monitores por SAE e realizar, no mínimo, uma (1) atividade mensal de orientação referente aos auxílios aos estudantes nos campi da UFFS.	PROAE
	Meta 4 – Lançar, continuamente, um edital anual para cada programa de concessão de auxílio financeiro a estudantes.	PROAE
	Meta 5 – Realizar, continuamente, campanha semestral de divulgação dos programas de auxílios socioeconômicos à comunidade acadêmica da UFFS.	PROAE
	Meta 6 – Cadastrar e homologar mensalmente e de forma contínua 100% dos estudantes público-alvo do Programa Bolsa Permanência do MEC, em conformidade com as orientações do Ministério.	PROAE

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 6 – Incentivar os estudantes a participar de competições esportivas da UFFS e de outras instituições.	Meta 1 – Realizar uma atividade física/esportiva e/ou de promoção à saúde por mês com os estudantes de graduação nos campi da UFFS por meio do programa de auxílios específicos e eventos de formação da comunidade discente – contínua.	PROAE
	Meta 2 – Realizar, a partir de 2020, uma edição dos Jogos Universitários por ano na UFFS, em novo formato, organizado pelos estudantes.	PROAE
	Meta 3 – Apoiar, a partir de 2018, a participação de 200 discentes da UFFS em eventos esportivos municipais, regionais, estaduais e federais nas modalidades individuais e coletivas, por meio de auxílio financeiro e pagamento de anuidades às federações desportivas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.	PROAE
	Meta 4 – Implementar uma edição dos Jogos Cooperativos a partir de 2020.	PROAE
Objetivo específico 7 – Elaborar e implementar a Política de Assistência Estudantil.	Meta 1 – Encaminhar, até março de 2019, ao CONSUNI, uma minuta para aprovação.	PROAE
	Meta 2 – Aumentar, até 2023, a taxa de aprovação média em CCRs dos estudantes de 14 para 20 créditos.	CLS
	Meta 3 – Criar, até 2023, setor/equipe/suporte para atender a saúde física e mental do estudante.	CCH
Objetivo específico 8 – Criar mecanismo de avaliação e acompanhamento das ações do PNAES na UFFS.	Meta 1 – Elaborar, até dezembro de 2019, dez (10) indicadores para avaliação e acompanhamento das ações realizadas pela PROAE e pelos SAES atualmente.	PROAE
Objetivo específico 9 – Implementar sistema informatizado integrado para a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.	Meta 1 – Desenvolver módulo para RUs até dezembro de 2020.	SETI
Objetivo específico 10 – Estruturar as equipes técnicas da PROAE e SAES.	Meta 1 – Garantir, até 2019, a equipe mínima do SAE e ampliar a estrutura com mais dois STAEs, dos quais um seja pedagogo.	CLS
	Meta 2 – Incluir na equipe da PROAE, até junho de 2019, um profissional da área da Pedagogia, um de Psicologia e um de prática desportiva.	PROAE
	Meta 3 – Incluir, até junho de 2020, no mínimo um servidor adicional no SAE de cada campi, com atenção especial à inclusão de servidores das áreas de Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e assistente em Administração.	PROAE
Objetivo específico 11 – Participar em fóruns e comissões de debate da assistência estudantil a nível nacional, regional e localização.	Meta 1 – Garantir, a partir de 2019, participação de no mínimo um representante do SAE no Fórum Nacional dos trabalhadores da Assistência Estudantil.	CLS
	Meta 2 – Participar, continuamente, de 100% das reuniões do FONAPRA-CE.	PROAE
	Meta 3 – Participar, continuamente, de 100% das reuniões da Comissão de Modelos GT Matriz PNAES.	PROAE
Objetivo específico 12 – Avaliação e acompanhamento das ações do PNAES na UFFS.	Meta 1 – Capacitar 100% dos integrantes da CAAPAE de modo a aperfeiçoar sua atuação na avaliação e no acompanhamento das ações do PNAES.	CLS
Objetivo específico 13 – Desenvolver Programa de Promoção à Saúde dos estudantes	Meta 1 – Desenvolver um projeto de saúde integrando ações de promoção de saúde nos campi.	PROAE
	Meta 2 – Criar um grupo de apoio de saúde mental do estudante em cada campus.	PROAE

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 14 – Realizar anualmente o Seminário da Política de Assistência Estudantil da UFFS.	Meta 1 – Elaborar um estudo quali-quantitativo por ano sobre o desempenho do Programa de Auxílios Socioeconômicos.	PROAE
	Meta 2 – Realizar uma pesquisa de avaliação de impacto da Política de AE da UFFS.	PROAE
	Meta 3 – Realizar um estudo sobre fatores determinantes da evasão/retenção dos estudantes da UFFS.	PROAE
Objetivo específico 15 – Aprimorar o processo de análise socioeconômica.	Meta 1 – Revisar/aprimorar a metodologia de análise socioeconômica da Política de AE até 2023.	PROAE
Objetivo específico 16 – Aprimorar as ações de inclusão digital na UFFS.	Meta 1 – Adquirir, no mínimo, cinco (5) notebooks novos por campus para empréstimos aos estudantes.	PROAE
Objetivo específico 17 – Promover ações de acompanhamento pedagógico.	Meta 1 – Criar uma metodologia para o Plano de Acompanhamento	PROAE
Objetivo específico 18 – Desenvolver o Programa de Esporte e Lazer.	Meta 1 – Construir uma quadra poliesportiva nos campi.	PROAE
Objetivo específico 19 – Aprimorar a metodologia de acesso ao RU.	Meta 1 – Desenvolver novo método de controle (mais seguro e eficaz) de acesso de usuários ao RU.	PROAE
Objetivo específico 20 – Desenvolver estudos sobre a política do RU.	Meta 1 – Realizar pesquisa de avaliação do modelo atual praticado pelo RU.	PROAE
	Meta 2 – Promover um debate sobre a política do RU.	PROAE

Objetivo 9 – Desenvolvimento da Internacionalização

Fomentar, articular e administrar a cooperação da Universidade com outras instituições e nações visando promover a excelência acadêmica e a solidariedade internacional.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Construir normativas para regulamentar as atividades de Internacionalização na UFFS.	Meta 1 – Criar uma política e um regulamento de internacionalização da UFFS em 2019.	AAI
	Meta 2 – Criar um Programa de Línguas - PROLIN até 2019	AAI
Objetivo específico 2 – Incrementar a elegibilidade dos alunos da Instituição aos programas de mobilidade acadêmica, a partir do desenvolvimento da proficiência em línguas em todos os campi da UFFS.	Meta 1 – Triplicar o número de estudantes com nível B2 no Toefl até 2023.	AAI
Objetivo específico 3 – Participar dos programas de internacionalização desenvolvidos pelo Governo Federal e outros organismos a partir de acordos internacionais.	Meta 1 – Aderir a pelo menos 80% dos programas criados pelo Governo Federal até 2023.	AAI
	Meta 2 – Recepcionar, anualmente, dois (2) estudantes estrangeiros para realizar estágio.	AAI
Objetivo específico 4 – Criar o Programa NÓSOTROS visando à Integração das ações desenvolvidas pelos campi da UFFS e universidades argentinas.	Meta 1 – Propiciar a mobilidade de 20 alunos até 2023.	AAI

Objetivo Específico 5 – Expandir a cooperação internacional da UFFS por meio de acordos de cooperação.	Meta 1 – Aumentar em 80% os acordos bilaterais com instituições acadêmicas de ensino superior estrangeiras até 2020.	AAI
Objetivo Específico 6 – Promover a visibilidade da UFFS no exterior.	Meta 1 – Participar em dois (2) eventos internacionais por ano.	AAI
	Meta 2 – Criar a versão em língua inglesa e espanhola da página da UFFS até 2019.	AAI
Objetivo Específico 7 – Credenciar a UFFS como posto aplicador do CEL-PE-Bras e do CELU.	Meta 1 – Credenciar um posto para cada teste em Chapecó até 2019.	AAI
	Meta 2 – Credenciar, em 2019, Realeza e Cerro Largo como postos aplicadores do CELU.	AAI
	Meta 3 – Credenciar todos os campi da UFFS nas aplicações do Celpe-Bras até 2023.	AAI
Objetivo específico 8 – Firmar a internacionalização enquanto política institucional no âmbito de todos os programas de Pós-Graduação da UFFS.	Meta 1 – Celebrar, ao menos, 3 (três) convênios/acordos de cooperação em cada programa de Pós-Graduação com IES e instituições de pesquisa nacional e estrangeiras até 2019.	AAI
Objetivo específico 9 – Estimular a mobilidade acadêmica de discentes e docentes dos programas de Pós-Graduação da UFFS envolvendo IES do Brasil e do exterior.	Meta 1 – Promover o intercâmbio de, no mínimo, um docente e um discente de cada Programa de Pós-Graduação, por ano.	AAI
Objetivo específico 10 – Estimular a vinda de pesquisadores de IES do Brasil e do exterior para o desenvolvimento de estágios de pesquisa e atividades de Pós-Doutoramento.	Meta 1 – Acolher, ao menos, dois docentes ou discentes estrangeiros nos Programas de Pós-Graduação da UFFS para desenvolver Mestrado ou Doutorado ou Estágio de Pesquisa ou Pós-Doutorado até 2023.	AAI
Objetivo específico 11 – Ofertar componentes curriculares da Pós-Graduação em língua inglesa e/ou espanhola.	Meta 1 – Ministrar, ao menos, uma disciplina por ano, em língua inglesa e em língua espanhola no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) até 2023.	AAI

Objetivo 10 – Gestão Universitária para apoio ao Ensino, à Pesquisa, Extensão e Cultura

Visa o desenvolvimento de ações para assegurar o funcionamento dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFFS, da Pesquisa, Extensão e Cultura por meio da aquisição e/ou reposição de materiais de consumo, suprimentos e serviços de terceiros para garantir a eficiência nos serviços prestados à comunidade universitária, pelos diversos setores administrativos da instituição.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Implantar e desenvolver a metodologia de análise e melhoria de processos, com identificação das etapas críticas de controle, visando à eficiência dos processos institucionais, bem como a avaliação de riscos.	Meta 1 – Reduzir o tempo médio de tramitação dos processos modelados em uma média mínima de 25%.	PROPLAN
	Meta 2 – Informatizar 50% dos processos institucionais mapeados até 2023.	PROPLAN

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 2 – Reavaliar as estruturas da Reitoria, identificando as atribuições dos diferentes setores e comissões, visando à mensuração de suas demandas, sazonalidades e proporcionando o dimensionamento de pessoal. Consolidar uma metodologia de mapeamento de responsabilidades e desconcentração dos serviços e das atribuições para os campi da UFFS.	Meta 1 – Criar controles integrados e transparentes que permitam gestão 100% on-line das informações relacionadas às estruturas, siglas e atribuição de funções.	PROPLAN
	Meta 2 – Dimensionar o quadro de servidores técnicos da UFFS nos campi, quando necessário, considerando a desconcentração de atividades e serviços das pró-reitorias.	PROPLAN
Objetivo específico 3 – Prover a Instituição com a contratação e gestão dos serviços terceirizados essenciais ao funcionamento das atividades-meio e fins.	Meta 1 – Garantir que 100% dos postos de serviços terceirizados necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais sejam efetivamente contratados e prestando serviços de acordo com o contrato firmado.	PROAD
Objetivo específico 4 – Prover, com os campi da UFFS, os serviços de transporte institucionais.	Meta 1 – Garantir que os serviços de transportes terceirizados estejam disponíveis para a contratação em 100% dos itens demandados pela Instituição.	PROAD
	Meta 2 – Garantir a possibilidade de contratação dos serviços de abastecimento, seguro e de manutenção preventiva e corretiva em 100% dos veículos da frota institucional.	PROAD
	Meta 3 – Produzir um diagnóstico de reposição da frota própria conforme a depreciação e desgaste até 2019.	PROAD
Objetivo específico 5 – Possibilitar e auxiliar o procedimento de contratação de fundações de apoio institucional.	Meta 1 – Garantir que 100% dos projetos institucionais que necessitam de contratação de fundações de apoio sejam formalizados.	PROAD
	Meta 2 – Produzir um relatório de avaliação da atuação e desempenho das fundações e do apoio institucional.	PROAD
Objetivo específico 6 – Prover a operacionalização dos contratos institucionais nos campi da UFFS.	Meta 1 – Garantir que 100% dos contratos institucionais sejam formalizados e/ou aditivados dentro dos prazos legais.	PROAD
	Meta 2 – Garantir que 100% dos processos de penalização de fornecedores sejam analisados e encaminhados de acordo com a legislação vigente.	PROAD
	Meta 3 – Garantir a gestão financeira de 100% dos empenhos dos contratos institucionais.	PROAD
	Meta 4 – Identificar e analisar 100% das demandas de compras e contratação que possuem relação direta com a Superintendência Administrativa, buscando soluções para atendimento satisfatório no âmbito da UFFS.	PROAD
	Meta 5 – Garantir a manutenção dos serviços da reitoria em 100% dos contratos que envolvam o fornecimento de infraestrutura.	PROAD

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 7 – Aprimorar a gestão e governança de TIC.	Meta 1 – Atingir maturidade 3, até 2019, para os 4 domínios do modelo Cobit 5 (Planejar e organizar, adquirir e implementar, entregar e suportar, monitorar e avaliar).	SETI
	Meta 2 – Atingir maturidade 4, até 2020, para os 4 domínios do modelo Cobit 5 (Planejar e organizar, adquirir e implementar, entregar e suportar, monitorar e avaliar).	SETI
	Meta 3 – Atingir nível de maturidade 3 do ITIL até 2019.	SETI
	Meta 4 – Atingir nível de maturidade 4 do ITIL até 2020.	SETI
	Meta 5 – Definir até 31/03/2019 o processo de gestão de demandas de TIC para a SETI.	SETI
	Meta 6 – Definir até 30/04/2019 o software de apoio à gestão de demandas.	SETI
	Meta 7 – Implantar até 30/06/2019 o processo de gestão de demandas de TIC para a SETI.	SETI
	Meta 8 – Implementar até 30/04/2019 um método de gestão de projetos aderente às necessidades da SETI.	SETI
	Meta 9 – Definir até 31/05/2019 um método de medição de software que meça o tamanho de um software com base nas funcionalidades entregues ao usuário.	SETI
	Meta 10 – Implantar até 31/08/2019 a gestão de projetos de software conforme o método definido na meta 8 deste objetivo específico e o método de medição de software definido na meta 9.	SETI
	Meta 11 – Analisar as alternativas e definir, até 30/06/2019, ferramenta e solução que permita a gestão dos projetos e das demandas pelos gestores da TI e pelas equipes de projetos e demandas, permitindo também a análise das informações aos gestores da UFFS, aos gestores de TI, aos membros do CGD e aos donos dos ativos da informação.	SETI
	Meta 12 – Implantar até 30/09/2019 a solução definida na meta 11 deste objetivo específico.	SETI
Objetivo específico 8 – Terceirizar atividades de execução, possibilitando aos servidores do quadro da SETI atuarem em atividades de gestão.	Meta 1 – contratar uma terceirizada para manutenção de equipamentos de TI até 2019.	SETI
	Meta 2 – manter um contrato com terceirizada para manutenção de equipamentos de TI até 2020.	SETI
Objetivo específico 9 – Organizar, dirigir e controlar o PDTIC da UFFS.	Meta 1 – Cumprir em 80% as demandas priorizadas pelo CGD para o ano de 2019.	SETI
Objetivo específico 10 – Melhorar e ampliar a capacidade de desenvolvimento de softwares.	Meta 1 – Atingir maturidade nível G do programa/modelo MPS.Br até 2021.	SETI
	Meta 2 – Atingir o nível “Parcialmente Gerenciado” do programa/modelo MPT.Br até 2021.	SETI
Objetivo específico 11 – Planejar a construção de espaços para a biblioteca nos campi.	Meta 1 – Concluir até agosto de 2022 a elaboração dos projetos e encaminhar para o setor de licitações.	SEO
	Meta 2 – Estar com 100% das obras concluídas e em funcionamento até agosto de 2022.	SEO
	Meta 3 – Construir, até 2021, um prédio de dois (2) pavimentos para abrigar a Biblioteca do Campus Realeza, arquivo morto e espaço para manutenção/restauração de livros (no pavimento inferior) e os setores e assessorias administrativas no segundo pavimento.	CRE

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 12 – Complementar as obras para os Galpões de Maquinário Agrícola que atenderá as áreas experimentais dos campi.	Meta 1 – Concluir até julho/2020 estar com 100% dos projetos complementares e orçamentos concluídos.	SEO
	Meta 2 – Concluir até setembro/2020 encaminhar o processo da segunda etapa destas obras para licitar a contratação da execução das obras.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras de complementação dos galpões até janeiro/2021.	SEO
	Meta 4 – Receber as obras das empresas e entregar aos campi 100% das obras concluídas até março/2021.	SEO
Objetivo específico 13 – Construir o Galpão de Engenharia Ambiental que atenderá as áreas experimentais nos campi Chapecó, Cerro Largo e Erechim.	Meta 1 – Concluir até julho/2022 os projetos e orçamentos.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar até setembro/2022 o processo dessas obras para licitar a contratação de sua execução.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras de complementação dos galpões até janeiro/2022.	SEO
	Meta 4 – Receber 100% das obras das empresas e entregar aos campi até março/2022.	SEO
Objetivo específico 14 – Construir o galpão de manutenção, CFTV e abrigos dos terceirizados.	Meta 1 – Concluir até julho/2023 os projetos e orçamentos concluídos.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a contratação da execução das obras até setembro/2023.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras de complementação dos galpões até dezembro/2023.	SEO
Objetivo específico 15 – Construir os centros administrativos dos campi Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, cuja finalidade é centralizar as atividades-meio/administrativas.	Meta 1 – Atualizar 100% dos projetos e orçamentos até agosto/2023.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a obra até janeiro/2023.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras dos centros administrativos até junho/2023.	SEO
Objetivo específico 16 – Construir o prédio da Reitoria que tem a finalidade de centralizar as atividades-meio/administrativas das pró-reitorias, secretarias e assistência aos estudantes.	Meta 1 – Atualizar 100% dos projetos e orçamentos até dezembro/2023.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a obra até março/2023.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras da Reitoria até dezembro/2023.	SEO
Objetivo específico 17 – Construir o prédio do Patrimônio e Almoxarifado Central no Campus Chapecó que tem a necessidade de atender as demandas geradas pelo patrimônio de todos os campi, com a finalidade de centralizar o recebimento, distribuição e guarda de materiais.	Meta 1 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos até dezembro/2019.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a obra até março/2020.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até dezembro/2021.	SEO
Objetivo específico 18 – Construir dois novos pavilhões de laboratórios no Campus Erechim, para atendimento de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Meta 1 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos até dezembro/2023.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a obra até março/2023.	SEO
	Meta 3 – Finalizar as obras dos dois novos pavilhões de laboratórios do Campus Erechim, até dezembro/2023.	SEO

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 19 – Garantir a manutenção e o conserto dos equipamentos dos laboratórios dos campi.	Meta 1 – Recuperar 100% dos equipamentos até 2023.	SELAB
Objetivo específico 20 – Melhorar o fluxo de informações entre a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e as assessorias de Gestão de Pessoas dos campi.	Meta 1 – Estabelecer cronogramas de reuniões entre a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e as assessorias de Gestão de Pessoas dos campi até março de cada ano.	PROGESP
	Meta 2 – Estabelecer metodologia de discussão dos procedimentos de cada atividade a ser realizada nas assessorias de Gestão de Pessoas dos campi antes de ser divulgada aos servidores, durante todo o plano.	PROGESP
	Meta 3 – Capacitar 100% dos servidores das assessorias de Gestão de Pessoas dos campi por meio de cursos presenciais e a distância, com a previsão de convênios de órgãos externo, como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) até 2023.	PROGESP
Objetivo 21 – Construir creche nos campi Erechim e Chapecó para atender aos filhos de zero a cinco anos dos servidores e dos estudantes, de acordo com a legislação vigente.	Meta 1 – Discutir a proposta, estudo de legislação e elaboração de projeto (no campus), até final de 2023.	SEO
	Meta 2 – Discutir a construção de creche no âmbito institucional, até agosto/2023.	SEO
	Meta 3 – Elaborar projeto físico e encaminhar para licitação até novembro/2023.	SEO
	Meta 4 – Finalizar, até o final de 2023, as obras da creche do Campus Erechim.	SEO
Objetivo 22 – Executar as obras previstas para funcionamento com excelência do Campus Chapecó.	Meta 1 – Adquirir e instalar os equipamentos necessários para o funcionamento da central de moagem e secagem do campus até dezembro/2020.	SELAB
	Meta 2 – Adquirir e instalar equipamentos e mobiliários necessários para o funcionamento dos laboratórios dos cursos de licenciatura (pavilhões 2 e 4) do campus até dezembro/2020.	SELAB
	Meta 3 – Executar o Projeto do Estacionamento Definitivo para Ônibus, no Campus Chapecó até abril de 2023.	SEO
	Meta 4 – Construção de praça de alimentação, serviços e convivência fora dos blocos até junho/2020.	SEO
Objetivo específico 23 - Capacitar continuamente os servidores que atuam na Ouvidoria.	Meta 1 – Participar, até 2023, de três cursos de formação/eventos, a distância ou presencial.	OUID
Objetivo específico 24 – Avaliar e aprimorar os canais de comunicação da Ouvidoria com a comunidade da UFFS.	Meta 1 – Alcançar 80% de avaliação positiva sobre os canais de comunicação da Ouvidoria.	OUID
Objetivo específico 25 – Divulgar e implementar a Política de Gestão Documental em todos os campi.	Meta 1 – Definir os responsáveis nos campi pelo acompanhamento dos documentos institucionais no que se refere à produção, tramitação, uso, classificação, avaliação e arquivamento da documentação da UFFS até 2019.	SETI
Objetivo específico 26 – Fortalecer e incentivar as ações para a institucionalização do processo administrativo e documentos eletrônicos no âmbito da UFFS até 2018.	Meta 1 – Garantir que 100% sistemas informatizados da UFFS que produzem processos administrativos e documentos estejam adaptados para a tramitação eletrônica de documentos.	SETI

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo Específico 27 – Fortalecer as ações de controle interno, desenvolvendo ações de controle, orientação e avaliação dos atos de gestão praticados no âmbito da UFFS.	Meta 1 – Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 baseado na gestão de riscos da UFFS.	AUDIN
	Meta 2 – Executar 100% do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna referente aos exercícios de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.	AUDIN
Objetivo específico 28 – Prover manutenção dos materiais permanentes da Instituição.	Meta 1 – Assegurar a inclusão de 100% dos equipamentos em contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme a sua necessidade.	PROAD
Objetivo específico 29 – Promover a capacitação dos ocupantes de cargos de direção e funções gratificadas da UFFS.	Meta 1 – Levantar as necessidades de capacitação das Chefias e oportunizar pelo menos uma oferta de capacitação presencial ao ano para as chefias da Reitoria e dos campi.	PROGESP
Objetivo específico 30 – Prover manutenção dos materiais permanentes da Instituição.	Meta 1 – Elevar de 80% para 95% o índice de resposta positiva aos chamados de manutenção de equipamentos com estado de conservação recuperável.	PROAD
Objetivo específico 31 – Construir ambulatorios na Unidade Básica de Saúde Esplanada em Chapecó-SC	Meta 1 – Discutir a proposta, o estudo de legislação e elaborar o projeto e orçamento, até março 2019.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar a obra/reforma até julho/2019.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar a obra/reforma até março/2020.	SEO
Objetivo específico 32 – Promover a transparência ativa dos documentos arquivísticos digitais e não digitais produzidos pela UFFS.	Meta 1 – Implementar uma plataforma de acesso, transparência e difusão de documentos ATOM (Access to Memory).	SETI
	Meta 2 – Digitalizar 100% dos documentos não digitais transferidos dos setores da UFFS para o Arquivo (DGDOC) a fim de serem disponibilizados por meio da plataforma ATOM (Access to Memory) até 2023.	SETI
	Meta 3 – Disponibilizar os documentos arquivísticos não digitais da UFFS na plataforma ATOM (Access to Memory) até 2023.	SETI
Objetivo específico 33 – Preservar os documentos arquivísticos digitais produzidos pela UFFS.	Meta 1 – Construir e publicar uma política de preservação para os documentos arquivísticos digitais até 2023.	SETI
	Meta 2 – Implementar um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) para fins de preservação e acesso de longo prazo dos documentos digitais até 2023.	SETI
Objetivo específico 34 – Garantir a produção de documentos arquivísticos digitais autênticos.	Meta 1 – Ter um sistema informatizado da UFFS como modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), seja por meio do seu desenvolvimento ou pela integração a um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).	SETI
Objetivo específico 35 – Desenvolver ações voltadas à segurança do acervo custodiado no espaço físico do Arquivo.	Meta 1 – Elaborar um Plano de Emergência para o espaço físico do Arquivo contendo dados sobre manutenção do edifício, salvamento de humanos e do acervo.	SETI
Objetivo específico 36 – Definir métodos de controle para tratamento, acesso e consulta à documentação de caráter sigiloso custodiada no Arquivo.	Meta 1 – Elaborar um manual que oriente os servidores do DGDOC sobre tratamento, permissão de acesso, consulta e empréstimo a documentos de caráter pessoal custodiados no Arquivo.	SETI

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 37 – Aprimoramento da política de Gestão de Pessoas na UFFS.	Meta 1 – Elaborar uma política de combate ao assédio moral no ambiente de trabalho, através de equipe multidisciplinar com apoio do SIASS.	PROGESP
	Meta 2 – Reavaliar a política de Gestão de Pessoas da UFFS, com análise humanística, de forma a elevar os índices apontados como insatisfatórios no Levantamento de Governança e Gestão Públicas 2017 da UFFS, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2018.	
	Meta 3 – Criar/adaptar espaços para convivência dos servidores, com a devida estrutura necessária, em todos os campi e Reitoria da UFFS.	
	Meta 4 – Aprimorar os editais de remoção interna indicando a lotação das vagas ociosas.	

Objetivo 11 – Manutenção e adequação da Infraestrutura

Visa ao desenvolvimento de ações de manutenção e adequação física da infraestrutura da UFFS por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais inerentes às pequenas obras, observando os limites da legislação vigente. Adicionalmente, visa à criação/reestruturação de serviços para a comunidade acadêmica.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Elevar o nível de satisfação dos usuários e qualidade dos serviços prestados em TIC.	Meta 1 – atingir 100% de cumprimento do Acordo de Nível de Serviço até 2019.	SETI
	Meta 2 – atingir percentual acima de 90% para o grau de satisfação igual a “satisfeito + muito satisfeito” até 2019.	SETI
Objetivo específico 2 – Manter e atualizar licenças de software e suporte da infraestrutura de aplicações.	Meta 1 – Manter 100% dos contratos de suporte a sistemas licenciados para a infraestrutura da UFFS.	SETI
Objetivo específico 3 – Promover e aprimorar a segurança da tecnologia da informação e comunicação na UFFS.	Meta 1 – Reduzir em 90% o número de incidentes de segurança registrados pelo Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança da RNP, até 2019.	SETI
	Meta 2 – Tratar 100% dos incidentes de segurança até 2020.	SETI
Objetivo específico 4 – Manter e atualizar o parque de equipamentos de TI.	Meta 1 – Manter 80% do parque de equipamentos aderente ao ciclo de vida – boas práticas, orientações e vedações – normatizado pelo MP/STI (avaliação anual).	SETI
	Meta 2 – Manter disponibilidade do datacenter nível tier 2 até 2019.	SETI
Objetivo específico 5 – Manter e atualizar a infraestrutura de TIC.	Meta 1 – Atender 100% dos requisitos apresentados por órgãos superiores e vinculados (SISP, MEC, MPOG, RNP) até 2019.	SETI

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 6 – Cercar as áreas experimentais dos campi para garantir a segurança destas áreas.	Meta 1 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos dos cercamentos até março/2022.	SELAB
	Meta 2 – Cercar 100% na área destinada para os setores de avicultura, ovinocultura, fruticultura e sistemas agroflorestais. Cercamento dos locais no campus que não foram contemplados na primeira licitação (RDC nº 09/2017).	CLS
	Meta 3 – Encaminhar os processos até maio/2022 para licitar a contratação e execução das obras.	SELAB
	Meta 4 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até dezembro/2019.	SELAB
Objetivo específico 7 – Implantar e executar a infraestrutura para abastecimento de água para as áreas experimentais dos campi.	Meta 1 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos até março/2022.	SELAB
	Meta 2 – Encaminhar os processos até maio/2022 para licitar a contratação e execução das obras.	SELAB
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até dezembro/2022.	SELAB
Objetivo específico 8 – Implantar e executar a infraestrutura de rede elétrica e lógica para atender as áreas experimentais dos campi.	Meta 1 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos até março/2022.	SELAB
	Meta 2 – Encaminhar os processos até maio/2016 para licitar a contratação e execução das obras.	SELAB
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até dezembro/2022.	SELAB
Objetivo específico 9 – Implantar as estações de tratamento de agrotóxicos (depósito, rampas, descontaminador) para as áreas experimentais dos campi.	Meta 1 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos até junho/2023.	SELAB
	Meta 2 – Encaminhar, até setembro/2023, os processos para licitar a contratação e execução das obras.	SELAB CRE
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até dezembro/2023.	SELAB
Objetivo específico 10 – Implantar o projeto paisagístico (grama e arborização) dos campi da UFFS.	Meta 1 – Receber das comissões permanentes e acompanhamento da execução da implantação da arborização e do paisagismo dos campi os itens e quantitativos para a SEO montar os processos de solicitação para licitar/contratar os serviços necessários até 2021.	SEO
Objetivo específico 11 – Desenvolver e implantar as manutenções (preventivas e preditivas) prediais e de infraestrutura para todos os campi.	Meta 1 – Elaborar os processos para cada um dos serviços que demandam de licitação e encaminhar para licitar/contratar empresas especializadas na execução dos serviços até 2023.	SEO
	Meta 2 – Acompanhar e fiscalizar os contratos/serviços de manutenção nos campi, até 2023.	SEO
Objetivo específico 12 – Implantar praças centrais nos campi, a fim de criar um espaço de integração, convivência e/ou recreação para os usuários, com jardins arborizados e acessibilidade.	Meta 1 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos até dezembro/2023.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar os processos até abril/2023 para licitar a contratação e execução das obras.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até junho/2023.	SEO
	Meta 4 – Construir uma praça central integrada ao anfiteatro e centro de convivência, com auditório, a ser construído no campus.	CLS
	Meta 5 – Finalizar o arruamento interno do Campus Realeza, conforme projeto.	CRE

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 13 – Contratação da climatização dos prédios denominados de Bloco “A” dos campi e Bloco “B” do Campus Chapecó, para propiciar aos usuários ambientes agradáveis e climatizados.	Meta 1 – Elaborar 100% dos projetos e orçamentos até março/2019.	SEO
	Meta 2 – Instalar aparelhos de ar-condicionado no auditório do Bloco A e nas salas destinadas aos servidores administrativos do Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
	Meta 3 – Instalar aparelhos de ar-condicionado no auditório do Bloco A e nas salas destinadas aos servidores administrativos do Campus Realeza.	CRE
	Meta 4 – Encaminhar os processos até maio/2019 para licitar a contratação e execução das obras.	SEO
	Meta 5 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até dezembro/2020.	SEO
Objetivo específico 14 – Implantar as manutenções corretivas prediais e de infraestrutura nos campi. Essas manutenções são as demandas emergenciais que ocorrem e que devem ser imediatamente corrigidas por cada campus.	Meta 1 – Elaborar os processos para contratação de empresa especializada, até 2023, para a execução dos serviços.	SEO
Objetivo específico 15 – Implantar geradores para manutenção da alimentação elétrica nas edificações do Campus Erechim em caso de falha na rede normal.	Meta 1 – Encaminhar os processos de aquisição de geradores para a organização da licitação até março/2023.	SEO
	Meta 2 – Licitar/contratar empresas especializadas na execução dos serviços até novembro/2023.	SEO
	Meta 3 – Finalizar a implantação dos geradores até julho/2023.	SEO
	Meta 4 – Adquirir e instalar geradores de energia no Campus Realeza e no Hospital Veterinário.	CRE
Objetivo específico 16 – Construir áreas cobertas interligando as edificações do Campus Erechim.	Meta 1 – Encaminhar os processos para a organização da licitação, conforme as edificações forem concluídas, durante o período do plano.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar para licitar/contratar empresas especializadas na execução dos serviços, conforme as edificações forem concluídas, durante o período do plano.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar os contratos/serviços até o final das execuções.	SEO
	Meta 4 – Implantar coberturas entre os prédios, com sistemas fotovoltaicos para geração de energia, via acordo de cooperação com a COPEL e CRESOL.	CRE
Objetivo específico 17 – Implantar sistema de abastecimento de água potável das Áreas Experimentais do Campus Erechim.	Meta 1 – Encaminhar os processos para a organização da licitação do sistema de abastecimento de água potável para as Áreas Experimentais até março/2022.	SELAB
	Meta 2 – Licitar/contratar empresa especializada na execução do serviço até maio/2022.	SELAB
	Meta 3 – Implantar o sistema de abastecimento de água até junho/2022.	SELAB
Objetivo específico 18 – Implantar pavimentação da Área Experimental do Campus Erechim.	Meta 1 – Encaminhar os processos para a organização da licitação da pavimentação da Área Experimental até março/2022.	SELAB
	Meta 2 – Licitar/contratar empresa de pavimentação até maio/2022.	SELAB
	Meta 3 – Concluir a pavimentação até junho/2022.	SELAB

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 19 – Construir rampa para lavagem de máquinas com coletor de efluentes nas Áreas Experimentais do Campus Erechim.	Meta 1 – Encaminhar os processos para a organização da licitação até março/2020.	SELAB
	Meta 2 – Licitar/contratar empresas especializadas na execução dos serviços até maio/2020.	SELAB
	Meta 3 – Concluir a rampa até junho/2020.	SELAB
Objetivo específico 20 – Construir estação de tratamento de resíduos de defensivos e óleo de máquinas nas Áreas Experimentais do Campus Erechim.	Meta 1 – Encaminhar os processos para a organização da licitação para construção da estação de tratamento de resíduos de defensivos e óleo de máquinas até março/2020.	SELAB
	Meta 2 – Licitar/contratar empresa para estação de tratamento de resíduos de defensivos e óleo de máquinas até maio/2020.	SELAB
	Meta 3 – Concluir estação de tratamento de resíduos de defensivos e óleo de máquinas até junho/2020.	SELAB
Objetivo específico 21 – Implantar o espaço das áreas experimentais em Laranjeiras do Sul, com a realização da licitação para retirada da plantação de eucaliptos até setembro de 2016.	Meta 1 – Utilizar 100% do espaço previsto no campus para as áreas experimentais até 2020.	CLS
Objetivo específico 22 – Aperfeiçoar o fluxo de geração de pedidos de compras de materiais de laboratórios, dando celeridade aos processos de compras e economicidade a instituição, com a redução de trabalho manual.	Meta 1 – Desenvolver módulo para lançamento de pedidos ao sistema SCL, até dezembro de 2019.	SELAB
	Meta 2 – Desenvolver módulo para lançamento de pedidos ao sistema SCL, até dezembro de 2020.	SETI
Objetivo específico 23 – Garantir a segurança nos laboratórios da UFFS, permitindo o controle total sobre os bens dispostos nestes ambientes, evitando extravios e destinação distinta das finalidades acadêmicas.	Meta 1 – Viabilizar a instalação de um sistema de segurança em todos os prédios de laboratórios com câmeras, contemplando corredores e janelas, até dezembro de 2022.	SELAB
Objetivo específico 24 – Viabilizar a prestação de serviços técnicos especializados e a correta destinação dos produtos produzidos nas áreas experimentais.	Meta 1 – Contratar, até dezembro de 2020, Fundação de Apoio para gerir os processos de prestação de serviços técnicos especializados pelos laboratórios institucionais.	SELAB
	Meta 2 – Contratar, até dezembro de 2020, Fundação de Apoio para gerir os processos de comercialização dos produtos produzidos nas áreas experimentais.	SELAB
Objetivo específico 25 – Implementar o monitoramento da qualidade da água de abastecimento e dos padrões dos efluentes das estações de tratamento de esgotos de todos os campi.	Meta 1 – Fornecer a água de abastecimento dentro dos padrões de potabilidade, conforme estabelece a Portaria MS 2914/11, até julho de 2023.	SELAB
	Meta 2 – Atender, até julho de 2023, aos padrões de emissão de efluentes conforme recomenda a Resolução CONAMA 430/11 E CONAMA 357/05.	SELAB
Objetivo específico 26 – Aprimorar e implementar o Plano de Resíduos Sólidos dos campi.	Meta 1 – Implementar, até dezembro de 2023, as atualizações propostas.	SELAB

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 27 – Divulgar práticas sustentáveis que constam no Plano de Logística Sustentável, visando à conscientização dos servidores da UFFS sob aspectos de economicidade dos gastos públicos e mitigação de impactos ambientais.	Meta 1 – Implementar e disponibilizar aos servidores da UFFS, materiais (cartazes, cards, adesivos e demais materiais publicitários) referente às práticas sustentáveis, até 2023.	SELAB
	Meta 2 – Produzir um relatório sobre o consumo de água e energia na UFFS por ano.	SELAB
	Meta 3 – Realizar campanha de conscientização para o desenvolvimento da sustentabilidade em todos os campi da UFFS até 2019.	SELAB
	Meta 4 – Capacitar 100% dos terceirizados para a promoção da sustentabilidade ambiental no âmbito da UFFS até 2023.	SELAB
	Meta 5 – Promover, anualmente, uma capacitação aos terceirizados da UFFS, sobre os aspectos de economia de água e energia, separação de resíduos, até 2023.	SELAB
Objetivo específico 28 – Aprimorar o gerenciamento dos resíduos perigosos gerados nos laboratórios da UFFS, visando garantir o tratamento e a destinação final adequado.	Meta 1 – Implantar, até 2023, a melhoria contínua nos processos de gestão dos resíduos observando aspectos legais do manejo como segregação, identificação, rotulagem, transporte e armazenamento.	SELAB
	Meta 2 – Promover uma capacitação bianual para os servidores envolvidos com o manejo dos resíduos gerados nos laboratórios.	SELAB
	Meta 3 – Aquisição de Câmara frigorífica/Contêiner para acondicionar resíduos e carcaças de animais para descarte,	CRE
Objetivo específico 29 – Promover o controle de vetores de doenças no âmbito da UFFS.	Meta 1 – Monitorar e combater, até 2023, 100% do criadouros de Aedes Aegypti.	SELAB
Objetivo específico 30 – Implementar estruturas necessárias para o funcionamento das áreas experimentais.	Meta 1 – Licitar/contratar uma empresa para construção das estufas agrícolas até 2020.	SELAB
	Meta 2 – Construir uma estação de piscicultura em Laranjeiras do Sul até 2019.	SELAB
	Meta 3 – Construção de espaços destinados a criação animal nas áreas experimentais dos campi até 2020	CER
	Meta 4 – Concluir os galpões agrícolas das áreas experimentais até 2020.	SELAB
Objetivo Específico 31 – Reformar os telhados dos prédios de laboratórios do Campus Erechim.	Meta 1 – Licitar/contratar empresa para reformar o telhado dos prédios de laboratórios do Campus Erechim até 2019.	SELAB
Objetivo específico 32 – Complementar as estruturas dos laboratórios da UFFS.	Meta 1 – Adquirir 100% das bancadas e mobiliários para os laboratórios da UFFS até 2020.	SELAB
Objetivo específico 33 – Adequar a acessibilidade da Biblioteca Universitária do Campus Chapecó, para atender as novas normas de acessibilidades.	Meta 1 – Desenvolver os projetos dentro das novas leis/normas e orçamentos.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar/contratar empresa especializada para executar a obra.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar a execução da obra.	SEO
Objetivo específico 34 – Adequar a acessibilidade das salas dos laboratórios didáticos de todos os campi, para atender as novas normas de acessibilidade.	Meta 1 – Desenvolver os projetos dentro das novas leis/normas e orçamentos.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar/contratar empresa especializada para executar a obra.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar a execução da obra.	SEO

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 35 – Construir áreas cobertas interligando as edificações dos campi -	Meta 1 – Realizar estudos sobre as necessidades para cada campus.	SEO
	Meta 2 – Desenvolver os projetos e orçamentos específico para cada campus.	SEO
	Meta 3 – Encaminhar o processo para licitar/contratar empresa especializada para executar os serviços/obra.	SEO
	Meta 4 – Acompanhar e fiscalizar a execução da obra/serviço.	SEO
	Meta 5 – Implantar coberturas entre os prédios, com sistemas fotovoltaicos para geração de energia, via acordo de cooperação com a COPEL e CRESOL.	CRE
Objetivo específico 36 – Garantir pleno funcionamento das áreas experimentais.	Meta 1 – Construir uma edificação para a área de culturas anuais.	CLS
	Meta 2 – Construir mais uma Casa de Vegetação para as áreas experimentais.	
	Meta 3 – Construir uma edificação em alvenaria para utilização como depósito pelo setor de apicultura.	
	Meta 4 – Iluminar 100% dos postes para alimentação da estufa próximo às casas de vegetação.	
Objetivo específico 37 – Implementar a acessibilidade no Campus Laranjeiras do Sul	Meta 1 – Elaborar um projeto de adequação do campus para as demandas de mobilidade: estacionamento lateral no prédio docente/administrativo (próximo ao local onde ficam as bicicletas); acesso ao Bloco A; acesso de veículos mais próximo aos laboratórios. Adequação entre o Bloco A e o CVT para facilitar acesso de pessoas com baixa mobilidade.	CLS
	Meta 2 – Construir uma cobertura para as passarelas interligando as edificações do Campus Laranjeiras do Sul.	CLS
Objetivo específico 38 – Execução de obra de acessibilidade no Campus Erechim	Meta 1 – Elaboração de projeto de iluminação do estacionamento do Bloco dos Professores do Campus Erechim em 2019	CER
	Meta 2 – Licitação e execução da estrutura de estacionamento do bloco dos professores do Campus Erechim até 2020.	CER
Objetivos específicos 39 – Elaborar e implantar o Mapa/Manual de Gestão de Riscos no campus.	Meta 1 – Elaborar e implantar Mapa/Manual de Gestão de Riscos no Campus Realeza, conforme portaria nº 738/GR/UFS/2018, que trata da Política e Plano de Gestão de Riscos;	CRE
Objetivo específico 40 – Discutir e implementar as Unidades Acadêmicas no Campus Realeza.	Meta 1 – Até 2020, discutir e implementar as Unidades Acadêmicas no Campus Realeza.	CRE
Objetivo específico 41 – Intermediar a efetiva construção do trevo de acesso ao Campus Realeza, via rodovia PR-182.	Meta 1 – Viabilizar, mediante diálogo com o Governo do Estado do Paraná e o DER/PR, a efetiva construção do trevo de acesso ao Campus Realeza, via PR-182.	CRE

Objetivo 12 - Implantação, Expansão e Reestruturação da Infraestrutura

Visa à construção das edificações, desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, compras de equipamentos e mobiliários, bem como o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessárias à efetiva implantação da Universidade, bem como a modernização da estrutura acadêmica e física da Instituição.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Construir os reservatórios centrais de água potável para os <i>campi</i> da UFFS, tem a finalidade de reservar e abastecer todos os prédios do <i>campus</i> evitando que tenha falta de água.	Meta 1 – Até junho/2023 estar com 100% dos projetos complementares e orçamentos concluídos.	SEO
	Meta 2 – Até agosto/2023 encaminhar os processos para licitar a contratação e execução das obras.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até junho/2023.	SEO
Objetivo específico 2 – Finalizar os projetos do restauro dos edifícios tombados para o <i>Campus</i> Passo Fundo. Esses projetos têm a finalidade de adequar os prédios as normas de acessibilidade adequando-os às necessidades dos usuários.	Meta 1 – A equipe técnica da SEO desenvolver os projetos complementares dos projetos de restauro até dezembro/2019.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar até abril/2020 os processos para licitar a contratação e execução das obras.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% das obras até dezembro/2021.	SEO
Objetivo específico 3 – Finalizar os projetos para a implantação urbana para o <i>campus</i> definitivo de Passo Fundo. Esses projetos têm a finalidade de adequar as normas de acessibilidade e também para revitalizar a área de implantação do <i>campus</i> adequando-os as necessidades dos usuários.	Meta 1 – Encaminhar até abril/2023 os processos para licitar a contratação e execução das obras para a infraestrutura do <i>campus</i> (pavimentação, drenagem pluvial, rede de água, rede elétrica e lógica, etc.).	SEO
	Meta 2 – Acompanhar e fiscalizar as obras até dezembro/2023.	SEO
Objetivo específico 4 – Implantar o <i>Campus</i> Concórdia, que tem a finalidade de criação de um Centro Especializado em Engenharias.	Meta 1 – Adequar os projetos de reforma para encaminhar à Prefeitura Municipal de Concórdia licitar a reforma até 2023.	SEO
	Meta 2 – Elaborar os projetos para a implantação da infraestrutura do <i>campus</i> definitivo até 2023.	SEO
	Meta 3 – Elaborar os projetos para as edificações (bloco de salas de aula, laboratórios, restaurante universitário, bloco de professores) que serão construídos no <i>campus</i> definitivo até 2023.	SEO
Objetivo específico 5 – Implantar o <i>campus</i> indígena, que tem a finalidade de atender estudantes oriundos das reservas indígenas do Brasil.	Meta 1 – Construir um <i>campus</i> indígena junto às estruturas do <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul.	CLS
	Meta 2 – Elaborar os projetos para a implantação da infraestrutura do <i>campus</i> definitivo até 2023.	SEO
	Meta 3 – Elaborar os projetos destinados ao prédio integrado até 2023.	SEO
Objetivo específico 6 – Reformar o Anexo I do <i>Campus</i> Passo Fundo para salas de aula	Meta 1 – Acompanhar e fiscalizar a execução das obras/serviços até julho/2019.	SEO
Objetivo específico 7 – Realizar a identificação e comunicação visual dos <i>campi</i> e das edificações da UFFS, para atender normas de acessibilidades e instruções do Corpo de Bombeiros.	Meta 1 – Levantamento do programa de necessidades, específico para cada cidade, <i>campus</i> e edificações até janeiro/2019.	SEO
	Meta 2 – Desenvolver os projetos específicos para a identificação e comunicação visual (dos <i>campi</i> e das edificações) até abril/2019.	SEO
	Meta 3 – Encaminhar os processos para licitar/contratar empresa especializada até maio/2019.	SEO
	Meta 4 – Acompanhar e fiscalizar a execução serviços até dezembro/2019.	SEO
Objetivo específico 8 – Cercar o Hospital Veterinário do <i>Campus</i> Realeza.	Meta 1 – Desenvolver os projetos até novembro/2018.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar/contratar empresa especializada para executar a obra até novembro/2018.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar 100% da execução da obra/serviço até julho/2019.	SEO

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 9 – Construir Pórtico de entrada para os <i>campi</i> .	Meta 1 – Desenvolver os projetos e orçamentos.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar/contratar empresa especializada para executar a obra.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar a execução da obra.	SEO
Objetivo específico 10 – Implantar o Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) para as Centrais de Reagentes nos <i>campi</i> Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza.	Meta 1 – Desenvolver os projetos e orçamentos.	SEO
	Meta 2 – Encaminhar o processo para licitar/contratar empresa especializada para executar a obra.	SEO
	Meta 3 – Acompanhar e fiscalizar a execução da obra.	SEO
Objetivo específico 11 – Construção da Clínica de Nutrição para o <i>Campus</i> Realeza.	Meta 1 – Discutir a proposta, estudar a legislação, realizar levantamento do programa de necessidade e elaborar projeto (no <i>campus</i>), até março/2019.	SEO
	Meta 2 – Desenvolver os projetos/orçamentos até julho/2019.	SEO
	Meta 3 – Encaminhar o processo para licitar/contratar empresa especializada para executar a obra até setembro/2019.	SEO
	Meta 4 – Acompanhar e fiscalização a execução das obras/serviços até julho/2020.	SEO

Objetivo 13 – Fortalecimento da divulgação da UFFS

Consolidar a imagem da UFFS como instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade, por meio de ações de divulgação que envolvam toda a comunidade universitária.

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 1 – Aperfeiçoar as ações de identificação institucional, visando à facilitação do acesso físico à Instituição por meio de sinalização.	Meta 1 – Contratar e executar projeto de padronização da orientação visual dos <i>campi</i> até 2023.	DICOM
	Meta 2 – Sinalizar 100% os espaços internos do Campus Laranjeiras do Sul, para facilitar acesso aos locais de atendimento, como identificação padronizada nas portas, mapas de direção/orientação para andares e setores importantes da Instituição.	CLS
Objetivo específico 2 – Ampliar as ações de divulgação institucional.	Meta 1 – Ser a Universidade mais lembrada da Mesorregião Fronteira do Mercosul.	DICOM
	Meta 2 – Ampliar a participação/divulgação das ações acadêmicas nas mídias locais (jornais, rádios e TVs) através da ampliação da equipe de comunicação dos <i>campi</i>	CER
Objetivo específico 3 – Desenvolver ações para comunicação com a comunidade acadêmica.	Meta 1 – Envolver 100% do público interno na divulgação das ações institucionais.	DICOM
	Meta 2 – Desenvolver, até 2023, uma grife virtual de modelos de produtos da UFFS para confecção por parte da comunidade acadêmica até 2023.	DICOM

Objetivos específicos	Metas	Coordenadores
Objetivo específico 4 – Criar canais alternativos para publicizar e difundir as ações e experiências de cultura da UFFS no intuito de publicizar as ações culturais realizadas anualmente no âmbito da universidade, resultante das ações desenvolvidas por meio dos projetos de cultura e que representem a Política de Cultura da UFFS.	Meta 1 – Atualizar anualmente o catálogo da PROEC garantindo que 100% dos projetos culturais institucionalizados estejam registrados.	PROEC
	Meta 2 – Criar um canal (on-line/redes sociais) de divulgação das ações culturais da UFFS até 2019.	PROEC
	Meta 3 – Criar uma agenda cultural unificada dos eventos anuais da UFFS até 2020.	PROEC
Objetivo específico 5 – Categorizar e disponibilizar um rol de informações estatísticas sobre a UFFS nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Cultura e Gestão, possibilitando o aperfeiçoamento dos processos avaliativos das políticas institucionais.	Meta 1 – Publicar um (1) documento por ano até 2019 com a consolidação dos principais dados institucionais (UFFS em números).	PROPLAN
	Meta 2 – Publicar um (1) documento ao final de quatro anos com as principais atividades desenvolvidas ao longo de uma gestão eleita (UFFS –Gestão).	DCO
Objetivo específico 6 – Finalizar a implantação do site da UFFS.	Meta 1 – Organizar e encaminhar material sobre a Ouvidoria a 100% dos servidores e alunos da UFFS.	OUVID
	Meta 2 – Produzir e divulgar um relatório Anual com os números relativos ao trabalho da Ouvidoria.	OUVID
	Meta 3 – Desenvolver e implantar uma versão Mobile do site da UFFS até 2023.	DICOM
	Meta 4 – Desenvolver e implantar um ambiente de intranet para a Instituição até 2023.	DICOM
	Meta 5 – Criar um aplicativo para o site da UFFS até 2023.	DICOM
Objetivo específico 7 – Fortalecer a Editora UFFS	Meta 1 – Desenvolver três (3) ações de divulgação dos livros da Editora por ano até 2023.	DICOM
	Meta 2 – Criar um site em formato de “loja” até 2023.	DICOM
	Meta 3 – Publicação de 15 livros por ano até 2023.	DICOM
Objetivo específico 8 – Realizar a identificação e comunicação visual nas cidades que os campi estão inseridos.	Meta 1 – Realizar levantamento do programa de necessidades, específico para cada cidade até janeiro/2019.	SEO
	Meta 2 – Desenvolver os projetos específicos para a identificação e comunicação visual (das cidades) até abril/2019.	SEO
	Meta 3 – Encaminhar os processos para licitar/contratar empresa especializada até maio/2019.	SEO
	Meta 4 – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços até dezembro/2019.	SEO

ANEXO II – Projeções do Campus Realeza não convertidas em objetivos e metas

As projeções para o período de 2019 a 2023 do *Campus* Realeza foram aprovadas em audiência pública realizada em 14 de novembro de 2018, que teve por objetivo apresentar um conjunto de ações possíveis de serem executadas nas áreas de Ensino de Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Infraestrutura, Quadro de servidores, Capacitação de STAEs e Docentes e gerais. Além de ratificar as ações previamente propostas, o público presente acrescentou outras demandas: o trevo de acesso a PR-182, que continua a ser de acesso provisório; a finalização do arruamento do *campus*; a conclusão do projeto de arborização do *campus*; a acessibilidade de pessoas com surdez e visão às dependências do *campus*, bem como quadro de pessoal docente e técnico para atuar junto a essas pessoas, dentro e fora dos espaços didáticos. Abaixo, apresenta-se um resumo das projeções.

ENSINO DE GRADUAÇÃO – implantação de, pelo menos, dois novos cursos de Graduação (Administração Pública, Pedagogia, Engenharia de Produção, entre outros, conforme planejamento do *campus* e viabilidade) e a duplicação da entrada no curso de Graduação em Medicina Veterinária (de 50 alunos, para duas entradas de 40, uma no primeiro semestre e outra no segundo). Para isso, no entanto, será necessária a disponibilização de códigos de vagas de servidores docentes e técnico-administrativos em educação, a serem quantificados quando da finalização dos PPCs.

Para além da abertura de novos cursos de Graduação, serão necessárias ações visando aperfeiçoar as políticas de acesso, permanência e de atendimento às minorias, em especial as étnico-raciais (negros, indígenas, quilombolas e imigrantes), bem como infraestrutura para possibilitar a inclusão de alunos com deficiências de surdez/cegos. Não menos importante é promover a reestruturação da atuação do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do *campus*, a fim de que atue no desvelamento da realidade educacional do *campus* e colabore no enfrentamento de problemas como a evasão, a retenção, a qualificação dos projetos políticos pedagógicos e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que promovam a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO (*lato e stricto sensu*) – Reoferta contínua e gratuita de cursos de Especialização em Letras, Ciências Naturais, Saúde e Direitos Humanos; submissão à CAPES, até 2021, de APCNs dos cursos de Mestrado Acadêmico em “Educação”, “Biodiversidade, Saúde e Sustentabilidade na Fronteira Sul” e “Interdisciplinar em Educação em Direitos Humanos”; condições para que o Mestrado em “Saúde, Bem-estar e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul” venha a ter nota e condições de ter aprovação do Programa de Doutorado em 2023.

PESQUISA – Adquirir, via recursos próprios, editais de fomento à pesquisa ou emenda parlamentar, equipamentos e maquinarias para laboratórios de pesquisas (com nível de segurança 2 e 3), para a realização de pesquisa básica e aplicada; Criar um Centro de Referência em Controle de Qualidade de Alimentos (CRCQA) para inspeção, análise e certificação de alimentos (orgânica/agroecológica), para atender uma demanda da região sudoeste do Paraná, oferecendo serviços relacionados à área de alimentos com ênfase no controle de qualidade e na segurança alimentar e preservação ambiental. Ver apoio financeiro da Alemanha para a construção do prédio e equipamentos ou via diálogo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Ambiente; criação do Centro de Memória Social da Região Sudoeste do Paraná para acolher documentos históricos, acervos documentais de pessoas e instituições públicas, bem como de objetos da cultura material, via

parceria com a Prefeitura de Realeza (para aquisição/doação de casa antiga a ser transplantada para o *Campus* Realeza).

EXTENSÃO – Fomento à oferta contínua de programas de Extensão voltados à Formação Contínua de Professores e à Saúde Única (Humana, Animal e Ambiental), com subsídios financeiros internos e externos, edital de fomento à extensão ou via acordos de cooperação técnico-científico.

INFRAESTRUTURA (Edificações e manutenção) – Construção de um prédio de dois (2) andares (igual/similar ao Bloco de Professores) para abrigar, no primeiro piso, a Biblioteca do *Campus*, espaço para manutenção de livros e arquivo temporário e morto do *campus*; e, no segundo piso, toda a estrutura administrativa, que hoje se encontra distribuída no Bloco A e Bloco de Professores. Tal obra é necessária, tendo em vista a previsão de novos cursos de Graduação e Pós-Graduação, bem como ampliação do quadro docente, de STAEs e discentes; Construção do Bloco “B” para salas de aulas e espaço de convivência para discentes; Construção da Clínica Escola de Nutrição, com recursos oriundos de emenda parlamentar, impositiva, ou recursos próprios; Construção do Galpão de Manutenção e espaços para servidores terceirizados; Construção do 4º prédio de laboratórios, para abrigar laboratórios para pesquisa aplicada e o Centro de Referência em Controle e Qualidade de Alimentos; Finalizar a implantação dos espaços das áreas experimentais, com ênfase na sustentabilidade e agroecologia no manejo de animais e plantas; Construção de galpão para atendimento de grandes animais no Complexo Hospitalar Veterinário, além da adequação da área experimental para receber, cuidar, tratar e acondicionar animais de grande porte para aulas práticas e de campo; Implantação de coberturas entre os prédios, com sistemas fotovoltaicos para geração de energia, via acordo de cooperação com a COPEL e CRESOL; Cercamento da Área Experimental e do *campus*; Construção de ginásio/quadra poliesportiva e espaços para caminhadas; e finalização do arruamento do *campus*.

QUADRO DE SERVIDORES – Ampliação do quadro de servidores técnico-administrativos para atender as demandas existentes (28 servidores, nível D e E); ampliação do quadro de docentes, para as futuras ofertas de Graduação e Pós-Graduação (22 docentes, DE, 40 horas); ampliação do quadro de servidores terceirizados para atender as demandas na área experimental, no Hospital Veterinário, na Clínica Escola de Nutrição, novos prédios, manutenção, limpeza, vigilância e conservação da estrutura existente (15 vagas).

CAPACITAÇÃO DE STAEs E DOCENTES – Ter 100% dos docentes com Doutorado e Pós-Doutorado em 2023; Ter 60% dos STAEs com Especialização/Mestrado/Doutorado, em 2023.

GERAIS – Elaborar e implantar Mapa/Manual de Gestão de Riscos em nível de *campus*, conforme Portaria nº 738/GR/UFGS/2018, que trata da Política e Plano de Gestão de Riscos; Discutir e implementar as Unidades Acadêmicas, no *Campus* Realeza, a princípio, sob duas grandes áreas: Educação e Saúde; Renovação da frota de veículos do *campus*, bem como aquisição de caminhoneta para transporte de médios e grandes animais para hospital veterinário, ônibus para transporte de alunos em atividades de estudos de campo e visitação a média e longa distância; conclusão do projeto de arborização do *campus*; Intermediar nas negociações de construção do trevo de acesso ao *campus* junto ao Governo do Estado do Paraná e DER/PR.

ANEXO II – Instrumento de autoavaliação institucional

INDICADORES	CONCEITOS				
	1	2	3	4	5
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional					
1. Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFFS no diagnóstico e encaminhamento dos problemas identificados pelos processos avaliativos.					
2. Divulgação, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), dos resultados do processo avaliativo para a Comunidade Interna e Externa.					
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional					
3. Oferta de cursos que atendam às necessidades sociais de desenvolvimento regional.					
4. Conhecimento da comunidade sobre os projetos da Universidade voltados ao desenvolvimento social.					
5. Relação entre a UFFS e os demais setores públicos e privados.					
6. Desenvolvimento de ações que tenham como base a sustentabilidade.					
7. Atividades de preservação da memória cultural, artística e do patrimônio cultural.					
8. Coerência entre a missão institucional, as metas e objetivos do PDI com os resultados alcançados.					
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas					
9. Coerência entre a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica, em função da razão pela qual a instituição foi criada e as diretrizes curriculares do MEC.					
10. Adequação das atividades pedagógicas como promotoras de processos participativos e dialógicos de construção do conhecimento.					
11. Desenvolvimento de ações que promovam interdisciplinaridade, inovações didático-pedagógicas e uso das novas tecnologias no ensino.					
12. Contribuições das pesquisas para o desenvolvimento local/regional.					
13. Estímulo institucional à organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.					
14. Estímulo institucional à formação de grupos de pesquisa.					
15. Atendimento das demandas, principalmente regionais, pela política institucional de investigação e difusão das produções científicas.					
16. Estímulo à participação discente em atividades de pesquisa.					
17. Integração entre graduação e pós-graduação.					
18. Articulação das atividades de extensão com as ações de ensino e pesquisa.					
19. Estímulo à participação dos estudantes nas atividades de extensão.					
20. Adequação e efetividade dos mecanismos de comunicação institucional na aproximação com a comunidade interna dos campi.					
21. Adequação e efetividade dos mecanismos de comunicação institucional na aproximação com a comunidade Externa.					
22. Clareza dos critérios utilizados para a concessão de bolsas e auxílios.					
23. Ações pedagógicas para garantia da permanência dos estudantes na Instituição.					
Eixo 4 – Políticas de Gestão					
24. Adequação dos Programas de Capacitação, Treinamento e Formação Continuada.					
25. Promoção das relações interpessoais no campus.					
26. Papel exercido pelas equipes de gestão da UFFS, nos campi, em processos de tomada de decisões e sua divulgação.					
27. Funcionamento do CONSUNI.					
28. Funcionamento do Conselho Estratégico Social.					

INDICADORES	CONCEITOS				
29. Funcionamento do Conselho de Campus.					
30. Funcionamento do Conselho Comunitário.					
31. Funcionamento dos Colegiados de Cursos.					
32. Recursos disponibilizados ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.					
Eixo 5 – Infraestrutura Física	1	2	3	4	5
33. Adequação do espaço físico das atividades administrativas.					
34. Adequação, conservação e manutenção das instalações sanitárias.					
35. Divulgação das políticas de segurança e utilização dos espaços físicos.					
36. Adequação de equipamentos para atividades de ensino (em salas de aula)					
37. Adequação de equipamentos e recursos de informática para servidores/as técnico-administrativos/as e professores/as.					
38. Divulgação das políticas de segurança e utilização dos equipamentos.					
39. Adequação do sistema de pesquisa da biblioteca.					
40. Adequação do espaço da biblioteca.					
41. Adequação da política de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos.					
42. Adequação do espaço físico, conservação e manutenção dos laboratórios.					
43. Adequação dos espaços físicos específicos para os portadores de necessidades especiais: rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.					
44. Adequação de equipamentos e mobiliários específicos para os portadores de necessidades especiais.					
QUESTÕES ABERTAS					
45. Gostaria de propor alguma mudança na estrutura e/ou dinâmica de atividades na UFFS? Quais e por quê?					
46. Há situações que são consideradas inadequadas e, portanto, deveriam ser relatadas para fins de eventuais providências? Faça a descrição.					
47. Você gostaria de apontar aspectos não contemplados anteriormente ou comentar a avaliação que fez sobre algumas das assertivas anteriores?					

Legenda:

1. Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO SEI, NÃO TENHO CONHECIMENTO, NÃO POSSO OPINAR, NÃO EXISTE(M), NÃO SE APLICA.
2. Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE;
3. Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE;
4. Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BOA/MUITO BEM;
5. Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE.

ANEXO III – Instrumento de autoavaliação dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Existem algumas variações de acordo com especificidades dos cursos de Graduação e de acordo com os participantes da pesquisa: discentes, docentes ou técnicos administrativos. A seguir, será apresentado o instrumento de autoavaliação dos cursos de Graduação, para preenchimento pelos estudantes.

1. Encontra-se satisfeito/a com o curso.

- 1- De maneira nenhuma;
- 2- Muito pouco;
- 3- Razoavelmente;
- 4- Sim, em grande parte;
- 5- Sim, na totalidade.

Caso as notas sejam 1 ou 2:

Quais os aspectos devem melhorar para aumentar sua satisfação com o curso? (Pode assinalar mais do que uma alternativa)

- a) Gestão da Instituição ou do *campus*;
- b) Gestão do Curso;
- c) Estrutura e serviços de apoio oferecidos;
- d) Relação com os técnicos e professores;
- e) Relação com os colegas;
- f) Outros: descreva.

2. Como avalio minha perspectiva de futuro após formado?

- 1- Péssima;
- 2- Ruim;
- 3- Regular;
- 4- Boa;
- 5- Ótima.

Caso as notas sejam 1 ou 2:

Por que minhas perspectivas futuras não são boas? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

- a) Não me sinto preparado para o mercado de trabalho.
- b) Dificuldade em reconhecimento do meu curso no mercado de trabalho.
- c) Dificuldade em aplicar os conhecimentos adquiridos para a resolução de problemas reais.
- d) Ausência de concursos públicos na minha área.
- e) Falta de conhecimento ou estímulo ao empreendedorismo relacionado a minha área de formação.
- f) Outros: (descreva).

3. A oferta de conteúdos específicos do curso é adequada.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

4. A oferta de aulas práticas em laboratório ou em campo é adequada.

- 1- Não se aplica ao meu curso;
- 2- Discordo;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

5. Você tem perspectiva de se formar no prazo regular do curso?

(SIM ou NÃO)

Caso a resposta seja NÃO:

Quantos semestres de atraso? (opções de números: 1, 2, 3, 4, 5, 6, mais que 6)

Quais os motivos do atraso? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

- a) Dificuldade de conciliar trabalho e estudo;
- b) Dificuldades pessoais ou familiares;
- c) Problemas de saúde;
- d) Problemas financeiros;
- e) Dificuldades relacionado a conhecimentos prévios ao curso;
- f) Dificuldade com disciplina específica;
- g) Oferta de CCRs;
- h) Outros: (descreva).

Quais ações podem ser tomadas para que você se forme no prazo regular ou no menor período de tempo? (Descreva-as).

6. Qual a minha motivação na proposição de atividades que possam levar ao desenvolvimento institucional e do curso?

- 1- Sou impedido de expressar ideias;
- 2- Não tenho motivação alguma;
- 3- Participo mas não tomo à frente;
- 4- Tomo à frente se eu for chamado a tal;
- 5- Sempre busco tomar à frente quando vejo oportunidade.

Caso as notas sejam 1 ou 2:

Quais as atividades que gostaria de propor para a melhoria do curso?
(descreva)

7. A Coordenação de Curso organiza momentos de “debates coletivos”.

- 1- Nunca;
- 2- Raramente;
- 3- Esporadicamente;
- 4- Constantemente;
- 5- Sempre que é necessário.

8. Tenho conhecimento dos assuntos tratados pelo NDE.

- 1- Não tenho nenhum conhecimento;
- 2- Tenho pouco conhecimento;
- 3- Tenho conhecimento razoável;
- 4- Tenho conhecimento satisfatório;
- 5- Tenho amplo conhecimento.

Caso as notas sejam 1 ou 2: pular para a questão 10.

9. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) atua na melhoria do curso.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

Caso as notas sejam 1 ou 2:

Como a atuação do NDE poderia ser melhorada? (descreva)

10. Tenho conhecimento dos assuntos tratados pelo Colegiado do Curso.

- 1- Não tenho nenhum conhecimento;
- 2- Tenho pouco conhecimento;
- 3- Tenho conhecimento razoável;
- 4- Tenho conhecimento satisfatório;
- 5- Tenho amplo conhecimento.

Caso as notas sejam 1 ou 2: pular para a questão 12.

11. O Colegiado de Curso atende às demandas do curso de forma transparente, eficiente e participativa.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

Caso as notas sejam 1 ou 2:

Como a atuação do Colegiado de Curso poderia ser melhorada? (Descreva).

12. O atendimento ao público realizado pela Secretaria Acadêmica é adequado em relação à qualidade, resolução de problemas, aos esclarecimentos, ao tamanho do corpo técnico e horário de atendimento.

- 1- Não sei opinar;
- 2- Discordo;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

13. O atendimento ao público realizado pela Assessoria de Assuntos Estudantis é adequado em relação à qualidade, resolução de problemas, aos esclarecimentos, ao tamanho do corpo técnico e horário de atendimento.”

- 1- Não sei opinar;
- 2- Discordo;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

14. Participo de projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão ou Cultura?
(SIM ou NÃO)

Caso a resposta seja SIM:

Quais? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

Ensino
Pesquisa
Extensão
Cultura

Caso a resposta seja NÃO:

Por que não participo de projetos complementares da instituição? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

- a) Não existe recurso financeiro para minha participação;
- b) Não me identifico com a atividade;
- c) Não tenho interesse;
- d) Não tenho tempo;
- e) Não fui estimulado;
- f) Outros: (descreva).

Caso seja assinalada alternativa (d):

Qual o motivo pelo qual não tenho tempo para participar de projetos da Instituição: (Pode assinalar mais de uma alternativa)

- D.1. Dificuldade em conciliar trabalho e projetos;
- D.2. Necessidade de priorizar os estudos;
- D.3. Choques de horários de aula com os projetos;
- D.4. Motivos de saúde;
- D.5. Outros (descreva).

15. Como minha participação em projetos pode auxiliar na minha formação profissional? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

- a) Auxiliar na aplicação prática dos conhecimentos;
- b) Melhorar meu currículo;
- c) Desenvolver a habilidade prática;
- d) Aprender a trabalhar em equipe;
- e) Desenvolver uma visão mais ampla de sociedade;
- f) Desenvolver uma postura proativa na identificação e resolução de problemas;
- g) Outros: descreva.

16. Você frequenta atividades de tutoria, monitoria e/ou estágio.

(SIM ou NÃO)

Caso a resposta seja NÃO:

Por que não frequento atividades de tutoria e/ou monitoria? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

- a) Desconheço ou não são ofertadas;
- b) Coincide com horário de trabalho;
- c) Coincide com horário de aulas;
- d) Não preciso;
- e) Não tenho interesse;
- f) Outros: (descreva).

17. Posso conhecimento sobre os resultados do processo de autoavaliação do meu curso e seus encaminhamentos.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

18. O meu curso contribui para a melhoria da sociedade local e regional.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

Para cursos em alternância:

19. Os locais de realização das aulas são adequadas.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

20. O transporte até o local de realização das aulas é adequado.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

21. A alimentação é adequada.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

22. A hospedagem é adequada.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

23. A estrutura favorece para o cumprimento da Proposta Pedagógica do Curso.

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Discordo parcialmente;
- 3- Não concordo nem discordo;
- 4- Concordo parcialmente;
- 5- Concordo totalmente.

Questões abertas:

21. Você considera que este instrumento de avaliação contempla todos os aspectos relevantes com relação ao curso?

SIM ou NÃO

Comentários finais/sugestões de melhoria.

ANEXO IV – Instrumento de autoavaliação dos CCRs

Notas aplicáveis às questões 1 a 15:

- | | | |
|-----------------------------------|-----|---------------------------------------|
| 1- Não se aplica/ De forma alguma | ou: | 1- Não se aplica/ Discordo totalmente |
| 2- Muito pouco | | 2- Discordo totalmente |
| 3- Razoavelmente | | 3- Suficiente |
| 4- Sim, em grande parte | | 4- Concordo |
| 5- Sim, na totalidade | | 5- Concordo totalmente |

Questões:

1. A minha expectativa quanto à realização deste CCR foi atendida.

Caso a nota da questão anterior tenha sido (1):

Por que não me empolguei na realização deste CCR? (Pode assinalar mais do que uma alternativa)

- Falta de interesse.
- Não consultei o PPC a respeito deste CCR.
- Não gostei da metodologia utilizada no CCR.
- Outros: (Espaço para descrever).

2. Consegui compreender os objetivos do CCR.

Caso a nota da questão anterior tenha sido (1):

Por que não compreendi os objetivos do CCR? (Pode assinalar mais do que uma alternativa).

- Falta de interesse.
- Os objetivos não foram apresentados pelo professor.
- Os objetivos foram apresentados, mas não foram devidamente compreendidos.
- Outros: (Espaço para descrever).

3. Compreendi o conteúdo apresentado em sala de aula.

Caso a nota da questão anterior tenha sido (1):

Motivos da minha falta de compreensão do conteúdo em sala de aula: (Pode assinalar mais do que uma alternativa)

- Falta de interesse / tempo de estudo dedicado ao componente.
- B- Falta de conhecimentos prévios necessários para a adequada compreensão do conteúdo apresentado.
- C- Problemas relacionados com a infraestrutura.
- D- Problemas relacionados com o professor.
- E- Problemas relacionados com os colegas.
- F – Problemas de ordem pessoal.

Caso tenha sido assinalada a alternativa (B):

Quais os conhecimentos prévios foram necessários para o bom aproveitamento do CCR: (Espaço para descrever).

Caso tenha sido assinalada a alternativa (D):

Quais os problemas relacionados ao professor comprometeram o bom aproveitamento do CCR: (Pode assinalar mais do que uma alternativa).

- Melhorar o uso dos recursos didáticos.
- Estar mais aberto à perguntas em sala de aula.
- Resolver mais exercícios em sala de aula.
- Apresentar exemplos para a aplicação prática dos conhecimentos apresentados.
- Outros: (espaço para descrever).

Caso tenha sido assinalada a alternativa (E):

Quais os problemas relacionados aos colegas comprometeram o bom aproveitamento do CCR: (Pode assinalar mais do que uma alternativa).

- Entrada e saída de sala de aula.

- Conversas paralelas e/ou uso de celular em sala de aula.
- Inibição para a realização de perguntas.
- Outros: (Espaço para descrever).

4. Dedico-me à realização de atividades extraclasse.

Caso a nota da questão anterior tenha sido (1):

Por que não me dediquei em horários extraclasse?

- Falta de interesse.
- Pela falta de projetos de monitoria, pesquisa ou extensão.
- Trabalho.
- D- Dedicção a outros CCR.
- Outros: (Espaço para descrever).

Caso tenha assinalado (D):

Quais CCR mereceram maior atenção? Por quê?
(Espaço para descrever).

5. As avaliações foram devolvidas ou comentadas em sala de aula ou em horário extraclasse.

Notas: 1- Nunca; 2- Poucas vezes; 3- Algumas vezes; 4- Muitas vezes; 5- Sempre

6. O número de instrumentos avaliativos (provas, seminários, trabalhos, entre outros) foi adequado.

7. Os critérios de avaliação de cada instrumento foram entendidos.

8. O horário disponibilizado para atendimento foi adequado.

Caso a nota da questão anterior tenha sido (1) ou (2):

Por que o horário de atendimento não foi adequado:

- Horário coincidiu com outras disciplinas.
- Horário coincidiu com trabalho.
- Horário coincidiu com atividades culturais, de pesquisa ou de extensão.
- Outros: (Espaço para descrever).

9. Os livros necessários para o bom desempenho no CCR encontram-se disponíveis na Biblioteca do *campus*.

10. Consegui correlacionar o conteúdo apresentado no CCR com problemas práticos reais.

11. Fui estimulado a participar de projetos de Pesquisa, Extensão ou estágios extracurriculares.

12. Consegui correlacionar o conteúdo apresentado neste CCR com o conteúdo de outros CCRs do curso.

13. O CCR atendeu as minhas expectativas.

Caso a nota da questão anterior tenha sido (1):

Por que o CCR não atendeu as minhas expectativas: (Pode assinalar mais do que uma alternativa)

- A- Não vi relação com minha formação pessoal ou profissional.
- B- Não consegui compreender o conteúdo e terei que realizar o CCR novamente.
- C- Problemas com o(a) professor(a).
- Outros: (espaço para descrever)

Caso tenha sido assinalada a alternativa (A):

Por que este CCR não contribuiu para minha formação pessoal ou profissional?

- (espaço para descrever)

Caso tenha sido assinalada a alternativa (C):

Caso tenha tido problemas com o professor, assinale as ações tomadas para a solução dos problemas:

- Conversei com o professor.
- Conversei com outros professores do curso.
- Conversei com a Coordenação de Curso.
- Conversei com a Coordenação Acadêmica.
- Encaminhei o problema à Ouvidoria da UFFS.

14. Apresentei bom desempenho na disciplina.

Caso a nota da questão anterior seja (1) ou (2):

O que você poderia ter feito neste CCR para melhorar seu desempenho:

- Melhorar assiduidade.
- Melhorar pontualidade.
- Prestar mais atenção na explicação do professor durante a aula.
- Resolver as atividades propostas pelo professor.
- Participar das discussões em sala de aula.
- Frequentar o horário de atendimento/monitoria.
- Dedicar mais tempo aos estudos além do tempo na UFFS.
- Não me distrair com a internet e uso do celular.
- Acessar o material disponibilizado no ambiente Moodle.

15. Tive conhecimentos prévios adequados para o entendimento/acompanhamento do CCR.

Caso a nota tenha sido (1):

- Descreva as dificuldades percebidas para o acompanhamento do conteúdo apresentado.

Notas aplicáveis às questões 16 e 17:

1- Sim

2- Não

Questões:

16. Procurei o professor após a publicação das notas das avaliações para esclarecimentos de dúvidas?

Caso a resposta anterior tenha sido NÃO:

Por que não buscou o professor após a publicação das notas das avaliações?

- O professor esclareceu as dúvidas em sala de aula ou durante o atendimento.
- O professor disponibilizou o gabarito.
- Não foi do meu interesse.
- Não tive dúvidas.
- Outros: (espaço para descrever)

17. O CCR provocou alguma modificação no seu senso crítico sobre seu papel na sociedade?

Caso a resposta anterior tenha sido SIM:

Descreva quais modificações no seu senso crítico sobre o seu papel na sociedade, despertados pelo

CCR:

(Espaço para descrever).

